IX Encontro Internacional de História Colonial

EIHC

São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

DIMENSÕES GLOBAIS E LOCAIS DOS IMPÉRIOS COLONIAIS:

REDES, CIRCULAÇÃO E DINÂMICAS (SÉCULOS XV-XIX)

CADERNO DE RESUMOS

IX EIHC

Encontro Internacional de História Colonial

São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

DIMENSÕES GLOBAIS E LOCAIS DOS IMPÉRIOS COLONIAIS: REDES, CIRCULAÇÃO E DINÂMICAS (SÉCULOS XV-XIX)

ORGANIZADORES

Augusto da Silva (UFS)
Barbara Barbosa (UFS/Fiocruz)
Carlos de Oliveira Malaquias (UFS)
Edna Maria Matos Antônio (UFS)
Fernanda Carolina P. dos Santos (UFS/UFF)
Pablo Antônio Iglesias Magalhães (UFOB)
Wanderlei de Oliveira Menezes (UFS-SEDUC)

REALIZAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
POSGRAP Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
PROHIS Programa de Pós-Graduação em História Universidade Federal de Sergipe
DHi
CAPES

SIMPÓSIOS TEMÁTICOS

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC

DIMENSÕES GLOBAIS E LOCAIS DOS IMPÉRIOS COLONIAIS: REDES, CIRCULAÇÃO E DINÂMICAS (SÉCULOS XV-XIX)

1 Arqueologia da paisagem nos estudos de urbanização colonial: metodologia para uma história espacializada
Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno (FAU/USP) & Esdras Arraes (UFERSA)

2 Deslocamentos e territorializações no Império Português (XVI-XIX
Reinaldo Forte Carvalho (UPE - Campus Petrolina) & Almir Leal de Oliveira (UFC)

4 A inquisição na lógica colonial ou a inquisição entre a lógica e a perspectiva decolonial: atuação, personagens e experiências históricas
Marco Antônio Nunes da Silva (UFRB) & Jamille Macedo Oliveira Santos (UFBA)

5 Resistência e rebelião na América portuguesa e espanhola, séculos XVI-XIX: para uma perspectiva comparada
José Vicente Serrão (ISCTE-IUL, Portugal) & Jaime Valenzuela (PUC, Chile)

6 Circulação material e estética: livros e artefatos que criaram a imagem do mundo colonial
Maria Cândida Ferreira de Almeida (Universidad de los Andes, Colômbia) & Juan Camilo Rojas Gómez (Columbia University, EUA)

SIMPÓSIOS TEMÁTICOS

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC

DIMENSÕES GLOBAIS E LOCAIS DOS IMPÉRIOS COLONIAIS: REDES, CIRCULAÇÃO E DINÂMICAS (SÉCULOS XV-XIX)

7 Intelectuais, Igreja e Poder no Império Português, séculos XVI ao XIX
Bruno Martins Boto Leite (UFRPE)

8 Quotidiano das margens: práticas, vivências e cultura material no Império Português (sécs. XVI-XVIII)
Maria Marta Lobo de Araújo (Universidade do Minho, Portugal) & Luís Gonçalves Ferreira (Universidade do Minho, Portugal)

9 "Me organizando posso desorganizar": das resistências à colonização aos regimes da colonialidade e seus críticos
Alessandra Seixlack (UERJ) &
Jorge Victor de Araújo (UFRJ)

10 Estratégias e redes sociais no universo das famílias na América Portuguesa
Ana Silvia Volpi Scott (UNICAM) &
Carlos de Almeida Prado Bacellar (USP)

11 Distâncias e conexões imperiais: a circulação de agentes, comunicações e informação nos impérios globais (séculos XV-XIX)
Adriano Comissoli (UFSM)&
Arthur Curvelo (IEM/FCSH/UNL)

SIMPÓSIOS TEMÁTICOS

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC

DIMENSÕES GLOBAIS E LOCAIS DOS IMPÉRIOS COLONIAIS: REDES, CIRCULAÇÃO E DINÂMICAS (SÉCULOS XV-XIX)

12 Franciscanos e franciscanismos na América Portuguesa: protagonismos, missionação, catequese, cultura histórica, cultura artística
Carla Mary S. Oliveira (UFPB) & Luiz Fernando Conde Sangenis (UERJ)

13 Instituições e práticas religiosas nos espaços coloniais dos Impérios Ibéricos: contextos locais, variações regionais e dinâmica global (séc. XVI-XIX)
Ângelo Adriano Faria de Assis (UFV) & Yllan de Mattos (UFRRJ)

14 Os povos indígenas na história colonial das Américas: políticas indigenistas e políticas indígenas entre os séculos XV e XIX
Francisco Cancela (UNEB) & Mariana Albuquerque Dantas (UFRPE)

15 Formas de pensar o Império: visões da África e da Ásia do colonial ao pós-colonial
Patrícia Souza de Faria (UFRRJ) & Roberta Guimarães Franco (UFMG)

SIMPÓSIOS TEMÁTICOS

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC

DIMENSÕES GLOBAIS E LOCAIS DOS IMPÉRIOS COLONIAIS: REDES, CIRCULAÇÃO E DINÂMICAS (SÉCULOS XV-XIX)

16 Práticas educativas e culturais nos Impérios Ibéricos
Cláudio DeNipoti (UEL/CEIbero) &
Ana Cristina Pereira Lage (UFVJM/CEIbero)

18 Arte, irmandades e ordens religiosas na América Portuguesa: sociabilidade, devoção e iconografia
André Cabral Honor (UnB) & Camila Fernanda Guimarães Santiago (UFRB)

19 Revoltas, resistências, inconfidências e independências: episódios, poderes e narrativas das lutas políticas no Brasil – séculos XVI-XIX
André Figueiredo Rodrigues (UNESP) &
Luciano Figueiredo (UFF)

20 Artífices do ilícito: as dimensões da corrupção na Época Moderna
Adriana Romeiro (UFMG) &
Marcos Aurélio de Paula Pereira(UnB)

21 Redes e conexões econômicas (da América Portuguesa) na Época Moderna: o local e o global nas perspectivas micro e macro
Fábio Pesavento (ESPM-RS) &
Tiago Luís Gil (UnB)

SIMPÓSIOS TEMÁTICOS

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC

DIMENSÕES GLOBAIS E LOCAIS DOS IMPÉRIOS COLONIAIS: REDES, CIRCULAÇÃO E DINÂMICAS (SÉCULOS XV-XIX)

22 Do governo do reino, das repúblicas e da casa – Antigo Regime em trópicos
Maria Lemke (UFG) &
Hélida Conceição (UNEB)

23 Impérios Ibéricos no Antigo Regime: política, sociedade, economia e cultura
João Henrique Ferreira de Castro (Colégio Pedro II/RJ) & Wania Alexandrino Viana (UFOPA)

24 Índios, africanos e mestiçados na Ibero-América: dinâmicas de mestiçagens, mobilidades e protagonismos (séc. XVI-XIX)
David Barbuda (UFMG) &
Moisés Peixoto (UFRRJ)

25 Fronteiras e relações transfronteiriças nos mundos coloniais
Alírio Carvalho Cardoso (UFMA) &
Carlos Augusto Bastos (UFPA)

26 Gente negra, escravidão e sociedades afro-atlânticas: histórias e vivências entre a África e o Brasil - séculos XVI-XIX
Gian Carlo de Melo Silva (UFAL/UFRPE)

IX Encontro Internacional de História Colonial

EIHC

DIMENSÕES GLOBAIS E LOCAIS DOS IMPÉRIOS COLONIAIS: REDES, CIRCULAÇÃO E DINÂMICAS (SÉCULOS XV-XIX)

Arqueologia da paisagem nos estudos de urbanização colonial: metodologia para uma história espacializada

1

Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno (FAU/USP) & Esdras Arraes (UFERSA)

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Espacialidades das comunidades quilombolas entre as encruzilhadas das territorialidades indígenas e ribeirinhas na Revolução Cabana.

Alanna Souto Cardoso (Aruã/Tupinambá)
Doutora, (PPGG/UEPA)
alannasc81@gmail.com
Miguel Ângelo Amaro Moraes de Lima
Graduado, (PPGG/UNAMA)
miguelaada@gmail.com

A proposta desta comunicação é debater, de forma, ensaística a elaboração de uma cartografia das espacialidades dos quilombos no movimento da cabanagem demarcada, também pelas espacialidades e encruzilhadas das territorialidades indígenas e " caboclas" ribeirinhas no Estado do Grão-Pará , em especial, nas antigas povoações de Branco do diretório Pombalino destituído em 1798, a partir dos apontamentos teórico-metodológicos de uma 'nova' cartografia histórica , tendo como base a tese "Descolonizando a cartografia histórica amazônica: representações, fronteiras étnicas e processos de territorialização na Capitania do Pará, século XVIII " , busca-se ainda entender e visibilizar no Tempo- Espaço das comunidades tradicionais e quilombolas contemporâneas das antigas terras de engenhos a presencialidade desse passado cabano por meio da história oral e como se relaciona com a defesa do território e a perspectiva educacional de patrimônio cultural do ponto de vista dos comunitários do território.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Entre o local e o global: as paisagens de Goa e Salvador como medida da mundialização

Allan Pedro dos Santos Silva
Mestrando, (FAUUSP)
allanpedro@usp.br

A divisão do Império Português entre o Estado da Índia e o Governo Geral do Brasil, sediados respectivamente em Goa e Salvador, em grande medida suscitou estudos historiográficos que reiteram tal separação em detrimento da análise das interações em escala planetária que se estabeleceram no curso do colonialismo lusitano. A presente comunicação enfrenta este quadro ao pensar Goa e Salvador enquanto paisagens integradas ao processo de mundialização (Gruzinski, 2014), avaliando em que medida esses artefatos impulsionaram circulações em escala global no longo século XVI, ainda que profundamente relacionadas aos seus contextos locais. Para tanto, numa abordagem interdisciplinar e em diálogo franco com os Estudos da Urbanização (Reis, 1999; 2001) e a Arqueologia da Paisagem (Bueno; Barreto; Dias, 2021), mobiliza-se fontes textuais e visuais de época e bibliografia especializada em busca de indícios das conformações materiais que caracterizaram esses artefatos em tempos pretéritos, com especial atenção à sua inserção em escalas territoriais mais alargadas. Reflete-se, assim, de que forma, enquanto produtos e vetores da mundialização, Goa e Salvador potencializaram a expansão e sobrevivência do Império Português numa escala global.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

De aldeamento à cidade: o centro histórico de Embu das Artes

Angélica Brito Silva
Doutoranda, FAUUSP
angelica.brtslv@gmail.com

A presente comunicação tem por objetivo discutir o processo de formação do território do centro histórico da cidade de Embu das Artes, região metropolitana de São Paulo. Com o auxílio de mapas, plantas, cartas de doações e medições, vamos percorrer os conflitos, as acomodações e os agentes históricos envolvidos. A partir de uma perspectiva de longa duração, a apresentação busca trazer elementos para se discutir este território desde as primeiras ações colonizadoras, que se deram no século XVII, até a contemporaneidade, tendo como ponto central para a discussão o monumento histórico Igreja de Nossa Senhora do Rosário, edificação que desempenha papel extremamente importante na paisagem da localidade, contribuindo para a constituição de elementos identitários e econômicos da localidade.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

A história e os patrimônios do Arquipélago de Fernando de Noronha

Lilian Lorena Coelho Flor
Mestranda, Universidade Federal de Alagoas
lorenaflor@hotmail.com

Acessado pelos portugueses em 1503, o Arquipélago de Fernando de Noronha passou a ser um território bastante disputado pelos povos europeus, sendo utilizado nos dois primeiros séculos como uma espécie de porto entre o Brasil e o continente europeu. Foi apenas em 1737 que os portugueses de fato deliberaram um plano para a proteção do lugar: o engenheiro militar Diogo Sylveira projetou um elaborado sistema de defesa, intencionado a proteger a ilha em caso de ataque, bem como em mantimento em caso de cerco. A partir do início da Segunda Guerra Mundial, o arquipélago passou a exercer a função de presídio político da União. Nestes anos, a ilha adquiriu uma maior infraestrutura e abrigou centenas de militares e suas famílias. Com o fim da guerra, parte dos habitantes residentes permaneceu, dando origem às famílias nativas noronhenses que ainda hoje conservam-se na ilha. As fortificações de Fernando de Noronha são há muito apreciadas por arqueólogos e curiosos de todo o mundo, e são, em sua grande maioria, patrimônio arqueológico reconhecido e tombado pelo IPHAN. Considerado um paraíso repleto de belezas naturais, em 2001 o arquipélago foi tombado pela UNESCO como patrimônio natural da humanidade, e foi se consolidando como um destino brasileiro internacional, escolhido por milhares de turistas anualmente, tendo mais de 90% de sua economia relacionada ao turismo. Porém, atualmente o pouco da história edificada na ilha vem se deteriorando com o passar dos anos.

Diante deste foco econômico, assuntos relacionados à preservação do patrimônio arqueológico e infraestrutural deixaram de ser prioridades efetivas, resultando em edificações em desuso e ruínas. A busca do roteiro turístico apenas pelas praias resultou ainda mais na falta de interesse das entidades administrativas nas intervenções necessárias, seja no seu patrimônio ou nas condições indispensáveis para o pleno funcionamento da ilha e seus habitantes. Por outro lado, desde a pandemia e em especial com o encerramento de alguns voos e redução de outros por falta de qualificação da única pista de pouso da ilha desde outubro de 2022, os ilhéus enfrentam grandes prejuízos. A condição dessa população também é pouco contemplada com ações de apoio e sua cultura não é vista como patrimônio que precisa ser acolhido. Portanto, Fernando de Noronha tem sido o cenário hospedeiro de diversas épocas e seus ciclos, um lugar cheio de riquezas, mas carente de reconhecimento e valorização tanto para com a ilha, em termos de edificações, como para com o ilhéu. Esta pesquisa busca enfocar o arquipélago enquanto área carente desde olhar que o vislumbre para além do paraíso das águas, observando-o como um patrimônio histórico e lugar habitado. A metodologia se baseou em visitas ao local e no acesso a fontes primárias.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Preexistências indígenas na construção das paisagens e territórios da capitania da Paraíba, séculos XVI-XVIII

Anna Cristina Andrade Ferreira
Doutora, UFERSA
anna.cristina.a@gmail.com
Esdras Arraes
Doutor, UFERSA
esdrasarraes@gmail.com

As preexistências indígenas são dimensões significativas para se compreender o processo de construção de territórios e as representações de paisagens da capitania da Paraíba. Como relatam as narrativas seiscentistas de viajantes estrangeiros, antes da colonização efetiva da América portuguesa, uma rica diversidade de povos originários já havia definido seus territórios de vivência, que ajudaram o povoamento dos ádvenas em áreas então desconhecidas por eles. De fato, a Paraíba colonial era espaço de trocas culturais (APOLINÁRIO, 2018), mas igualmente de conflitos. Dessas relações, a história da urbanização brasileira tem lançado luz, sobretudo, na ação portuguesa de criar vilas e cidades, subtraindo o saber dos povos originários como dado essencial ao entendimento de certos parâmetros de teor prático que fundamentaram o equacionamento da rede de povoações. Nesse aspecto, essa proposta de comunicação decorre do interesse de reapresentar o povoamento, a paisagem e a urbanização da Paraíba na perspectiva do encontro multiétnico. Como se trata de uma pesquisa em fase inicial, procura-se identificar os territórios de ocupação dos povos originários, arrolar os diferentes grupos étnicos habitantes da Paraíba e reduzidos ao homogêneo "Tapuia", observar como os topônimos são vestígios das preexistências indígenas e problematizar

a relação entre vila e espaços de vivência indígena. Em termos de metodologia, recorre-se à articulação das fontes primárias cartografias e manuscritas a fim de dar voz à maneira de como os povos originários reconheciam suas paisagens e territórios. É igualmente central a leitura interdisciplinar da proposta, que se vale dos aportes teóricos da antropologia, história social, arqueologia da paisagem e história da urbanização para reconstruir os territórios e paisagens preexistentes da Paraíba. A reunião dessas informações possibilita a elaboração de mapas temáticos - mediante o uso de programas de georreferenciamento -, cujas imagens dão a ver quais os territórios dos povos originários eclipsados nos vazios da cartografia histórica.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Vilas senhoriais na Capitania da Bahia, séc. XVII: notas de pesquisa

Caio Figueiredo Fernandes Adan
Doutorando, UEFS/USP
caioadan@gmail.com

A comunicação visa apresentar algumas notas de pesquisa relacionadas à existência/criação de vilas senhoriais na capitania real da Bahia ao longo do XVII. Baseia-se no exame de pedidos de licença para fundação de povoações em lotes sesmariais já concedidos ou por conceder, tanto no recôncavo quanto nos sertões daquela capitania, alguns deles comprovadamente atendidos. A partir dos casos identificados, busca-se especular sobre a existência, para aquele território e período, de um projeto de conquista e ocupação do território colonial baseado na criação de núcleos populacionais e na concessão de privilégios senhoriais a agentes privados. Suas inspirações, sugere-se, remontariam ao fenômeno das concessões donatárias no mundo atlântico português e, mais amplamente, a valores e formas senhoriais típicas do Portugal Moderno. Discutir o protagonismo e aspirações desses agentes na construção e consecução desse projeto os fundamentos jurídicos e precedentes administrativos de tais pleitos, os limites de seu alcance/resultados e a materialidade e urbanidade dos núcleos populacionais eventualmente fundados também estão entre os objetivos da comunicação.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Domínios particulares, usufruto e uso publico das terras e mangues em Salvador e seu recôncavo, séculos XVI-XVIII

Claudia Damasceno Fonseca
Doutora, École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris
claudia.damasceno@ehess.fr

Esta comunicação tem por objetivo examinar os diferentes atores e modalidades de atribuiçao de posse de terra e de recursos naturaisa na América portuguesa, a partir do caso de Salvador da Bahia, entre os séculos XVI e XVIII. Se podemos considerar que, grosso modo, os tipos de concessoes e de direitos fundiarios presentes na colônia eram simples transplantaçoes de institutos jurídicos do Antigo Regime português, alguns conflitos levados ao conhecimento do Rei de Portugal revelam situaçoes inéditas. De fato, caracteristicas biogeograficas peculiares bem como as especificidades socioeconomicas destes espaços coloniais fizeram emergir novos contextos e novos objetos de disputas nao previstos pelas legislaçoes portuguesas existentes e nem pelo direito costumeiro. Num primeiro momento, explicitaremos o processo de formaçao das estruturas fundiarias urbanas e peritubanas de Salvador da Bahia. Tal processo se distingue pour uma privatização extremada das terras e dos recursos naturais, em detrimento das necessidades quotidianas das populações. De fato, a fundação de Salvador e a expansão dos espaços urbanos entre 1530 e o século XVIII ocorreram sobre « dominios particulares », ou seja, sesmarias que foram concedidas a partir de 1536 em todo o recôncavo. Disso resultou, por um lado, uma situação pouco comum no mundo português : ausência de terras urbanas sobre as quais a câmara podia exercer um dominio direto ; por outro lado, a privatização extensiva das terras da Baía de Todos os

Santos também ocasionou a escassez de terras de uso comum facilmente acessiveis aos moradores e de seus suburbios. Estes últimos se viram privados de pastos coletivos, de acessos diretos às praias e pontos de pesca, e de terras de onde pudessem retirar livremente os materiais necessarios à vida cotidiana, como lenhas e argilas. Na segunda parte da comunicação, serão apresentados e discutidas visões divergentes da noção de propriedade que emergem de documentos oriundos de diversos conflitos pelo uso de beiras de rio e de mangues situados nas bordas das sesmarias.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Deslocamentos e ações de engenheiros militares portugueses na Capitania do Ceará.

Clovis Ramiro Jucá Neto
Doutor, Universidade Federal do Ceará
clovisjuca@gmail.com

O artigo discorre sobre ações dos engenheiros militares portugueses no Ceará, entre o século XVIII e início do XIX. Na escala territorial, os profissionais movimentam-se por entre sertões e litorais, interconectando a capitania cearense à Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Portugal. O intenso deslocamento e a largueza de suas obrigações amplificam e explicitam competências diversas. Também expõem a abrangência geográfica das ações. Os engenheiros cartografam e anotam o que viam, cobrindo distancias a perder de vista. Saindo de Pernambuco, percorrem a costa norte-sul e leste-oeste do Brasil, em direção ao Ceará. No litoral, averiguam o estado das fortificações existentes. Pontuam enseadas em busca de sítios para construção de fortalezas. Também analisam suas profundidades para atracação de navios. Daí a importância de seus registros escritos e cartográficos. As enseadas e os rios funcionam como portas de entrada dos sertões para quem chega do mar aberto, e de portas do Atlântico para quem vem do interior. Na visão dos profissionais, tal é a situação de abandono da fortaleza do Ceará que não acreditam na urbanização de seu entorno. A fortificação cearense não parece desenhada por engenheiro nos primeiros anos do XVIII. Naquela altura, já percebem a importância da pecuária no processo de urbanização dos sertões. Em busca de minas, os profissionais também adentram nos sertões do Ceará. As minas reverberam possibilidades outras de fazer a capitania rentável, para além do criatório. Descrevem as minas dos Cariris Novos como áreas embrejadas com promessa de ouro. Mas logo

anotam o pouco proveito das mesmas. Em decorrência das grandes distâncias, da resistência dos donos das fazendas de gado à exploração mineral, do baixo rendimento do garimpo e da falta de trabalhadores, afirmam que as jazidas não promoveriam processo de urbanização da região. Na escala do urbano, os engenheiros orquestram a instalação de vilas. Nos núcleos, determinam espaços segregados para brancos e indígenas. Também projetam casas de câmara e cadeia. Por pontuais que sejam, as visões dos profissionais sobre a capitania inauguram a compreensão do território a partir de uma perspectiva técnico científica. Importa apresentar as ações dos engenheiros, e espacializá-los, compreendendo as lógicas dos interesses diversos da Coroa sobre o território, como meio de empiricizar o tempo pretérito. A reflexão é passo na composição de um caleidoscópio territorial, com a elaboração de cartografias retrospectivas diversas. Cada combinação de visões e intervenções de agentes múltiplos possibilitam uma nova representação cartográfica, contribuindo para melhor aproximação do espaço socialmente transformado nos primórdios da urbanização do Ceará.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

A Sociedade Literária no Rio de Janeiro setecentista: murmurações e espaços urbanos, territórios de poder e territórios de contestação.

Bernardo Saldanha da Gama de P. C. F. Gerude
Mestre, Unirio
gerude.bernardo@gmail.com

A Sociedade Literária do Rio de Janeiro foi um empreendimento de caráter particular e associativo que surgiu na capital da América portuguesa no ano de 1786 a partir de letrados que, alguns deles tendo sido educados em universidades europeias, buscavam repartir as luzes científicas de seu tempo entre seus membros. No ano de 1794, onze membros da Sociedade foram presos por ordem do vice-rei Conde de Resende e permaneceram encarcerados por mais de dois anos. Os indivíduos e os assuntos discutidos durante as reuniões foram postos sob investigação de agentes metropolitanos após chegarem aos ouvidos do vice-rei boatos de que eram lidos e debatidos autores franceses e, além disso, eram proferidos elogios aos esforços dos revolucionários de 1789 e críticas à monarquia portuguesa e à Igreja Católica. O principal documento histórico sobre a prisão dos letrados da Sociedade Literária do Rio de Janeiro são os autos que os agentes metropolitanos produziram. Por mais de um ano os letrados foram interrogados e acareados com pessoas que alegaram ser testemunhas de seus supostos atos libertinos, ou com pessoas que diziam ter ouvido sobre suas ocorrências. A partir dos relatos das sessenta e cinco pessoas ouvidas na qualidade de testemunhas, e dos depoimentos dos acusados, é possível levantar os espaços da cidade do Rio de Janeiro onde as falas de caráter questionador teriam acontecido. Surge uma combinação de ambientes privados e públicos, como boticas e oficinas, praias e igrejas. Nestes espaços operou uma forma

de sociabilidade baseada no compartilhamento de saberes, informações e recursos, por meio da leitura pública de livros, panfletos, jornais e debates. Esta sociabilidade estava sendo praticada em meio a espaços urbanos construídos e planejados pelo poder metropolitano para consolidar uma ordem social que sustentasse este mesmo poder, como diante do Palácio dos Vice-Reis, igrejas e outras localidades. A sociabilidade promovida pela Sociedade Literária promoveu um modelo de reunião que se replicou pela cidade, sendo repetido por outros grupos em lojas, boticas e casas, gerando uma proliferação de murmurações de caráter político que tiveram penetração em estratos sociais diversos, para além da elite letrada educada no exterior. Tais ambientes, continuamente operando tertúlias, se configuraram como espaços de questionamento, ou ao menos de reflexão, da realidade fluminense daquele tempo, constituindo-se assim em territórios de contestação junto a espaços territorializados pelo poder metropolitano. Contudo, a presteza com que agiram as autoridades da Coroa, reprimindo a Sociedade Literária e seus membros, foi eficaz o suficiente para evitar que transformações mais profundas ocorressem no tecido urbano do Rio de Janeiro dessa última década do século XVIII.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

A representação cartográfica dos núcleos urbanos da Capitania de Ilhéus na segunda metade do século XVIII.

Diogo Fonseca Borsoi
Doutor, Instituto Federal Baiano
dfbfonseca@gmail.com

A presente pesquisa visa estudar a formação do território da Capitania/Comarca de Ilhéus na segunda metade do século XVIII. Trata-se de uma das primeiras Capitanias Hereditárias brasileira, transformada em uma Comarca anexada à Capitania Real da Bahia em 1763. Atualmente ela compõe parte da região sul do Estado da Bahia. Correntes historiográficas mais tradicionais, traçando comparações com o Recôncavo açucareiro, construíram interpretações sobre a história da Capitania/Comarca pautada nos conceitos de decadência econômica e de esvaziamento demográfico. Milton Santos, por exemplo, ao estudar a formação da Rede Urbana do Recôncavo, argumenta que está porção do território baiano não teria formado uma rede e sim núcleos dispersos ligados à salvador. No entanto, estudos recentes têm relativizado esses conceitos, indicando uma economia dinâmica voltada para o mercado interno e um crescimento populacional proporcional. No entanto, ainda perduram muitas questões, principalmente, acerca da formação e transformação desse território. Diante disso, parte-se do conceito de território que, segundo Milton Santos, como um conjunto dos vestígios oriundos dos sucessivos processos históricos amalgamados de forma desigual no espaço e do conceito de Urbanização que, segundo Beatriz Bueno, deve ser entendido de forma mais ampla, abrangendo não apenas os núcleos urbanos propriamente ditos, mas também todo vestígio de ocupação humana ligado às demandas urbanas. Norteados por esses

conceitos, parte-se da análise do próprio território, identificando os vestígios do passado que ainda o compõe, dos documentos cartográficos que registram permanências e transformações do espaço no tempo e da bibliografia mais recente que arrolou diversas unidades de ocupação muitas vezes obliteradas pelos documentos anteriores. Com a sistematização desses dados, foi possível observar que os documentos cartográficos da segunda metade do século XVIII começaram a representar de forma mais pormenorizada a rede urbana que se formou na região por meio de símbolos diferenciados para diferentes tipos de povoações. Assim, buscamos identificar tais símbolos, classificá-los e interpretá-los a partir de conceitos anteriormente arrolados. O resultado da pesquisa mostrou que, ao contrário do que aponta uma historiografia mais tradicional, os documentos cartográficos revelam que os núcleos ali formados possuíam diferentes graus de hierarquia, o que pode esboçar uma rede urbana organizada para o escoamento da produção de farinha e de extração e beneficiamento de madeira para a região do Recôncavo e para a cidade de Salvador.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

As Casas de Câmara e Cadeia e as urbes: os casos de Vila Rica, Rio de Janeiro e Natal na primeira metade do século XVIII

Mateus Freitas Ribeiro Frizzone
Doutorando, Universidade Federal de Minas Gerais
mfrizzone@gmail.com

Frequentemente os edifícios civis mais imponentes das vilas e cidades coloniais, as Casas de Câmara e Cadeia geraram impactos que devem ser considerados no desenvolvimento das malhas urbanas da América Portuguesa. Como Rubenilson Teixeira e Edja Trigueiro afirmam, "em muitos casos, [...] o principal lócus de vida social é dominado visualmente a partir tanto da Casa de Câmara e Cadeia quanto da igreja, dois edifícios fundamentais da urbanidade colonial" (TEIXEIRA, TRIGUEIRO, 2008: 5). Por isso, este trabalho busca discutir, de maneira comparada, as localizações das Casas de Câmara e Cadeia construídas a partir do final da década de 1710 e durante o decênio seguinte em Vila Rica, Natal e Rio de Janeiro. Essas três urbes, além de geograficamente distantes, eram muito distintas, entretanto as edificações de suas Casas de Câmara e Cadeia trazem discussões e implicações significativas nos desenvolvimentos nas suas respectivas localidades. As duas primeiras eram cidades com mais de um século de existência, todavia, enquanto o Rio se tornava uma das principais do Império Português, a cidade potiguar possuía um tamanho muito reduzido, com população acanhada e relevância regional. Já a recém-criada Vila Rica, de 1711, apesar de ser uma vila, estava no centro das atenções portuguesas devido à extração aurífera na capitania de Minas Gerais. Não se pretende aqui simplesmente enquadrar as edificações em modelos e verificar o quanto correspondem a eles, mas perceber suas integrações nas malhas urbanas e nas paisagens,

os possíveis motivos de suas instalações nos respectivos sítios e quais os eventuais impactos no desenvolvimento dessas urbes no período. Busca-se compreender relações desses edifícios com as praças, ruas direitas, igrejas, os traçados das urbes em análise e as políticas urbanizadoras da metrópole. Afinal, segundo Nestor Goulart Reis Filho, a partir da segunda metade do século XVII e do início do XVIII há um movimento centralizador da coroa portuguesa que resultou em uma política urbanizadora mais agressiva e a metrópole passou a tentar submeter ao seu controle todas as aglomerações urbanas em todos os níveis e regiões (REIS FILHO, 1968: 73). Para perceber tais ingerências mais diretas do governo português utilizar-se-á a análise desses edifícios, que além de simbolizar a ordem e a justiça real, abrigavam parte importante das administrações locais e do sistema punitivo. Para essa análise, utiliza-se, principalmente, as documentações camarárias e do Arquivo Histórico Ultramarino.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

As Igrejas e as Praças: uma análise da cultura material presente no legado artístico de Mestre Valentim e suas conexões globais em perspectiva comparada (Rio de Janeiro, Século XVIII)

Lydia de Carvalho Coelho
Doutoranda, Universidade Federal do Rio de Janeiro
lydia.de.carvalho@gmail.com

Este trabalho pretende comparar duas representações artísticas, tradicionalmente entendidos como distintas, que coexistiram no conjunto arquitetônico do Rio de Janeiro do Setecentos: o barroco e o iluminismo. Isto será feito a partir da interpretação dos aspectos da cultura material presentes na experiência cultural produzida na obra de Valentim da Fonseca e Silva (c.1745-1813). Nascido na colônia, atuou tanto no âmbito das obras públicas/civis, quanto na arquitetura religiosa. Desempenhou uma gama variada de atividades como as de entalhador, escultor, realizador de projetos arquitetônicos. Dessa forma, operou significativas remodelações do/no espaço urbano que se tornaram marcos na paisagem social da cidade no período. Portanto, o legado artístico de Mestre Valentim esteve em constante diálogo com diferentes extratos sociais da população, sendo, portanto, matriz mediadoras das diversas esferas que compõe o cotidiano. Quando manifestos na arte de um indivíduo, estes repertórios revelam a dinâmica fluida e multifacetada de seu processo de incorporação e ressignificação. O trabalho se insere no quadro de preocupações transdisciplinares entre História, Arqueologia, e parte de considerações dos estudos da cultura material e da circulação de ideias no Império Português para análise das conjunturas e usos do conceito de circulação de pessoas, materiais e práticas. Assim, permite-se trazer à superfície, através da trajetória e obra do

artífice, as complexas relações de trocas estabelecidas em escala global no mundo luso-brasileiro. Tal proposta de pesquisa leva em conta que a experiência cultural é única e dotada de singularidade. Nesse sentido, esta abordagem permite viabilizar a valorização das particularidades e culturas locais, indo, assim, em direção oposta às interpretações eurocentradas, evitando análises superficiais e genéricas que compreendem a cultura enquanto bloco monolítico. Em resumo, propõe-se uma interpretação relacional. Entende-se o que ocorre a partir das interações culturais como a criação de algo novo, de uma transformação ou mescla. Tal movimento deve ser observado de perto para que se faça jus à comunidade que o produziu no passado, permitindo que os atores que compunham o cenário social da época emerjam de forma ativa, em uma visão multidirecional. Portanto, o barroco e o iluminismo, são percebidos enquanto fenômenos históricos que engendram dois conjuntos de repertórios simbólicos e estéticos manifestos no legado artístico de Mestre Valentim. Não há uma projeção única desses dois fenômenos, mas eles aludem a recortes cronológicos que carregam tempos de constituição cultural – originalmente distintos – que se cruzam, transitam e convivem no amálgama cultural de símbolos e mensagens plásticas identificadas em sua obra.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Patrimônios religiosos: segregação socio espacial no desenho colonial de Sobral

Herbert de Vasconcelos Rocha
Mestrando, Centro Universitário Uninta
herbert.rocha@uninta.edu.br

O presente artigo pretende analisar a contribuição dos patrimônios religiosos das principais irmandades religiosas – notadamente a de N.S. do Rosário dos Pretos e N.S. da Conceição, esta composta por brancos – na definição da forma urbana da Vila de Sobral, na Capitania do Ceará, no século XVIII – outrora Povoação da Caiçara. A partir de um contexto regional, demonstra-se o interesse da administração eclesiástica em instituir uma freguesia, com sede no cruzamento dos caminhos de gado da Ribeira do Acaraú, revelando a importância do lugar que, posteriormente, foi elevado à categoria de Vila. A análise do papel das irmandades religiosas, em contraponto com os principais investimentos da Coroa Portuguesa, aponta para o protagonismo da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos no ordenando do espaço urbano.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Arqueologia da paisagem da Comarca de Porto Seguro no início do século XIX: um exercício de geo-história retrospectiva

Ingrid de Aráujo Gomes
Doutorandoa, USP
iagomes@usp.br

Este artigo tem como objetivo trazer algumas reflexões iniciais realizadas na pesquisa de doutorado, que busca analisar a paisagem cultural de Porto Seguro no final do século XVIII e início do século XIX, em diferentes escalas: na escala da paisagem, da urbanização e do intraurbano. A escala da paisagem é a que vem sendo desenvolvida atualmente e a qual será apresentada aqui. Inserida na linha de pesquisa em Arqueologia da paisagem, busca-se realizar um exercício de geo-história retrospectiva a fim de desvelar as paisagens pretéritas da comarca de Porto Seguro, entendendo-as como configurações territoriais de um conjunto de elementos naturais e antrópicos. Desta forma, analisamos a paisagem cultural da comarca através de relatos de viajantes do início do século XIX e de fontes primárias, entrecruzando as informações extraídas com a cartografia de época por meio dos recursos do programa de georreferenciamento Quantum Gis. Com o uso desta metodologia, tem sido possível identificar e espacializar componentes que envolviam a infraestrutura do caminho (passagens, pousos, fazendas, vilas, quartéis etc), além das preexistências geomorfológicas daquele território, as quais condicionaram a ocupação portuguesa em interface com a diversidade dos povos originários ali residentes. Este exercício tem permitido, também, problematizar dinâmicas e lógicas antrópicas de enraizamento e mobilidade, economias, atores e a pluralidade de enquadramento geográficos alinhavados por modos de comunicação

intermodais (caminhos terrestres, rede fluvial e rede marítima) que articulavam farta e plural rede urbana.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Posse de terras em uma área de fronteira: a formação de ambientes rurais no litoral Santa Catarina (1738-1800)

Jéssica Thaíse Gielow
Mestranda, Universidade Federal de Santa Catarina
jessicagielow@hotmail.com

Este trabalho busca investigar a formação de ambientes rurais no litoral de Santa Catarina durante o setecentos. Localizada na porção meridional do continente, entre duas áreas muito valorizadas no circuito econômico do Atlântico-Sul – a Bacia do Prata e a economia extrativista de metais precisos nas minas – a região vai ganhando cada vez mais relevância dentro dos quadros de manutenção e expansão do domínio colonial português na América, sobretudo na virada do século XVII para o XVIII. Além de sua posição estratégica, seus recursos naturais e humanos tornaram-na alvo dos interesses portugueses. Nesse contexto, a política de povoamento assentada na migração de casais açorianos, foi uma garantia à defesa da região, através do princípio de Uti possidetis. Entendendo que a ocupação luso-brasileira dos espaços conquistados tem na distribuição e na posse das novas terras um dos seus elementos estruturantes, utilizamos as trocas de correspondências entre autoridades, os registros de sesmarias, os relatos de viajantes e documentos cartográficos para explorar a dimensão espacial da colonização na Capitania, observando quais áreas foram objeto de concessão e em que período. A análise desse movimento pode nos ajudar a compreender melhor como se deu a formação desses ambientes rurais, os mecanismos de apropriação das terras e como se organizou a estrutura produtiva na região.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

A população negra e a água: construção do espaço no Rio de Janeiro colonial

Jorun Poettering
Doutor, Universidade de Hamburgo, Alemanha
jorun.poettering@uni-hamburg.de

Na minha apresentação, mostrarei que o abastecimento de água e a população negra foram dois fatores intimamente ligados à evolução espacial da cidade do Rio de Janeiro. Sendo uma cidade, em muitas partes, sem acesso a água potável subterrânea, a estruturação do espaço social dependia da localização em relação aos cursos naturais de água, como o Rio Carioca, bem como às intervenções humanas no curso natural, como, em particular, o aqueduto do Carioca e seus chafarizes. Mas essas intervenções humanas, geralmente planejadas pelas elites brancas, também estavam relacionadas à disponibilidade de carregadores de água escravizados ou possivelmente libertos e livres, que no Rio eram (quase) sempre negros ou negras. Como essa mão de obra barata era usada para transportar o líquido até às casas, os pontos de acesso - seja o próprio rio ou um chafariz - não precisavam necessariamente estar localizados nas partes mais centrais e acessíveis da cidade. Pelo contrário, o movimento caótico ao redor dos chafarizes era visto como um incômodo a ser afastado dos centros de poder da república. Por outro lado, os proprietários e o governo estavam interessados em poder vigiar seus escravos e suas escravas com mais facilidade, o que também influenciou a localização dos pontos de acessos à água - ou pelo menos os caracterizou. A população negra nem sempre reagia como os construtores haviam planejado e, como tinha a tarefa essencial de abastecer toda a cidade com um elemento tão importante e de necessidade diária como a água, ela tinha

o poder de influenciar fortemente tanto os aspectos materiais da infraestrutura de abastecimento quanto os espaços criados na sua malha.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Urbanizar para administrar: a ação do Estado Português nos Sertões do São Francisco, Bahia nos séculos XVII-XVIII.

José Antônio de Sousa
Doutorando, UFJF
sousasjoses@gmail.com

Os conflitos com a produção açucareira, já estabelecida na costa, levou o Estado Português a deslocar o gado para os interiores, reorganizando setores das economias coloniais. O gado impulsionou a colonização dos Sertões do São Francisco, através da formação de um proeminente sistema econômico que se consolidou na segunda metade do século XVII. Capistrano de Abreu, fez a famosa analogia, como uma "civilização do couro". Esse sistema foi resposável pela abertura de caminhos, ranchos, fazendas, portos ribeirinhos e arraiais, como podemos ver as descrições de João Antonil. De que modo aquele território inseria-se nas normas jurídicas e eclesiásticas, quando da fixação da autoridade do rei e da igreja, através da ação dos seus agentes? A lógica urbanizar para administrar permeia os estudos sobre a formação das redes urbanas, apoiando-se no problema da materialização do território, dimensionado pelos símbolos do poder, através dos edifícios de destaque: Igreja Matriz, Casa de Câmara e Cadeia, que modelava o espaço colonial, implicando em considerar a interiorização dos órgãos de controle, em territórios dilatados, marcados pelo contrabando, homicídios, crimes de falsa moeda e opressão, fato esse, destaca-se as visitas de correição nos caminhos do gado e a estrada real do ouro na Bahia.

Este trabalho vem investigando os meandros da formação dos núcleos urbanos nos Sertões do São Francisco, nos séculos XVII e XVII, as dinâmicas econômicas e sociais, circulação, conexões, escalas, fluxos de mercadorias, as alterações no espaço e na paisagem ao longo do tempo, identificando os pontos de centralidade na rede, como espaços mais dinâmicos, convergência de população, intervenção e investimento régio. A priori, busca-se identificar a constituição e o funcionamento de uma pretérita rede urbana nas vilas de Santo Antônio do Urubu de Cima e a Vila de São Francisco das Chagas da Barra. As relações fronteiriças com as vilas do ouro, capitanias vizinhas e com a praça da cidade de Salvador, quando cabeça do Estado do Brasil, influenciaram tal processo?

Palavras-Chave: Urbanização, Sertões, São Francisco, Bahia Colonial.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

A paisagem urbana colonial do Baixo Sul baiano como expressão de protagonismos diversos

Marcelo Henrique Dias
Doutor, Universidade Estadual de Santa Cruz
mhdias@uesc.br

Essa comunicação visa apresentar os resultados de uma investigação sobre a formação da rede urbana colonial do Baixo Sul baiano. Alvo das primeiras experiências de catequese e aldeamento dos jesuítas, ainda no século XVI, as populações nativas Tupi daquela zona sofreram enormes perdas com epidemias, guerras etc. O vazio demográfico resultante deu margem ao acirramento da resistência das populações tapuias à ação colonizadora. Por razão de segurança, as primeiras povoações surgiriam no arquipélago de Cairu, Tinharé e Boipeba, no início do século XVII, seguida da formação de outros núcleos no continente, que posteriormente evoluiriam para a condição de freguesias, povoações e vilas. O conflito com os holandeses consolidou nas chamadas "vilas de baixo" o papel de zona de abastecimento de víveres para Salvador e seu Recôncavo, concentrando ali numerosa população escravizada, que também se notabilizou pelas ações de resistência. Ao longo do Setecentos, a atividade madeireira deu novo alento à economia regional, com a prevalente mão de obra dos indígenas aldeados.

Nessa dinâmica, o processo de urbanização contou, para além dos portugueses, com o protagonismo de diversos agentes, cujas marcas, apesar de invisibilizadas na memória regional e na historiografia, ficaram gravadas na toponímia, na urdidura da rede e na

tessitura dos núcleos urbanos. Questiona-se, à vista disso: que assentamentos pregressos, fossem aldeias, lugares de passagem ou quilombos, concorreram para o delineamento da rede urbana colonial? Quais caminhos abertos e trilhados pelos nativos ou quilombolas se consolidaram como vias de expansão do processo de colonização? O que uma hermenêutica toponímica pode revelar sobre a personalidade econômica dos lugares e o perfil dos moradores e transeuntes? Como diferentes tradições construtivas se mesclaram na produção de uma arquitetura vernácula? O que se procura, portanto, é desvelar, nas descrições e representações das paisagens coloniais, traços que melhor expressem o hibridismo cultural imanente daquele processo de urbanização. Atualmente, o Baixo Sul abriga um patrimônio edificado bem preservado em municípios como Valença, Camamu, Taperoá e Cairu, mas suas populações originárias, afrodescendentes e mestiças ainda procuram nexos históricos que evidenciem seus laços de identidade com o território.

A análise é conduzida a partir de duas escalas geográficas: i) a escala da rede, entendida como sistema urbano, configurado por diferentes núcleos de população e vias de comunicação; ii) a escala do intraurbano, aludindo aos padrões de urbanização expressos na tessitura das vilas e povoados.

A base documental é constituída por narrativas textuais de autoridades e um conjunto cartográfico e iconográfico qualificado para os objetivos dessa pesquisa.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

A construção de um mapa interativo da cidade do Rio de Janeiro no início do século XIX e a produção de materiais didáticos

Maria Fernanda Bapttista Bicalho
Doutora, Universidade Federal Fluminense
mfbicalho@uol.com.br

Essa comunicação propõe-se a identificar e analisar as mudanças ocorridas na cidade do Rio de Janeiro em inícios do século XIX, com a transferência da família Real e a Corte portuguesa para o Brasil, em termos de novas edificações, de novas sociabilidades, da concentração de atividades econômicas, administrativas, lúdicas e cerimoniais, assim como de novas hierarquias sociais e simbólicas na recém transformada cidade-capital da monarquia e do império português. Seu objetivo mais geral é discutir as mutações ocorridas na cidade, utilizando-se de uma matriz cartográfica construída com base em pesquisa documental e cartográfica, que representa a ocupação do território urbano e a sociabilidade de seus habitantes, tanto das elites, quanto dos africanos escravizados e afrodescendentes libertos e livres.

Como resultado de um projeto financiado por Bolsa Cientista do Nosso Estado da FAPERJ, uma de suas propostas é produzir instrumentos didáticos para a formação de pesquisadores, professores, lideranças comunitárias, alunos universitários e do ensino fundamental e médio, assim como subsídios para ações de intervenção e preservação de sítios urbanos. A pesquisa se propõe a reunir e sistematizar dados e informações coletados por meio do levantamento de fontes de época – sobretudo do rico fundo documental da Décima Urbana, conservado no Arquivo Geral da Cidade do Rio de

Janeiro – e a iconografia da vivência social, cultural e urbanística no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX, relacionando-a a contextos e questões atuais da cidade.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Uma geografia dos cultivos em propriedades jesuíticas na América portuguesa, entre finais do século XVI e meados do XVIII

Mônica Bertoldi André
Mestranda, Universidade de São Paulo
monica.andre@usp.br

A comunicação aqui proposta pretende apresentar parte dos resultados preliminares gerados a partir da realização de Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior – BEPE, financiada pela FAPESP, em Lisboa – Portugal, sob o título "Os espaços de cultivo e estudo de plantas de propriedade jesuíta entre Brasil e Portugal, séculos XVI-XVIII". Dentre a documentação levantada, estão os Catálogos Breves e Trienais da Companhia de Jesus, que fornecem informações preciosas sobre as atividades econômicas levadas a cabo pelos jesuítas e, de especial interesse para esta pesquisa, dentro da categoria das produções agrícolas, quais eram os gêneros produzidos e comercializados para o sustento de cada um dos colégios e residências jesuíticas na Província do Brasil e na Vice-província do Maranhão e Grão-Pará. Assim, propõe-se apresentar uma geografia das plantas produzidas em propriedades jesuíticas, a partir da espacialização das informações contidas, sobretudo, nos Catálogos Breves e Trienais da Companhia de Jesus, especialmente nos Catalogus Tertius (1679-1757), mas também em cartas e crônicas jesuíticas, como a Informação da Província do Brasil para nosso Padre (1585), de José de Anchieta S.J., a Informação da Missão do P. Christovão de Gouvêa às partes do Brasil, anno de 83, manuscrito que reúne duas cartas de Fernão Cardim S.J., escritas entre 1583 e 1590, e a Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão, de João Felipe Bettendorff S.J. Tendo em vista os mapas construídos com tais

informações, pretende-se, ainda, mostrar os resultados do cruzamento destes com dados arqueológicos e etnológicos que indiquem as principais espécies cultivadas secularmente pelos povos originários em cada região, investigando possíveis mecanismos de apropriação seletiva e adaptação por parte da Companhia de Jesus em relação à culturas alimentares e paisagísticas pré-existentes.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

A ribeira da cidade do Natal: ocupação e uso dos espaços (1600-1799)

Monique Maia de Lima
Doutoranda, UFRN
monique.maialima@gmail.com

Esta pesquisa tem por objetivo compreender a dinâmica da ocupação e usos da Ribeira da Cidade do Natal entre 1600-1799. Para este fim, utiliza-se a análise dos Livros de Cartas e Provisões do Senado da Câmara do Natal referentes aos "chãos de terra" da cidade do Natal, sob a guarda do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. A investigação ocorre por meio da análise do pagamento e da isenção do foro dos chãos de terra requeridos na Ribeira, para se compreender como se deu o povoamento e a utilização econômica e social desta parte da urbe. Portanto, pretende-se averiguar, além da ocupação e povoamento dos chãos de terra no processo de territorialização do espaço urbano da Ribeira, identificar as redes de vizinhança, a localização dos chãos de terra e seu consequente mapeamento, por quem o chão de terra foi ocupado e/ou requerido e se esse requisito da ocupação influenciou ou não na isenção do pagamento do foro. Neste estudo, utiliza-se a abordagem prosopográfica, de Peter Burke, para realizar uma biografia coletiva dos vassalos da coroa portuguesa investigados, o conceito de Rede elaborado por Michel Bertrand para se compreender o comportamento social dos indivíduos que solicitaram chãos na Ribeira, assim como as concepções aferidas por Ana Cristina Nogueira e António Manoel Hespanha sobre a configuração corporativa da sociedade lusa e os diferentes espaços experienciados pelas categorias sociais do Antigo

Regime. Destarte, este estudo busca contribuir para o entendimento do processo de formação de núcleos urbanos no Brasil, especialmente por meio do uso do solo da cidade do Natal.

Palavras-chaves: Cidade do Natal, Ribeira, Requerentes de chãos de terra, História urbana.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Os diários do Barão de Mossâmedes e a cartografia coeva

Nádia Mendes de Moura
Doutora, UNB
nadiammoura@yahoo.com.br

Em 12 de setembro de 1771 partiu da Barra de Lisboa com destino ao Rio de Janeiro uma comitiva composta por autoridades, dentre eles José de Almeida de Vasconcellos Soveral e Carvalho, futuro governador general da capitania de Goiás. Soveral e Carvalho (futuro Barão de Mossâmedes, como é mais conhecido) foi escolhido pelo Marquês de Pombal em 1770 e chegou em Vila Boa no dia 25 de julho de 1772. O futuro governador recebeu do secretário de Estado Martinho de Melo e Castro a incumbência de tomar conhecimento de toda a capitania, por meio de visita pessoal, de modo a levantar os principais aspectos sob sua nova jurisdição. O governador registrou suas viagens em três diários, que serão estudados nesse artigo. O objetivo desse trabalho é espacializar as informações encontradas nesses diários tendo como suporte a Carta Geographica de Projeção Espherica da Nova Luzitânia ou América Portuguesa, mapa elaborado no fim do século XVIII em que a Capitania de Goiás aparece em posição central no contexto da América Portuguesa. A escolha desse mapa se deu de forma a situar Goiás nessa escala mais alargada, destacando a capitania como uma roldana macroterritorial ao deixar evidente a sua conexão com as capitanias vizinhas desse vasto território, articulando os sertões e mares do Norte e do Sul e de Leste e Oeste. O primeiro diário registra a viagem do Rio de Janeiro até Vila Boa pelo Caminho Novo para Minas Gerais, iniciada no dia 17 de maio de 1772. O caminho escolhido diferiu do trajeto de outros governadores que optaram por adentrar o sertão por São Paulo ou por Belém do Pará. Soma-se aos relatos

das viagens o segundo diário, onde consta informações detalhadas do estado de grande parte da Capitania de Goiás em 1773. A viagem do segundo diário foi a maior delas e durou quase cinco meses. Completando a série de diários a terem seus caminhos espacializados, finalizamos com o terceiro diário, que versava sobre a viagem de reconhecimento dos sertões e distrito diamantífero até o rio Grande (rio Araguaia). A expedição até os limites com a Capitania de Mato Grosso levou pouco menos de um mês, entre maio e junho de 1775. Os três diários são peças documentais complementares que dão uma ideia do papel da Capitania de Goiás e sua rede urbana na articulação do Estado do Brasil, na qual caminhos terrestres e a rede fluvial articulavam-se interdependentes. O exercício de Arqueologia da Paisagem aqui proposto permite realizar uma espécie de estudo em geografia retrospectiva e imaginar o que era a Capitania do Goiás na segunda metade do século XVIII.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

A construção territorial de Sergipe D'El Rey a partir dos caminhos d'água e rugosidades da terra.

Pedrianne Barbosa de Souza Dantas
Doutora, Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem | Universidade Federal de Alagoas
pedrianne@hotmail.com

Ao acatar o território como um arranjo de múltiplas camadas de significados, amalgamadas ao longo do tempo, mas em constante transformação, gerando o acúmulo de processos, formas e expressões da produção humana, esta proposta de comunicação se propõe a discorrer sobre o processamento da ocupação da capitania de Sergipe d'El Rey especialmente durante o período colonial, a partir das evidências encontradas na documentação oficial, nos mapas produzidos no âmbito das intenções colonizadoras empreendidas neste período da história e na própria paisagem contemporânea, temática aprofundada em tese de doutorado já concluída. Para a compreensão deste processo, considera-se os grandes movimentos do território movidos pelos projetos de exploração econômica, que envolvem as fazendas de gado, os engenhos e a cultura de alimentos, mas também a partir dos núcleos habitados, desde os arranjos previamente encontrados, promovidos pelos indígenas liderados por seus caciques, passando pelos aldeamentos e chegando aos pequenos povoados, vilas e cidades, que vão surgindo timidamente no grande e desconhecido espaço da mata e do sertão, porém infiltrados por inúmeros veios d´água, que servem de caminho para os que buscavam adentrar nas terras. Dessa forma, os núcleos urbanos são entendidos como uma etapa de um processo de territorialização relacionado com várias outras formas de estabelecimentos no espaço. No contexto colonial sergipano, currais, pousos, fazendas, sítios, aldeias indígenas, aldeamentos

missionários, engenhos de açúcar, freguesias, capelas e caminhos, dentre outros, serão "incógnitas" fundamentais para compreender as ulteriores etapas de povoamento e congregação humana desse território, iniciado em 1590. Neste contexto, desconfia-se das assertivas sobre as representações de Sergipe d'El Rey como simples "dobradiça" entre as capitanias da Bahia e Pernambuco, zona acessória aos polos açucareiros, ancorando-se na representação de uma capitania partícipe ativa desde o século XVII, num sistema de interdependência mútua entre zonas de abastecimento e criatório com zonas açucareiras vinculadas ao comércio Atlântico. Assim, vasculhando documentos e vestígios materiais do passado, sob o enfoque das fontes textuais e iconográficas, buscamos repertoriar os movimentos de reconhecimento, demarcação e ocupação territorial de Sergipe d'El Rey, dentro do contexto social geral da Colônia, bem como entender suas peculiaridades.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Emancipação administrativa e toponímia: notas sobre cartografia e dinâmica macroterritorial na Capitania do Ceará (1799-1818)

Régis Leitão Sydrião
Mestrando, Universidade de São Paulo
regisleitao@usp.br

Com foco na Capitania do Ceará, a presente proposta de comunicação tem como objetivo estabelecer conexões, em escala macro territorial, a partir da publicação da Carta Régia de 17 de janeiro de 1799 que separou a referida capitania do Governo Geral de Pernambuco, permitindo com isso novas articulações interiores e exteriores a partir do comércio direto com os portos metropolitanos. Tal circunstância ensejou novas representações cartográficas do território, permitindo o estabelecimento pela primeira vez dos limites da futura Província, edificada na Carta da Capitania do Ceará de 1818, elaborada pelo engenheiro militar Antônio José da Silva Paulet.

A capitania situada em zona transfronteiriça entre o Estado do Grão-Pará e Maranhão e o Estado do Brasil, onde os limites entre um e outro, não estavam bem definidos, esteve anexada ao Estado do Grão-Pará e Maranhão em 1621; e, posteriormente, passou para a jurisdição do Estado do Brasil, em 1656. Essa mudança facilitava a comunicação com a região de Pernambuco, principalmente pelos recorrentes casos de socorros e defesa militar contra invasores externos e comunidades indígenas, conforme documentação que tramitou no Conselho Ultramarino.

Desde então, institucionalmente, a capitania do Ceará esteve vinculada e subordinada à Pernambuco, situação desvantajosa comercialmente, pois cresciam os custos com

tributação e alargava o tempo de circulação das mercadorias, além da dependência política e administrativa.

Partindo das premissas aqui expostas, a proposta tem como objetivo principal indicar os agentes e fluxos em movimento no macro território das Capitanias do Norte, além de observar a relação dos elementos geográficos com espaços socialmente produzidos, a exemplo dos antigos e novos caminhos, dos maciços, da hidrografia e toda a rede de comunicação entre o interior e o litoral, inseridos na então nova dinâmica econômica.

Sob esse ângulo, pretende-se analisar o mapa de Paulet no contexto das últimas décadas do Brasil como colônia de Portugal e respectiva conjuntura mundial. Busca-se através da toponímia presente nos mapas o suporte interpretativo para a compreensão dos variados aspectos da dimensão política, bem como uma base de entendimento do que se deu ênfase e do que foi invisibilizado nas representações a partir dos interesses locais e da Coroa. Pesquisas anteriores fomentam o debate e o propósito dessa comunicação, que não tem intenção de ser conclusiva, mas sim de contribuir com o método de leitura das lógicas sociais e econômicas do interesse lusitano em escala regional na América Portuguesa.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Doenças, Causa Mortis e sepultamentos nas freguesias de Cabo Verde e Jacuí (1760-1823).

Usha Vashist
Doutora, IFSULDEMINAS
usha.vashist@muz.ifsuldeminas.edu.br
Tarcísio de Souza Gaspar
Doutor, Campus Muzambinho
tarcisio.gaspar@gmail.com

Esta comunicação analisará as mortes, a causa mortis e os sepultamentos ocorridos nas freguesias de Cabo Verde e de Jacuí, na porção sul-sudoeste da capitania de Minas Gerais, nos sertões fronteiriços com a capitania de São Paulo, entre as décadas de 1760 e 1820. A partir de uma abordagem transdisciplinar, por meio robusta documentação paroquial, pouco conhecida e pesquisada, pretende-se investigar a história da morte, dos sepultamentos e das doenças endêmicas na região estudada. A história dessa região sul mineira, uma zona de mineração tardia, apresenta peculiaridades. Originariamente ocupada por quilombos, essa área conheceu a chegada de populações luso-brasileiras posteriormente aos núcleos quilombolas primitivos. Por sua vez, a exploração aurífera empreendida por senhores locais reproduziu, ali, o modelo escravista já existente nas vilas e localidades mineradoras mais antigas. Os sertões de Cabo Verde e do Jacuí foram colonizados a partir de 1760, após a destruição de diversos quilombos situados nessas localidades. A fundação de arraiais e capelas deu-se nos anos seguintes, instalados nas proximidades de ribeiros auríferos que atraíram significativo número de exploradores, bem como senhores interessados em terras e sesmarias, oriundos de diversas partes do império lusitano, com destaque para paulistas e mineiros saídos das vilas mineradoras,

reinóis, açorianos e alhures. Desde já, a expansão da colonização portuguesa nessa região dependeu de trabalhadores escravizados, notadamente africanos. Houve ainda presença indígena. Em toda a região, existiram localidades quilombolas remanescentes, que parecem ter sobrevivido às expedições de extermínio. Houve pelo menos um cemitério quilombola a abrigar sepultamentos católicos na freguesia de Jacuí. A identificação e a demarcação dos espaços de sepultamento, cemitérios, capelas e matrizes dispostas nessas freguesias são interesses desse estudo. Nesse contexto demográfico multifário, a transmissão e a propagação de doenças adquiriram relevância, a ponto de fazer-se notar nos assentos de óbitos expedidos nessas freguesias.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Cartografias históricas como fontes arqueológicas: uma leitura macro territorial do Piauí à cidade de Teresina

Wilmar Moura de Souza Junior
Mestrando, FAU USP
wilmarmsjr@usp.br

Com foco na Capitania do Piauí - depois Província de mesmo nome - a presente comunicação busca tecer uma investigação em escala macro territorial desse eixo dos Sertões do Norte que por vezes é deixado como lacuna historiográfica dentre as pesquisas empreendidas no âmbito da leitura territorial, mesmo com denso material cartográfico histórico. Partindo-se dos estudos do mestrado em andamento no Programa de Pós Graduação da FAU USP, ensejamos aqui a operação da espacialização de freguesias, vilas, ribeiras, mocambos, territórios indígenas, rede hidrográfica e caminhos de gado da região que viria a se tornar somente em 1761, a Capitania de São José do Piauhy, que sugerimos como hipótese exercer o papel de roldana macro territorial, conectando capitanias e regiões, visto sua configuração transfronteiriça entre os Estados do Grão Pará e Maranhão e Estado do Brasil. As toponímias dos mapas muito nos revela das dimensões geopolíticas dos lugares e serão guias para essa leitura das lógicas e mobilidade da paisagem. Através das metodologias epistemológicas empreendidas pela inovadora linha de pesquisa do grupo "Arqueologia da Paisagem registrado sob o diretório do CNPq, buscamos em movimento interdisciplinar associar outros campos para compreendermos a situação da malha geográfica do Piauí que notabiliza-se pela profunda heterogeneidade espacial e humana, contrapondo-se ao estereótipo de vazio que permeia o imaginário coletivo. Nas escalas regional e intraurbana, trazemos como

foco o caso da cidade de Teresina, elevada a nova capital dentro do Brasil-Império depois da transferência dos foros administrativos de Oeiras, antiga Vila da Mocha. Nesse caso, buscamos responder às motivações que levaram à mudança da capital, com foco nas dinâmicas econômicas e disputas políticas, a partir da instrumentalização de fontes primárias como relatórios de presidentes da província e ofícios, bem como no balizamento de pesquisas anteriores.

IX Encontro Internacional de História Colonial

IX EIHC

DIMENSÕES GLOBAIS E LOCAIS DOS IMPÉRIOS COLONIAIS: REDES, CIRCULAÇÃO E DINÂMICAS (SÉCULOS XV-XIX)

Deslocamentos e territorializações no Império Português (XVI-XIX)

2

Reinaldo Forte Carvalho (UPE - Campus Petrolina) & Almir Leal de Oliveira (UFC)

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

A SESMARIA DE JOÃO PPEIXOTO VIEGAS NO CONTEXTO DA PÓS-RESTAURAÇÃO: PANORAMA POLITICO, SOCIAL E ECONOMICO NA CAPITANIA DA BAHIA (1640-1700)

Alex Teixeira de Araújo
Doutorando, Universidade Federal Fluminense
alexhistoriauneb@gmail.com

Esta proposta analisa a trajetória de João Peixoto Viegas, comerciante português que imigrou da vila de Viana de Castelo em Portugal para a Capitania da Bahia em 1640. Ele fez carreira administrativa e ascendeu sócia e economicamente, por meio de redes de sociabilidades, que lhe possibilitaram alcançar os espaços reservados as elites locais, como o Senado da Câmara e a Santa Casa de Misericórdia da Bahia. A análise proposta vai além da elaboração de um trabalho de trajetória, pois circula também em temas relevantes como colonização, catequização, ascensão social, economia colonial, cargos e funções na governança local, sem perder de vista o contexto da Pós-Restauração com seus efeitos para a economia da Capitania da Bahia no século XVII.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Entre reformas e heranças : uma análise da Vila de São Salvador com vista nas estruturas coloniais e os impactos das reformas pós-independência no séc. XIX

Alexandre Ferreira de Azevedo
Mestrando, Uerj-FFP
alexandreazevedo1997@gmail.com

Esta apresentação é fruto do processo de desenvolvimento da pesquisa feita pelo mestrando Alexandre Ferreira de Azevedo, no Programa de Pós-Graduação em História Social -Uerj/FFP, cujo projeto é intitulado LIBERALISMO, ADMINISTRAÇÃO E JUSTIÇA: UMA DISCUSSÃO SOBRE A VILA DE SÃO SALVADOR NO PÓS-INDEPENDÊNCIA (1822-1835).

Com o século das Luzes, o advento do período pombalino, o liberalismo emergente no final do século XVIII e início do XIX, e o desenvolvimento de novas práticas de justiça que atravessaram o fim do período colonial e o pós-independência, a articulação dos agentes que representavam El'Rey nas localidades será remodelada, visando abarcar os interesses da coroa e os anseios regionais. Entendendo que o ato de fazer justiça, na prática de Antigo Regime era, muitas vezes, também governar, destaca-se a necessidade de analisar como estas redes clientelares se desenvolveram, ainda antes da emancipação política para com Portugal, para elucidar quais eram os interesses dos diferentes grupos que apresentavam, igualmente, diferentes projetos políticos.

Como objeto de estudo, esta pesquisa traz uma análise sobre Vila de São Salvador da Paraíba do Sul, sob aspectos pré-independência e pós-independência. Para perceber quais mudanças ocorreram com o advento das reformas no pós-independência, busco

observar como as estruturas coloniais de justiça impactavam na governabilidade desta localidade. A Vila de São Salvador foi palco de um imbróglio jurídico-administrativo que deu àquela região um caráter peculiar. Em 1752, diante de grande movimentação das elites locais e dos magistrados que atuavam em nome da coroa naquela região, o rei de Portugal ordenou a compra da capitania da Paraíba do Sul de seus antigos donatários, os Asseca. Esta pertenceria, assim, enquanto território jurídico, à Comarca do Espírito Santo, mas administrativamente, pertencia ao Rio de Janeiro. Esta situação perdurou até a Reforma do Processo do Código, de 1832.

Para tanto, busco analisar como as mudanças ocorridas no pós-independência, como a promulgação do Código Criminal em 1830 e o Código do Processo Criminal em 1832, impactaram na prática jurídica e no ato de governar as localidades, com vista nas mudanças paradigmáticas entre as estruturas que provém do Antigo Regime e os ideais das liberais que ganham força durante o oitocentos. Como nota de atualização, percebe-se, por meio da pesquisa, que houve um forte caráter de continuidade entre os homens e magistrados que estão capilarizando e territorializando o poder da monarquia por meio de sua atuação. Mesmo com as reformas, algumas continuidades importantes podem ser observadas nesta vila.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Sertão(ões): território, territorialidades e espacialidades indígenas nas Capitanias do Norte- séculos XVII-XVIII

Antonio José de Oliveira
Doutor, Universidade Federal do Rio Grande do Norte-Campus-Caicó
antonio.oliveira@ufrn.br

O presente artigo discute questões teóricas e historiográficas sobre sertão(ões) como território, territorialidade e espacialidades indígenas nas capitanias do norte nos séculos XVII e XVIII. Enquanto conceito, sertão/sertões é um termo polissêmico, remete a vários significados. Enquanto espaço, é um lugar característico que agrega vários enunciados sejam eles social, político, econômico, cultural. No período colonial se configurou o lugar do diferente, vasto e hostil, espaço que havia de ser, na concepção dos agentes coloniais preenchido pelas suas mais diversas formas de premissas civilizatórias. Enquanto território, era o espaço do vazio, do desconhecido, da desorganização, da irracionalidade, habitat dos ditos selvagens tapuias. Tapuias, que formataram suas espacialidades ao sabor de suas mais diferentes vivências, passando a se modificar quando entraram em contato com os agentes da expansão colonial, contato, este, que gerou conflitos, negociações, alianças, como também intensos deslocamentos por territórios outros, produzindo e reproduzindo novas territorialidades.

Palavras Chaves: Sertões; Território; Espacialidade Indígena

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

O açúcar de Pernambuco, "crise" econômica e historiografia: perspectivas de análise (séc. XVII e XVIII).

Breno Almeida Vaz Lisboa
Doutor, Universidade de Pernambuco
breno.lisboa@upe.br

Os estudos sobre o açúcar e a economia colonial no Brasil, e em Pernambuco em particular, não são novidade. Há muito que historiadores de diversas origens e perspectivas metodológicas tentam equacionar a importância do açúcar na formação econômica colonial, assim como sua importância para a configuração da sociedade da época e suas implicações nas relações de poder de então. Diversos trabalhos discutiram o assunto, chegando, em geral, a conclusões semelhantes. No caso de Pernambuco, por ser uma capitania eminentemente açucareira desde os seus primórdios, tais trabalhos e conclusões abordaram uma série de questões sobre essa capitania. Em meio a essas abordagens, convencionou-se chamar de "crise" o processo histórico pelo qual passou a economia açucareira na capitania de Pernambuco na segunda metade do século XVII e ao longo do século XVIII. Tal assertiva cristalizada na historiografia durante décadas teve consequências não apenas para o conhecimento do passado colonial pernambucano, mas também para os rumos da historiografia referente a Pernambuco e ao Brasil colonial. Devemos ter em conta que um exame mais cuidadoso da economia pernambucana dos séculos XVII e XVIII mostra o quanto a situação econômica da capitania no período vai muito além da ideia de "crise". Consideramos que uma série motivos, ligados a questões "internas" e externas", militaram no sentido de obscurecer um conhecimento mais acurado acerca do açúcar e da economia pernambucana nos séculos XVII e XVIII. O que

mais nos interessa aqui é entender de que maneira essa ideia de “crise” da economia açucareira se cristalizou na historiografia pernambucana e brasileira e ao mesmo tempo matizar tal ideia a partir de diversos aportes documentais.

PALAVRAS-CHAVE: AÇÚCAR; PERNAMBUCO; CRISE

O açúcar de Pernambuco, "crise" econômica e historiografia: perspectivas de análise (séc. XVII e XVIII).

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Mobilidade da população de origem europeia na América Portuguesa no século XVII: povoamento, negócios e conflitos armados

Diogo Andrade Cardoso
Doutor, CITCEM/ESE-IPP
andradediogo_89@hotmail.com

A presença portuguesa na América sempre foi acompanhada por uma forte mobilidade. Quer ao longo da costa, quer em direção ao interior, os portugueses deslocaram-se com o intuito de obter novas terras, recursos, negociar, combater ou evangelizar. Esta comunicação pretende fazer a análise dessa mobilidade, estudando as motivações individuais, através, por exemplo, de um cruzamento com as ocupações, e os locais onde esta circulação ocorria ao longo do século XVII. Utilizando os processos inquisitoriais como fonte principal, é intuito desta comunicação compreender o papel das cidades e vilas dos estados do Brasil e Maranhão e Grão-Pará na deslocação dos indivíduos não só em direção ao interior, onde a presença portuguesa se foi consolidando de forma gradual, mas também entre as diversas capitanias. Assim, a função dos principais povoamentos, tais como Salvador da Baía, Olinda, Recife, Rio de Janeiro ou Belém do Pará, será analisada como ponto de chegada para a população europeia, mas também como local de partida de uma migração radial em direção ao sertão e como plataforma de mobilidade entre os principais polos de ocupação humana de cada uma das capitanias. O intuito da comunicação será entender o papel assumido pela indústria açucareira, a religião e os combates contra populações nativas ou povos europeus na circulação dos habitantes portugueses neste território no decorrer de Seiscentos.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

A representação do visualizado. Descrições dos usos e ocupações dos sertões do Guairá.

Dora Shellard Correa
Doutora, Universidade Estadual de Londrina
dshellard@uel.br

Esta comunicação tem como objetivo problematizar a leitura de documentação produzida e conservada sobre a América Portuguesa que descreve os sertões, áreas não dominadas politicamente, culturalmente e militarmente pelo Estado português. Documentação essa que utilizamos para analisar formas de ocupação e exploração da terra e dos recursos naturais, com a qual buscamos representar paisagens. Vamos nos concentrar nas descrições elaboradas por oficiais que a mando de D'Luiz de Souza Botelho Mourão penetraram os sertões do Tibagi na segunda metade do século XVIII. Contudo, trataremos também de alguns dados do século XVII sobre a Província do Guairá, como se denominava então essa área, e por dados do século XIX, quando essas terras foram descritas mais uma vez por sertanistas que amando de um negociante e político, financiou a entrada. O que buscamos enfatizar é que essas descrições, as imagens apresentadas nos revelam tanto verdades, o que enxergam e significam, quanto mentiras, o que não percebem e ou ocultam intencionalmente.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

O Juiz e a Princesa: estratégias de articulação e consolidação política do território da vila de Campanha 1798-1806

Edna Mara Ferreira da Silva
Mestre, Instituto Histórico e Geográfico de Campanha
ednamara.ferreira@gmail.com

Campanha da Princesa foi o nome dado a uma das últimas vilas mineiras criadas no século XVIII, em alusão direta a monarquia portuguesa. Dessa forma o estabelecimento da vila de Campanha configurou-se como recurso de organização administrativa, mas também serviu como elemento poderoso de reafirmação da soberania portuguesa, endossado pelo Senado da Câmara da vila que passa a destinar um terço de seus rendimentos a um donativo a princesa Dona Carlota Joaquina. A essa doação segue um curioso ato, o da doação da posse do senhorio da vila à referida princesa do Brasil. O papel de destaque nessa articulação para a doação do senhorio da vila foi do juiz de fora José Joaquim Carneiro de Miranda e Costa responsável por erigir a nova vila e por criar o cargo de juiz de fora em Campanha, no ano de 1798, momento da elevação do arraial. Permaneceu no ofício até aproximadamente a segunda década do século XIX. A carreira do juiz de fora da Campanha da Princesa se mistura com a história do próprio local e com o estabelecimento dos limites desta vila. Em face as transformações geopolíticas e rearranjos econômicos que atingem o Brasil no inicio do século XIX, buscamos o sentido dessa reminiscência senhorial e seu contexto para a vila da Campanha da Princesa. Essa comunicação se propõe a investigar, além da trajetória do juiz, o auto de posse do senhorio da vila e doação da terça parte do rendimento de seus bens para a Princesa do Brasil. Para essa comunicação utilizaremos principalmente as fontes disponíveis no

Arquivo Histórico Ultramarino, no Arquivo Público Mineiro, e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

A colonização das Capitanias do Rrio Grande e da Paraíba: o caso da Ribeira e do Sertão do Rio Curimataú (1659-1720)

Francisco Irajan Bezerril Júnior
Mestrando, Universidade Federal Rural de Pernambuco
franciscoirajanbezerril@gmail.com

O trabalho tem como objetivo analisar a expansão político militar da Coroa Portuguesa a partir da capitania de Pernambuco enquanto centro irradiador de agentes e instituições para o interior das Capitanias do Norte na metade do século XVII, e que culminou com os episódios da Guerra dos Bárbaros. A pesquisa enfoca processos políticos, econômicos e administrativos da colonização portuguesa na conformação do território do Curimataú colonial ao buscar recompor o contexto histórico da sedimentação da estrutura colonial em torno do rio do Curimataú, investigando a ação de instituições e grupos sociais envolvidos nesse processo. O período escolhido para a composição do corpus da pesquisa é de 1659 a 1720. 1659, foi o ano da concessão de uma sesmaria feita pelo governador geral, Francisco B. Menezes ao capitão Dionisio Vieira de Mello do terço do mestre de campo João Fernandes Vieira na "ribeira de Cunhaú" termo da capitania do Rio Grande. 1720, é considerado um marco para o fim da Guerra dos Bárbaros, pois foi o ano em que se registrou a última invasão indígena ao Engenho Ferreiro Torto, na ribeira do Potengi, na capitania do Rio Grande. O final da Guerra dos Bárbaros marca a consolidação da colonização do sertão, constituindo-se em um importante momento, para a concessão de sesmarias na região. A metodologia aplicada consistiu no diálogo com diferentes fontes dos séculos XVII e XVIII, e do aporte teórico-metodológico da História Social. Através do estudo das cartas de sesmarias foram identificados elementos

textuais e narrativos que denotavam o oferecimento de mercês a colonos envolvidos no combate aos bárbaros do sertão, como ofícios e concessões de terras na região do Curimataú. Para análise das cartas de sesmarias, que estão disponíveis em arquivos digitais como a Plataforma SILB, foi utilizado o Método de Tabulação, que consistiu na leitura dirigida a partir de categorias de análise pré-determinadas que compreendeu nome do sesmeiro, data de concessão, local de concessão, extensão da terra e justificativa da concessão. A pesquisa utilizou também os autos de vereação da Câmara do Senado de Natal disponíveis fisicamente no IHGRN, onde se realizou uma busca por nomes de homens que exerceram cargos de vereança e administração na capitania do Rio Grande. No site AHU foi realizada uma busca por cartas patentes e provisões de soldos dos sesmeiros do Curimataú,no mesmo arquivo e site, foi pesquisado também documentos de cunho religioso referentes as missões e aldeamentos indígenas do território do Curimataú. Com isso, buscou-se compreender em que medida a ocupação das terras da Paraíba e do Rio Grande foi parte do plano político e econômico encabeçado por Pernambuco no contexto da economia da pecuária, motivo pelo qual foi desbravado o sertão dessas capitanias.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Desbravar, ocupar, evangelizar e fortificar: o papel das expedições de Pedro Teixeira no processo de territorialização da Amazônia Colonial

Fredson Pedro Martins
Doutorando, Universidade Federal do Ceará - UFC
pedro.fredson@gmail.com

A presente comunicação objetiva analisar alguns dos impactos sociais e políticos desenvolvidos pelas expedições do militar português Pedro Teixeira, refletindo sobre como as navegações/expedições encabeças por ele se desdobraram no processo de construção das fronteiras e zonas de controle/influência da Amazônia Colonial. Busca-se problematizar como a dinâmica das expedições portuguesas ao longo dos rios da Amazônia Colonial atuaram na constituição dos espaços coloniais, estabelecendo mecanismos de posse com base em uma ocupação militar e religiosa, além de servirem como configuradoras dos novos territórios. Com foco na observação dos relatos expedicionários e da produção cartográfica do período, pretendemos refletir acerca do amplo e complexo processo de ressignificação sociocultural dos espaços amazônicos coloniais. Assim sendo, acreditamos que por meio dos discursos e práticas de expedição, urbanização, fortificação e evangelização alicerçadas na ocupação de espaços amazônicos específicos, as narrativas e condutas lusitanas serviram como substrato para distintas e singulares formas de apropriação territorial, atuando em zonas fronteiriças de embate entre os impérios ibéricos.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Comunicação política, território e aparelho jurídico nos Campos dos Goytacazes: noções e discussões acerca da administração da justiça (1785-1804)

Hiago Rangel Fernandes
Mestrando, PPG em História Social da UERJ e Pós-graduação em Filosofia na USCS
hiagoranfernandes@gmail.com

O trabalho a ser apresentado é resultado de pesquisa em finalização no âmbito do mestrado em História no Programa de Pós-graduação em História Social da UERJ FFP. Buscamos analisar as solicitações e interesses materializados nas comunicações políticas envolvendo agentes da elite local e régio do império português, que condicionaram na reforma do aparelho jurídico do distrito de Campos dos Goytacazes feitas nos anos iniciais do século XIX. Observamos como vereadores, lavradores, militares, vice-reis, magistrados e conselheiros ultramarinos apresentaram demandas, concepções e justificativas para as mudanças jurídico-administrativas e territoriais, mobilizando noções sobre justiça, governo e evidenciando também seus conflitos e interesses políticos, simbólicos e econômicos nas propostas para a região. O recorte compreende as discussões e reformas jurídico-administrativas entre os anos de 1780 e 1806 de um amplo território, com fronteiras nem sempre definidas, entre o Rio de Janeiro e o Espírito Santo, que deixou de ser uma capitania em 1754 para se tornar um distrito formado pela Vila de São Salvador e São João da Praia. No atual estágio da pesquisa analisamos que algumas comunicações políticas contribuíram para o contorno de uma região dos Campos dos Goytacazes que atendia determinados interesses locais e regionais. Algumas delas articulavam de concepções tradicionais corporativas acerca da justiça e administração, a exemplo de algumas denúncias de corrupção dos magistrados, além de

interesses simbólicos típicos do universo político de distinção e hierarquia social de Antigo Regime português Por outro lado, é de se observar também casos de entendimento da aplicação da justiça e atuação de militares como instrumentos de disciplina social para a educação e domesticação ao trabalho, o que sugere a influência das teorias racionalistas e médico-policiais que guiaram os secretários de Estado no ministério pombalino. Concluímos também que as reformas na administração da justiça no distrito goitacá nos anos iniciais do século XIX concretizaram pontos de concordância e consenso entre os envolvidos nas comunicações políticas – mesmo que por diferentes interesses e paradigmas teóricos e administrativos – levantados por vereadores, lavradores, militares, vice-reis, magistrados da Relação do Rio de Janeiro e conselheiros do Conselho Ultramarinos.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

"Os meios necessários para poderem ser úteis à sociedade": o esquadrinhamento do território e o governo das populações na pena dos agentes coloniais (Sertões do Norte, século XVIII)

Leonardo Cândido Rolim
Doutor, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)
leonardorolimhist@gmail.com

A pesquisa proposta analisa projetos de colonização para os Sertões do Norte elaborados na pena dos agentes coloniais ao longo do século XVIII. O objetivo principal é entender a exploração econômica a partir esquadrinhamento do espaço colonial. Ou seja, pretende-se investigar a produção e a circulação de conhecimento acerca do território e das populações das capitanias do Ceará e do Piauí para compreender as intervenções, também chamadas de políticas coloniais, das diversas instâncias administrativas dos dois lados do Atlântico. Partimos da premissa que a produção de relatos, memórias, ideias, mapas, roteiros e tantos outros documentos teve significativo aumento ao longo dos setecentos e se caracterizou pelo conteúdo que pautava as possibilidades de intervenção, a partir da estrutura político-administrativa do Império português, na racionalização e melhor exploração dos territórios coloniais, típicas da ilustração. É importante ressaltar que tais escritos foram produzidos, em alguns casos, a pedido de agentes e órgãos localizados em Portugal. Em outras situações, o interesse no reconhecimento dos serviços prestados, aliado às condutas influenciadas pela ilustração, levou os funcionários da administração colonial a se debruçarem sobre as questões econômicas, políticas e sociais dos territórios. Nos dois casos, fica evidente que produzir e fazer circular papéis que continham informações importantes sobre aspectos diversos

dos territórios e das populações fez parte das dinâmicas da administração colonial em diversas instâncias. Esses "papéis" são hoje encontrados tanto na documentação avulsa depositada no Arquivo Histórico Ultramarino, se caracterizando como uma correspondência formal, quanto em documentos depositados em acervos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro ou no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Consideramos em nossa investigação, não apenas documentos produzidos por ouvidores, capitães-mores, governadores, provedores. Muitas vezes, agentes eclesiásticos contribuíram na escrita de projetos coloniais tanto quanto naturalistas (profissionais ou amadores) que deste lado do Atlântico exerciam as mais diversas funções. Para esta comunicação, serão analisados os escritos de dois agentes da administração colonial acerca dos problemas identificados nas capitanias e as alternativas para explorar potencialidades dos Sertões do Norte: Gonçalo Lourenço Botelho de Castro e Manuel Magalhães Pinto Avelar, respectivamente governador da capitania do Piauí e ouvidor da capitania do Ceará. Os dois agentes, além da comunicação política corrente, produziram relatos que carregam expressos sinais de propostas de intervenção no território e no governo dos povos.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

A história e os patrimônios do Arquipélago de Fernando de Noronha

Lilian Lorena Coelho Flor
Mestranda, Universidade Federal de Alagoas
lorenaflor@hotmail.com

Acessado pelos portugueses em 1503, o Arquipélago de Fernando de Noronha passou a ser um território bastante disputado pelos povos europeus, sendo utilizado nos dois primeiros séculos como uma espécie de porto entre o Brasil e o continente europeu. Foi apenas em 1737 que os portugueses de fato deliberaram um plano para a proteção do lugar: o engenheiro militar Diogo Sylveira projetou um elaborado sistema de defesa, intencionado a proteger a ilha em caso de ataque, bem como em mantimento em caso de cerco.

A partir do início da Segunda Guerra Mundial, o arquipélago passou a exercer a função de presídio político da União. Nestes anos, a ilha adquiriu uma maior infraestrutura e abrigou centenas de militares e suas famílias. Com o fim da guerra, parte dos habitantes residentes permaneceu, dando origem às famílias nativas noronhenses que ainda hoje conservam-se na ilha. As fortificações de Fernando de Noronha são há muito apreciadas por arqueólogos e curiosos de todo o mundo, e são, em sua grande maioria, patrimônio arqueológico reconhecido e tombado pelo IPHAN.

Considerado um paraíso repleto de belezas naturais, em 2001 o arquipélago foi tombado pela UNESCO como patrimônio natural da humanidade, e foi se consolidando como um destino brasileiro internacional, escolhido por milhares de turistas anualmente, tendo

mais de 90% de sua economia relacionada ao turismo. Porém, atualmente o pouco da história edificada na ilha vem se deteriorando com o passar dos anos.

Diante deste foco econômico, assuntos relacionados à preservação do patrimônio arqueológico e infraestrutural deixaram de ser prioridades efetivas, resultando em edificações em desuso e ruínas. A busca do roteiro turístico apenas pelas praias resultou ainda mais na falta de interesse das entidades administrativas nas intervenções necessárias, seja no seu patrimônio ou nas condições indispensáveis para o pleno funcionamento da ilha e seus habitantes.

Por outro lado, desde a pandemia e em especial com o encerramento de alguns voos e redução de outros por falta de qualificação da única pista de pouso da ilha desde outubro de 2022, os ilhéus enfrentam grandes prejuízos. A condição dessa população também é pouco contemplada com ações de apoio e sua cultura não é vista como patrimônio que precisa ser acolhido.

Portanto, Fernando de Noronha tem sido o cenário hospedeiro de diversas épocas e seus ciclos, um lugar cheio de riquezas, mas carente de reconhecimento e valorização tanto para com a ilha, em termos de edificações, como para com o ilhéu. Esta pesquisa busca enfocar o arquipélago enquanto área carente desde olhar que o vislumbre para além do paraíso das águas, observando-o como um patrimônio histórico e lugar habitado. A metodologia se baseou em visitas ao local e no acesso a fontes primárias.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Em defesa do vínculo: senhorio colonial e direitos de propriedade em disputa no Morgado de Porto da Folha (Sergipe, século XVIII)

Lucas Oliveira de Jesus
Mestrando, Universidade Federal de Sergipe
lucasoljesus0@gmail.com

Em 1792, Antônio Gomes Ferrão Castel Branco, Fidalgo Cavaleiro e administrador do Morgado de Porto da Folha, às margens do Rio São Francisco, solicitou à Coroa Portuguesa a suspensão da medição e demarcação de terras destinada a uma aldeia indígena existente em seus domínios. Segundo sua argumentação, realizar essa demarcação era um atentado contra seu direito de propriedade, principalmente o caráter indivisível das terras vinculadas. Sob uma suposta influência de um missionário capuchinho que estaria solicitando a demarcação de terras vinculadas ao Morgado para a instituição de uma aldeia, e confirmada pelo Ouvidor da Comarca de Sergipe, Castel Branco recorre tanto ao Governador Geral, na Bahia, quanto ao poder régio. Nesse sentido, o objetivo do presente trabalho é analisar os conflitos existentes na sociedade colonial, tendo como personagens principais um senhorio colonial, indígenas, a Igreja, autoridades coloniais e a Coroa portuguesa. Dessa maneira, o trabalho partirá em duas perspectivas. Num primeiro momento, será observado a constituição do Morgado de Porto da Folha como um senhorio colonial, a partir de um retrospecto da "linhagem" da família senhorial, baseado no sistema de distribuição de mercês como gratificação pelo "serviço" prestado durante as Invasões Holandesas. Em seguida, destacaremos como Antônio Castel Branco utiliza de argumentação jurídica para se contrapor às iniciativas dos indígenas e dos missionários na demarcação de terras para o aldeamento. A partir

da abordagem da História Social da Propriedade, esse trabalho busca apreender como as disputas por direitos de propriedade estão inseridas num contexto de efetivação do domínio colonial, manutenção do poder senhorial e de complexos conflitos por interesses existentes na sociedade setecentista.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

As Casas de Câmara e Cadeia e as urbes: os casos de Vila Rica, Rio de Janeiro e Natal na primeira metade do século XVIII

Mateus Freitas Ribeiro Frizzone
Doutorando, Universidade Federal de Minas Gerais
mfrizzone@gmail.com

Frequentemente os edifícios civis mais imponentes das vilas e cidades coloniais, as Casas de Câmara e Cadeia geraram impactos que devem ser considerados no desenvolvimento das malhas urbanas da América Portuguesa. Como Rubenilson Teixeira e Edja Trigueiro afirmam, "em muitos casos, [...] o principal lócus de vida social é dominado visualmente a partir tanto da Casa de Câmara e Cadeia quanto da igreja, dois edifícios fundamentais da urbanidade colonial" (TEIXEIRA, TRIGUEIRO, 2008: 5). Por isso, este trabalho busca discutir, de maneira comparada, as localizações das Casas de Câmara e Cadeia construídas a partir do final da década de 1710 e durante o decênio seguinte em Vila Rica, Natal e Rio de Janeiro. Essas três urbes, além de geograficamente distantes, eram muito distintas, entretanto as edificações de suas Casas de Câmara e Cadeia trazem discussões e implicações significativas nos desenvolvimentos nas suas respectivas localidades. As duas primeiras eram cidades com mais de um século de existência, todavia, enquanto o Rio se tornava uma das principais do Império Português, a cidade potiguar possuía um tamanho muito reduzido, com população acanhada e relevância regional. Já a recém-criada Vila Rica, de 1711, apesar de ser uma vila, estava no centro das atenções portuguesas devido à extração aurífera na capitania de Minas Gerais. Não se pretende aqui simplesmente enquadrar as edificações em modelos e verificar o quanto correspondem a eles, mas perceber suas integrações nas malhas urbanas e nas paisagens,

os possíveis motivos de suas instalações nos respectivos sítios e quais os eventuais impactos no desenvolvimento dessas urbes no período. Busca-se compreender relações desses edifícios com as praças, ruas direitas, igrejas, os traçados das urbes em análise e as políticas urbanizadoras da metrópole. Afinal, segundo Nestor Goulart Reis Filho, a partir da segunda metade do século XVII e do início do XVIII há um movimento centralizador da coroa portuguesa que resultou em uma política urbanizadora mais agressiva e a metrópole passou a tentar submeter ao seu controle todas as aglomerações urbanas em todos os níveis e regiões (REIS FILHO, 1968: 73). Para perceber tais ingerências mais diretas do governo português utilizar-se-á a análise desses edifícios, que além de simbolizar a ordem e a justiça real, abrigavam parte importante das administrações locais e do sistema punitivo. Para essa análise, utiliza-se, principalmente, as documentações camarárias e do Arquivo Histórico Ultramarino.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Estrangeiros no sul da Província da Bahia: Escravidão e Economia Cafeeira em uma "zona periférica" entre 1818-1888

Ramom Pereira de Jesus Moreira
Doutorando, PPGHS/UERJ
ramompjmoreira@gmail.com

O texto busca discutir a concessão de terras para estrangeiros europeus não portugueses a partir de 1808 como fruto de uma política colonizadora aplicada por D. João VI e mantida por seus sucessores que pretendiam o povoamento das áreas com "insuficiente" povoamento, visando com isso a aplicação de novas relações de trabalho que diferenciassem-se do modelo até então vigente no Brasil. Discutiremos especialmente a formação da Colônia Leopoldina a partir de 1818 situada entre a comarca de Caravelas e a Vila Viçosa pertencentes a antiga Capitania de Porto Seguro na Bahia oitocentista, analisaremos sobretudo os elementos que fizeram desta colônia composta por suíços, alemães e franceses uma importante zona agrícola que se dedicava ao cultivo e exportação de café baseado no trabalho de escravizados africanos. Aos estrangeiros que recebiam sesmarias estava vedado o uso de trabalho escravizado devendo estes dedicar-se as atividades agrícolas de abastecimento interno e com mão de obra familiar, nota-se que os colonos residentes na Leopoldina não seguiram essas prerrogativas ao mesmo tempo que não sofreram sanções da lei seja por parte do governo provincial ou imperial, uma vez que em um contexto de crise na economia baiana a colônia Leopoldina vivenciou um expressivo processo de expansão econômica, o que indicava uma situação de contraponto para com as outras regiões da província neste mesmo período. Assim sendo a colônia Leopoldina durante seu período de existência representou um

importante foco de produção cafeeira em uma área vista como periférica, tendo sua desintegração nos anos finais do período escravista.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Ínvias do sertão: notas sobre representação territorial em um documento jesuíta do século XVII

Raul Oliveira Moreira
Doutorando, UFOB/UFBA-PPGLinC
raul.moreira@ufob.edu.br

Os arquivos da Companhia de Jesus constituem importante acervo histórico para compreendermos a cultura dos povos indígenas do Brasil, a caracterização dos povos autóctones por parte dos membros dessa instituição, bem como a caracterização do próprio território em que esses contatos foram estabelecidos, o sertão. Mais que uma faixa de terra, o espaço sertão durante séculos simbolizou o encontro dos colonizadores com a terra conquistada que não havia ainda sido subjugada. No presente trabalho vamos explorar algumas das demonstrações e representações do espaço cultural sertão no "Sexennium litterarum brasilicarum ab anno 1651 usque ad 1657", um relatório elaborado por jesuítas a respeito das atividades da Companhia no Nordeste do Brasil, no contexto da expansão colonial portuguesa ao longo da bacia do São Francisco depois da expulsão dos holandeses do Brasil. O documento estudado é um fac-símile manuscrito, com caligrafia humanística característica do século XVII, em latim, que será transcrita a partir de uma perspectiva paleográfica e traduzida para o português. A transcrição, tradução e futura publicação dessa carta são objetivos de uma pesquisa de doutorado no âmbito da Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia, desenvolvida no Núcleo de Antiguidade, Literatura, Performance e Educação (NALPE).

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

O vermelho das matas: História ambiental, extração de pau-brasil e comércio de corantes na primeira modernidade

Thiago Alves Dias
Doutor, Universidade de Pernambuco
thiago.dias@upe.br

Por meio das perspectivas da História ambiental e suas tratativas em torno das interações humanas entre sistemas naturais e sociais, essa comunicação visa apresentar parte de minhas pesquisas sobre as práticas e instituições mercantis relacionadas ao comércio de pau-brasil extraído das matas do Brasil e destinadas ao mercado de corantes em Portugal e restante da Europa, no século XVIII, enfocando as questões ambientais. A partir da documentação alfandegária da Casa da Índia, demonstramos as dimensões e escalas mercantis, seus contratos, negociações e instituições que modularam estes processos de extração e comércio, focando nas práticas extrativistas nas áreas litorâneas do Estado do Brasil, no despacho de madeiras no porto de Recife até a posterior reexportação via Lisboa para o mercado de corantes no norte da Europa durante o século XVIII.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Justiça, ordem e conflito em espaços subalternos do Império Português (1675-1750): os Ouvidores-Gerais e poderes locais nas Comarcas de Sergipe d'El Rei e Cabo Verde

Wanderlei de Oliveira Menezes
Mestre, Universidade Federal de Sergipe
wanderlei.o.menezes@gmail.com

Os estudos acerca da administração e poder no império ultramarino português da Época Moderna tem relevado uma série de estratégias das instituições e agentes do poder central e dos poderes locais para além de conseguirem estabelecerem o controle das conquistas ultramarinas se buscava o estabelecimento de uma ordem social que garantisse as hierarquias sociais e políticas. Nesse contexto, era de fundamental importância o papel desempenhado pelas autoridades judiciárias. Nesta comunicação damos especial ênfase para o papel desempenhado pelos ouvidores-gerais na configuração do mando colonial. Os ouvidores-gerais eram autoridades investidas na promoção da justiça régia e interlocutores entre os governadores e as elites locais. A proposta da comunicação é realizar um estudo comparativo entre dois espaços administrativos ultramarinos: as capitanias/comarcas de Sergipe d'El Rei e das Ilhas de Cabo Verde e limites de Guiné. Procuraremos ressaltar as similitudes e diferenças dessas duas unidades administrativas e como os ouvidores atuaram para impor a jurisdição e prerrogativas da justiça régia em duas sociedades coloniais atlânticas tão diversas. Interessa-nos perceber para além dos conflitos administrativos inerentes ao funcionamento da política ultramarina, acentuar as estratégias que foram utilizadas pelos magistrados entre a segunda metade do século XVII e primeira metade do século

seguinte, período marcado pelo fortalecimento do poder régio e dos órgãos ultramarinos em dois espaços subalternos

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

O estabelecimento de reinóis nos sertões da Bahia

Zezito Rodrigues da Silva
Doutor, Universidade do Estado da Bahia-UNEB
zezito.uneb@gmail.com

O estabelecimento de famílias portuguesas nos sertões da Bahia não se deu apenas em razão de projetos de colonização estratégicos sob controle do Estado imperial, a exemplo daquele relacionado à construção da estrada do salitre, conforme apresentado em capítulo anterior. A colonização da América portuguesa teve variadas e sucessivas levas de colonos de acordo com as regiões e conjunturas a elas associadas. Essa comunicação objetiva apresentar resultados de estudos com base em fontes documentais, a partir do seu cruzamento de bibliografia sobre o tema. Procura iluminar S condições históricas desses deslocamentos.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
DIMENSÕES GLOBAIS E LOCAIS DOS IMPÉRIOS COLONIAIS: REDES, CIRCULAÇÃO E DINÂMICAS (SÉCULOS XV-XIX)

A inquisição na lógica colonial ou a inquisição entre a lógica e a perspectiva decolonial: atuação, personagens e experiências históricas

4

Marco Antônio Nunes da Silva (UFRB) & Jamille Macedo Oliveira Santos (UFBA)

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

INQUSIÇÃO E OS CRISTÃOS-NOVOS NOS SERTÕES DO SÃO FRANCISCO: A Trajetória do Cristão-Novo Antônio Rodrigues Garcia (Século XVIII).

Elaine da Silva Santos
Mestranda, UNEB
elaine.dasilvasantos@hotmail.com

Este resumo está centrado no estudo acerca dos desdobramentos inquisitoriais nos Sertões do São Francisco, e a trajetória do cristão-novo Antônio Rodrigues Garcia, que viveu na capitania da Bahia, fixando sua moradia no Sertão do Rio de São Francisco na primeira metade do século XVIII. A partir da documentação produzida pelo Tribunal do Santo Ofício de Lisboa, custodiados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, sendo possível investigar sua trajetória nos caminhos dos Sertões Sanfranciscano. Neste sentido, os rincões sertanejos foi então uma rota comercial e também religiosa, tanto católica quanto cristã-nova, evidenciada pela presença de alguns desses judeus convertidos. Através desses documentos históricos, sobretudo, o transitar de Rodrigues Garcia entre os Sertões baiano e outras partes da Colônia, dimensionamos as várias singularidades em que ele esteve envolvido. Percebemos as dinâmicas da época, as efervescências do contexto histórico. Neste sentido foi perceptível observar as diversas realidades nas quais fez parte. O movimentar desses cristãos-novos nos mostraram suas redes de sociabilidades e seus desdobramentos. Por meio das vivências desses sujeitos históricos, foi possível descortinar um momento importante para o Sertão do São Francisco. Sua expansão demográfica, os caminhos dos Currais de gado e do ouro, que interligaram várias Capitânias no século XVIII. O conglomerado de pessoas atraídas pela busca do enriquecimento, e a fuga do Tribunal lisboeta, esses agentes históricos

participaram da construção de uma rede de negócios que movimentou as praças no Ultramar. Todavia, o seu relevante êxito com o comércio, não conseguiu apagar a mácula de um sangue estigmatizado por uma Instituição que estava balizada na intolerância religiosa: o Tribunal do Santo Ofício.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Práticas religiosas africanas em perspectiva de gênero na Angola do século XVII e XVIII

Marina Oliveira dos Santos
Mestranda, UFMG
marinaoliveiras32@gmail.com

Esta comunicação tem o objetivo de abordar minha pesquisa sobre práticas religiosas africanas em Angola - tendo maior atenção para questões de gênero - nos séculos XVII ao XVIII. Pretendo investigar no decorrer do mestrado se o maior número de homens denunciados por feitiçaria reflete a cultura europeia que supervaloriza o homem ou se há alguma origem em tradições religiosas africanas, as quais poderiam ter elementos que estimulem a desigualdade de gênero.

Devido ao projeto da Igreja Católica de cristianização da vida, os rituais religiosos africanos eram vistos de forma suspeita. Demonizados, muitos negros caíram nas garras do Tribunal do Santo Ofício sob a acusação de feitiçaria, bruxaria, pacto com o demônio ou até mesmo fingimento de visões ou revelações sobrenaturais. Nas fontes, é interessante notar que os acusadores do suposto criminoso oscilavam entre uma completa certeza de ter presenciado algo diabólico ou a desconfiança de que o(a) feiticeiro(a) não passava de um farsante, o qual dizia que tinha uma conexão especial com o mundo espiritual quando, na verdade, era tudo fingimento ou, pior, contrário aos ensinamentos do Deus cristão.

O recorte temporal do projeto é do século XVII ao XVIII e é definido pela documentação já analisada por mim do Tribunal do Santo Ofício de Lisboa, atuante em território

europeu e nas conquistas portuguesas, além de relatos de viajantes. Os indivíduos residentes em Angola, acusados de feitiçaria, na documentação analisada dos Cadernos do Promotor e dos autos de fé da Inquisição de Lisboa são todos datados do século XVIII. Sobre a instituição em questão, um dos grupos de agentes repressores que ajudavam os inquisidores no além-mar eram os missionários cristãos enviados para evangelizar populações ditas "selvagens", neste caso, os africanos moradores em Angola. Tratando-se de relatos de viajantes europeus e missionários, o senso crítico ao lidar com as fontes é essencial. Esses indivíduos carregavam em seu imaginário fortes noções racistas e eurocêntricas, o que poderia fazer com que visivelmente exagerassem em suas histórias.

A comunicação visa tratar sobre todas essas problemáticas que cercam essa pesquisa.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Feiticeiras, bígamas e hereges– mulheres coloniais nos confins da Amazônia Colonial Portuguesa (XVII – XVIII)

Almir Diniz de Carvalho Júnior
Doutor, Universidade Federal do Amazonas
almirdjr@gmail.com

Na segunda metade do século XVIII, chegaram até a cidade de Belém do Grão-Pará membros do Tribunal da Inquisição de Lisboa para realizar a última Visita do Santo Ofício à América Portuguesa. Desde a segunda metade do século anterior, uma quantidade significativa de denúncias demonstrava que as heresias ainda persistiam naquelas terras. Em particular, foram foco do Tribunal as heresias relacionadas aos crimes contra a doutrina e aos crimes contra a moral cristã. Essa comunicação discutirá o papel de várias mulheres que surgiram nas fontes inquisitoriais. Eram mulheres coloniais, em sua maioria índias cristãs, que atuaram no cotidiano daquela colônia como curandeiras, feiticeiras, concubinas e como bígamas. Elas conseguiram manipular, muitas vezes ao seu favor, as regras da moralidade cristã que lhes eram impostas. A comunicação pretende compreender como essas mulheres, enquadradas numa moral que lhes era estranha, criaram formas inovadores de se relacionar com o poder da Igreja, produzindo espaços de autonomia e novos sentidos para aquele novo mundo.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

REDE DE INFORMAÇÃO INQUISITORIAL NOS SERTÕES: AGENTES E MECANISMOS DE CONTROLE NO SIARÁ GRANDE NO SÉCULO XVIII

Adson Rodrigo Silva Pinheiro
Doutorando, UFF
adson.rodrigo@gmail.com

O presente trabalho faz parte da tese ora em desenvolvimento e tem como objetivo investigar as experiências e os modos como agentes de instituições locais e a sociedade colaboraram com o Santo Ofício, por meio da denúncia, para identificar os crimes da alçada inquisitorial no século XVIII no Siará grande. Para além de construir uma narrativa que contemple a história institucional, o trabalho proposto visa aproximar-se das práticas, experiências e sentidos dos agentes históricos, além do sistema de informação gerado que garantiram a participação de uma expressiva rede social de denúncias em lugares longínquos a fim de atuarem na vigilância dos comportamentos sociais e religiosos esperados pela Igreja Católica e traduzidos pelos mecanismos do poder localmente. Dentre as questões a serem refletidas estão em entender como o processo de organização do espaço propiciou uma maior atuação da igreja e do fortalecimento de uma rede de informação para a inquisição na identificação de desviantes, da tentativa de criar uma rede social de vigilância na inquisição e participar dela e compreender os significados de denunciar e ser um denunciante em acusações ligadas aos delitos de alçada do Santo Ofício. Essa pesquisa é desenvolvida por meio de denúncias presentes nos cadernos do promotor, processos inquisitoriais e correspondências entre a capitania do Siará e de Pernambuco com o tribunal do Santo Ofício em Lisboa.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

(Re)pensando as fontes inquisitorias pelas experiências indígenas

Jamille Macedo Oliveira Santos
Doutora, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
jamilleoliveira19@ufrb.edu.br

Propomos nesta comunicação descolonizar o nosso olhar para desvelar as experiências históricas dos povos indígenas que estiveram na mira do Santo Ofício. Processos, denunciações e confissões inquisitoriais são fontes riquíssimas para apreender o cotidiano e as práticas ditas dissidentes que rompiam com as normas estabelecidas pela ortodoxia católica. Nesse interim, em que a conduta rompe com as regras e as religiosidades são vivenciadas e experimentadas de uma forma plural emergem os elementos transgressores e os traços divergentes como símbolos de resistência e contrafação a imposição dogmática no cenário colonial. É no interior desse conjunto documental (processos, denúncias e confissões) que temos acesso a multiplicidade das religiosidades coloniais, especialmente aquelas que foram tachadas como heréticas e idólatras pela Inquisição. Analisaremos algumas dessas religiosidades indígenas que foram propagadas no espaço colonial através de índios e mamelucos que transitavam entre "a vila e o sertão", de engenhos a aldeamentos jesuíticos na Bahia colonial. É nesse sentido que as devoções e espiritualidades indígenas, extratos de sua cultura que está em constante transformação, se revestem de cunho político "reivindicatório", contra a colonização cristã, contra a escravidão e contra o status quo colonial. Tendo em vista que uma das propostas milenaristas das Santidades indígenas e do profetismo tupinambá era a inversão do mundo colonial no qual não seria necessário mais trabalhar "e os portugueses serão os nossos cativos" (ANTT, Proc. 17762, fl. 2).

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Entre o ouvido e o vivido: O Governo espiritual de D. Pedro da Silva de Sampaio e o combate aos feiticeiros (1634-1640)

DIMAS CATAI SANTOS JUNIOR
Doutorando, UNIRIO/IFBAIANO
hellmans1@gmail.com

No dia 19 de maio de 1634 o bispo eleito para Sé vacante do Brasil D. Pedro da Silva de Sampaio desembarcava na Cidade do Salvador. A escolha deste antístite para mitra baiana não foi aleatória. Experimentado na burocracia do Santo Ofício, em funções eclesiásticas e com sólida formação teológica, deveria assumir o combatente espiritual contra a seita protestante e seus sequazes que ocupavam quase todo Nordeste da América Portuguesa. Homem europeu, branco e limpo de sangue seus olhos alcançavam uma miríade de povos, línguas e sujeitos o que seus ouvidos já conheciam. Afinal de contas, como deputado e inquisidor em Lisboa recebeu denúncias que partiam das praças atlânticas pelas vozes de denunciantes e pena dos escrivães que acompanharam D. Marcos Teixeira durante a segunda visitação. Somadas a estes relatos, teve acesso a uma extensa carta solicitada pelos inquisidores ao Padre Manoel Temudo no ano de 1632. Responsável pelo governo do bispado brasileiro durante aquele ínterim, descrevia com detalhes a situação espiritual do território brasileiro. Entre práticas judaicas e comportamentos erráticos dos cristãos velhos conheceu a ação de angolas, mulatos e carijós acusados de feitiçaria. Promoviam adivinhações e mortes através de práticas supersticiosas e peçonha e toda uma infinidade de feitiçarias. Aquela altura, o tráfico transatlântico de escravizados deslocava para as principais praças coloniais quantidade cada vez maior de homens e mulheres que, em geral, tinham no batismo o seu único – e

pouco significativo – contato com o cristianismo. Antes mesmo de atravessar o Atlântico, suas crenças e costumes eram enquadrados em conceitos exógenos e interpretadas a partir dos prismas da idolatria, superstição e feitiço. Estas personagens ocupariam significativo espaço nas denúncias contra feiticeiros enviadas ao Santo Ofício pelo bispo da Bahia entre os anos de 1634 a 1640, modificando o hall denunciados por tais delitos que partiam da colônia americana ate então. Tais acusações foram colhidas em visitas pastorais feitas naquele período aos territórios de Ilhéus e Salvador. Desta forma, temos como objetivo central analisar as denúncias de feitiçaria enviadas para a Inquisição de Lisboa durante o governo de D. Pedro da Silva Sampaio – dando destaque ao período apresentado acima – e as possíveis implicações sobre os principais grupos acusados do crime em questão.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

ÍNDIAS E MAMELUCAS NAS MALHAS DO SANTO OFÍCIO PORTUGUÊS (BAHIA, SÉCULO XVI)

Laise Souza dos Anjos Carolino Santos
Graduada, UFRB
l-souza20@outlook.com

Esta pesquisa tem por objetivo analisar a história de mulheres indígenas e mamelucas que denunciaram ou foram denunciadas no período em que o inquisidor visitou a Bahia quinhentista. Iremos nos ater a duas mulheres Maria Grega e Iria Alvares.

Maria Grega, por meio do processo inquisitorial do seu marido Pêro Domingues, natural da Grécia e morador na Baía do Paraguaçu, Recôncavo da Bahia, o qual teria sido denunciado por ela, acusado pelo Tribunal do Santo Ofício da Inquisição durante a primeira Visitação na Capitania da Bahia (1591-1592) por ter cometido sodomia com sua esposa. .

Diferentemente Iria Alvares era índia forra nascida na capitania de Paraguaçu, porém morava na vila de Olinda. Ira foi processada duas vezes, a primeira foi denunciada pelo padre Bartolomeu Gonçalves que acusando-a de bigamia, já que casou pela segunda vez sem ser viúva. A segunda denuncia foi feita pelo seu filho Marcos Tavares, mameluco que acusava sua mãe de participar de uma erronia idolatria entre os gentios e que o influenciava em participar da idolatria anticristã.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

"Em nome do Santo Ofício" - Inquisição, relações de poder e conflitos na atuação do Comissário João Calmon na Bahia

Grayce Mayre Bonfim Souza
Doutora, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
graycebs@yahoo.com.br

A documentação resultante das ações do Santo Ofício, em quase três séculos de existência (1536-1821), tem sido cada vez mais consultada por historiadores e outros investigadores ligados às ciências humanas que estudam o Brasil colonial e demais possessões do Império português. Isso se deve, sobretudo, por tratar de conjuntos documentais volumosos, relativamente bem preservados e de fácil acesso devido à digitalização e disponibilização online de parte de seu acervo, nomeadamente o subfundo da Tribunal da Inquisição de Lisboa e das Diligências de habilitação pertencentes ao Conselho Geral. Assim, a partir da documentação inquisitorial (especialmente os processos de habilitação, correspondências expedidas e processos crimes), documentos do Arquivo Histórico Ultramarino e registro pertencentes ao acervo do arquivo da Família Calmon, buscarei analisar a trajetória do Chantre João Calmon, Cônego da Sé de Salvador, Vigário Geral e desembargador da relação eclesiástica, natural e morador da Cidade da Bahia. Habilitado para Comissário do Santo Ofício em março de 1701, foi o agente inquisitorial de maior destaque na capitania por mais de três décadas, mais precisamente até 1737, ano de sua morte. É possível perceber sua atuação nos assuntos da Inquisição pelo volume de correspondência mantida com o tribunal lisboeta e responsabilidades atribuídas a ele. Além das funções citadas, é importante destacar que João Calmon participou como examinador no Sínodo

Diocesano ocorrido na Bahia em 1707, Procurador Geral dos Índios da Bahia e também provedor da Santa Casa da Misericórdia em dois anos consecutivos (1727 e 1728). Assim, com o cotejamento dessas fontes é possível apresentar um quadro da história de vida desse agente do Santo Ofício, suas relações de sociabilidade e inserção nos poderes eclesiástico e civil na Bahia do princípio do século XVIII.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Descolonizando a História: Igreja católica e Inquisição portuguesa: Estudos de Gêneros e relações de poder.

Joseane Pereira
Doutoranda, UFBA
josi.anesouza@hotmail.com

No contexto da Reforma católica, a Inquisição Portuguesa foi um dos mecanismos de imposição do catolicismo como religião oficial na metrópole e nas colônias. As terras do Brasil estavam sob a alçada do Tribunal de Lisboa, que formou uma rede de oficiais encarregados de manter o controle da fé e reportar os casos de heresias e atitudes consideradas imorais para Lisboa, já que no Brasil não houve a instalação de um Tribunal. Os Estudos de Gêneros nos permite entender como as instituições incorporam os gêneros nos seus pressupostos e nas suas organizações sociais determinando papéis aos diversos sujeitos do processo histórico. Assim sendo, utilizaremos documentos produzidos pela Igreja católica e pela Inquisição para refletirmos como essas duas instituições foram produtoras de estereótipos de gêneros. Nessas fontes percebemos as imposições de saberes e costumes europeus, cristãos e patriarcais sobre as práticas que se afastassem deles, determinados como únicos aceitos. Nesse sentido, buscar-se- a aqui entender os mecanismos de ações do Tribunal da Inquisição portuguesa, enquanto aliado do catolicismo na tentativa de manter-se como religião hegemônica; compreender a construção dos mecanismos e dispositivos de gêneros nas relações de poder por meio dessas instituições; refletir e explorar as possibilidades da utilização das fontes eclesiásticas e inquisitoriais para os Estudos de Gêneros e escrita da História numa perspectiva decolonial. A decolonialidade caminha na perspectiva de problematizar a

colonização intelectual que nos foi imposta juntamente com o processo de colonização dos territórios. Pensadores decoloniais, como Anibal Quijano, traz como conceito central a "colonialidade do poder". Tendo como objetivo problematizar a matriz eurocêntrica que constitui o nosso modo de pensar a temporalidade histórica e redefinir uma abertura a novas análises que possam aglutinar maneiras diversas de pensar e experienciar o tempo e as formas de vida. Assim, pensamos que há uma colonialidade do poder que instituiu uma maneira particular de pensar a temporalidade europeia, como padrão universal e natural, desconsiderando outras formas de povos e culturas e o Tribunal da Inquisição Portuguesa foi um elemento desse processo.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

O Santo Tribunal da Inquisição em foco: objetos, fontes e novas perspectivas de investigação.

Marco Antônio Nunes da Silva
Doutor, UFRB
marcoferrer@hotmail.com

Nos últimos anos temos tido importantes congressos cuja proposta tem sido pensar e discutir as diversas produções que temos acerca das Inquisições modernas, italiana, espanhola e portuguesa, bem como a ação desses tribunais em várias regiões do globo. Em alguns desses congressos tive a honra de estar presente nas comissões organizadoras. No entanto, como professor e orientador de trabalhos de conclusão de curso, cujos temas versam sobre o tribunal do Santo Ofício português, sentia necessidade em sistematizar os estudos que têm saído, frutos de pesquisas de mestrados, doutorados ou mesmo de graduados, em seus trabalhos de conclusão de curso. Partindo desse pressuposto, aqui venho propor um profícuo espaço em que pudéssemos entrar em contato com os rumos de trabalhos, cujos objetos de estudos abordam a Inquisição. Novos temas, como trazer o gênero para a análise; tirar as pessoas "comuns" do anonimato da História; abordar o fracasso dos pedidos de habilitação ao Santo Ofício. Esta proposta de comunicação visa, acima de tudo, apresentar uma ampla visão dos rumos para onde caminham – ou para onde podem caminhar – os estudos sobre o tribunal português, e sua ação tanto em Portugal quanto em suas colônias além-mar. O foco principal é, a partir de minha experiência enquanto um estudioso do tribunal português da Inquisição, juntar ao meu trajeto acadêmico as pesquisas que estão sendo desenvolvidas sob minha orientação, mas não só. Acima de tudo, apresentar uma visão mais ampla da produção

historiográfica brasileira, que venho acompanhando, principalmente por meio das orientações de trabalhos de conclusão de curso sob minha supervisão. E isso tem me levado a ver que questões bastante pertinentes têm levado jovens historiadores a se debruçarem sobre os diversos fundos documentais – nomeadamente os processos inquisitoriais e os cadernos do Promotor, embora não só –, fazendo análises muito originais e pertinentes, como pensar a questão das minorias e dos esquecidos da história. Acima de tudo, dar voz também aos jovens pesquisadores que, mesmo com todas as dificuldades impostas pela situação de ensino em nosso país, conseguem não apenas inteirar-se da lide historiográfica, mas também dominar a "arte" da paleografia.

IX Encontro Internacional de História Colonial

IX EIHC

DIMENSÕES GLOBAIS E LOCAIS DOS IMPÉRIOS COLONIAIS: REDES, CIRCULAÇÃO E DINÂMICAS (SÉCULOS XV-XIX)

Resistência e rebelião na América portuguesa e espanhola, séculos XVI-XIX: para uma perspectiva comparada

5

José Vicente Serrão (ISCTE-IUL, Portugal) & Jaime Valenzuela (PUC, Chile)

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

A grande escolta de Mirandela: sublevação e resistência indígena no sertão da Bahia

Fabricio Lyrio Santos
Doutor, UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
fabriciolyrio@gmail.com

Esta comunicação busca descrever e analisar um levante indígena ocorrido nas vilas de Pombal e Mirandela, no sertão da Bahia, em 1797. O movimento foi protagonizado pelos Kiriri, que compunham a população daquelas e de outras duas vilas da região: Soure e Tomar. O povo indígena Kiriri foi confrontado, subjugado e aldeado pelos portugueses ainda no século XVII, mas permaneceu resistindo e segue ocupando uma pequena porção do sertão baiano na atualidade. Mirandela, um dos núcleos do episódio de resistência enfocado neste trabalho, constitui uma terra indígena reconhecida pelo órgão indigenista oficial brasileiro desde 1949, com a instalação de um Posto Indígena pelo então Serviço de Proteção aos Índios. Em 1758, as aldeias de Saco dos Morcegos e Canabrava deram lugar às vilas de Nova Mirandela e Nova Pombal, reunindo cerca de 1.500 indígenas, no total. A mudança foi decorrente da aplicação da legislação promulgada no contexto das reformas pombalinas, traduzindo o disposto nas leis de 6 e 7 de junho de 1755, no alvará de 8 de maio de 1758 e no Diretório dos Índios, de 1757. Conquanto visassem supostamente promover a equiparação entre as populações nativas e os demais súditos da monarquia lusitana, tais reformas ensejaram também uma maior presença de colonos portugueses nos territórios tradicionalmente ocupados pelos indígenas. Esta parece ter sido a principal motivação da revolta que eclodiu na vila de Pombal no mês de julho de 1797, liderada por José Félix Cabral. Após destituir o capitão mor daquela vila, Cabral outorgou a si mesmo o título e marchou com seus apoiadores

a toque de caixa pela povoação, chegando ao ponto de "arrombar as casas dos portugueses, despejando-lhes os trastes e botando-os na rua". Após ter sido remediada esta primeira sublevação, o sobrinho de Cabral, Vitoriano Francisco, iniciou novo levante na noite de 19 de outubro, dizendo-se sucessor do tio e ameaçando "expulsar os portugueses por meios violentos de os botar das suas casas a bordoadas". Sem meios para conter os revoltosos, os portugueses se refugiaram como puderam. Os seguidores de Vitoriano, no entanto, não tomaram de vez a povoação, reunindo-se a outros indígenas descontentes em Mirandela, sob a proteção do capitão mor daquela vila, Constantino Pereira Ribeiro. A documentação sugere que os Kiriri visavam reunir uma grande escolta em Mirandela, incorporando contingentes das demais povoações indígenas sertanejas. O desfecho da sublevação ainda não nos é conhecido, mas os episódios que chegaram até nós, descritos e analisados sob a perspectiva da história social e cultural, poderão contribuir para o estudo das revoltas e da resistência indígena no período colonial, em sintonia com o objetivo mais amplo deste simpósio.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

ENTRA LA HUIDA Y EL LEVANTAMIENTO: FORMAS Y ESCALAS DE LA RESISTENCIA DIAGUITA (TUCUMÁN 1610)

Laura Quiroga
Doutora, CONICET
cotagua@yahoo.com.ar

El Tesoro de la lengua castellana de Sebastián de Covarrubias Horozco de 1611, utiliza el verbo huir para referirse a "esclavos cautivos, o presos que huyen del poder" (1611: 62). Por eso el autor señalaba "no se tiene por valentía pudiéndose escapar, hazer rostro a los que evidentemente le han de rendir o matar". Por lo tanto, la huida no era un acto de cobardía, sino, de supervivencia.

Un año antes a la edición de esta obra, el virrey del Perú Marqués de Montesclaros escribía al Rey acerca de las formas y motivos de la resistencia diaguita, sucedidas en el valle de Anguinahao o yocavil entre 1609 y 1610. Habiendo recibido las cartas del Gobernador del Tucumán Alonso de Ribera, en que le informaba la gravedad de los hechos, a los que calificaba como levantamiento, el Rey estimaba necesaria la consulta al Virrey de Lima, acerca de los mismos sucesos de Yocavil. El marques respondió con una carta en la que relataba los hechos al tiempo que brindaba su opinión al respecto: "nunca daría nombre de levantamiento a lo que se puede llamar huida que hacen estos miserables como esclavos del miedo de las crueldades de quien no contentándose de servirse de su trabajo los despoja de todo punto de su libertad, hijos y mujeres"

Con estas palabras, el Virrey consideraba la huida como un hecho de menor gravedad que el levantamiento, conducta originada y justificada en los abusos que los

encomenderos ejercían sobre las condiciones del trabajo en la encomienda de servicio personal. Este trabajo propone una revisión de los vocabularios utilizados por la autoridad virreinal no solo para conceptualizar la escala y las formas de la resistencia al sistema de trabajo y traslados forzosos instalado por la avanzada colonial, sino también las políticas de pacificación impulsadas por el Virrey del Peru, Marques de Montesclaros.

A través de la lectura de sus escritos y normativas establecimos dos líneas de gestión política de la rebelión: controlar la fundación urbana en los territorios diaguitas y al mismo tiempo, limitar los abusos de los encomenderos a través de la tasación de los tributos con el fin de erradicar las formas del servicio personal.

La carta del Virrey al oidor de la Audiencia de Charcas Francisco de Alfaro señala que el visitador debía observar no solo las condiciones del trabajo de los indios de encomienda, sino también, otras formas ilegales de sujeción como la venta de indios y cautivos, el reparto de piezas y las entradas punitivas a los pueblos no conquistados o huidos, resultado de las malocas y entradas. Como vemos las condiciones de los indios de los valles de Londres y Calchaqui distaban significativamente del modelo toledano de tasación del tributo que se aspiraba instalar en la región.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Rebelião e Revolta: formas diversificadas de resistências na América francesa; caso do Haiti e da Guadalupe entre 1750 e 1803

Berno Logis
Doutorando, UNESP-ASSIS
lesaged18@yahoo.fr

Durante o período da escravatura e do tráfico negreiro, milhões africanos foram capturados, transportados e submetidos ao trabalho escravo nas Américas. No decurso do período precedente à Revolução de 1789, vários grupos de intelectuais e abolicionistas - integrantes da Société des Amis des Noirs- como Condorcet, L'abbé Grégoire, Brissot, Robespierre, Mirabeau e Lafayette lutavam pelo fim do tráfico e contra grupos de fazendeiros que justificaram e defenderam a manutenção da escravidão. Também, na conjuntura revolucionária daquela época, foi adotada a Declaração dos Direitos do Homem e de Cidadão de 1789, marcando assim o fim do Antigo Regime na França e proclamando a universalização dos direitos do "homem" ao estipular, no artigo primeiro, que todos os "homens" nascem e são livres e iguais em direitos, e que as distinções sociais só podem fundar-se na utilidade comum. (CASTALDO, 2006, p. 68). Este documento pretendia estabelecer ferramentas legais não apenas para garantir e defender os direitos fundamentais e universais do homem, mas sobretudo, manter e proteger as ideias iluministas empregadas por alguns intelectuais da época. Todavia, uma das preocupações que ainda persistia estava relacionada ao verdadeiro caráter universal dos direitos na sociedade escravagista daquela época. No entanto, nas Colônias, o cenário já estava se mudando, pois, em agosto de 1791 os escravizados da região norte do Haiti colonial resistiram, linguística, política, religiosa e sobretudo

fisicamente, concretizando um sonho de longa data. Carolyn Fick em Haiti, Naissance d'une nation. La révolution de Saint Domingue vue d'en bas (2017) e Jean Fouchard em Les Marrons du Syllabaire (1988) enfatizam variações e hierarquias nas tentativas de revoltas. Por sua vez, no livro Histoire de la Guadeloupe, o historiador guadalupense Auguste Lacour apresenta o quadro revolucionário de seu país natal, dando ênfase a pluralidade de mecanismos de resistências utilizados por vários grupos da população durante este período contra a dominação francesa. A vista disso, este trabalho pretende além da tentativa de inserir a discussão relativa a América Francesa e o Caribe nos debates envolvendo a História da América Colonial no meio acadêmico brasileiro, visa discutir também as diversas formas de resistências ocorridas neste espaço. Resistências essas que se iniciaram desde o embarque do continente africano até as revoluções sucedidas tanto no Haiti quanto na Guadalupe, entre 1750-1803.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Geografia das rebeliões na hispanoamérica: perspectivas

Alexandre Belmonte
Doutor, UERJ - Professor Associado
alexbelmonte@gmail.com

Esta comunicação busca apresentar uma geografia das rebeliões na Hispanoamérica, a fim de buscar aproximações e diferenças no modus operandi das populações indígenas que se insurgiram em regiões tão distintas como a Mesoamérica e os Andes Centrais. Pensar numa geografia decolonial poderia revelar um desenho mais nítido dessas regiões, sobre como foram economicamente apropriadas à exploração em um novo sistema que se estabelecia, de forma assimétrica, dos dois lados do Atlântico. A História, ao especializar-se na fragmentação espacial, admitiu uma abordagem regionalizada dos fatos, em que a própria ideia de fronteira está investida de fortes traços da geografia colonial. A reflexão sobre uma geografia dos movimentos indígenas de contestação e rebelião pode se constituir como espaço privilegiado para se pensar as rebeliões como fenômenos de longa duração, contribuindo tanto para uma história social dos elementos subalternos quanto para uma abordagem decolonial da geografia.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Dez sublevações contemporâneas: uma onda insurrecional ameríndia nas fronteiras americanas dos Impérios ibéricos (décadas de 1640-1660)

Gustavo Velloso
Doutor, UFBA
gustavovelloso@ufba.br

A comunicação proposta apresenta uma leitura conjunta e circunstanciada de dez movimentos insurrecionais ameríndios eclodidos durante as décadas de 1640, 1650 e 1660 em diferentes zonas americanas dos Impérios espanhol e português: Nova Biscaia (1644-1660), La Paz (1644), Sertão nordestino da América portuguesa (1650 em diante), São Paulo de Piratininga (1652-1660), Centro-sul do Chile (1655-1662), Tucumã (1658-1667), Oaxaca (1660), Paraguai (1661), San Juan de Churín (1663) e Oriente da Venezuela (1669). A análise se concentrará nas articulações possíveis entre cada um desses eventos singulares, em suas características comuns, nas circunstâncias locais que produziram cada um deles no plano imediato, nos movimentos de reorganização social e política operados entre os grupos étnicos nativos de cada região e, finalmente, nos condicionamentos conjunturais mais amplos que os aproximavam e, mais do que isso, que condicionaram sua ocorrência grosso modo simultânea e combinada.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

PAISAJES DE RESISTENCIA: LAS TIERRAS ALTAS DEL VALLE CALCHAQUÍ (GOBERNACIÓN DEL TUCUMÁN) DURANTE LOS SIGLOS XVI-XVII

María Cecilia Castellanos
Doutora, ICSOH, Universidad Nacional de Salta, CONICET
cecicastellan88@yahoo.com.ar

Durante los siglos XVI y XVII, el valle Calchaquí fue un importante escenario para las rebeliones y los procesos de resistencia frente al avance español. Según las fuentes escritas, en 1536 se producen las primeras entradas europeas al Valle, al que se describe como con un espacio próspero y fértil compuesto por muchos valles y pueblos pequeños (Sotelo de Narváez, 1586). Para fines del siglo XVI, Calchaquí es por definición un valle de diaguitas infieles, según lo descripto por Alonso de Bárzana, y una frontera interna en la Gobernación del Tucumán (Lorandi 1980). Los procesos de resistencia que se dieron a lo largo de los siglos XVI y XVII, permitieron documentar varias etapas destacando tres: entre 1534 a 1565, de 1630 a 1643 y de 1658 a 1665. A lo largo de estos procesos es constante la mención de fuertes indígenas, señalando que los principales "son doce, aunque cada pueblo tiene su fuerte que los resguarda… por estar cercanos entre sí se avisan dentro de una hora y se socorren los unos a los otros dentro de dos…" (Larrouy 1923: 260).

En esta oportunidad y atendiendo a los objetivos de la mesa, presentaremos información generada a partir del análisis de las referencias históricas de las fuentes comparando con los escenarios y paisajes observados desde las investigaciones arqueológicas ya que,

según la información histórica, las poblaciones que habitaron los espacios que trabajamos participaron activamente en los procesos de resistencia.

Desde la arqueología hemos podido abordar un conjunto de ocho pukaras asignados a los siglos XI al XVII dC. y ubicados al interior de quebradas que comunican el valle Calchaquí con la puna. Estos se emplazan en alturas entre los 2600 y los 3400 msnm, en puntos estratégicos y concentrados en un área de 149 ha, lo que ha llevado a pensar en un interés en controlar/defender ciertos territorios y sus pasos de comunicación (Villegas 2014). Asociados a estos sitios, se encontraban asentamientos pequeños y grandes extensiones agrícolas, ubicados de manera dispersa, lo que ha llevado a sugerir una territorialidad discontinua. Este modo de habitar disperso incluía el uso estacional de ambientes y pisos altitudinales, una continuidad en la ocupación y una profundidad temporal, por lo menos desde el primer milenio de la era cristiana.

El cruce de fuentes escritas y materiales, entendidas como independientes (sensu Quiroga 2005), permite reafirmar que la estrategia de ocupar los espacios altos en Calchaquí presenta una profundidad temporal y una raíz prehispánica, y que no es producto de reacciones desesperadas durante el avance español, tal como lo planteaban las fuentes escritas. Algo que inicialmente fuera propuesto por Quiroga (2010) para el área malfín.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Vitoria en la frontera. Comparatismo y asimilación casuística en las perspectivas escolásticas sobre las rebeliones indígenas del siglo XVI

José Luis Egío García
Doutor, Universid Complutense de Madrid
joseluisegio@gmail.com

La historia conceptual y de las ideas nos ayuda a establecer perspectivas comparadas de los fundamentos ideológicos que inspiraron las frecuentes rebeliones que tuvieron lugar en los mundos ibéricos en la Primera Modernidad, especialmente en el contexto colonial. Reclamos provenientes del ideario republicano clásico inspiran en este período luchas abiertas contra servicios y tributos extraordinarios o la degradación de los vasallos americanos en siervos esclavizados o compelidos al trabajo en condiciones cercanas a la esclavitud, así como a favor de un trato equitativo y orientado por la justicia distributiva de colonos criollos y de origen peninsular.

Del mismo modo que las ideas de los rebeldes, los alegatos de sus represores guardan una estrecha relación y forman parte de discursos de dominación estrechamente interrelacionados. Aunque resultaría anacrónico identificar un 'comparatismo' en este período histórico, son frecuentes los casos en que teólogos y juristas escolásticos de los siglos XVI y XVII que escriben desde las más dispares regiones de la monarquía hispánica (Perú, Chile, México, Filipinas, la Península Ibérica) evalúan estrategias de represión y 'pacificación' ensayadas en contextos muy alejados de aquel en que escriben, reclamando su aplicación localizada para sofocar una rebelión o conato de resistencia acaecida en el ámbito de su jurisdicción.

Como mostraremos en esta comunicación, en los dominios americanos de la monarquía hispánica exigencias ligadas a los contextos locales favorecieron la continua revisión y adaptación del discurso represivo global de los títulos de guerra justa, esbozado inicialmente por Francisco de Vitoria en el seno de la Escuela de Salamanca. En efecto, al analizar diversos tratados y pareceres escritos en los Virreinatos de México o Perú (Filipinas incluida) en la segunda mitad del siglo XVI, se tiene la impresión de estar escuchando una melodía de tono conocido, pero con notas a menudo discordantes. Asistimos, de hecho, a la integración en el marco teórico vitoriano de nuevas problemáticas e imperativos esenciales para la supervivencia del proyecto colonial, especialmente en las fronteras del Imperio. Mostraremos como, curiosamente, la flexibilidad del marco teórico vitoriano es tan grande, que escolásticos 'salmantinos' de segunda o tercera generación defienden posiciones totalmente contradictorias con algunas de las perspectivas fundamentales de Francisco de Vitoria o Domingo de Soto. Desde un punto de vista histórico, realizaremos un estudio contextualizado de una serie de textos en los que la evolución y la contradicción discursiva constituye una respuesta imprescindible ante las exigencias de un contexto de finales del siglo XVI marcado por la proliferación de revueltas.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Notas sobre as resistências, os direitos costumeiros e a prática do banditismo na colônia

Rodrigo Leonardo de Sousa Oliveira
Doutor, Instituto Federal Fluminense
rodufop@yahoo.com.br

Nosso artigo tem por objetivo tecer um panorama dos sertões e da violência coletiva na América Portuguesa, em especial em Minas e Pernambuco na segunda metade do século XVIII. Iremos apresentar alguns dados sobre essas "áreas de fronteiras" e, em seguida, demonstrar como a "Lei da Boa Razão" acelerou o movimento do bandoleirismo nos "antigos trópicos lusitanos". Este estudo é inédito. Ainda não temos análises sistemáticas, em modelo comparativo, sobre os sertões e o contexto do banditismo na colônia. Em geral, temos bons estudos sobre os sertões. As fontes analisadas estão centradas em diversos arquivos nacionais e portugueses. A seção colonial do Arquivo Público Mineiro e os avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino (MG e PE) nos deram a base empírica para a pesquisa. Os nossos principais referenciais teóricos foram os estudos de THOMPSON (2005), Carla ANASTASIA (2005), Célia Nonata da SILVA (2007) e AMANTINO (2008). Ao final, espera-se que este nosso breve trabalho possa lançar luz sobre a violência coletiva na colônia em modelo comparativo, e que possa contribuir para os estudos sobre as áreas de mando, os polos de poder privado e os redutos de dominação bandoleira na América Portuguesa do século XVIII. Foi nos sertões, também conhecidos como "áreas de fronteiras", que os grupos de bandidos agiram durante o decorrer dos setecentos. Áreas dominadas pelo direito costumeiro, pela constituição de polos de poder privado e pelos redutos de dominação bandoleira,

os sertões eram, contraditoriamente, uma região de riquezas e de pavor disseminado. Todo viajante ou negociante via os sertões como um espaço potencialmente rico, porém de perigos e incertezas. Tanto em Minas, como em Pernambuco, os sertões eram considerados pelas elites como a antítese da civilização. Seja os senhores de engenho pernambucano ou as elites das principais vilas mineiras, o discurso era o mesmo: Area demoníaca, perigosa, imprevisível e selvagem. Nestas paragens, variados grupos sociais conviviam ora em situação de relativa harmonia, ora em situação de conflito. Comunidades indígenas e quilombolas, homens pobres livres, vadios, salteadores, pequenos, médios e grandes posseiros conviviam nestes espaços principalmente após o desbravamento do interior, ocorrido em fins do século XVII. Ao final, com a edição da "Lei da Boa Razão", estes sujeitos, em sua maioria pequenos e médios posseiros, viram no banditismo uma oportunidade para ganhos econômicos e, em alguns casos, a tão sonhada distinção social. Estaríamos diante de uma ameaça ao poder soberano da coroa? O banditismo foi uma tentativa de deslegitimar este poder? Esperamos responder a estas indagações.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Comunicação política e espionagem nos Sete Povos das Missões no contexto da Era das Revoluções (1809-1820)

Manuel Detoni Flores
Mestrando, UFRGS
manuelflorespoa@gmail.com

Este trabalho pretende analisar a comunicação política do comandante de fronteira das Missões Francisco das Chagas Santos que trata dos movimentos revolucionários da América Meridional e seus impactos na Província das Missões, divisão territorial da então capitania do Rio Grande do Sul que abrangia os povos missioneiros conquistados pelos portugueses em 1801. A historiografia relacionada aos ditos "Sete Povos das Missões" tem se renovado nos últimos trinta anos graças a novas perspectivas que buscam valorizar a agência indígena e a continuidade do modo de vida missioneiro, com os guaranis formulando novas estratégias para se adaptarem a novos contextos políticos e socioeconômicos. Buscamos complementar este debate historiográfico pelo estudo do papel que a Província das Missões e os povos guaranis tiveram nos processos revolucionários do Prata, estabelecendo um diálogo entre a história indígena e a história da Era das Revoluções.

A eclosão dos conflitos revolucionários no antigo Vice-Reinado do Rio da Prata deu uma nova importância aos comandos de fronteira, sobretudo das Missões, pois as disputas territoriais entre hispano-americanos e luso-brasileiros adquiriram uma nova dimensão na medida que os governantes portugueses temiam a expansão dos ideais revolucionários, mas também viam oportunidades de expansão na situação caótica da

América Espanhola. O papel dos comandantes de fronteira como agentes da coroa portuguesa não se limitava a defesa militar dos territórios fronteiriços, sendo estes homens também responsáveis pelo levantamento de informações relevantes para os interesses da coroa na fronteira e o seu repasse para as autoridades centrais da capitania, tendo um papel chave nas redes de comunicação que compunham a administração da América Portuguesa.

O papel dos comandantes de fronteira como comunicadores entre a fronteira e o centro administrativo da capitania resultou na produção de uma volumosa comunicação política cujo escopo total foge dos objetivos específicos deste trabalho. Limitamos o nossa análise aos documentos de Francisco das Chagas Santos que tratam dos conflitos de independência do Rio da Prata e os seus impactos na Província das Missões. Temos como objetivos compreender os meios utilizados pelas autoridades portuguesas das Missões para se manterem informadas sobre os acontecimentos políticos do Rio da Prata durante a Era das Revoluções e os discursos políticos presentes na documentação analisada, sobretudo entre as populações dos povos guaranis dos dois lados da fronteira.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Para uma história comparada das revoltas nas Américas na época colonial

José Vicente Serrão
Doutor, ISCTE-IUL
jvserrao@iscte-iul.pt

O que há de comum ou de diferente entre, por exemplo, a guerra Chichimeca no México e a guerra dos Tamoios no Brasil? Ou entre os mocambos de Palmares e o palenque de Huachipa no Perú? Ou entre as revoltas fiscais de Vila Rica (1720), Santiago do Chile (1776) e La Paz (1777)? Na realidade, pouco sabemos, porque estes, assim com os inúmeros outros casos de resistência e rebelião que abalaram a ordem social, política e cultural do domínio colonial ibérico nas Américas, têm sido geralmente estudados como episódios singulares, quando muito integrados na história das respectivas nações (pós-coloniais) ou dos respectivos impérios. Isso é ainda o resultado de uma tradição historiográfica ou de uma memória colectiva de forte pendor nacionalista, que ganhariam com uma maior abertura comparativa e transnacional. Esta comunicação pretende assim, em primeiro lugar, oferecer uma visão de conjunto das revoltas e outras formas de resistência activa que tiveram lugar na América espanhola e na América portuguesa ao longo do período colonial – a sua distribuição espacial e temporal e a sua caracterização tipológica (causas, participantes, duração, lideranças, etc.). E pretende, em segundo lugar, discutir as vias de abordagem que nos permitam observar de forma integrada e comparada as múltiplas revoltas da América colonial ibérica, visando identificar e padronizar as semelhanças, as diferenças e até as possíveis conexões entre si.

IX Encontro Internacional de História Colonial

IX EIHC

DIMENSÕES GLOBAIS E LOCAIS DOS IMPÉRIOS COLONIAIS: REDES, CIRCULAÇÃO E DINÂMICAS (SÉCULOS XV-XIX)

Circulação material e estética: livros e artefatos que criaram a imagem do mundo colonial

6

Maria Cândida Ferreira de Almeida (Universidad de los Andes) & Juan Camilo Rojas Gómez (Columbia University)

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

As esculturas sacras em barro do beneditino Frei Agostinho da Piedade: novos olhares através da integração entre as ciências humanas e naturais.

Alessandra Rosado
Doutora, Professora Associada do Departamento de Artes Plástica
alessandra.rosado@gmail.com
Agesilau Neiva Almada
Doutora, EBA, UFMG
agealmada@yahoo.com

Os estudos que tratam da produção de esculturas sacras manufaturadas em barro a partir da comparação entre análises formais e a técnica construtiva, considerando as composições de seus materiais, no período colonial brasileiro, são bastante insipientes; eles praticamente inexistem. As razões para esse cenário não são claras, podendo-se supor que o suporte cerâmico não seja tão atraente quanto o suporte madeira, tendo em vista a produção mais numerosa de peças em madeira. Nesse sentido, a produção escultórica em barro realizada pelos beneditinos no Brasil também não resultou em estudos significativos do ponto de vista da História da Arte Técnica; o conhecimento sobre as técnicas e materiais dessas esculturas são inexistentes. Esta pesquisa tem por objetivo conhecer, analisar e estudar a imagem São Pedro Arrependido (1640), atribuída ao português beneditino, frei Agostinho da Piedade. Ele é considerado o pai da escultura no Brasil, que introduziu a estética erudita no processo de modelagem de esculturas sacras em barro. A peça, cuja propriedade é do Mosteiro de São Bento da Bahia, atualmente, está em exposição no Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia (UFBA), sob o regime de empréstimo, e é um ícone na produção em barro do frei beneditino. O estudo, de cunho interdisciplinar, versa sobre os exames iniciais já

realizados na peça e que são: organolépticos, microscopia portátil USB, endoscopia USB, raios X, luz visível, ultravioleta e infravermelho, exames estes de característica não destrutivos, e, os exames físico-químicos realizados a partir de amostras coletadas diretamente na peça. Essas análises permitem entendimento aprofundado sobre as técnicas e a composição dos materiais cerâmicos, que compõem as pioneiras esculturas sacras modeladas em barro, e ampliam o entendimento sobre o fazer artístico do Frei Agostinho da Piedade. Este estudo integra a pesquisa de doutoramento no Programa de Pós-graduação em Artes (PPGArtes), Escola de Belas Artes, Universidade Federal de Minas Gerais, na linha de pesquisa Preservação do Patrimônio Cultural, com previsão de término em 2026. Serão abordados aspectos que compõem a obra tais como: história, composição, possível processo de modelagem, estado de conservação e apresentação detalhada de cada um dos exames com os resultados preliminares obtidos até o presente momento e suas relações com o processo de manufatura.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Publicação de impressos e a circulação de saberes jesuíticos na América portuguesa na segunda metade do século XVII

Ane Luise Silva Mecenas Santos
Doutora, UFRN
ane.mecenas@ufrn.br

Ao longo da segunda metade do século XVII o processo de conquista e ocupação dos espaços coloniais tomava o rumo dos sertões, relacionado com a busca de minas de salitre, prata, ouro, bem como a criação de gado. Apresentado na documentação como expansão para "os caminhos de dentro", tinha por finalidade a constituição de aldeamentos e a formação de alianças, com o intuito de garantir segurança no acesso comercial às rotas dos criadores de gado que seguiam da Bahia ao Piauí. Assim, ordens religiosas encarregaram-se da tarefa de disciplinar almas e administrar aldeias. Os jesuítas foram responsáveis pela conversão dos indígenas da nação Kiriri. Durante esse período de reordenação dos domínios coloniais e implantação de novos aldeamentos, produziram um significativo corpus documental, que versa sobre a solicitação de índios, as aldeias, descrições dos espaços e da elaboração de novos instrumentos que auxiliassem a comunicação. O presente trabalho visa analisar as redes de produção e circulação de saberes por meio dos escritos jesuíticos elaborados durante o processo de conversão dos Kiriri.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

"MESTRE DE SERGIPE": produção e circulação de mestres, oficiais e modelos na policromia da escultura baiana, nos séculos XVIII e XIX

Cláudia Maria Guanais Aguiar Fausto
Doutoranda, UFMG
cmguanais@gmail.com
Maria Regina Emery Quites
Doutora, UFMG
mariareginaemery@yahoo.com.br

Na América Portuguesa, a Bahia se destaca pela intensa e conhecida produção de esculturas devocionais exportando para vários locais, como se observa na atualidade, em diversas Igrejas, Museus e coleções particulares. Essa pesquisa tem por objetivo estudar a policromia das imagens de Sergipe, demonstrando suas características e peculiaridades diante do universo das oficinas de mestres santeiros regionais. A historiografia da arte aponta para a existência do "Mestre de Sergipe", que por exemplo, é citado na imagem de Nossa Senhora do Carmo, pertencente ao acervo do Museu de Arte Sacra de Paraty, RJ, cuja policromia possui a utilização da folha metálica dourada formando grande florões centrados por arranjos florais, além dos sombreamentos e degradês criando efeitos de luz e sombra. Sabe-se que em Sergipe houve a contratação de pintores baianos no período colonial para a ornamentação dos templos, como é o caso da Igreja Matriz da Divina Pastora, no munícipio de Divina Pastora, onde o forro é atribuído a José Teófilo de Jesus (1758-1847). Nesta mesma Igreja, observa-se a escultura da Divina Pastora, onde a policromia segue a estética da policromia baiana, assim como a Nossa Senhora da Piedade do Santuário Mariano da cidade de Lagarto e a Nossa Senhora do Socorro da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Socorro. As três imagens

citadas possuem padrões policrômicos muito similares, para não dizer idênticos, à paleta do policromador baiano José da Costa Andrade, que atuou na Bahia nas décadas de 20 e 30 do século XIX. Segundo o termo de contratação dos terceiros franciscanos de Salvador, a policromia da imagem de São Domingos de Gusmão ficou sob a responsabilidade de José da Costa Andrade, sendo, portanto, um ponto de partida seguro para esta pesquisa. Há de se considerar que, a emancipação de Sergipe da Bahia de deu através do decreto assinado por D. João VI em 08 de julho de 1820, portanto, é bastante provável que as oficinas de Salvador supriam a demanda das ornamentações dos templos católicos. A metodologia usada na pesquisa da policromia baiana amplia as análises para outras cidades de Sergipe, como São Cristóvão e Laranjeiras, com o propósito de identificar as características técnicas e a padronagem usada na região sergipana. Trabalhando com a hipótese de circulação de mestres, oficiais e modelos, perguntamos: quem foi o "Mestre de Sergipe"?

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

ICONOGRAFIA CATÓLICA MEDIEVAL E INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS

Cristiane Correa Strieder
Doutora, UNISO
cristrieder@gmail.com
Vania Regina Boschetti
Doutora, Universidade de Sorocaba
vania.boschetti@prof.uniso.com

O artigo tem como objeto refletir sobre os monumentos enquanto recursos que apresentam e mantêm perenes os feitos humanos e entender especificamente a influência que tais elementos e construções edificados no período medieval exercem sobre a educação. Baseando-se em autores como Le Goff, Franco Jr., Viñao Frago, Chartier na consulta de documentos, entrevistas com responsáveis do setor de comunicação de colégios vinculados aos monastérios e análise da arquitetura, a pesquisa busca confirmar a hipótese procura asseverar a ideia de que a presença dessa materialização no ambiente das escolas confessionais católicas têm a função de defender e perpetuar seus dogmas religiosos, valores morais e comportamentos específicos, através de símbolos representados na arquitetura e monumentos utilizados desde a Idade Média em suas instituições de ensino, evidenciando uma pedagogia de memória.

Palavras-chave: Idade Média, educação, iconografia, simbologia.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

"Por entender o gosto das mayores pessoas de Portugal, e Castella, de quererem saber ao justo, o que na verdade passou na empresa da Bahya, polla Coroa de Portugal"

Isis Macedo Tejo
Mestranda, Universidade Federal da Bahia
isistejo11@gmail.com

Nesta apresentação pretendo discorrer sobre algumas Relações de Sucesso escritas sobre a retomada da cidade de Salvador do domínio holandês em 1625 e publicadas em Portugal e Castela, tendo em foco o modo como os editores e autores pretendiam atingir e formar a opinião do público que teria acesso a essas notícias, aliada à construção de uma imagem positiva da Monarquia Habsburgo. Para isso, pretendo introduzir os ouvintes ao que são Relações de Sucesso, e em seguida passar para as análises de alguns desses documentos, encontrados em arquivos online e selecionadas para compor a pesquisa de mestrado e essa comunicação. Pretende-se perscrutar, quando possível, os editores e autores das relações, refletir sobre os feitos dos atores desses acontecimentos no império pensando na formação de perfis heroicos construídos nas Relações de Sucesso, e como povoavam o imaginário popular.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

A ausência de tipografias na América portuguesa: apontamentos para uma revisão historiográfica

Jerônimo Duque Estrada de Barros
Doutorando, PUC-RJ
jeronimoduque@gmail.com

Há na historiografia nacional uma questão a ser respondida: por que em todo o período colonial só houve uma tentativa, em meados do século XVIII, de fundar oficinas de tipografias na América portuguesa? A comunicação tenta avaliar a influência da censura portuguesa para a inibição de imprensas coloniais e apontar caminhos de revisão historiográfica sobre o tema. Prega, sobretudo, o afastamento de concepções contemporâneas que se ligam às noções de liberdade de imprensa e censura que seriam exóticas à sociedade luso-americana. Nesse sentido, o objetivo é demonstrar que a renovação historiográfica, baseada em autores como Robert Darnton, Roger Chartier e Diogo Ramada Curto, pode revelar novas perspectivas e ampliar a compreensão das condições de existência da cultura letrada na época moderna. Sobretudo a respeito das condições de acesso dos luso-americanos às tipografias, não só como leitores, mas produtores ou promotores de materiais impressos que circulavam na América portuguesa.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Missionary Centers in the Pacific Rim: Consolidating the Monarchia Universalis

Juan Camilo Rojas Gomez
Doutorando, Columbia University
jcr2208@columbia.edu

In this presentation I seek to identify the main centers of religious mission and artistic production in the Pacific Rim where members of religious orders settled to transport artifacts and to produce knowledge about places. These locations allowed them, at least in their intention, to consolidate a universal Catholic monarchy that connected Cuzco, Goa, Lima, Macao, Manila, Mexico City, Michoacán, Nagasaki, and Quito, to mention a few. In this process, evangelization played a determining role. The missionaries advanced this project by preaching and using images and printed texts in native languages, promoting Catholic devotions, communicating Christian sacred history and even complex dogmatic ideas–the mystery of the Trinity or the Immaculate Conception of Mary, to mention some examples. From–and about–these centers, missionaries also produced a significant corpus of information about the region, the inhabitants, and their religious practices, which helped them to ensure the continuity of the evangelizing project in the Far East. In this project, I ask: What were the dynamics of evangelization in the Far East, and what were its particularities? How did the missionaries produce and use the knowledge, artistic techniques, and artifacts to advance the evangelizing project?

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Naturezas coloniais: a "zoologia fantástica do Brasil" de Afonso Taunay

Luis Claudio dos Santos Bonfim
Doutorando, Instituto Federal de Mato Grosso
santos.bonfim@lrv.ifmt.edu.br

A obra de A. Taunay (1876-1958) sobre uma zoologia fantástica do Brasil, apresentada em 1938, contém a revisão modernista das naturezas que foram talhadas na colonização dos séculos XVI e XVII. Contém, por isso, dois projetos de apreensão da natureza da colônia em momentos distintos do processo: a) a natureza colonial na visão dos homens do antigo regime; b) natureza colonizada na visão do modernismo de 1930. Nesse sentido esse trabalho pretende fazer uma leitura da obra com o objetivo de diferenciar a caracterização do "fantástico" dada nesses dois momentos históricos. A comparação entre as formas compreensão do "fantástico" nesses dois períodos de modernização sugerem variações de compreensão da natureza colonial. Definições de natureza estão no centro da construção da identidade colonizadora.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Mundus Novus: o livro que batizou a América e inventou o canibal histórico

Maria Candida Ferreira de Almeida
Doutora, Univeridad de los Andes, Colômbia
mferreir@uniandes.edu.co

Cada sociedade tem uma tradição peculiar que determina seus referentes: da ideia comunitária de controle que uma sociedade tem sobre o mundo, surge uma rica rede de signos e referências para lidar com a ideia do que é diferente. Tal rede de signos e referências elabora um vocabulário hostil e desdenhoso para expressar a articulação da almejada e necessária dominação (política, religiosa, econômica e territorial) sobre outros seres que não são "nós". As primeiras imagens sobre a terra americana circulam nos inícios do século XVI por meio de gravuras que ilustram as cartas de Américo Vespúcio, conhecidas como Mundus Novus (1504). Esta comunicação se debruça sobre este livro fundamental para a criação da imagem das Américas, buscando mapear os referentes míticos e literários que propiciaram a sua compreensão, para em seguida, estabelecer seu papel na criação da imagem do Brasil como terra de canibais. As chegadas às terras desdizem os textos antigos, mas, ao mesmo tempo, aquelas mitologias serviram para criar parâmetros de entendimento do novo mundo que se descortinava. A noção de Antiguidade e de mundo novo se uniram para inventar jogos de sentido a partir de analogias, semelhanças e diferenças. Um exemplo, destes contrastes está na visão edênica da terra nova e a representação demoníaca de seus habitantes.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

De autores, escritos y censores: Novenas eclesiástica en el Virreinato de la Nueva Granada y la censura de la Corona española a finales del siglo XVIII

María Cristina Pérez Pérez
Doutora, Universidad Externado de Colombia
maria.perez@uexternado.edu.co

El inicio del siglo XVIII, no solo significó para España la llegada al trono de la Casa borbón, tras la muerte del último de los Austrias españoles, Carlos II, y la coronación del duque de Anjou, Felipe V, que planteó nuevas maneras de gobernar, sino también la implementación de nuevas posturas ilustradas por parte de la Iglesia frente al papel de los devotos, las imágenes religiosas y las novenas eclesiásticas, a través de un aparato jurídico eclesiástico más delimitado, que se ampararía en las disposiciones tridentinas, los decretos de Urbano VIII (1569-1644), los concilios de Perú, Nueva España y de Toledo (siglos XVI y XVII) a lo largo de este siglo. En tanto, este nuevo panorama generó cambios significativos a nivel político, social y religioso, para los territorios pertenecientes a la Corona española en la Península Ibérica y, por supuesto, sus posesiones en Ultramar, de los que el virreinato de la Nueva Granada, restaurado finalmente en 1739, no estuvo exento. Este Virreinato, todo lo contrario, resulto ser un escenario donde pronto se vislumbraron las reformas fiscales y económicas aplicadas por la Corona española, en particular aquellas proferidas por Carlos III, la influencia de las ideas ilustradas en el campo de la fe y la creación de una renovada legislación eclesiástica. A lo que se suman, las consecuencias, temores e incertidumbres de las coronas católicas generadas tras la independencia de los Estados Unidos (1775-1781) y la Revolución Francesa (1789-1799), que anunciaban de manera clara transformaciones

presentes en la mentalidad de los vasallos europeos y sus territorios en América, con respecto a la separación de la Iglesia y la Corona, —unión establecida desde el siglo XV con el Patronato regio, con las bulas concedida por el papa Alejandro VI a las monarquías católicas, como España, Francia y Portugal—, y los debates sobre la secularización y la restricción del papel de la Iglesia en el establecimiento del poder político borbónico y del despotismo ilustrado. Es en este contexto de profundos cambios y transformaciones, estudiados ya por una amplia historiografía en Colombia, en el que se enmarca esta ponencia, que pretenden mostrar los continuos temores por parte de la Iglesia y la Corona por perder el statu quo ganado los dos siglos anteriores en el territorio neogranadino —aspecto vivido en gran parte de sus provincias en América—, en una lucha constante frente a la llegada de nuevas ideas ilustradas en contra del poder absolutista, la delimitación del papel del catolicismo en la instrucción pública de los vasallos, la transformación de ciertas costumbres religiosas instituidas con las prácticas de sincretismo. Todo esto, con el propósito de mostrar las formas de autoridad y control ejercido por las autoridades eclesiásticas y civiles, para controlar la comunicación de ideas que circulaban a través de los textos publicados en las imprentas neogranadinas, través de actos continuos de vigilancia sobre quiénes escribían y la creación de sus textos, y censuras constantes antes y después de la impresión de los manuscritos. Este problema, que involucra el estudio de censores, autores y escritos religiosos, será estudiado por medio de novenas eclesiásticas, de aquellas que lograron ser impresas y de aquellas que no lo fueron, y que se quedaron en bocetos. La imprenta había llegado al territorio neogranadino en julio de 1735, con la Compañía de Jesús por el puerto de Cartagena con destino a la Audiencia de Santafé, con una presencia esporádica de impresiones por la poca regularidad y escasa producción, en las que, además de novenas, se imprimieron septenarios, compendios, ejercicios, reglas y patentes. Por ejemplo, esta institución publicó en su pequeña imprenta dos de las primeras novenas que circularon en varias provincias del Virreinato, y cuya licencia fue concedida en Santafé el 16 de febrero de 1738, el Septenario al Corazón Doloroso de María Santísima elaborada por Juan Ricardo y Terreros, vicario de la ciudad de Vélez, y la Novena del Sagrado Corazón de Jesúsm que se elaboró con base en un libro español titulado Thesoro Escondido en el Sacratissimo Corazón de Jesús. Ahora bien, la importancia de las

novenas no sólo radicaba en su componente didáctico, pedagógico y dogmático conferido por el catolicismo desde el siglo VII y reafirmado en el transcurso del siglo XVI en el Concilio de Trento (1545-1563), estas también permitieron que diversos grupos se acercaran directamente a sus santos de devoción por medio de la oración, al tiempo en que los instruyó sobre la manera correcta en que debía orar ante una imagen. Estos libros se componían de oraciones, fragmentos del evangelio, peticiones y alabanzas, que se rezaban durante los nueve días anteriores o posteriores a la festividad de un santo o de una advocación mariana, y en los que se pedían diferentes ayudas por parte de los devotos: protección ante las pestes, epidemias, contagios y terremotos. Pero, en lo que parecía ser una herramienta para la veneración de las imágenes católicas, obispos y autoridades reales advirtieron faltas en los contenidos y en las formas de apropiación de los mismos. De ahí que el proceso de impresión de las novenas estuviera mediado por un conjunto de exigencias y requerimientos, que no se limitaba únicamente al acto piadoso de la escritura. Así las cosas, antes de ser aprobados para su impresión, los autores de estos textos debían remitir los escritos y las cartas de solicitud de impresión a tres instancias: el Procurador General, los letrados de la Real Audiencia y el arzobispado. Por estas razones, ciertas novenas, a pesar de ser elaboradas en honor a un santo o una advocación mariana, a una pintura o una escultura milagrosa, no siempre pudieron ser impresas como era el objetivo de sus devotos autores. La preocupación de las autoridades residió, posiblemente, en que las obras, aún los escritos más pequeños como las novenas, no poseían un sentido completamente estable, fijo o universal, como tampoco sucedía en el caso de las representaciones visuales. Puesto que los escritos también estaban cargados de significaciones diferentes y cambiantes en el marco del encuentro de una recepción, donde los sentidos atribuidos a sus formas dependían de las expectativas de los diferentes públicos. Por ello, el interés de las autoridades por revisar los contenidos y de los propios autores por fijar un sentido y enunciación a su interpretación, para forzar la lectura, aunque, como plantea Roger Chartier, en realidad la recepción siempre invitaba, desplazaba y distorsionaba. En este sentido, la pregunta que busca resolver esta ponencia es la siguiente: ¿Cuáles fueron las medidas implementadas por la Corona española y la Iglesia neogranadina, para controlar y censurar la impresión de las novelas eclesiástica y, con ello, para autoafirmar la regalía

papal, cuestionar las ideas contra Dios, afirmar la lealtad a las autoridades borbónicas y establecer una única forma de devoción hacia las imágenes religiosas?

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

As disputas de representações nas narrativas das Relações de festas no mundo Atlântico português (segunda metade do século XVIII)

Roberta Martinelli e Barbosa
Doutora, Colégio Pedro II (RJ)
robertamb2006@gmail.com

Esta comunicação tem como proposta analisar as Relações de festas sobre alguns festejos públicos da monarquia portuguesa celebrados em Lisboa, Luanda e Rio de Janeiro na segunda metade do século XVIII, visando compreender o modo pelo qual esses escritos registraram as manifestações de base africanas presentes no interior de tais festividades.

Ainda que as Relações de festas enquanto fonte histórica possuam limitações, uma vez que apresentam a perspectiva de letrados e agentes da administração portuguesa, tais registros são reveladores da construção de sentidos simultâneos no interior das celebrações em homenagem `a Monarquia portuguesa no espaço atlântico. A partir de uma leitura a contrapelo é possível identificarmos nas ações narradas a persistência de sujeitos diversos - indígenas, "pardos", negros libertos ou escravizados – em ocupar um determinado lugar naquelas celebrações, trazendo para os rituais públicos da monarquia portuguesa seus gestos, danças e concepções de mundo.

Se, por um lado, o discurso letrado das narrativas sobre as festas reais no mundo atlântico português produziu e difundiu imagens unívocas e representações estereotipadas sobre "pretos", "pardos", "índios", a "África" e "América", por outro, o modo pelo qual indígenas, africanos e seus descendentes apresentavam-se nessas festividades nos oferecem pistas de como tais indivíduos procuraram construir suas

próprias representações, de como desejavam ser vistos em suas localidades e no Império português.

Procurar-se-á discutir o gênero narrativo das Relações de festas, a sua materialidade - na forma manuscrita e impressa – bem como evidenciar a circulação de padrões retórico-poéticos, temáticas, imagens e símbolos nesses escritos, refletindo sobre o seu significado no âmbito do mundo atlântico português. As narrativas das Relações de festas apesar de possuírem uma linguagem que seguia padrões retóricos e regras de representação e procurassem registrar os elementos comuns formais das práticas festivas, demarcavam o reconhecimento de singularidades culturais locais nessas formas públicas de celebrações.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

O Verbete "Brasil" no Lexicon Universale de 1677

Roberto da Silva Ribeiro
Doutor, UEPB/UFCG
pb1318113@hotmail.com

Apresentamos o verbete sobre o Brasil no Lexicon Universale Historico-Geographico-Chronologico-Poetico-Philologicum, dicionário geográfico escrito em latim por Jacob Hofmann e publicado em Basileia no ano de 1677. Além da sua transcrição em latim, trazemos a sua tradução. Discutiremos os conhecimentos que se tinha na época do Brasil na Europa e como eles influenciam fortemente o modo como o Brasil é apresentado até hoje em livros didáticos e obras de referência. A fonte do nosso trabalho é o volume que pertence à biblioteca de Berlim e que se encontra digitalizado disponível na Internet.

IX Encontro Internacional de História Colonial

EIHC

DIMENSÕES GLOBAIS E LOCAIS DOS IMPÉRIOS COLONIAIS: REDES, CIRCULAÇÃO E DINÂMICAS (SÉCULOS XV-XIX)

Intelectuais, Igreja e Poder no Império Português, séculos XVI ao XIX

7

Bruno Martins Boto Leite (UFRPE)

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

O CLERO SE SENTA A MESA: OS JULGAMENTOS DE RELIGIOSOS PELA INQUISIÇÃO PORTUGUESA

Andressa Guimarães Barbosa
Doutorando (a), UFRRJ
barbosag.andressa@gmail.com

Ninguém estava imune a vigilância do Santo Ofício. Ao longo de toda a modernidade a Instituição agiu em todo império português buscando punir, corrigir e coibir todo comportamento herético. Como um tribunal de direito canônico estava sob a alçada inquisitorial o julgamento de membros do clero, fossem homens ou mulheres, que de alguma forma se manifestassem contra a fé. Seguindo os preceitos da justiça moderna, esses clérigos e freiras possuíam particularidades na maneira como deveriam ser julgados pela instituição e na forma como eram vistos pelo tribunal. Nesse sentido a presente proposta busca analisar quais os principais delitos que levaram membros do clero a mesa inquisitorial e de que forma a Inquisição, enquanto tribunal de direito, deveria julgar religiosos de acordo com o seu estatuto social.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

OS INQUISIDORES DE GOA POR ENTRE AS INSTITUIÇÕES DO ESTADO DA ÍNDIA: A CÚRIA ARQUIDIOCESANA DE GOA

Bruno Feitler
Doutor (a), Universidade Federal de São Paulo
feitler@unifesp.br

Esta comunicação insere-se em pesquisa que pretende estudar o tribunal da Inquisição de Goa (fundado em 1560 e abolido definitivamente em 1812) e os modos pelos quais a instituição e seus ministros impactaram na política religiosa, social e econômica do Estado da Índia. Esse ângulo de análise implica no estudo das diferentes cronologias de inserção da Inquisição no seio das instituições locais do Estado da Índia, das carreiras dos seus ministros, da influência destes sobre as decisões governamentais em relação às populações locais. A documentação referente aos anos 1740 e 1750 dá conta de interseções e interações que ultrapassam em muito o que se conhece da colaboração verificada nas dioceses do reino ou do Brasil. São estas interações e suas eventuais consequências que exploraremos aqui.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

A QUESTÃO DO SIGILO CONFESSIONAL E A GUERRA DE PAPÉIS CONTRA A JACOBEIA (1745-1750)

Bruno Kawai Souto Maior de Melo
Doutor (a), Universidade Federal de Pernambuco – UFPE
bruno.kawai@ufpe.br

Entre os anos 1745 e 1752, a Inquisição portuguesa realizou uma verdadeira guerra contra a Jacobeia – movimento religioso que surgiu nas décadas iniciais do século XVIII, com o propósito de divulgar um método de vida baseado na reforma da espiritualidade e numa rigorosa vivência devocional, espiritual e sacramental. A perseguição à Jacobeia se deu especialmente através da manipulação de informações/desinformações, que foram propagandeadas por meio de um número considerável de libelos difamatórios, livros e papéis insultuosos, publicados – em sua grande maioria de forma clandestina – com a aquiescência do Santo Ofício. Nesses textos, os jacobeus, de modo geral, foram vituperados, sendo acusados de sigilistas – isto é, religiosos que não respeitavam o sigilo do sacramento da confissão, utilizando o testemunho revelado no sacrário como instrumento de perseguição aos fiéis. Diante disso, examinaremos os escritos produzidos ao longo do período que se convencionou chamar de questão do sigilo confessional: o sentido de seus usos, seus efeitos e seus interesses; e buscaremos entender de que forma a propagação de desinformações sobre os jacobeus contribuiu com a criação de uma semântica histórico-política que atribuiu sentidos e forjou a própria ideia de Jacobeia que se desenvolveu ao longo do século XVIII.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

A PARENÉTICA JESUÍTICA E O PODER EM PORTUGAL E SEUS DOMÍNIOS ULTRAMARINOS NA ÉPOCA DA SOBERANIA FILIPINA, 1580-1640

Bruno Martins Boto Leite
Doutor (a), UFRPE
bruno.boto@ufrpe.br

Com a anexação de Portugal à coroa espanhola, os padres da Companhia de Jesus, na Europa e nos domínios de além-mar, ao contrário de outras ordens religiosas da península ibérica, mostraram-se senão contrários ao menos críticos do poder da Dinastia Habsburgo. Participaram, por meio de pregações públicas e publicações literárias de muitos eventos e processos históricos determinantes para a vida política dos portugueses. Nas revoltas populares da década de 30 do século XVII, os jesuítas apareceram como agitadores do entusiasmo subversivo popular: fala-se da atuação dos padres nos púlpitos das igrejas como princípio de muitas revoltas. Nas guerras, pode-se ver a importância dos sermões para a motivação dos soldados. Além do que, nos mais prementes debates políticos, os pregadores e teóricos da Companhia de Jesus atuaram de forma constante. Pretendemos nessa comunicação apresentar um quadro geral, ainda preliminar, da produção de sermões pelos padres da Companhia de Jesus, mostrando sua importância e seu lugar nos processos políticos vividos em Portugal e seus domínios no tempo dos Filipes. Além do que, pretendemos explorar a existência de concepções de mundo e teorias políticas da época presentes no enunciado dos discursos proferidos, copiados e impressos pelos padres de modo a salientar a inserção ideológica da Ordem no contexto da Dominação Filipina.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

SANTIDADE E POLÍTICA NA PROVÍNCIA JESUÍTICA DO BRASIL: NOTAS DE PESQUISA A PARTIR DA OBRA DO PADRE SIMÃO DE VASCONCELOS (SÉC. XVII)

Camila Corrêa e Silva de Freitas
Doutor (a), Universidade Federal de Campina Grande
camilacorreaesilva@gmail.com

Desde a dissertação de mestrado (2010), venho investigando, a partir dos escritos e trajetórias de integrantes da província jesuítica brasileira, a relação entre a política de atuação da Companhia de Jesus na América lusa entre os séculos XVI e XVII, sua fundamentação teológico-política e as campanhas pela canonização de alguns dos membros da Ordem no Brasil, notadamente a de José de Anchieta, articulada desde princípios do século XVII. Assim sendo, nesta comunicação, pretendo, partindo da análise das obras históricas e hagiográficas do Padre Simão de Vasconcelos, apresentar as possíveis relações entre uma perspectiva teológico-política de sociedade e de governo civil compartilhada por muitos jesuítas da província, a política de atuação da Ordem no Brasil e a produção escrita e atuação político-institucional do padre em prol da canonização de alguns companheiros. Em síntese, pretende-se refletir e provocar discussão em torno das seguintes questões: quais os sentidos e possíveis impactos políticos da canonização de um jesuíta identificado com a província brasílica na América portuguesa do Seiscentos?

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

EXORTAÇÕES À JUSTIÇA COLONIAL. A PUBLICAÇÃO LISBOETA DE UM SERMÃO BAIANO DO PADRE ANTONIO DE SÁ

Daniel Pimenta Oliveira de Carvalho
Doutor (a), Pós-doutorando PPGHIS-UFRJ
muriquid@gmail.com

Durante as décadas centrais do século XVII, foram impressas pela primeira vez em Portugal edições individuais de sermões pregados em suas possessões americanas. Entre elas, figura o "Sermão que o padre Antonio de Saa da Companhia de Jesu pregou à Justiça na Sancta Sé da Bahia na primeira Oitava do Spiritu-Sancto", publicado em Lisboa pela oficina de Henrique Valente de Oliveira em 1658. Nossa análise deste livreto procurará, em um primeiro momento, identificar os indícios, encontrados no seu texto e apresentação, do tipo de preocupação que pode ter conduzido à sua impressão, entendendo-o como um objeto criado em busca de um determinado impacto na sociedade em que seria lido, dependendo justamente de como seria lido. Seu tema: os erros a serem evitados e os acertos a serem perseguidos na administração da Justiça humana, tanto punitiva quanto distributiva.

Neste sentido, e enquanto parte de um estudo mais amplo sobre os sermões pregados na cidade de Salvador e impressos nas tipografias europeias ainda no século XVII, esta comunicação deverá verificar se existe talvez, como em outros exemplos da mesma série documental, uma relação entre esta publicação lisboeta e motivações ou demandas provenientes da Bahia, através principalmente de suas estruturas eclesiásticas, e se é possível identificar estratégias de afirmação político-religiosa no

quadro da Igreja e do Império português. Em um segundo momento, porém, será interessante também considerar este sermão específico no interior da obra e da trajetória do padre Antonio de Sá, jesuíta nascido no Brasil, conhecido por suas habilidades oratórias, e notadamente pela pregação realizada em Lisboa quando de sua passagem pelo reino, já no início da década de 1660, intervindo em um período particularmente turbulento da política portuguesa.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

MEMBROS DE UM COMPROMISSO DIVINO: IRMANDADES RELIGIOSAS E UM SISTEMA DE NORMATIVIDADE NA AMÉRICA PORTUGUESA DURANTE O SÉCULO XVIII

Gidiana Andrade Barbosa de Lima
Mestrando (a), Universidade Federal Rural de Pernambuco
gidiana.andrade@gmail.com

Sob a égide do padroado, diversos tipos de instituições religiosas foram instaladas na América durante a administração da monarquia portuguesa. Dentre elas as irmandades religiosas, cuja característica predominante, além do culto divino, foi a congregação de um número maior de associados leigos. Essas instituições representaram um importante núcleo de sociabilidade no período colonial concentrando grupos distintos, ora dentro de uma mesma irmandade ou em corporações específicas. Essas comunidades devocionais, que tiveram origem nas corporações de ofício da Europa medieval, deveriam elaborar seu próprio estatuto e requerer aprovação de uma instância superior de caráter civil ou eclesiástica. Esses estatutos, que recebiam o nome de Compromisso, em tese, deveriam ser criados em conjunto por todos os membros da irmandade. Apesar do vasto número de estudos sobre as irmandades religiosas na América portuguesa, pouco se tem discutido sobre o conjunto de normas que regiam essas instituições, sobretudo em análises comparativas. Levando em consideração que os compromissos representavam "corpos normativos" produzidos pela própria irmandade, onde, compreende-se que tinham como função mediar as relações entre os irmãos associados, é possível, então, analisar estruturas da cultura jurídica que orientou a elaboração desses estatutos. Nesse sentido, pretende-se

lançar novos olhares sobre estas instituições, principalmente, do ponto de vista dos mecanismos normativos da vida cotidiana e os elementos morais que objetivaram ordenar a sociedade colonial do século XVIII. Tendo em vista este pressuposto, utilizaremos os livros de três Compromissos que correspondem às irmandades de São Pedro dos Clérigos, do Santíssimo Sacramento e de São José dos Ofícios, ambas com origem e funcionamento no Recife durante o século XVIII. Posto isso, elencamos uma análise do discurso construído na literatura normativa referente aos compromissos, a fundamentação para elaboração e confirmação dos estatutos, assim como, a participação dos membros da irmandade enquanto agentes individuais e coletivos nesse processo.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

DIREITO E DIREITOS SEGUNDO A CONSCIÊNCIA DOS JUÍZES NAS AÇÕES CÍVEIS DE LIBERDADE EM PERNAMBUCO 1850 - 1880

Janicleide Nunes Pereira
Doutorando (a), ufrpe
janecnunes@gmail.com

[Pendência]

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

ACERCA DOS TRATADOS DE RUY GONSALVES NA DINÂMICA DE UMA CULTURA JUDICIAL QUE ALCANÇOU O SETECENTOS

Jeannie da Silva Menezes
Doutor (a), UFRPE
jeannie.menezes@ufrpe.br

Neste artigo, empreendo um exercício com dois tratados produzidos pelo jurista português Ruy Gonsalves, um deles declaradamente de sua autoria e o segundo um anônimo apenas a ele atribuído. Os escolhi por encontrar nos escritos uma chance de rever uma análise descuidada que eu mesma havia realizado tempos atrás, quando então investigava as regulações para as mulheres no Direito Comum que repercutiam no ordenamento jurídico português, ainda vigentes no século XVIII. Trata-se, portanto, de uma tentativa breve de recompor uma dinâmica recorrente para uma cultura judicial que percorria os tempos, ao ser produzida no XVI e revisitada no setecentos. Ao mesmo tempo, nesta breve apreciação sobre os escritos produzidos por um letrado formado na Universidade de Coimbra, pretendo rever meu próprio percurso desde o momento em que a cultura tratadista passou a ser a fonte de referência que venho investigando para os estudos sobre justiça e direito na primeira modernidade. Agora, à luz dos sistemas de pensamento que envolviam a elaboração tratadista de teólogos e mediante as interpretações de juristas, de modo mais geral, centralizo a discussão nas implicações de trazer para o debate as linhas argumentativas que recaíam nos temas judiciais americanos. E, mais ainda, percorro a recepção e os usos que a elaboração tratadista possibilitava ao cruzar o oceano, numa análise de algumas categorias da

teologia moral aproximadas nos escritos do jurista que continham a pretensão de serem espelhos para toda a sociedade.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

"QUATRO SÃO AS FACULDADES DA ALMA, QUATRO SÃO AS COLUNAS DAS VIRTUDES CARDEAIS": UMA ANÁLISE SOBRE A JUSTIÇA NA PRIMEIRA MODERNIDADE A PARTIR DA LITERATURA JURÍDICA DE DIOGO GUERRERO CAMACHO ABOIM

Jéssica Maria Silva de Menezes
Doutorando (a), UFRPE
jessicamsmenezes@gmail.com

O presente trabalho tenciona discutir acerca de aspectos da justiça e do direito na Primeira Modernidade no mundo Ibérico. Para tanto, tomaremos como base a obra "Escola Moral, política, Chistãã e Jurídica" do autor bacharel em Direito Cesare pela Universidade de Coimbra, Diogo Guerrero Camacho de Aboim. A literatura Jurídica, nessa perspectiva, é compreendida enquanto um importante aparelho tradicional de produção de ideias da Primeira Modernidade Ibérica. A partir da leitura e aplicando como metodologia de análise a teoria da Discussão ou teoria da argumentação e o método dialético, indicado pelo teórico António Manuel Hespanha, pretendemos compreender e analisar as categorias mentais que condicionaram a produção intelectual sobre a justiça. Nesse ínterim, tencionamos para uma interpretação lógica que tome como assento a percepção da utilização de métodos intelectuais sofisticados presentes nos textos considerados de "autoridade". Nesse sentido, tomaremos como ponto de partida a análise e interpretação da fonte da literatura jurídica como uma importante fonte de pesquisa para a história do direito e da justiça, bem como, ponderando que os discursos analisados são, como defendido por Alejandro Aguero, "es reflejo de su propria contingencia histórica", portanto, um objeto de interesse

histórico-jurídico. A partir disso, pretendemos demonstrar a importância da crítica conceitual para uma mais ajustada compreensão da história do direito na Primeira Modernidade, já que estamos diante de um sistema marcado e estruturado pelas concepções de pluralismo jurídico, casuísmo e arbítrio judicial.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

ENJEITADAS E DESVALIDAS: A EDUCAÇÃO DE MENINAS NA CASA DOS EXPOSTOS NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO NO SÉCULO XVIII

Lídia Noronha
Mestrando (a), UFRPE
noronhaa@outlook.com

O presente trabalho procura realizar uma investigação acerca da instituição colonial responsável pelo acolhimento de crianças abandonadas. A casa dos expostos surgiu na Europa ao longo do período medieval e tornou-se o principal espaço de assistência para menores em situação de vulnerabilidade. Nosso estudo se concentra no papel das mulheres e da instituição no processo de abandono, acolhimento e educação de crianças.

Na realização deste trabalho serão consultados os documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de Pernambuco do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (AHU) que estão disponíveis no Projeto Resgate de Documentação Histórica - Barão de Rio Branco:

cartas régias, ofícios, requerimentos, decretos, editais e pareceres da comunicação entre a capitania de Pernambuco, territórios vizinhos e o reino.

Ao analisar esta instituição é possível compreender diversos aspectos da dinâmica social no Império Português em relação à infância. A documentação produzida pelas instituições coloniais nos apresenta novas perspectivas de análise. A retórica presente nas fontes nos permite identificar nos discursos da época os mecanismos de resistência

utilizados pelas mulheres para garantir a sobrevivência de seus filhos e as articulações da esfera pública na assistência de crianças abandonadas.

O recorte deste trabalho corresponde à capitania de Pernambuco entre o século XVIII e XIX. A análise documental constatou ser um período de intensas buscas por redistribuição e direcionamento de rendimentos para a criação de crianças enjeitadas, denúncias referente a mulheres escravizadas que deixam seus filhos nessas instituições, assim como, a criação de editais pelos governadores a respeito da educação e destino das crianças deixadas na casa dos expostos.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

PEDAGOGIA DO SILÊNCIO: A [NÃO] EDUCAÇÃO DO NEGRO NO BRASIL COLÔNIA

Oberdan da Silva de Andrade e Ester Fraga
Doutorando (a) e Doutor (a), Universidade Tiradentes - UNIT/SE
oberdandrade@gmail.com esterfraga@gmail.com

Na perspectiva da História da Educação, este estudo objetiva analisar um aspecto pouco estudado na historiografia brasileira: a Educação do negro durante o período colonial. Para este fim, partimos do pressuposto hipotético de que há indícios, mesmo que de forma pontual, do acesso à Educação formal dos sujeitos pesquisados, a exemplo da instrução das crianças negras nas fazendas jesuítas; da aprendizagem dos negros nas oficinas de artes e ofícios mecânicos; da escolarização dos Negros-de-Ganho ou até mesmo dos indícios da instrução de escravos mediante interesse pessoal e de apego afetivo de seus senhores, conforme situação exemplificativa ocorrida na sociedade colonial da Capitania de Sergipe Del Rey, todavia, estas práticas educativas sempre estiveram calcada nos parcos e precários acessos, cuja problemática contextual se volta a ampla escassez e ausência dessa temática nas produções científicas e acadêmicas. O referencial teórico-metodológico para esta investigação, ancora-se em Gondra & Schueler (2008), Morais (2016) e Casimiro (2007), por contextualizarem a História da Educação com vistas à Educação no contexto do Brasil colônia; em Santos, Amorim e Nascimento (2017), por discutirem a relação de instrução e escravidão no período colonial; em Franca (2019), por apresentar o Ratio Studiorum, enquanto modelo educacional instituído no período colonial; em Leite (1938), por estudar a ordem jesuíta no Brasil; em Barreto; Nascimento; Sales (2013), por tratar de impressos

educacionais cristãos, e, no método indiciário (Ginzburg, 1989), em que buscou-se "conjecturar o invisível a partir do visível, do rastro". Os resultados apontaram a existência de uma Educação colonial pensada e direcionada aos interesses das classes dominantes, cujos moldes recaiam pelo viés de um pensamento hegemônico-racista, mediante marcos regulatórios eurocêntricos em que se proibia, limitava e/ou inviabilizava o acesso dos povos negros a participação no processo educacional institucionalizado pela ordem missionária jesuíta do poderio da Igreja de Roma e alinhada ao poder político e escravocrata do período historiográfico investigado e que foi amplamente realçado por uma pedagogia de dominação e submissão, bem como, calcada pela metodologia da exploração, do esquecimento e do silêncio, conforme legitimam as fontes estudadas.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

SÃO PAULO SETECENTISTA E A ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO: HISTÓRIAS ENTRELAÇADAS PELA ESCRITA

Phablo Roberto Marchis Fachin e Regina Jorge Villela Hauy
Doutor (a) e Doutorando (a), Universidade de São Paulo
phablo@usp.br regina.hauy@usp.br

Nesta comunicação, apresentam-se resultados parciais do trabalho realizado por meio do projeto "Filologia e História no Acervo da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência da Cidade de São Paulo", constituído por professores e alunos da USP, UNIFESP e membros da própria Ordem. O projeto tem como objetivo diagnosticar, analisar e publicizar o acervo documental dos leigos franciscanos, tanto do ponto de vista filológico quanto historiográfico. Trata-se de documentação manuscrita e impressa datada do século XVII aos nossos dias, e de uma instituição marcadamente entrelaçada à história de São Paulo, tendo sido partícipe de eventos e momentos fundamentais da história do burgo paulistano, uma vez que muitos de seus membros estavam situados também no contexto administrativo e político à época. Exemplo desse entrelaçamento é Sebastião Fernandes do Rego, relevante figura para o governo de Rodrigo César de Menezes (1721-1728) na capitania de São Paulo, tendo em vista a sua participação no malfadado caso dos Irmãos Leme e no caso do roubo dos quintos reais, transfigurado em chumbo ao chegar a Portugal, além de outras perrengas jurídicas de qual fez parte, a maioria delas como réu. A base desta comunicação é o conjunto de livros e manuscritos avulsos da Ordem, procurando dar a conhecer, em um primeiro plano, um pouco do percurso de Rego no âmbito das práticas de escrita da instituição, seja como ministro e até mesmo como secretário; em

outro plano, criar conexões com documentos que se encontram em outras importantes instituições de guarda, como o Arquivo Público de São Paulo - APESP - e o Arquivo Histórico Municipal - AHM, muitos deles não explorados pela historiografia paulista. Sebastião Fernandes do Rego teve uma atuação muito significativa na Ordem, tendo lavrado de próprio punho diversos documentos, principalmente entre 1727 e 1728, ano em que foi preso. Em 1739, depois de ter obtido absolvição do cárcere, em Lisboa, foi eleito novamente Irmão da Mesa. Pretende-se com a comunicação contribuir para os estudos sobre a história de São Paulo e as práticas de escrita de agentes presentes tanto na administração quanto em instituições ligadas à igreja, no âmbito do domínio português no Brasil.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

AS RAÍZES LIBERAIS PERNAMBUCANAS

Sérgio Lucas Alexandre de Lima
Mestrando (a), PGH UFRPE
sergiolimahistoria@gmail.com

Este estudo propõe suscitar uma compreensão para além de um pensamento botânico, naturalista e religioso presente nas obras de Manuel Arruda da Câmara. Nosso objetivo, portanto, é ter uma dimensão da realidade política presente no Nordeste do Brasil no final do século XVIII e início do XIX a partir de Arruda da Câmara e do Padre João Ribeiro Pessoa Melo Montenegro. Logo, a intenção ao trazer para as teias historiográficas este tema consiste em investigar as inter-relações entre trabalho botânico e cultura política a partir de dois sujeitos que estiveram em potência e em atos nas divulgações e formação de ideias liberais na Capitania de Pernambuco e na Revolução Pernambucana de 1817, ou seja, na transição Colônia-Império

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

NÓS ILUMINAMOS O CAMINHO: O SEMINÁRIO DE OLINDA E A FILOSOFIA NATURAL EM PERNAMBUCO (1800 - 1817)

Walter José do Nascimento Júnior
Mestrando (a), UFRPE
jrwaltern@gmail.com

Dentre as diversas mudanças implementadas pelo bispo Joaquim José da Cunha Azeredo Coutinho, a mais marcante delas é a fundação do Seminário de Olinda. Tendo sido escolhido bispo de Olinda em 1794, Azeredo Coutinho só desembarca em sua diocese em 1798. Entretanto, ainda em 1796 obteve através de uma carta régia a doação das instalações do antigo Colégio Jesuíta para a implantação do Seminário de Olinda.

Como espaço educacional, o Seminário foi considerado o curso secundário mais completo no norte da América Portuguesa, o que levava a abrigar entre suas fileiras de estudantes não apenas futuros sacerdotes, mas também membros da sociedade local que não poderiam custear os estudos secundários em Lisboa, Coimbra, Salvador.

No quesito ensino, o destaque do Seminário era a disciplina de Filosofia Natural seguindo o modelo cartesiano, proporcionando entre os discentes e seminaristas mais do que simples conteúdos acadêmicos e teológicos. Textos e comentários sobre a Revolução Francesa promoveram o Seminário num ponto fulcral para a divulgação de ideias de cunho liberal culminando com a Revolução Pernambucana de 1817, também conhecida como Revolução dos Padres.

Para Maria Luísa Santos Ribeiro, estava vinculado à propagação do ideal liberal, de um espírito republicano e da "Filosofia de Descartes". A ruptura com o modelo jesuíta era

um grande diferencial do currículo do seminário pernambucano que, segundo Valnir Chagas, foi o grande farol do Iluminismo no Brasil. Além disso, Chagas atribui ao Seminário características de um iluminismo católico-maçônico e pedagógico que permitiu aflorar a geração responsável por 1817.

Assim, o presente trabalho propõe apresentar o papel do Seminário de Nossa Senhora da Graça, em Olinda, como um importante centro de Filosofia Ilustrada no Brasil desde sua fundação em 1800 até o ápice da propagação de ideias liberais em Pernambuco durante a Revolução de 1817. Bem como compreender em retrospecto os ideais reformistas do período pombalino que influenciaram os estatutos do Seminário.

IX Encontro Internacional de História Colonial

EIHC

DIMENSÕES GLOBAIS E LOCAIS DOS IMPÉRIOS COLONIAIS: REDES, CIRCULAÇÃO E DINÂMICAS (SÉCULOS XV-XIX)

Quotidiano das margens: práticas, vivências e cultura material no Império Português (sécs. XVI-XVIII)

8

Maria Marta Lobo de Araújo (Universidade do Minho) & Luís Gonçalves Ferreira (Universidade do Minho)

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Telhas de barro, tachos de cobre: engenhos de açúcar e riqueza no termo de São Cristóvão, Capitania de Sergipe, Estado do Brasil (1750-1808)

Anderson Pereira dos Santos
Doutor, SENAI/SE e SEMED/AJU
andersonpereira.s@hotmail.com

Os bens de raiz constituíram os principais ativos das fortunas inventariadas no termo da Cidade de Sergipe, na Capitania de Sergipe, Estado do Brasil, em preço e valor. Os engenhos existentes no termo da Cidade de Sergipe entre 1750 e 1808 chegaram ao total de 96. Isso evidencia a grande produção de açúcar branco e mascavo, e, sobretudo, o domínio do açúcar como principal produto de exportação e de geração de riqueza. Assim, o objetivo geral foi analisar em suas características e valores os engenhos de açúcar deixados pelos moradores do termo da Cidade de Sergipe, em seus inventários post-mortem, entre 1750 a 1808. Os principais aportes teóricos foram a teoria social de Max Weber, Irving Fischer, Pierre Bourdieu e Stuart B. Schwartz. Utilizaram-se os métodos de pesquisa prosopográfico e o quantitativo. A principal técnica de coleta de dados foi o levantamento documental, e para codificar e interpretar os dados utilizou-se a análise de conteúdo, em adaptação e auxiliada pelo SPSS 20.0. A guisa de conclusão, podemos dizer que os engenhos de fazer açúcar no termo de São Cristóvão, Capitania de Sergipe, a maioria era de pequeno porte, localizados às margens de rios, e com mais de um dono. Os engenhos corresponderam a 4,8% dos bens de raiz dos afortunados. Ter engenho para muitos desses indivíduos, mais do que um bem de alto valor monetário, era uma forma de ascender socialmente.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Mulheres "barregãas" e "amancebadas" nos dois lados do Atlântico: a prostituição perante a legislação portuguesa na Época Moderna

Cláudia Novais
Doutoranda, Universidade do Minho/Lab2PT
claudianovais93@gmail.com

Durante a Idade Moderna, a definição e classificação do termo prostituição é variado e amplo, por isso, permite-nos expor um vasto espetro de mulheres que se encontravam em condições sociais distintas, identificadas por "barregãas" ou "amancebadas". Estas, podiam "cair" nos meandros da prostituição das mais diversas formas, vivendo na margem da sociedade.

Relativamente aos seus contextos socioeconómicos, conseguimos identificar mulheres casadas carecedoras de dinheiro; abandonadas em alguma circunstância; viúvas; e pobres sem a proteção de uma figura masculina. Neste sentido, o presente estudo de investigação qualitativo assume como a viuvez se traduz na condição social impulsionadora do "caminho" da prostituição, evidentemente, a mulher enfrentava uma situação de fragilidade e carência particular. É de referir que a criminalidade também se coaduna com a prostituição e outro tipo de delitos, derivados da condição de pobreza subjugada a esta imagem feminina.

Simultaneamente, para além da desconstrução dos diferentes conceitos de posição social, da marginalidade, e da pobreza associados à prostituição. Podemos ainda, destacar outro objetivo que norteia o nosso estudo: o que levava uma mulher a prostituir-se ou trocar qualquer outro tipo de serviço pelo seu corpo, em paralelo numa sociedade

dominada por homens, onde exerciam a sua superioridade da sua condição numa sociedade patriarcal.

Apesar da perceção social destas mulheres apresentarem dualidades, ou seja, enquanto umas estavam inseridas numa pobreza sistemática, outras acabaram por enriquecer; numa situação económica mais vantajosa, não só sofriam com a condenação pública, mas eram mal vistas pela ostentação, e a capacidade de poder viver um nível socioeconómico superior aos que lhes era permitido socialmente. Por outro lado, a precariedade em várias mulheres era recorrente, isto fez emergir como a conduta dessas mulheres deve ser inserida em condições especificas na sociedade da Época Moderna.

Por fim, em termos legislativos, a prostituição sofreu várias reformas de fiscalização e repressão, particularmente através de pressupostos disciplinares de uma moralidade religiosa em vigência com a sociedade e o Estado. A par desta legislação assente em fontes históricas, pretendemos cruzar a análise com dados de outros documentos de visitas e devassas - imprescindíveis para reconhecermos como é que estas mulheres atuavam.

O presente resumo que servirá de mote para a nossa comunicação instiga quais as leis, normas e condutas promulgadas pela legislação secular e eclesiásticas, e aplicadas quer em Portugal quer no Brasil Colonial bem como seu nível de atuação e praticidade.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Inventariado o existir no espaço doméstico: o cotidiano dos indivíduos na cidade de Cajazeiras, PB, século XIX

Hava Mariana de Oliveira Santana
Mestranda, Universidade Federal de Campina Grande
havamariana@gmail.com

Contando com o desenvolvimento do debate historiográfico acerca da cultura material empreendido com veemência, principalmente, a partir dos anos setenta do século XX, se torna possível a construção da história que versa sobre as relações estabelecidas entre a tríade - homem, objeto e ambiente. Possibilitando entrever que, a cultura material enquanto fonte histórica e campo de saber permite revelar não somente os aspectos materiais dos artefatos, mas também as significações que envolvem sua produção, finalidade, objetivos específicos e entre quais grupos sociais ocorriam a sua circulação. Nesse sentido, o presente trabalho procura estabelecer as relações estabelecidas entre os sujeitos históricos e os seus lares, na cidade de Cajazeiras, localizada no sertão paraibano, no século XIX, sendo encontrados nos inventários post-mortem enquanto bens a serem partilhados. Os classificados "bens de raiz" para além de um patrimônio a ser arrolado e herdado, simbolizava o "bem viver e morrer" das famílias da elite cajazeirense, consistindo também em uma casa de morada, outrora lar no qual os sujeitos viviam suas atividades ordinárias e cotidianas. Embora o trabalho tenha o seu recorte voltado para as elites locais, a cidade de Cajazeiras se localiza nas margens da Província da Parahyba do Norte, distando cerca de 474 da capital da província. Conquistando a sua emancipação política apenas no ano de 1876, a cidade não possuía limites nítidos entre as zonas urbanas e rurais, demonstrando fortes vínculos dos habitantes desta pequena

urbe com os seus arredores. Ao trabalhar com os inventários post-mortem, e utilizando a cultura material como fonte, percebeu-se que a circulação e o desenvolvimento das atividades dentro das casas se relacionavam com o papel a ser desempenhado por cada indivíduo do núcleo familiar, principalmente, no que tange ao seu gênero. A autorização da circulação a ser desempenhada nesse âmbito versava ainda, sobre as atividades desenvolvidas dentro dos espaços públicos e privados. Explorando os ditos e não ditos proporcionados pela utilização da documentação da segunda metade do século XIX, propõe-se o método indiciário (GINZBURG, 1989) para a construção da narrativa histórica desses sujeitos históricos em consonância com o seu cotidiano (CERTEAU, 1998), assim como apoiando-se no arcabouço bibliográfico proporcionado por autores como (REDE, 1996), (PROWN, 1982), (CARNEIRO, 2011).

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

ENTRE A CASA E O QUINTAL – notas sobre inserção de espécies nativas na formação do espaço doméstico na América portuguesa

Juliana Coelho Loureiro
Doutora, Universidade Federal de Alagoas
juliana.loureiro@fau.ufal.br

Este trabalho pretende discutir a inserção de espécies nativas no universo doméstico dos primeiros povoadores portugueses no Novo Mundo. Não era possível trazer da Metrópole todos os materiais necessários à sobrevivência, sejam eles alimentares, instrumentais, construtivos. Além da luta pela posse do território, era importante conhecer a natureza local e identificar os materiais e informações úteis tanto ao consumo alimentar quanto para a construção das habitações e povoações. Nesse sentido, o conhecimento dos povos originários foi fundamental. Muitas espécies nativas foram incorporadas no cotidiano dos povoadores, modificando seu universo domestico, como foi o caso da mandioca. As mudanças vão desde a inserção de novos cultivos no quintal aos equipamentos para o seu preparo, de alteração nas receitas tradicionais aos novos regimes alimentares. Outras espécies foram incorporadas ao edifício, modificando os modos de construir como, por exemplo, a inserção de pau de mangue na estrutura da coberta. Essa capacidade de adaptação portuguesa subsidiou sua empreitada no além-mar e construiu novos modos de viver. O resultado desse primeiro embate cultural formulou as origens da arquitetura e paisagem brasileira, demonstrando assim a relevância do estudo sobre o tema. Logo, essa investigação pretende, a partir da análise de documentos do século XVI e XVII, compreender a contribuição do conhecimento nativo na construção do espaço doméstico na América portuguesa.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

A cultura material dos pobres a partir das fontes hospitalares portuguesas da Idade Moderna. Desafios e oportunidades

Luís Gonçalves Ferreira
Doutorando, Lab2PT-Universidade do Minho
luis.ferreira.f@gmail.com

Pobreza é um fenómeno complexo, pois abarca o conjunto de situações de vulnerabilidade (doença, viuvez, velhice, orfandade, entre outros) que incapacitavam ou constrangiam a arrecadação autónoma dos rendimentos fundamentais à sobrevivência. Igualmente vulnerável era a população de assalariados, cujo baixo salário a expunha às graves crises frumentárias, epidémicas e de mercado. Para as dinâmicas e práticas de esmola ou de assistência institucional, "pobres" eram os que mereciam a ajuda que lhes era dada. Na Idade Moderna, a delimitação de "pobre" baseava-se em critérios morais e meritórios e era indagada pelos ricos, que, segundo princípios hierárquicos, praticavam caridade nas lógicas do dom e a da salvação e cuidando dos perigos sociais da mendicidade. Tem sido unânime considerar que os ricos se curavam em casa e que os hospitais eram locais de tratamento do corpo e da alma dos pobres merecedores cujo capital era insuficiente para garantir o tratamento domiciliar. Os inventários têm sido utilizados pela historiografia nacional e internacional para estudar a cultura material. Encontram-se reconhecidas as dificuldades de estudar os estratos intermédios, sabemos que os pobres escapam à inventariação de bens e diversos historiadores têm evidenciado a roupa do corpo enquanto o único património disponível dos estratos mais baixos da população. Os registos das entradas dos doentes afiguram-se ímpares para o avanço dos estudos sobre indumentária destas pessoas, pois lá se descrevem as peças de vestuário,

os acessórios, as suas cores e o estado de conservação das coisas que os pobres transportavam no momento da admissão. O estudo destas séries documentais permanece inédito, na historiografia portuguesa, numa abordagem sistemática e comparativa.

O objetivo da nossa comunicação é debater os desafios e oportunidades destas fontes hospitalares da Idade Moderna, em especial dos registos de admissão de doentes, quando trabalhadas por uma metodologia mista. A reflexão proposta questionará os resultados da historiografia hospitalar portuguesa sobre a Idade Moderna e as fontes manuscritas do Hospital D. Lopo de Almeida (Porto, Portugal) e Hospital Real de Todos os Santos (Lisboa, Portugal).

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Entre o mar e a terra: assistência e morte nas viagens oceânicas (séculos XVII-XVIII)

Maria de Fátima Reis
Doutora, Faculdade de Letras de Lisboa - Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste
fatimareis@letras.ulisboa.pt

Evidenciando a historiografia o duro quotidiano a bordo dos navios dos Descobrimentos, marcado por perigos e privações, este estudo destaca as consequências físicas das provações vividas nas viagens oceânicas, entre os séculos XVII e XVIII. Se alguns viajantes embarcavam já com fragilidades diversas, muitas doenças eram contraídas durante os longos e difíceis trajectos, culminando tantas vezes na morte. Partindo de acções cíveis que envolvem herdeiros de falecidos a bordo, a prestar serviço – mestres e contra-mestres, pilotos, capitães, marinheiros, carpinteiros, cirurgiões, boticários, capelães – e como viajantes, em negócio ou trânsito, e ainda de outra documentação à guarda do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, percebe-se tanto inevitáveis falecimentos, como enfermidades e tratamentos que se prolongam em terra, no Hospital Real de Todos-os-Santos.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Jogos e sociabilidades festivas nas confrarias das almas de Braga da Idade Moderna

Maria Marta Lobo de Araújo
Doutora, Universidade do Minho
martalobo@ics.uminho.pt

Com poucos ocasiões de sociabilidades e de pausas do trabalho, os homens da Idade Moderna encontravam na componente lúdica das confrarias espaços de lazer e de descanso. Foi assim nas em muitas confrarias e em particular nas das almas da cidade de Braga. Com um programa bem definido de auxílio às almas sofredoras que jaziam em sofrimento no Purgatório, estas associações recorriam a momentos ritualizados para aliviar um quotidiano marcado por longas horas dedicadas ao trabalho. Os jogos de que algumas se serviam para robustecer a sua capacidade financeira serviam também de momentos lúdicos importantes, por cumprirem esses dois objetivos: angariar dinheiro para celebrar missas e realizar outros atos religiosos em favor das almas e concorrer para diversão e socializar, assim como criar espeço de diversão para os homens. Se nas procissões e festas, as mulheres também participação, nos jogos era apenas o sexo masculino que se mantinha presente, por não serem permitidos ás mulheres.

Momentos de junção de fiéis, as procissões, muitas integradas em festas e em atos religiosos criava momentos de sociabilidades e de encontro em amigos e vizinhos, mas também com outros crentes que se agregavam para venerar as almas do Purgatório. Estes momentos serão analisados com base nos livros de atas e de despesa, mas também dos estatutos das diversas confrarias das almas de Braga.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

A ANTIGA CASA DE CÂMARA E CADEIA/MUSEU DAS BANDEIRAS DA CIDADE DE GOIÁS: A EXPOGRAFIA, O ARQUIVO, A MEMÓRIA E O PATRIMÔNIO EM RELAÇÃO AO PERÍODO COLONIAL

Rildo Bento de Souza
Doutor, Universidade Federal de Goiás
rildobento@gmail.com

A antiga Casa de Câmara e Cadeia da Cidade de Goiás, inaugurada em 1766, é o único edifício da cidade patrimônio da humanidade construído a partir de uma planta enviada de Portugal. O prédio perdeu suas funções no começo da década de 1950, quando deixou de ser cadeia e passou a ser museu, o primeiro da cidade e o segundo do estado. Seu nome, Museu das Bandeiras, faz referência às incursões dos bandeirantes pelo interior do território, que levaram a descoberta das minas dos Guayazes no começo do século XVIII. A instituição possui um dos mais importantes arquivos da região centro-oeste, com documentação que perpassa desde o século XVIII até a primeira metade do século XX, e é constantemente esquadrinhado por pesquisadores de diversas áreas. Sua expografia reflete o processo de colonização do território com um foco maior nos brancos, em detrimento dos indígenas e negros, estes últimos, aliás, formavam, no período colonial, a maioria da população. Isso posto, o objetivo dessa comunicação é analisar a expografia do museu em relação ao período colonial e, concomitantemente, a tensão entre a história e a memória.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

O jogo da bola: uma diversão popular no Rio de Janeiro colonial

Victor Andrade de Melo
Doutor, Universidade Federal do Rio de Janeiro
laboratorio.sport@gmail.com

No Rio de Janeiro da segunda metade do século XVIII, identifica-se um crescimento da estruturação de entretenimentos públicos, um dos desdobramentos do desenvolvimento econômico e maior dinâmica social da cidade. Nesse cenário, aumentou o número de estabelecimentos que ofereciam o jogo da bola, uma diversão de origem portuguesa, já citada por alguns historiadores, experenciada também em outras localidades do país (como São Paulo, Curitiba e Porto Alegre). Para Vieira Fazenda (1921), por exemplo, a prática era a única que competia com a Ópera, com a diferença de que eram "os jogos da bola frequentados pela arraia miúda" (p. 152). Tendo em conta que tal divertimento ainda não fora descrito e cartografado, este estudo teve por objetivos: a) identificar a localização dos espaços que ofereciam o jogo da bola no Rio de Janeiro colonial; b) analisar e interpretar seu funcionamento no contexto de uma cidade que passava por rápidas mudanças. O recorte temporal, anos 1760 a 1820, considerou os momentos em que o entretenimento se apresentou melhor estruturado e que foi reconfigurado, antes de reduzir-se sua popularidade até deixar de ser praticado. Para alcance do objetivo, como fontes foram utilizados: a) documentos de chãos, terras e chácaras; b) testamentos e heranças; c) periódicos (no tocante ao século XIX). Ao fim, concluímos que o tema nos permite lançar um olhar sobre as mudanças nos padrões de sociabilidade e diversão da cidade que foi assumindo a condição de capital. A prática, sempre relacionada ao ato de apostar, se dava em espaços populares marcados pelo consumo de bebida alcoólica.

Paulatinamente, foi considerada uma das responsáveis por transtornar a ordem pública e macular a ideia de civilização que progressivamente melhor se delineava, algo que se tornou mais explícito com a chegada da família real portuguesa. Para fazer frente às ações de restrição e controle, os responsáveis por promover o divertimento foram mudando seu perfil, o inserindo na dinâmica de novos estabelecimentos que assumiam "ares mais modernos", eliminando as apostas, chegando mesmo a mobilizar supostas preocupações com a saúde e higiene. Essas intervenções, contudo, parecem ter alterado tanto sua dinâmica original que acabaram por esvaziar sua popularidade, sendo uma das responsáveis pelo seu fim. A despeito disso, seus ecos ecoaram ainda no decorrer do século XX e mesmo até os dias de hoje, como se pode perceber no caso do interesse pela Rua do Jogo da Bola, situada no Morro da Conceição, zona central do Rio de Janeiro.

IX Encontro Internacional de História Colonial

EIHC

DIMENSÕES GLOBAIS E LOCAIS DOS IMPÉRIOS COLONIAIS: REDES, CIRCULAÇÃO E DINÂMICAS (SÉCULOS XV-XIX)

“Me organizando posso desorganizar”: das resistências à colonização aos regimes da colonialidade e seus críticos

9

Alessandra Seixlack (UERJ) &
Jorge Victor de Araújo (UFRJ)

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Alienígenas do progresso: história e ciência nas "Ficções Coloniais" de Denilson Baniwa

Tiago Santos Almeida
Doutor (a), Professor do Departamento de História da UnB
tiago.almeida@unb.br

A comunicação propõe uma reflexão sobre a ideia de História na obra de Denilson Baniwa, particularmente na série “Ficções Coloniais”, na qual o artista realizou intervenções em fotografias científicas feitas pelo etnólogo alemão Theodor Koch-Grünberg no século XIX. “Ficções coloniais” faz parte de um projeto mais amplo e bastante provocador de reflexão crítica sobre o imaginário colonizador (com sua noção de "progresso") que inventou a tradição de escrita da história do Brasil e de representação científica dos povos originários. A série “Ficções Coloniais” foi incialmente concebida por Denilson Baniwa a convite da revista Zum, do Instituto Moreira Salles, e, atualmente, pode ser vista também na “Parede de Futuros”, do SESI Lab, o museu de arte, ciência e tecnologia recentemente inaugurado em Brasília. Nesta comunicação, discuto a estratégia narrativa para inclusão da série “Ficções Coloniais” naquela exposição futurista, enfatizando sua relação com movimentos literários de ficcionalização da História e de arte especulativa no Brasil.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Camadas representativas em Onyx Equinox (2020): Olhares para os regimes de colonialidade e hibridação cultural em uma animação/anime.

Alessandro Wagner Ribeiro Possati
Mestrando (a), PPHR - UFRRJ
al.possati@gmail.com

A representação é um conceito que permeia toda a cultura contemporânea. Pensadores como Roger Chartier, bell hooks e Stuart Hall se debruçaram sobre o conceito e as suas consequências políticas e sociais. Partindo dessas concepções acerca do fenômeno representativo pretendemos observar nosso objeto levando em conta que imagens e lógicas podem transcender criando — recriando, adaptando, associando, apropriando, etc. — novos sentidos e intencionalidades.

As sociedades mesoamericanas foram representadas em diversas mídias e formatos ao longo dos anos, lógica que remonta desde os relatos de conquistadores — no sentido militar e religioso — até as perspectivas atuais, relacionadas às pautas sociais de identidade e a um discurso mais plural sobre o passado. Por isso, nosso olhar para Onyx Equinox, animação de 2020, conectando-se a estas camadas de representação.

Obra de livre criação quanto ao compromisso de reproduzir uma Mesoamérica fidedigna à historiografia, Onyx não deixa de se basear em perspectivas oficiais sobre o passado ameríndio para construir sua narrativa ficcional. Quanto sua transicionalidade, ocorre ao percebermos que utiliza de práticas comuns aos animes — animações japonesas — muito por conta do local onde foi distribuído, o site

Crunchyroll, e de influências sob sua criadora, Sofía Alexander, uma mulher LGBTQIA+, mexicana e residente nos EUA.

Apesar dos traços comuns a obras ocidentais, Alexander deixa claro que narrativas de shonens foram inspiração para a criação de seu herói, Izel. Ao mesmo tempo, é possível perceber a presença da perspectiva cosmológica mesoamericana em personagens como Yaotl tanto quanto em simbologias que permeiam a obra.

Por meio desta animação, pretendemos observar continuidades e rompimentos de perspectivas com perspectivas presentes nos regimes de colonialidade. Cremos que a análise seja possível por conta da pluralidade da obra, sua posição que busca novas formas de representar a América no Pré-Colonial. Existe, ainda, a possibilidade de ter Onyx como resultado dos constantes fenômenos de choques e hibridações culturais, comumente ocorridas no continente, por conta da forma que a colonização estabeleceu as identidades. Por ser dotada de uma fluidez entre modelos narrativos — desde a inspiração em shonens japoneses até um diálogo com discursos cosmológicos ameríndios —, a obra nos permite conceber noções múltiplas e questionar a colonialidade a partir dos resultados que ela mesma produziu.

Neste trabalho, portanto, encaramos os resultados das camadas de olhares acerca do passado mesoamericano que resultam numa representação que transita entre modelos narrativos múltiplos, resultado direto de hibridações culturais e continuidades das políticas de colonialidade no continente americano.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Tornando-se "gente" (kuge): a domesticação dos brancos pelos altoxinguanos

Bruna Lacerda de Souza
Mestrando (a), PPHR/UFRRJ
bls.lacerda@outlook.com

No presente trabalho, a intenção é fazer uma provocação acerca do discurso comum de que apenas o homem branco foi colonizador no contato interétnico com os indígenas durante o período de penetração do Brasil Central pelos bandeirantes paulistas. Isso porque, o estabelecimento de uma agenda indígena nas discussões sobre colonialidade possibilitou que a ciência histórica considerasse novas percepções nos fenômenos históricos tradicionais. Além da adoção de metodologias que levam em consideração a especificidade do Outro em análise, humanizando suas existências, práticas e experiências coletivas. Para isso, mobilizaremos depoimentos e histórias contadas pelos indígenas do Alto Xingu a etnógrafos brasileiros e ao Instituto Socioambiental (ISA).

Durante os primeiros contatos dos bandeirantes com os indígenas do Xingu, as práticas violentas de interação foram as premissas para se conseguir adentrare explorar as terras. Ao mesmo tempo, os grupos indígenas encaravam aquelas figuras com alteridade e estabelecendo sua própria autonomia na relação interétnica. Logo — nas histórias altoxinguanas — os indígenas não são personagens dotados de inanição no contato, eles respondem à violência por meio da aplicação dos seus valores étnicos para que aqueles indivíduos aprendessem a ser como eles. Ou seja, a intenção do processo de transformação da pessoa branca era a domesticação do espírito do karaíba (homem branco para os altoxinguanos).

Sendo assim, será acompanhado como as divergências narrativas entre o discurso oficial e as histórias indígenas possibilitam pensar os indígenas do Brasil como agentes ativos na construção histórica, trazendo em pauta a possibilidade de adotar perspectivas múltiplas em uma ciência de origem ocidental que, por vezes, hierarquizou e separou esferas do conhecimento. Ademais, se observará as consequências do processo de domesticação do homem branco — nos discursos indígenas — ao longo do período da nova política de contato estabelecida por Rondon durante a Primeira e Segunda República.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Iconografia Imperial: o mito colonial do indígena ingenuamente generoso e a sua contravisualidade

Jorge Victor de Araújo Souza
Doutor (a), Professor - UFRJ - IH
jvictoraraujos@gmail.com

Esta apresentação parte de um artigo que publiquei em 2018. Nele, trato da mudança e da inconstância em longa temporalidade das categorias dos povos indígenas à vista dos invasores europeus (de "selvagens" a "bons súditos"). No entanto, neste momento, ajustarei as lentes, e tratarei de impressos quinhentistas e seiscentistas com mais acuidade, e em diálogo com outras imagens anteriormente não analisadas. Por outro lado, apresentarei imagens historicamente escanteadas, e que rivalizam com a do indígena ingênuo e generoso. Após a publicação do referido artigo, tal abordagem se deve a leitura que realizei, do livro Modos de ver de John Berger e de diversas (os) autoras (es) preocupadas (os) com relação entre a colonialidade do poder e o olhar dominador, como: Anne Lafont, Nicholas Mirzoeff e Silvia Cusicanqui. De 2018 para cá, também aprofundei as minhas leituras das obras do filosofo francês Jacques Rancière, o que ampliou meu entendimento da relação entre estética e linguagem política. Tais obras não alteraram meus argumentos. Antes, novas leituras possibilitaram um olhar mais sensível a pontos não integrados à análise anterior, como por exemplo alguns detalhes no traje e nos objetos indígenas, e as contravisualidades, para usar termo caro a Mirzoeff.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

O Alvará de 1700 e a concessão de sesmarias aos índios Guarulhos (Campos dos Goytacazes 1700-1750)

Marina Monteiro Machado
Doutor (a), Universidade do Estado do Rio de Janeiro
marinamachado@gmail.com

A ocupação colonial das terras do Norte Fluminense, nas áreas conhecidas como os Campos dos Goytacazes atravessou uma série de desafios, envolvendo os conflitos pelas férteis terras daquela região. Querelas que envolveram variados sujeitos, em condições desiguais de disputa por direitos, e marcaram toda a história de expansão dessa fronteira colonial. Dentre as muitas questões, o presente trabalho voltará os olhos para as tentativas de controle e silenciamentos dos indígenas ali estabelecidos por meio da política de reunião desses grupos em aldeamentos coloniais.

A presente análise parte das reclamações formais, encaminhadas por indígenas aldeados nas terras de Santo Antônio dos Guarulhos, que peticionaram ao Conselho Ultramarino seu descontentamento frente a presença de padres jesuítas em suas terras. Os indígenas, aldeados por um grupo de padres Capuchinhos, lançavam mão do Alvará de 23 de novembro de 1700, documento direcionado ao Estado do Brasil, com o intuito de atender "toda a Providência à necessária sustentação dos Párocos, índios e Missionários que assistem aos dilatados sertões", o qual determinava que a cada missão se dê uma légua de terra em quadra para o sustento dos "Índios e Missionários". O conflito expressa uma das muitas faces das disputas pelas terras de

Campos dos Goytacazes, com especial atenção para as áreas ocupadas pelos grupos indígenas.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Os parlamentos hispano-mapuche: cosmohistória e cosmopolítica na fronteira austral do continente americano

Alessandra Gonzalez de Carvalho Seixlack
Doutor (a), UERJ
alegcseixlack@gmail.com

Os grupos indígenas originários da região ao sul do rio Bío Bío, que desde o século XVIII se autodenominam coletivamente através do etnônimo mapuche, estabeleceram junto à Coroa espanhola uma modalidade de negociação diplomática conhecida como parlamento (assembleia). O primeiro deles, as Paces de Quilín (1641), foi realizado na presença do governador D. Francisco López de Zúñiga, representante do poder colonial, e de Lincopichón e Butapichón, intitulados pela Coroa espanhola "Índios Araucanos do Reino de Chile". Na ocasião, foi decidido em assembleia que os nativos seriam reconhecidos como súditos do Rei, interlocutores políticos e legítimos proprietários dos territórios situados ao sul do rio Bío Bío. O que sob a ótica da história universal pode ser compreendido como uma imposição da colonialidade aos indígenas, através de um olhar cosmohistórico pode ser interpretado como uma prática cosmopolítica.

A partir do regime de historicidade cosmohistórico, formulado por Federico Navarrete Linares, e da cosmopolítica de Isabelle Stengers, essa comunicação tem como objetivo interpretar os parlamentos hispano-mapuche como diálogos cosmopolíticos, através dos quais ambas as sociedades encontraram um código minimamente comum para estabelecer um espaço de negociação, baseado no valor dado à palavra. Por meio dos

parlamentos, os indígenas conseguiram manter a sua autonomia territorial até o período republicano, enquanto os sucessivos governos coloniais puderam regular as relações comerciais, os processos de evangelização e o reordenamento político-territorial indígena, contribuindo para a cristalização da identidade étnica mapuche. Para a compreensão desse argumento, serão analisadas as atas do do Parlamento de Quilin (1641) e do Parlamento de Negrete (1803), nas quais podemos verificar a convivência entre mundos históricos diferentes, que nunca se fundiram totalmente.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Arte colonial ou arte luso-brasileira: debate conceitual

Sílvia Borges
Doutor (a), Universidade Federal do Rio de Janeiro
silviagborges@eba.ufrj.br

Em larga medida o debate sobre as artes do período colonial esteve centrado em discussões sobre o conceito de "barroco". Não haveria como ser diferente. A pluralidade do termo, sua capacidade de reunir forma, estilo, cultura, história, identidades é objeto de diversas análises. De tal modo que o "barroco colonial" é aplicado como termo síntese que dá conta de aspectos estilísticos associados inclusive ao maneirismo e ao rococó, além de abarcar características de época e/ou culturais sendo atrelado aos séculos XVII e XVIII, bem como a um amplo universo cultural que tem expressões na política, economia, religiosidade de determinadas sociedades. O "barroco" ainda assume recortes e construções que perpassam debates identitários como no caso do "barroco mineiro", um entre outros exemplos. Sua aplicação mais controversa reside em seu uso como categoria explicativa que funciona como resposta para amplo espectro de questões, restringindo ou encerrando análises.

De modo distinto, "arte luso-brasileira" e "arte colonial" são termos que parecem gerar menor debate. Não são diretamente vinculados a especificidades estilísticas e chegam a ser utilizados como sinônimos. Contudo, sua aplicação costuma apontar mais do que expressões unívocas. Enquanto um é largamente utilizado pela produção historiográfica portuguesa, o outro ganhou corpo notadamente a partir da década de 1920. Destacam-se os textos de Mário de Andrade que, mesmo reconhecendo a

inexistência de uma "coletividade colonial", referencia a produção artística da época dando destaque a condição colonial. Entretanto, uso da "arte colonial" foi, aos poucos, eclipsado pelo "barroco", como se nota, a título de exemplo, na produção de artigos publicados na Revista do SPHAN (IPHAN).

Estudos mais recentes acabam por incorporar a "arte luso-brasileira" como forma ampla de identificar objetos produzidos aqui ou na metrópole, bem como de valorizar certa integração de padrões e referências. Todavia, acabam por esvaziar tensões inerentes à colônia e sugerir um sentido de equilíbrio original. Cabe questionar a pertinência da "arte luso-brasileira" para a construção de uma história da arte que tome a colônia, bem como a colonialidade, como centro de análise.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Experimentar o mundo pela boca: a colonialidade do poder como chave analítica das relações entre viajantes europeus e o Mundo Americano no século XVI

Mayra Albuquerque Cardoso
Mestrando (a), Universidade Federal de Mato Grosso
mayraalbuquerquecardoso75@gmail.com

Pretendo nesta comunicação abordar um tema que faz parte do cotidiano e pode ser à primeira vista banal, a alimentação, mas destacando uma dimensão menos abordada pela história, o gosto no século XVI. As grandes navegações se caracterizaram por ser um dos marcos históricos mais importantes da primeira modernidade, cujos desdobramentos são variados, incluindo um intenso intercâmbio em escala mundial de diferentes elementos, e a constituição de uma lógica da colonialidade que é indissociada da modernidade. É sabido que as relações estabelecidas a partir desses contatos se inserem em um contexto de dominação. Assim o objetivo desta comunicação é refletir como um viajante europeu em trânsito pelo território americano pode ter reforçado um processo de colonização alimentar que em alguma medida alterou e/ou subjugou práticas alimentares nativas privilegiando práticas alimentares europeias. O interesse pelo objeto se relaciona com uma das interpretações da noção de gosto como um instrumento de distinção social, podendo contribuir para examinar os efeitos da colonização americana na dimensão da constituição do gosto em um relato de viagem do final do século XVI. Para essa reflexão utilizarei a fonte "Ragionamenti del mio viaggio intorno al mondo (1594-1606)" do italiano Francesco Carletti, em sua versão traduzida para o espanhol, sendo o foco da comunicação a sua passagem pelo território americano

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Rituais de violência e comunicação política moderna: uma análise da extirpação de idolatrias no Vice-reino do Peru (século XVI)

Natalia de Sousa Miranda
Mestre (a), UFRJ
mirandas.natalia@gmail.com

Este trabalho apresenta algumas reflexões preliminares acerca da violência no processo de extirpação de "idolatrias" no Vice-reino do Peru entre os séculos XVI e XVII. O recorte definido é parte da pesquisa de doutorado em andamento, cujo objeto são os usos políticos das narrativas sobre destruição de ídolos ameríndios pela Coroa de Espanha. Tais narrativas aparecem tanto em forma de imagem quanto de texto. Nosso objetivo é discutir o uso da violência na destruição das chamadas "idolatrias" indígenas, em especial a forma como ela foi direcionada aos corpos dos nativos diante da falta de um número grande de figuras de pedra, como as que se encontravam na Mesoamérica. Além disso, discutimos a violência também como prática pedagógica de evangelização, orientada pelas resoluções tridentinas. Nossas reflexões têm como base a análise das resoluções dos Concílios Limenses, em especial o Primeiro e o Terceiro concílios, ocorridos em 1551-52 e 1583-84, respectivamente. Além desses ordenamentos, analisamos alguns documentos que descrevem a destruição de objetos sagrados e as ações de combate à idolatria no território andino. Desses relatos, o principal é o do visitador Cristóbal de Albornoz, que foi enviado pelo Santo Ofício à colônia para fiscalizar as ações dos párocos, mas acabou participando do combate às chamadas idolatrias indígenas. Sua Instrucción para descubrir todas las guacas del Pirú y sus camayos y hazienda — cuja data aproximada de publicação é o fim do século XVI —

traz um detalhado relato do processo de identificação e destruição de ídolos nos Andes, no qual o pároco foi figura ativa. Esses textos serão cotejados com algumas imagens sobre idolatria/extirpação de idolatrias no Peru disponíveis no acervo digital da John Carter Brown Library. A leitura de tais documentos será feita à luz do debate sobre mediação, proposto por Carlos Arturo Salamanca (2015), em articulação com os trabalhos de Fernando Bouza Álvares (1998; 2002) e Quentin Skinner (2010) sobre a centralidade das imagens na retórica política dos séculos XVI e XVII. Esse cabedal teórico nos ajudará a compreender a intrínseca relação entre violência, discurso e visualidades no processo de extirpação de idolatrias no Vice-reino do Peru, bem como a sua importância para o corpo político da Espanha no início da Modernidade.

IX Encontro Internacional de História Colonial

IX EIHC

DIMENSÕES GLOBAIS E LOCAIS DOS IMPÉRIOS COLONIAIS: REDES, CIRCULAÇÃO E DINÂMICAS (SÉCULOS XV-XIX)

Estratégias e redes sociais no universo das famílias na América Portuguesa

10

Ana Silvia Volpi Scott (UNICAM)
& Carlos de Almeida Prado Bacellar (USP)

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

AGENCIANDO SUAS VIDAS: AS MÃES SOLTEIRAS E AS RELAÇÕES DE COMPADRIO (1760-1807)

Alekssiane Lima de Carvalho
Mestranda, Unicamp - PPGH
alekssianemestrado@gmail.com

Esta pesquisa propõe estudar o conjunto das mães solteiras (livres, escravizadas e forras) através dos registros paroquiais da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, localizada na região do Rio Grande do Norte. O objetivo é buscar evidências sobre a possibilidade de agência dessas mulheres, a partir das relações estabelecidas no momento do batismo, quando se escolhia os compadres e comadres com os quais se construiria os vínculos de compadrio e apadrinhamento. Para atingir este objetivo os assentos paroquiais de batismo são essenciais pois podem dar elementos para refletir sobre as estratégias empregadas pelas mães solteiras visando atuar nas dinâmicas sociais da comunidade, para modificar sua condição social, em princípio, de desvantagem e desigualdade em relação às mulheres casadas, apropriando-se do compadrio para a construção ou reafirmação de suas redes sociais. Considerando a importância do compadrio na lógica das sociedades católicas do Antigo Regime, temos como hipótese que esse grupo de mulheres se apropriavam dessas relações como meio de obter alguma mobilidade social e, eventualmente, minimizar sua situação de vulnerabilidade. Para operacionalizar a análise, serão exploradas as informações relativas aos assentos de batismo, organizadas através do software Nacaob, a partir da abordagem quantitativa e seriada daquelas fontes. A exploração dos assentos de batizado se insere como elemento

importante para analisar e comparar o perfil das mães de filhos legítimos, comparados ao grupo das mães de crianças naturais. Pretende-se ainda, através da metodologia do cruzamento nominativo, recompor trajetórias de mães que tiveram sucessivos filhos naturais, para aprofundar a análise longitudinal das escolhas dos padrinhos, colocadas em prática por aquelas mulheres. Por fim, essa pesquisa pretende dar uma contribuição ao estudo da ilegitimidade na sociedade colonial, a partir do exemplo da freguesia analisada situada na capitania do Rio Grande do Norte dando mais visibilidade ao papel das mulheres no período estudado. A delimitação cronológica dessa pesquisa justifica-se, primeiramente, pela disponibilidade e qualidades das fontes que serão utilizadas. Acrescente-se a isso a publicação dos mapas de população, que para o caso da capitania só constam a partir do ano de 1778, fato que possibilita uma análise mais completa da população em diálogo com os registros paroquiais. A comunicação, portanto, tem como objetivo expor e discutir os resultados obtidos no tocante a análise quantitativa e seriada das fontes mencionadas.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Vila das Alagoas: Família e Sociedade no início dos Oitocentos (1807-1826)

Altina Maria Rodrigues de Farias
Mestranda, Universidade Federal de Alagoas
altina.farias@ichca.ufal.br

A Vila de Santa Maria Madalena da Alagoa do Sul, nascida como povoação da Madalena do Sumaúma nos primórdios da ocupação territorial da parte sul da Capitania de Pernambuco, ocupou uma posição de destaque como cabeça da Comarca das Alagoas e, posteriormente, como capital da província emancipada em 1817 até 1839, quando perde este posto para a Vila de Maceió. A data de fundação da freguesia é incerta, sendo estimada nas primeiras décadas do séc. XVII, tendo por invocação N.S. da Conceição, e são desta freguesia os registros vitais mais antigos de Alagoas que se tem, até aqui, conhecimento e acesso, datados do início do séc. XIX. Esta comunicação pretende, então, apresentar considerações acerca dos dados quantitativos e, sobretudo, qualitativos encontrados no Livro de Casamentos No 1, o qual compreende os registros de 964 uniões celebradas entre os anos de 1807 e 1826, realizadas a partir da análise dos dados planilhados, buscando traçar perfis dos indivíduos, dos grupos sociais aos quais estes pertenciam, das uniões em si e das relações estabelecidas através do recebimento do sacramento do matrimônio - destacando-se 107 uniões celebradas onde pelo menos um dos nubentes tinha condição escrava. Assim, através do cruzamento onomástico e de fontes e com o aporte teórico e metodológico da História Social da Família, esta pesquisa se insere em estudos sobre as dinâmicas e mudanças sociais ocorridas na localidade ao longo do séc. XIX.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Quebrando um vínculo sagrado: mulheres e divórcio na Porto Alegre colonial

Ana Silvia Volpi Scott
Doutora, UNICAMP
anascott@unicamp.br

A união entre um homem e uma mulher, através do matrimônio, era considerada um sacramento abençoado por Deus. A fórmula que explicitava o vínculo estabelecia que "o que Deus uniu, o homem não pode separar", atribuindo indissolubilidade ao sacramento do matrimônio. Além da indissolubilidade do vínculo matrimonial, volumosa tratadística definia os papéis que homens e mulheres deveriam desempenhar, uma vez que tomavam o estado de casados, inclusive para defender e assegurar a submissão que a esposa deveria ter em relação ao seu marido. O discurso da Igreja legitimava a inferioridade feminina, impondo a subordinação das mulheres, tanto na sociedade, quanto no matrimônio. Mas, ainda que as mulheres devessem ser submissas aos maridos e cumpridoras de seus deveres conjugais, sublinhava-se que o marido deveria, por sua vez, tratar a mulher "com amizade e estima".

O discurso que defendia o modelo ideal de relacionamento, baseado na submissão, na obediência e na dependência, legitimava que o marido "corrigisse" o comportamento das mulheres. Assim, a igreja considerava aceitável o uso "moderado" da violência como medida "pedagógica" para que a esposa assumisse e cumprisse o papel esperado na sociedade conjugal. No entanto, a Igreja não deixava claro qual seria o limite entre o corretivo aceitável e aquele que dava lugar a situações de franca violência.

Assim, a convivência diária entre marido e mulher muitas vezes se afastava das normas e dos discursos dominantes. Nem sempre a vida marital e familiar transcorria como se esperava, por isso, nem todas as famílias eram o remanso de paz, que seguia à risca o modelo ideal que era defendido nos discursos da Igreja e corroborados pelo Estado.

Conflitos e transgressões surgiam entre os casais e, quando a solução deixava de estar ao alcance dos cônjuges, poderiam ser acionadas as engrenagens da justiça eclesiástica, que atuavam como intermediárias para restabelecer o equilíbrio entre marido e mulher e nos arquivos eclesiásticos encontramos farto material com provas incontestes de conflitos que marcavam a vida de mulheres que ousaram recorrer aos tribunais para fugir aos abusos dos maridos, expondo publicamente uma existência marcada pela violência.

O tema proposto para a reflexão parte de estudo de caso, sobre as experiências vivenciadas por mulheres que tomaram a iniciativa de buscar a separação de seus maridos, rompendo com a vida conjugal. Assim, à luz da lógica dominante na sociedade colonial, que pretendia impor o modelo tridentino de casamento indissolúvel, buscarei recompor e examinar trajetórias de casais que se divorciaram, tendo como objeto de estudo a população que viveu em Porto Alegre entre 1772 e 1822, problematizando a opção que algumas mulheres fizeram em favor da separação.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

RELAÇÕES DE COMPADRIO DE ESCRAVIZADOS EM DUAS FREGUESIAS DO NORTE DO BRASIL (1813/1830)

Antonia da Silva Mota
Doutora, Universidade Federal do Maranhão
as.mota@ufma.br

O objetivo dessa comunicação é apresentar os resultados do estudo comparativo dos assentos de batismo das freguesias do Rosário e Itapecuru-Mim, na capitania e depois província do Maranhão. Inicialmente, é evidente a superioridade numérica da população cativa, que só cresce nos meados dos oitocentos; demonstrando que, apesar da queda vertiginosa dos preços do algodão no mercado internacional, a entrada de escravizados de origem africana só aumenta na região. Certamente a iminência da proibição do tráfico negreiro contribuiu para esse aumento, como aponta a base de dados organizada pelo projeto Slave Voyages. Acelerou-se também os nascimentos de filhos de cativos das fazendas, como indica o aumento exponencial dos assentos de batismo nas duas freguesias. Quanto às relações de compadrio, constatamos uma diferença significativa entre as duas: a proximidade com a capital portuária São Luís. Devido às particularidades das Reformas Pombalinas, era o espaço preferencial de moradia da aristocracia rural e dos comerciantes de grosso trato. A freguesia do Rosário estava localizada a poucas léguas desse espaço urbano, daí verificar a presença maior de senhores, parentes e agregados na área de plantation, em visitas esporádicas ou temporadas de refúgio social. Os assentos de batismo manifestam essa proximidade registrando a presença livres como padrinhos ou madrinhas, configurando possibilidades de ascensão social a alguns "escravinhos". As alforrias na pia batismal

também eram mais frequentes. O mesmo não se verifica nos assentos da freguesia do Itapecuru-Mirim, quase todos feitos na "desobriga" dos padres. Nesses, os padrinhos e madrinhas são quase sempre companheiros de escravidão do batizando, reduzindo as possibilidades de criação de redes de solidariedade e mobilidade social dos genitores e afilhados.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

INVENTARIANDO RELAÇÕES: redes de sociabilidade no inventário de Francisco Bezerra de Sousa, Cajazeiras (século XIX)

Ayrle Alves de Figueiredo
Mestranda, Universidade Estadual de Campinas
alvesayrle@gmail.com

Este trabalho tem como objetivo compreender as redes de sociabilidade desenvolvidas em torno da figura de Francisco Bezerra de Sousa. A pesquisa baseia-se em inventários post mortem do século XIX (1876-1900), mais especificamente às 1354 dívidas passivas que são arroladas no processo, às quais serão acrescentados outros registros, a exemplo de certidões de compra e venda por ligação nominativa, que permitem identificar personagens da cidade que não estão entre a camada afortunada, havendo inclusive registros de dívidas de pessoas escravizadas. Em sua trajetória como comerciante da cidade de Cajazeiras, cidade do sertão paraibano, Francisco amealhou rapidamente um destacado patrimônio de mercadorias (fazendas, secos e molhados), semoventes e bens imóveis, tanto na área urbana quanto na área rural, patrimônio deixado para mãe e irmãos por não ter descendentes diretos. O estudo da família a partir dos herdeiros e dos laços de compadrio também presentes nos "bens em posse" possibilitam ver relações estabelecidas entre personagens da sociedade e a atuação do Bezerra de Sousa, além da cultura material e o perfil da cidade em seus grupos sociais.

Palavras-chave: Cajazeiras. Francisco Bezerra de Sousa. Inventários post mortem. Redes de sociabilidade.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

O compadrio entre livres no mundo colonial: desafios para identificar as estratégias familiares

Carlos de Almeida Prado Bacellar
Doutor, USP
cbacellar@usp.br

O compadrio tem sido alvo de muitos estudos nas últimas décadas, mas essencialmente centrado apenas no universo da escravidão. A população livre restou não estudada, exceto por análise muito pontuais sobre algumas famílias da elite agrária. Para a grande maioria da população livre as escolhas envolvidas no compadrio permanecem uma absoluta incógnita. Sabemos que o compadrio para cativos foi objeto de estudos devido a uma forte conjuntura historiográfica, surgida na década de 1970, preocupada em reavaliar o papel da população negra na sociedade brasileira. Nossa proposta, nesta comunicação, é de apresentar os resultados iniciais de uma investigação sobre o compadrio entre livres para uma vila colonial da capitania de São Paulo, Itu, recorrendo à fonte documental óbvia, a série de registros paroquiais de batismos, cruzada com as listas nominativas de habitantes, num esforço para melhor identificar quem eram os pais dos batizados, e quem eram os padrinhos e madrinhas escolhidos. O resultados, e principalmente os desafios para efetivar tais cruzamentos nominativos, serão aqui apresentados.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Viúvas, administração pública e redes de relacionamentos no Grão-Pará (1778-1788)

Elisabeth Oliveira Dias
Graduada, Universidade do Estado do Pará
diasbeth2019@gmail.com

Este trabalho tem como objetivo abordar os principais aspectos da vida de mulheres viúvas no Pará, entre 1778 e 1788. A partir disso, é apresentado as particularidades de sua condição enquanto mulher e viúva, bem como suas possibilidades de independência social e financeira. Para construção do debate a respeito do cenário político, administrativo e social o qual essas mulheres se encontravam, serão utilizados autores como Manuel Hespanha (2006), Ana Castro (2021) e Nizza da Silva (1995). Para melhor compreender os aspectos jurídicos da mulher em sua condição de viúvez, bem como localizar o seu papel de atuação dentro da sociedade paraense logo após o fim da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, busca-se observar quais redes de relacionamento estas mulheres participavam. Este estudo inicial se utiliza da materialidade de fontes governamentais, se atentando para estrutura do documento, seus objetivos sociais e seus recursos linguísticos, sem esquecer de suas intencionalidades, onde associado a revisão bibliográfica, nota-se a presença de viúvas buscando seus espaços na sociedade belenense.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Família e estratégias na guerra luso-holandesa (1624-1654): o caso de D. Jerônima de Almeida.

Elisielly Falasqui da Silva
Doutoranda, IFCH - Unicamp
elisfalasqui@gmail.com

A guerra luso-holandesa (1624-1654) impactou de diversas formas o cotidiano da sociedade colonial, até mesmo em aspectos corriqueiros, como a alimentação, as relações pessoais, a transferência de bens, a mobilidade de uma vila a outra e a prática religiosa. Numa ótica que dividia as pessoas em inimigos e aliados, as relações pessoais e a transferência de bens, por exemplo, só poderiam se dar entre estes, assim como a circulação de pessoas no lado inimigo dependia de autorização e poderia terminar em tragédia. Por outro lado, tal quebra na dinâmica social, que em parte também desorienta aquela sociedade, oferece possibilidades e espaços de atuação e de mobilidade que, talvez, em tempos "normais", seriam raros, quando não interditados. Nesse sentido, as famílias, por vezes separadas em lados opostos da guerra, se apresentam como um espaço privilegiado para pensarmos essas dinâmicas sociais. Proponho analisar, nessa apresentação, as estratégias usadas pela senhora de engenho Jerônima de Almeida, que permaneceu com seus engenhos sob o domínio holandês, e seu marido Rodrigo de Barros Pimentel, ambos envolvidos nos dois lados da guerra e mais de uma vez acusados de traição pelos holandeses, para equilibrarem-se no jogo de poder no meio do qual encontravam-se de alguma forma enredados.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Pelo "adultério que ela me fez": bigamia e relações familiares no Império português no século XVI

Emily de Jesus Machado
Doutoranda, PPGH Universidade Federal da Bahia
emily.jmachado@gmail.com

Durante o seu período de funcionamento, entre os anos de 1536 e 1821, a Inquisição portuguesa processou e puniu cerca de mil e trezentas pessoas por bigamia. O delito era de jurisdição inquisitorial por seu caráter de ofensa ao sacramento do matrimônio, afinal, a bigamia concretizava-se quando um sujeito se casava na igreja, seguindo os procedimentos estabelecidos pelos decretos tridentinos, mesmo quando se sabia impedido em razão de possuir um primeiro cônjuge vivo.

Entre aqueles que incorreram neste delito estava o lavrador Brás Eanes, processado pela inquisição lisboeta em 1553. Ao confessar-se diante da mesa, Brás afirmou que os motivos que o levaram a incorrer no delito derivavam das ações da sua esposa, Leonor Dias. Ela havia cometido adultério e, como resultado, ele a entregou à justiça eclesiástica e deixou a cidade de Torres Vedras, de onde era natural. Ao partir para Lisboa levou consigo outra mulher, Catarina Fernandez – com quem, posteriormente, contraiu ilegítimo matrimônio. Para a sociedade que se constituiu no mundo ibero-atlântico durante a primeira modernidade, o apego a ortodoxia imposta pela Igreja e a manutenção da honra eram essenciais para a primazia social. Para os homens, a honra estava relacionada, dentre outras coisas, ao exercício do poder pátrio sobre a esposa e os filhos. Sendo assim, um dos grandes ataques a honra masculina era o adultério feminino.

Por um lado, o adultério feminino era delito sério a ponto de tornar legítimo, de acordo com o que legislava as Ordenações Manuelinas, o assassinato da esposa pelo cônjuge ofendido. Por outro, de acordo com os cânones previstos pelo Concílio de Trento (1545–1563) para o sacramento do matrimônio, o adultério poderia justificar a separação de corpos do casal, mas não dissolvia o enlace. Para aqueles maridos que não desejavam limpar a honra com sangue, a possibilidade de outro casamento legítimo enquanto vivesse a esposa adúltera estava vetada. Entre o apego a ortodoxia e a prática social que via no adultério feminino crime irreparável, Brás Eanes e muitos outros homens que incorreram em bigamia no espaço atlântico português instrumentalizaram a dita má conduta da esposa como argumento legitimador da resistência aos dogmas eclesiásticos.

Diante do escrutínio inquisitorial que levava a confissões e denúncias detalhadas, registradas nos processos que chegaram até nós, é possível entrevermos alguns aspectos das vivências familiares no Atlântico português moderno, percebendo como a circulação de pessoas, os papéis de gênero, o disciplinamento social imposto pela Igreja e pela coroa e os próprios anseios divergentes dos sujeitos se entrelaçavam dando forma a dinâmicas sociais e familiares específicas.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Estratégias sociais, endogamia e legitimidade na formação de famílias no extremo sul da América Portuguesa (Triunfo, século XVIII)

Fábio Kühn
Doutor, Universidade Federal do Rio Grande do Sul
fkuhn1@gmail.com
Israel Aquino Cabreira
Doutorando, Universidade Federal do Rio Grande do Sul
israel.aquino@ufrgs.br

Esta pesquisa foi desenvolvida no âmbito do projeto interinstitucional "Além do Centro-Sul: por uma história da população colonial nos extremos dos domínios portugueses na América", iniciativa que buscou investigar os regimes demográficos que caracterizaram o passado brasileiro. Nessa comunicação, buscamos explorar os padrões de endogamia e legitimidade na formação de unidades familiares no Rio Grande de São Pedro, situado no extremo sul da América Portuguesa. Adotamos como recorte o período de formação da freguesia rural de Nosso Senhor Bom Jesus de Triunfo, durante a segunda metade do século XVIII. Os objetivos deste trabalho se concentraram, assim, em identificar tais padrões na formação de famílias entre os diferentes segmentos sociais daquela comunidade, a partir das relações identificadas em nosso corpus documental. Este foi composto pelos registros paroquiais de Triunfo, especialmente os livros de batismos e núpcias da população livre e escravizada, cujos microfilmes encontram-se disponíveis na plataforma Family Search. Ainda, para a população escravizada da região, recorremos à "Relação de Escravos que possuem os moradores da Freguezia do Triunfo", levantamento produzido no ano de 1788, a partir da qual foi possível identificar os maiores proprietários de cativos da região estudada. Levando em conta este grupo,

selecionamos algumas famílias sobre as quais desenvolvemos estudos de casos que permitem visualizar em escala reduzida as tendências gerais encontradas. A metodologia empregada envolveu a produção de séries e análise comparativa dos padrões de legitimidade, natalidade e nupcialidade para os diferentes segmentos que compunham a freguesia, dialogando com produções e autores que se debruçaram sobre aspectos da história da família, em especial estudos que investigaram as formações familiares existentes no período colonial brasileiro e as diferentes estratégias adotadas pelos estratos sociais que compunham aquele universo. Como resultados iniciais, identificamos que a formação de famílias em Triunfo esteve bastante marcada por um padrão de endogamia jurídica e social; para além disso, percebemos um elevado índice de legitimidade no período estudado, mesmo para o segmento escravizado - especialmente quando comparado à outras freguesias coloniais do Rio Grande e de outras capitanias. Essa tendência pode ser parcialmente explicada pelo caráter rural e pelo contexto de ocupação recente de uma região de fronteira, mas poderá se beneficiar de aprofundamentos futuros, especialmente para os segmentos indígena e escravizado na região.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Gênero, Poder e Autoridade Senhorial: Os conflitos de Dona Antônia de Vera Cruz Braque (Sergipe, 1798 - 1828)

Fernanda Carolina Pereira dos Santos
Doutoranda, Universidade Federal Fluminense
nanda.carolina01@gmail.com
Nathiely Feitosa Farias
Mestranda, Universidade Federal de Sergipe
nathielyprofissional@gmail.com

Povoação de Estância, meados de fevereiro de 1826. O capitão Francisco Theófilo dos Santos, representando sua esposa e "outros", iniciou uma querela contra a viúva Dona Antônia de Vera Cruz Braque. Herdeiros e roceiros, homens brancos e homens pardos, testemunharam contra a proprietária do Engenho São Domingos, acusada de mandar que escravos conduzissem, indevidamente, a madeira tirada no sítio Piripiri para a sua propriedade. O plantio de um roçado na proximidade do sítio acabou por acirrar de vez os conflitos entre as partes. Dois anos depois, o Padre Pedro da Motta Rabelo denunciava ao presidente da província de Sergipe a transgressão de um dos mais sagrados direitos garantidos pela constituição imperial: o direito à propriedade. Na qualidade de arrendatário do Encapelado de Santa Luzia, foi surpreendido por uma ação interposta por uma proprietária que reivindicava a função de administradora, o que se materializou para ele como uma ameaça de expulsão. A proprietária, neste conflito, é a mesma Dona Antônia de Vera Cruz Braque. Personagem central das demandas, a viúva proprietária de terras e de escravizados é o ponto de partida para a análise que se propõe nesta comunicação, que busca compreender os fundamentos dos conflitos mencionados e sua relação com direitos de propriedade, dinâmicas de poder numa sociedade agrária-

escravista e a consolidação e exercício de uma autoridade senhorial por uma figura feminina. Para tanto, nos debruçaremos em um conjunto documental diversificado, composto por inventários post-mortem, petições, processos judiciais e legislações (Ordenações Filipinas e a Constituição de 1824), que serão analisadas qualitativamente alinhadas aos pressupostos de uma História Social da Propriedade (CONGOST, 2007; PEDROZA, 2020) e uma História Social Feminista (TILLY, 1994). Espera-se demonstrar os aspectos constitutivos de uma autoridade senhorial baseada na propriedade da terra, especificada por um recorte de gênero, bem como dinâmicas e conflitos que envolveram posses, poderes e trajetórias nas malhas da sociedade colonial.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Uma incursão pela "Barra Diabólica": família, economia e redes no Estreito, Rio Grande do Sul (1763 – 1776).

Franklin Fernandes Pinto
Doutorando, Universidade Federal de Juiz de Fora
franklinfernandespinto@gmail.com

Esta comunicação é fruto de uma pesquisa de doutorado em andamento cujo principal objetivo é problematizar as organizações domiciliares e estratégias empregadas pelas famílias do Estreito, durante o período de 1763 – 1776. Para alcançarmos o que foi exposto, utilizamos como principais subsídios os registros paroquiais de batismo, os quais estão depositados no repositório Family Search, armazenados sob a jurisdição da Capela de Nossa Senhora da Conceição do Estreito. Para além disso, realizaremos o cruzamento desses dados paroquiais com os registros de datas de terras para os casais açorianos, depositados no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS); a relação de moradores que possuem campos e animais no Continente do Rio Grande, do ano de 1784, salvaguardada pelo Arquivo Nacional (AN); e inventários post-mortem pontuais de determinadas famílias, pesquisados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). A região de análise, Estreito, fica localizada no extremo sul do atual Estado do Rio Grande do Sul, hoje compreendendo o espaço delimitado pelo município de São José do Norte. É uma região marcada pelos conflitos territoriais ocorridos entre as Coroas Ibéricas no decorrer do século XVIII, onde representou, em determinado período, o limite das possessões lusas no Rio Grande de São Pedro quando ocorre a invasão da Vila de Rio Grande pelos espanhóis. Na tese centramos atenção nesse território pautado por sucessivos conflitos bélicos, onde existia a necessidade de uma reorganização

econômica, política e administrativa, marcado pelo convívio dos imigrantes açorianos, populações indígenas, egressos do interior da colônia e com o acréscimo de trabalhadores escravizados, onde buscamos compreender como aquelas diferentes famílias organizaram-se economicamente e quais as redes de relações foram estabelecidas naquele espaço, observando o período de ocupação espanhola da Vila de Rio Grande (1763-1776) e após a reconquista desse território pelos portugueses (1776-1789).

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Facções sociais e poder informal em Salvador da Bahia (séculos XVI e XVII)

Irene Maria Vicente-Martin
Doutora, Eurac Research
irenevicentemartin@gmail.com

O estudo das facções e o faccionalismo nas sociedades coloniais em América durante o período colonial tem sido fundamental para a compreensão recente da articulação do poder local. As facções, organizadas por meio de grupos de poder ou influência, competiam pelo controle político e econômico de cidades e regiões. Essas rivalidades não apenas definiam a dinâmica do poder local, mas também afetavam a relação entre o poder local e o central, seja exercendo pressão sobre os funcionários da Coroa ou articulando, de acordo com os interesses de seus grupos, redes administrativas, comerciais ou militares que modificavam o funcionamento real do poder na colônia. Este estudo examina como as facções da cidade de Salvador da Bahia, a capital do Estado do Brasil, se relacionavam com o governo colonial e como se aliavam e competiam entre si, a fim de obter um quadro mais claro e completo de como o poder local era articulado na América Portuguesa durante a Idade Moderna. Para tal fim, o marco cronológico do estudo será o período da chamada União das Coroas, quando Portugal e todas as suas conquistas ultramarinas foram incorporadas à Monarquia Hispânica dos reis Habsburgo, e a ênfase será colocada nas estratégias de poder seguidas pelas forças hegemônicas da capital do Brasil, que levaram à sua consolidação em nível local, especialmente nas esferas administrativa, mercantil e militar. Este estudo, portanto, não visa apenas compreender as práticas de associação e as estratégias de pressão exercidas pelos grupos locais em Salvador, mas também analisar como uma sociedade, que até

1580 mal respondia às políticas de Lisboa, teve de se adaptar quando foi incorporada à monarquia espanhola, cujos planos e interesses tinham um caráter marcadamente globalizante, e à qual as facções baianas tiveram de se impor

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

ENLACES E NÓS: AS TESTEMUNHAS DE CASAMENTO COMO MEIO DE INTERAÇÃO, VÍNCULO E SOCIABILIDADE - FREGUESIA DA CANDELÁRIA-RJ (C.1750-C.1850)

Janaina Christina Perrayon Lopes
Doutora, Universidade Católica de Petrópolis
janaperrayon@bol.com.br

O presente trabalho investiga o papel desempenhado pelas testemunhas de casamento no processo de sociabilidade experimentado pelos noivos presentes nos registros de casamento da Freguesia da Candelária, entre os anos de 1750 e 1866. Para tanto, utilizamos como base todos os registros de matrimônio referente a dita Freguesia depositados no Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Além das identidades dos noivos, seus pais, seus senhores e ex-senhores em caso de nubentes escravos ou forros, os nomes das testemunhas se destacam nos assentos paroquiais de matrimônio pelo fato de serem, por vezes, as únicas assinaturas no documento além daquelas que designam o celebrante e o responsável pelo assento.

Após a devida tabulação daquelas informações encontradas nos registros de forma reiterada em planilha de Excel, incluindo aí o nome das testemunhas, um elemento saltou aos olhos: a reincidência de alguns desses personagens cumprindo esse mesmo papel em cerimônias distintas ao longo de alguns anos. Desse modo, perseguimos tais nomes em outros registros eclesiásticos e cartorários fornecidos pelas mais variadas fontes de informações, de modo a delinear melhor a identidade desses personagens, suas trajetórias de vida e as redes de relações nos quais estavam inseridos.

Um questionamento presente ao longo de toda a pesquisa e norteador do itinerário da investigação esteve relacionado à desconfiança de que tais testemunhas de casamento não cumpriam apenas funções estritamente burocráticas ou religiosas, mas também, e, sobretudo, atribuições sociais. Esses personagens, recorrentemente chamados a testemunhar inúmeros matrimônios eram, potencialmente, veículo de inserção dos noivos que os convocaram não só a uma comunidade religiosa, como também a uma rede social mais ampla composta pelas próprias testemunhas em que laços eram criados ou reforçados. Somou-se a isso a desconfiança de que a escolha dessas testemunhas teria obedecido, em alguma medida, a critérios socioeconômicos com vistas ao estabelecimento ou reforço desses laços de solidariedade.

Identificado o perfil prestigioso da maioria dessas testemunhas e seus vínculos com a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária, abordamos o papel de mediadores que estes personagens cumpriram, servindo de veículo de inserção dos noivos que os convocaram não só a uma comunidade religiosa, como também a uma rede social no qual laços eram criados ou reforçados.

Tais personagens são interpretados como uma espécie de ponto de interseção e vínculo entre diferentes grupos sociais. Personagem que, ao longo do tempo, acabaram consolidando um importante papel de nós entre fragmentos de redes distintos.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Um estudo sobre a trajetória da família Miranda de Almeida no Pernambuco colonial

Mateus Bernardo Galvão Couto
Mestrando, UFPE
mateus.bernardo@ufpe.br

Esta comunicação se propõe a analisar a trajetória da família Miranda de Almeida num dos espaços mais importantes da América portuguesa, sob perspectiva micro-histórica. Abordaremos três gerações da família, entre inícios do século XVII e 1771, destacandose quatro componentes: Manoel de Miranda de Almeida (patriarca), José de Almeida Machado (seu filho primogênito), Luís de Miranda de Almeida (filho ilegítimo de Manoel) e Manoel de Miranda de Almeida (homônimo do patriarca, seu avô, e filho de Luís). Por mais de cem anos, a família buscou incansavelmente por mercês régias. O patriarca teria atuado como Juiz do Peso da Balança da Alfândega do Recife, cargo provido pelo donatário da capitania de Pernambuco, Duarte de Albuquerque Coelho, no início do século XVII. No Juízo, Manoel abdicou dos rendimentos em favor dos altos custos com a guerra contra os holandeses. Este episódio marca o início da trajetória administrativa da família – com destaque para o longo período de atuação no ofício de escrivão da câmara de Olinda – sustentada pelas glórias e serviços régios do patriarca. José de Almeida Machado era desembargador, ingressou na Relação em 1678. Suspeitamos que tenha usado de seu lugar de privilégio e poder para beneficiar a família até início do século XVIII. Abdicou da herança da propriedade do ofício de escrivão da câmara em favor de seu irmão, Luís. Este, por sua vez, ocupou por 28 anos o referido ofício, entre 1671 e 1699, sendo sucedido pelo filho, Manoel. O neto homônimo, herdeiro

deste ofício, quando da independência política do Recife e criação da câmara, ambicionou por acumular os ofícios de Olinda e do Recife. Encontrou forte resistência dos mascates, por isso atuou por apenas seis anos. Portanto, temos como objetivo identificar as estratégias utilizadas, laços interpessoais firmados, privilégios adquiridos e sobretudo os elementos de distinção alcançados que mantiveram os Miranda de Almeida por quase um século na elite da sociedade pernambucana colonial, bem como a negociação e o jogo político que envolveram a família, os poderes locais e centrais.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

TRAJETÓRIAS E REDES FAMILIARES: A IMPORTÂNCIA AÇORIANA NO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONOMICO DE PELOTAS NO COLONIAL TARDIO

Milene dos Anjos Fernandes
Doutoranda, Universidade do Porto - CITCEM (Portugal)
milene_feriange@hotmail.com

Na última metade do setecentos, novas zonas do Brasil junto à fronteira com a América espanhola foram ocupadas por indivíduos de origens diversas. Estes que, em geral, buscavam mobilidade social, além de povoar e manter o território da região Sul da Capitania do Rio Grande de São Pedro, também foram responsáveis por realizar investimentos e dinamizar a economia da região. Paralelamente a esta ocupação territorial, estes indivíduos aplicaram recursos, junto às margens do Rio São Gonçalo e do Arroio Pelotas, onde foram instaladas as primeiras unidades charqueadoras na região de Pelotas.

Com base na reconstituição dos percursos de vida dos indivíduos em movimento, buscaremos acompanhar algumas trajetórias individuais e familiares, observar estudos de caso concretos em mobilidade geográfica como uma tentativa de alcançar ascensão social. Para cumprir este objetivo, as fontes históricas analisadas compreendem diferentes tipologias de documentação paroquial, portuguesa e brasileira, tais como registos de batismo e matrimoniais, através das quais é possível reconstruir as redes familiares em um contexto de migração. Este estudo contribui para o aprofundamento da literatura sobre a mobilidade e a presença de açorianos no Brasil – mais

concretamente junto à fronteira com a região que, atualmente, corresponde ao Uruguai, através de alguns estudos de caso no século XVIII. Identificamos e apresentamos o histórico da sua trajetória por gerações, com base em dados individuais, de homens e mulheres que se fixaram nessas comunidades. Os resultados demostram que o uso de dados em encadeamento genealógico de colaboração, entre os registos portugueses e brasileiros, permite aprofundar a ciência de dados, mas também enriquecer a historiografia existente no campo da mobilidade colonial, estratificação social e análise de redes familiares.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

A trajetória do Visconde de Congonhas do Campo: uma carreira na magistratura e na política (século XIX)

Pedro de Almeida Freitas Soares
Doutorando, Universidade Federal Fluminense
psoares832@gmail.com

A presente comunicação tem como objetivo analisar a trajetória Visconde de Congonhas do Campo, Lucas Antônio Monteiro de Barros. Nascido no seio da família mineira Monteiro de Barros, filho do Guarda-mor Manuel José Monteiro de Barros, pertenceu a uma das maiores teias familiares construída ao final do século XVIII e início do século XIX. O prestígio social e a fortuna adquirida pelos Monteiro de Barros deram suporte para que seus principais membros desenvolvessem estratégias para atuarem na política e no sistema judiciário no Reino de Portugal e, depois, no Império do Brasil. Assim, Lucas Antônio Monteiro de Barros foi o que mais se destacou. Em primeiro lugar, como a maioria dos filhos da elite setecentista, frequentou a Universidade de Coimbra onde gradou-se em Leis, e, ainda em Portugal, chegou a ocupar o cargo de juiz de fora nos Açores. No retorno ao Brasil, destacou-se em diversos postos no executivo, legislativo e no judiciário, tais como: Desembargador do Tribunal da Relação da Bahia, Presidente da Província de São Paulo, Senador por São Paulo, Ministro do Supremo Tribunal de Justiça e Presidente do mesmo Tribunal. Sendo assim, inserimos Lucas Antônio Monteiro de Barros no rol de estudos de elites e de trajetórias do século XIX, e dessa maneira, iremos aprofundar a trajetória pública e pessoal do Visconde de Congonhas do Campo.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Mulheres nas sombras: uma literatura histórica masculina na cidade mineira de Oliveira?

Rosemary Maria do Amaral
Mestranda, Universidade Federal de São João Del Rei
rosemary.maria.amaral@educacao.mg.gov.br

O presente artigo tem como tema principal a mulher e sua participação na sociedade. Assim, apresenta-se interdisciplinarmente estudos sobre a representação feminina na literatura oliveirense em contraponto com a realidade histórica nas Minas Gerais. A análise específica dentro do município de Oliveira, parte dos livros "Recordações de Oliveira" e "História de Oliveira". Para o desenvolvimento do artigo, uma discussão histórica sobre cidades, principalmente cidades pequenas torna-se interessante. Além da discussão a respeito das cidades, buscar as relações históricas das mulheres ajudará a demonstrar como foi a participação delas na sociedade mineira e brasileira desde o período colonial até os anos 1960, período tratado nos livros sobre Oliveira. De posse dos dados referentes aos estudos sobre cidades pequenas e sobre as mulheres, a análise das obras já citadas, demonstrará se houve um apagamento feminino nas obras histórico literárias referentes ao município de Oliveira, ou se esse foi um fenômeno comum na história das mulheres brasileiras, principalmente nas Minas Gerais. Ainda será possível observar se a participação feminina foi limitada apenas ao campo educacional, ou às atividades do lar e à maternidade.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

As redes sociais e de compadrio das famílias dos libertos nas Capelas de Nossa Senhora da Piedade DO Rio Grande e Conceição da Barra da freguesia do Pilar de São João del-Rei (1736-1850)

Sirleia Maria Arantes
Doutora, IF SUDESTE MG - BARBACENA
sirleia.arantes@ifsudestemg.edu.br

O parentesco espiritual, diferentemente do consanguíneo, se configura a partir de escolhas feitas pelo indivíduo ou por pessoas do seu círculo de vivência, podendo ocorrer com o sacramento do batismo e da confirmação. Por ora, pensa-se no parentesco a partir do sacramento do batismo, uma vez que, durante este rito, há a necessidade da presença dos padrinhos considerados "pais espirituais" dos batizados. Tal rito fortalece os laços parentais entre a criança, os pais e os padrinhos. Assim, o parentesco espiritual não se circunscreve apenas no âmbito religioso, pois, para boa parte dos estudos que tratam dessa temática, o ato de apadrinhar reforça os laços de solidariedade, as relações sociais e a troca de favores. Assim, objetiva-se analisar as redes sociais e de compadrio dos libertos nas Capelas de Nossa Senhora da Piedade e Conceição da Barra da freguesia do Pilar de São João del-Rei entre 1736 a 1850. Uma vez que a família dos libertos, em Minas Gerais organizavam-se pelas relações tecidas para além dos laços consanguíneos e dos imperativos da procriação estabelecidos pelos laços de matrimônio, de compadrio e pela afinidade. Nessa intricada rede social há diferentes modelos de famílias presentes na vida dos libertos e suas redes de relações sociais estabelecidas para ascender e cotidianamente sobreviver e, assim, legar um patrimônio material e imaterial aos seus

descendentes. Ascensão social das famílias dos libertos poderia ocorrer com o apoio das redes sociais e das relações de compadrio de forma horizontal ou vertical.

Palavras-Chave: Minas Gerais, família, libertos, compadrio e redes sociais

IX Encontro Internacional de História Colonial

IX EIHC

DIMENSÕES GLOBAIS E LOCAIS DOS IMPÉRIOS COLONIAIS: REDES, CIRCULAÇÃO E DINÂMICAS (SÉCULOS XV-XIX)

Distâncias e conexões imperiais: a circulação de agentes, comunicações e informação nos impérios globais (séculos XV-XIX)

11

Adriano Comissoli (UFSM)&
Arthur Curvelo (IEM/FCSH/UNL)

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Sertão Angolano e Sertão dos Guayazes: conexões no governo Sebastião José de Carvalho e Melo (1750 e 1777)

Cristina de Cássia Pereira Moraes
Doutora, Universidade Federal de Goiás
patriciasoares@discente.ufg.br
Patrícia da Silva Soares
Doutoranda, PPGH/UFG
cristinadecassiapmoraes@ufg.br

As conexões entre os sertões dos mbundus (Angola) e o sertão dos guayazes se aprofundam no século XVIII, pois neste período, com a descoberta das minas por aqui há uma demanda por conhecimento e estratégias de conquista, fixação e administração de regiões interioranas. Essa ideia de sertão lançada sobre o sertão dos guayazes também era uma realidade para o sertão africano, principalmente para o Ndongo, desde meados do século XVI. Os governadores das capitanias coletavam conhecimentos nessas regiões sertanistas e criavam técnicas para se relacionar, adentrar e se fixar com o objetivo de gerar riquezas para Portugal, criando uma rede de conhecimentos seculares que são repassados dentro dos seus círculos relacionais. Exemplo disso vai ser o avassalamento de chefes indígenas (maiorais) no sertão dos guayazes, incentivado pelo Marques de Pombal através do Diretório dos Índios, tática criada e recriada com os sobas de Angola desde o século XVI.

Os contratos de vassalagem assinados com os chefes locais dos sertões de Angola e de Goiás, no século XVIII, foram uma estratégia da coroa portuguesa para adentrar e administrar essas regiões, facilitando assim o contato com as chefias locais e coleta de

amostras de plantas, animais e conhecimentos dos povos locais, principalmente no tocante a cura de doenças. As amostras de plantas, animais e os conhecimentos coletados nos sertões eram enviados e estudados no Jardim Botânico de Lisboa e de Coimbra, nos hospitais militares de São José e da Cordoaria. A coroa transformou essas informações em panfletos e livros que eram distribuídos com uma função pedagógica por todo o império. Hospitais militares e escolas médicas seguiam essas instruções, como exemplo a Escola Médica de Angola fundada 1791 e o Real Hospital Militar de Vila Boa, fundado em 1764.

O objetivo desse trabalho é a análise dessas conexões e a criação de uma rede de informações seculares que nos foram repassados e que hoje são reconhecidos em diversas regiões que fizeram parte do império português. Compreender a importância dos povos do sertão para a construção do conhecimento moderno sobre doenças e seus processos de cura.

Para análise das estratégias dos portugueses de incursão e domínio dos sertões dos guayazes e dos mbundius utilizaremos como método as Histórias Conectadas que nos possibilita pensar em novos recortes, na medida em que as conexões auxiliam o historiador a redimensionar a espacialidade, rompendo com a delimitação regionais e estabelecendo recortes inter-regionais. Nesses recortes, é possível religar experiências históricas que a historiografia tradicional até então ocultava e, dessa forma, trazer à superfície relações antes ignoradas.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Encontros piratas: base de dados online sobre a predação marítima no Atlântico Sul (séculos XVII e XVIII)

Adriano Comissoli
Doutor, Universidade Federal de Santa Maria
adriano.comissoli@ufsm.br

Trata-se de projeto de pesquisa em História cujo objetivo é registrar e analisar as políticas empregadas pela monarquia portuguesa no combate à predação marítima no oceano Atlântico entre os séculos XVII e XVIII. Sendo um projeto coletivo, procuramos investigar as dinâmicas políticas que viabilizaram a conservação e o desenvolvimento de territórios portugueses na América, África e Europa no contexto de intensificação das disputas entre impérios coloniais. Nossa hipótese é de que a progressiva extensão jurisdicional de autoridade do governo-geral, sediado na Bahia, foi fundamental para articulação das relações entre poderes locais e os outros governos do Atlântico. Considera-se que a crescente ampliação da esfera de influência do governo-geral, para além de sua jurisdição no Estado do Brasil, foi o caminho para a inserção dos poderes locais em dinâmicas imperiais e a forma da monarquia assegurar seus interesses e territórios. Utilizamos ampla gama de fontes impressas e manuscritas, compostas por correspondências, cartas régias, patentes e provisões, regimentos, consultas do Conselho Ultramarino, e relatos de viagem feitos por estrangeiros a fim de identificar ações de pirataria e corso direcionada contra a soberania lusitana. Os resultados consistirão na produção de uma base de dados online com as informações coletadas; a produção de materiais didáticos para o ensino básico a partir dos resultados da pesquisa, a produção de um podcast para divulgação, além de artigos em periódicos com os resultados do projeto.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

O testamento de Adão e a França Antártica na cartografia náutica franco-portuguesa

Aline dos Santos Franco de Camargo
Mestranda, PPGH da Universidade Estadual Paulista (UNESP)
aline.camargo@unesp.br

O expansionismo ibérico no século XVI desencadeou o interesse de outras monarquias pela navegação oceânica, como demonstra a atuação da dinastia dos Valois da França, precursores da doutrina do Mare Liberum, em oposição ao Mare Clausum que desde o Tratado de Tordesilhas em 1494 defendia o monopólio de Portugal e Espanha sobre os mares. Com a frase "O sol brilha para mim como para os outros: gostaria de ver a cláusula da vontade de Adão que me exclui de compartilhar o mundo", de Francisco I, a livre navegação pelo Atlântico se tornou uma das pautas principais da coroa francesa, tendo em vista a pressão feita por patronos privados que lucravam com o comércio marítimo realizado na costa brasileira desde o início de sua colonização pelos portugueses.

Como agentes náuticos colaboradores da empreitada colonizadora francesa na América, cartógrafos normandos apresentavam uma representação da costa brasileira em mapas mundi do século XVI caracterizada pelo uso de símbolos de possessão franceses e etnografia, principalmente relacionados ao indígena como "bom selvagem". Essa visualidade cartográfica se manteve como modelo francês de contestação de soberanias hegemônicas no Atlântico, e pode ter influenciado o apagamento da representação do Brasil em outros planisférios, como o Universa ac navigabilis…, de 1559, feito pelo

português André Homem na Antuérpia, para ser oferecido à corte francesa como vitrine de sua expertise náutica, requerida na navegação no Atlântico.

Em detrimento da etnografia e ornamentação nacionalista apresentada nos mapas mundi feitas por franceses, André Homem se baseia em seu saber pragmático para servir à expansão francesa no Brasil, inserindo em seu mapa uma visão "aberta" do Atlântico ao centro e diversos recursos de navegação que indicavam suas habilidades na confecção de cartas náuticas necessárias no mar.

Essa comunicação tem como objetivo discutir a complexidade dos produtos cartográficos da ação de agentes náuticos na construção de representação do Brasil dentro do contexto de disputa pela navegação no Atlântico no século XVI, aprofundando o debate sobre a colonização francesa na América, através da análise do planisfério de André Homem de 1559 e de mapas mundi produzidos por cartógrafos franceses nesse período.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Uma biblioteca feita por homens e livros: os atores da reconstrução da Livraria Régia após o Terremoto de 1755

Ana Cristina Campos Rodrigues
Doutoranda, UFF/FBN
anacrisrodrigues@gmail.com

Em 1755, a biblioteca de D. José I, herança suntuosa deixada por D. João V, foi destruída junto com boa parte da cidade de Lisboa em uma sequência de desastres. Entre tantas reconstruções e projetos, reerguer a Livraria Régia foi uma necessidade apontada desde o inicio, mas se mostrou um projeto longo e acidentado, envolvendo bibliotecários, embaixadores, religiosos e até um ex-espião inglês. Livros eram negociados em outros países e disputados em terras lisboetas, coleções eram doadas ou mesmo usurpadas. Esta comunicação pretende apresentar essa trajetória e as pessoas que a percorreram, um caminho que tentava reconstruir uma biblioteca, mas acabou criando três: a Biblioteca Nacional do Brasil, a Biblioteca Nacional Portuguesa e a Biblioteca da Ajuda.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

GERTRUDE BELL: CORRESPONDÊNCIAS DO ENCONTRO COLONIAL

Leticia Gabriela Silvério
Mestranda, Universidade Federal de São Paulo
leticia.silverio@unifesp.br

OBJETIVO

A apresentação busca realizar um debate sobre o protagonismo de agentes coloniais (viajantes) como interlocutores e efetivadores do Império em seus domínios coloniais. Seja por sua ação política ou militar, portanto efetiva, seja pela retratação e representação das populações e territórios coloniais, portanto ilusório, esses agentes foram os personagens centrais para a criação de uma rede de comunicação entre o Império, e de sua consolidação no discurso e na prática. Pretende-se, com a apresentação, expor e ampliar o debate aqui levantado.

RESUMO

Gertrude Margaret Lowthian Bell (1886-1926) foi uma viajante e historiadora inglesa, autora de livros sobre seus estudos e experiências em suas viagens ao território do Médio Oriente. No entanto, não apenas livros foram os documentos escritos deixados pela exploradora, mas também um vasto corpus documental composto por diários e cartas pessoais, sendo as últimas escritas majoritariamente à seus familiares para lhes compartilhar suas aventuras e pensamentos sobre a população e as políticas dos territórios pelos quais passava.

Suas explorações e trabalhos no Médio Oriente começaram a ganhar muita importância, devido a seu pioneirismo em relação à interação com algumas populações nativas e territórios ainda não contactados por nenhuma outra exploradora ou explorador europeu. Gertrude, portanto, acaba sendo contratada pelo Império Britânico e passa a atuar como sua Agente, se tornando a figura responsável pelo mapeamento das fronteiras contemporâneas do território do Médio Oriente, tendo como seu grande projeto as fronteiras do atual Iraque.

A apresentação se propõe a expor e debater a análise de seus escritos pessoais, com foco em suas cartas, no qual a personagem de Gertrude demonstra, em diversos momentos, as formas de comunicação e presença do Império Britânico nos seus territórios coloniais. Busca-se aqui entender e apresentar a personificação do Império Britânico em seus agentes coloniais, que quando presentes em territórios além mar, se tornam os personagens centrais da consolidação colonial, seja por ações efetivas dentro das colônias, seja pelo delineamento das representações que serão atribuídas aos povos nativos e seus territórios.

As cartas de Gertrude Bell se mostram um importante documento para a análise do processo de comunicação entre o Império, tendo como personagem central esses agentes imperiais que se deslocavam e levavam em si a própria figura do Império e de sua Majestade, assim como, em conjunto, para uma análise da narrativa e representações elaboradas sobre as possessões coloniais.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Conselheiros do rei na América: O protagonismo dos governadores de Pernambuco no sistema transoceânico de coleta e processamento de informação do Conselho Ultramarino (séculos XVII e XVIII)

Arthur Curvelo
Doutor, Instituto de Estudos Medievais da Universidade Nova de Lisboa
arthurasccurvelo@gmail.com

O volume de comunicações político-administrativas trocadas entre o Conselho Ultramarino e as capitanias da América Portuguesa cresceu de forma exponencial entre finais do século XVII e meados do século XVIII. Esta comunicação pretende demonstrar que tal crescimento pode ser explicado, em parte, por uma maior e mais destacada participação dos governadores nos circuitos transoceânicos de comunicação, observável, sobretudo, na frequência com que estes agentes foram acionados para emitir pareceres sobre petições, requerimentos e representações dirigidas ao rei por vários outros interlocutores do espaço luso-americano. Sustentamos que ao responder aos pedidos de parecer, os governadores não só participavam numa complexa rede de coleta, circulação e processamento de informações, mas dispunham de um mecanismo eficaz para influenciar os processos de deliberação que tinham lugar no Conselho Ultramarino e controlar, mesmo que indiretamente, o atendimento ou a rejeição dos pedidos colocados pelos peticionários. Nesse sentido, propomos algumas indagações: como os governadores nomeados pela Coroa, homens, em princípio, desprovidos de experiências prévias em solo americano, eram capazes de reunir, no terreno, as informações necessárias para dar resposta a tantos e tão diversificados pedidos de parecer? Com quem contactavam localmente para responder às solicitações com propriedade? Como

filtrar eventuais opiniões divergentes entre os interlocutores locais, transmitindo-as de volta ao Conselho sob a forma de pareceres? Para dar resposta a estes questionamentos, analisamos o entrelaçamento entre os circuitos transoceânicos e internos, ou intra-americanos, de comunicação política. Ao tomar o Governo de Pernambuco como objeto de observação, pretende-se também demonstrar que as respostas a estes pedidos contribuíam para alçar a projeção territorial dos governadores sobre os espaços mais distantes da sede do Governo, quer no interior desta capitania, quer nas Capitanias do Norte do Estado do Brasil.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

"Come up and fight like Men": Gênero, masculinidades e hidrarquia na pirataria moderna (séculos XVII-XVIII)

Camila Acosta Queiroz
Mestranda em História (PPGH/UFSM), bolsista CAPES
camilaacosta1901@gmail.com

O presente trabalho é um recorte de minha atual pesquisa de mestrado e trata de relações de gênero e masculinidades na pirataria moderna (Atlântico nos séculos XVII e XVIII). Aqui busco apresentar as perspectivas precursoras nos estudos de gênero e pirataria, minha proposta interpretativa, e uma parcela das análises desenvolvidas em minha dissertação. Embora autores se aproximem da temática de maneiras bastante distintas, o gênero na Era de ouro da pirataria consiste em uma temática cuja historiografia produzida ainda não constitui o que se pode chamar de tradição historiográfica. Todavia, trabalhos precursores como os de Barry Burg (1983) e Hans Turley (1999) se tornaram paradigmáticos no tema justamente por seu caráter vanguardista. A fonte utilizada nesta investigação é a edição de Manuel Schonhorn (1999) da obra A General History of The Pirates (1724), autoria de Capitão Charles Johnson, um pseudônimo cuja identidade ainda está em debate. Tendo em vista que a temática principal da obra não trata de gênero de forma direta, identifico que elementos marcadores de gênero são mencionados de maneira transversal e indireta na documentação, o que leva a inferir que o autor revela convenções e ideias que pertencem a um lugar comum relacionado às comunidades piratas. Compreender as relações de gênero na pirataria perpassa, necessariamente, pela ideia de homossociabilidade, tendo em vista que tais comunidades eram homogeneamente compostas por homens. Todavia, Capitão Johnson

nos apresenta, para além de 15 biografias de piratas homens, as biografias de Anne Bonny e Mary Read, piratas mulheres que navegaram com Calico Jack, ou John Rackman, nas primeiras décadas do século XVIII. Nesta investigação, através da assimilação das ideias de Joan Scott (1999) e Raewyn Connell (1999) parto do princípio de que o gênero é caracterizado pelo seu caráter relacional que perpassa processos de construção de identidades e alteridades. Por essa razão, minha proposta interpretativa se centra na ideia de que é possível compreender nuances das masculinidades na pirataria utilizando as ações de Bonny e Read como prismas. Sob essa perspectiva, proponho que ao observar e compreender os horizontes de ação de Anne Bonny e Mary Read é possível, por conta do caráter relacional, compreender os horizontes de ação dos homens piratas e, portanto, como as relações de gênero se construíram e manifestaram nas masculinidades daquela comunidade. Através dessa abordagem, pude identificar as configurações de gênero presentes nos casos analisados e seus marcadores, bem como suas relações com outras instâncias sociais.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Fernando Brandani, agente português ou agente de si.

Luciano Cesar da Costa
Doutor, Secretária de Educação - Saquarema (RJ)
lucianocesar_3@hotmail.com

O objetivo da presente comunicação é observar a atuação de Fernando Brandão. Como sabemos, a Monarquia Portuguesa encontrava-se recém-restaurada com a aclamação de D. João IV como rei. Contudo, a mera aclamação era apenas uma etapa para a consolidação da monarquia lusa, passando necessariamente pelo envio de diversos agente diplomáticos, oficiais ou não, para as cortes europeias. Fernando Brandão, o personagem em tela, era apenas um desses muitos agentes que seriam usados pela diplomacia portuguesa, mais precisamente, na sua atuação em Roma junto ao Papado. Brandão ou "Brandani", em sua versão italiana, era uma figura preeminente na corte, tendo inclusive seu rosto pintado por ninguém menos que Diego Velázquez. As redes clientelares da família Brandão ajudariam os sempre em apuros embaixadores portugueses na Cúria Romana, curiosamente, porém, essa ajuda não era despretensiosa. Como o próprio Fernando afirmou: "Em Roma, não se faz contas daqueles que não são pagos." Dessa forma, entender a atuação desse agente diplomático é também entender a própria lógica diplomática moderna.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Do outro lado do Atlântico: uma análise da movimentação corsária no porto de Cádiz, em comparação com o de Buenos Aires

Eduardo Sartoretto
Mestre, Prefeitura de Igarassu-PE
sartorettoeduardo@gmail.com

Embora a presença de grupos corsários na região sul da América ibérica seja mais evidente durante o período independentista hispano-americano, a atividade não era uma novidade para os envolvidos nos conflitos. A cultura de navegação que se manifestou fortemente nessa região, durante as primeiras décadas do século XIX, pode ser compreendida como uma herança colonial advinda de iniciativas da coroa, séculos antes. Segundo apontado por Esteban Mira Caballos, que "O sistema naval e defensivo do império esteve totalmente determinado e condicionado pelos contínuos ataques corsários que se produziram ao longo de todo o século XVI". Ao mesmo tempo, "Sabe-se também que a Espanha não foi apenas vítima do feroz corso atlântico e mediterrâneo, mas que tradicionalmente respondia aos seus inimigos com o mesmo tipo de ações". Dentro deste cenário, sendo uma cidade de destaque e importância comercial para a Espanha, visto a configuração natural de seu entorno portuário e o fato de ser porta de entrada para os produtos vindos da América, Cádiz se ergue também como principal representante político dos interesses monárquicos após a invasão francesa, tornando-se também o principal alvo dos corsários insurgentes, após o retorno de Fernando VII ao poder, em 1814.

Considerando isso, a presente comunicação busca olhar para a Europa, para ver como era organizado o uso de corsários na região hispânica, dando ênfase na região gaditana. Tendo em vista que entre os anos de 1817 e 1819, período posterior à primeira publicação do governo de Buenos Aires referente à regulamentação da prática de corso e momento em que começaram a ser divulgados, na Gaceta de Buenos Aires, os registros portuários sobre as saídas e chegadas de navios locais, centenas de embarcações aportaram em Buenos Aires. E que, ao longo deste período, somente em 1818, ano com maior quantidade de registros, foram contabilizadas as entradas de 166 embarcações, sendo que 15 delas eram embarcações locais, das quais, pelo menos 6 eram navios corsários que carregavam consigo 8 presas espanholas. O presente trabalho busca analisar nos registros portuários da cidade de Cádiz, a circulação de embarcações ao longo do ano de 1818, utilizando, para tanto, as edições do Diário Mercantil de Cádiz daquele ano. É nosso objetivo compreender que tipos de agentes circulavam por esse porto, buscando neles ligações com os navios aportados em Buenos Aires. Vale ressaltar, como outro de nossos objetivos, a identificação de possíveis agentes corsários espanhóis, bem como de suas presas. Para fins metodológicos, salientamos que a presente comunicação se utiliza do aporte fornecido pela História Comparada para compreender possíveis semelhanças e diferenças entre estes que eram importantes portos de suas regiões e período.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Indígenas das capitanias do Norte e suas relações interculturais com a predação marítima (c.1654-c.1688)

Hugo André Flores Fernandes Araújo
Doutor, Universidade Federal de Santa Maria
hugoaffa@hotmail.com

Indígenas, corsários e piratas criaram e mantiveram vínculos que ameaçaram a soberania portuguesa nas capitanias do Norte, sobretudo no período posterior à capitulação neerlandesa. Piratas e corsários negociaram com os indígenas produtos como pau-brasil, provisões e outras mercadorias, além de obter informações acerca do trânsito naval e das fragilidades defensivas. Ao passo que os grupos indígenas obtiveram diversos produtos europeus, bem como armas de fogo e pólvora. Essas interações repercutiram em terra e no mar, uma vez que esse período foi marcado pela "Guerra dos Bárbaros", uma série de combates aos povos indígenas que resistiam ao jugo português, assim como por incursões de predação marítima ao longo da costa da América Portuguesa. Analisaremos como essas relações nos ajudam a entender as dinâmicas que permeavam a predação marítima na segunda metade do século XVII, mostrando como esses contatos interferiam na segurança costeira e nos conflitos travados no interior do Estado do Brasil. Utilizaremos uma gama variada de fontes que incluem correspondências trocadas por autoridades políticas, militares e religiosas; folhetos impressos e relatos de viagem entre outras fontes em língua estrangeira.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

A procura por metais preciosos no Estado do Maranhão e Grão-Pará na comunicação política dos governadores e capitães-generais com a Coroa portuguesa (séculos XVII-XVIII)

Hugo Hani Mendonça
Mestrando, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
hugohistoriauerj@gmail.com

Pelo menos desde meados do século XVII, a busca por metais preciosos no Estado do Maranhão e Grão-Pará fora incentivada pelos administradores coloniais, com base nos relatos de particulares e de missionários e a difusão do mito da lagoa dourada, o El Dorado. Os chamados "descobrimentos" se tornaram cada vez mais presentes na troca de correspondências entre os governadores e capitães-generais com os conselhos régios. Assim, o objetivo dessa comunicação é compreender como a Coroa portuguesa se portou diante desses relatos e quais políticas buscou implementar na administração dos "descobrimentos" de metais preciosos, tendo como objeto de análise a comunicação política das autoridades coloniais com a Coroa, intermediada pelo Conselho Ultramarino, órgão consultivo que auxiliava o monarca na tomada de decisões sobre diversos assuntos relativos aos domínios ultramarinos. As principais fontes utilizadas são os documentos manuscritos avulsos e alguns códices relativos às capitanias do Pará e do Maranhão, do Arquivo Histórico Ultramarino, que foram digitalizados pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco e estão disponíveis na BNDigital, no site da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. A metodologia de análise empregada é qualitativa e quantitativa, e parte do preenchimento de uma ficha de coleta de dados, que tem como objetivo identificar e resumir o conteúdo de cada documento levantado e identificar na

correspondência oficial entre os governadores e o Reino, na primeira metade do século XVIII, relatos sobre a busca de minas de ouro no Estado do Maranhão e Grão-Pará, tema central da minha dissertação de mestrado. Esta comunicação aborda questões referentes ao primeiro capítulo, que traz discussões introdutórias sobre o tratamento dado pela Coroa à busca de minas de ouro no Estado do Maranhão e Grão-Pará, entre os séculos XVII e XVIII.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

O acervo real de manuscritos revisitado pela atuação do bibliotecário Luís Joaquim dos Santos Marrocos no século XIX

Juliana Gesuelli Meirelles
Doutora, PUC-CAMPINAS
jugmeirelles@gmail.com

Para o estabelecimento da corte portuguesa no Brasil, no início do século XIX, muitos aparatos atravessaram o Atlântico, dentre eles, papeis impressos e manuscritos. Nesta comunicação, problematizarei o acervo real de manuscritos a partir da atuação do bibliotecário Luís Joaquim dos Santos Marrocos e o diálogo com o seu pai Francisco José dos Santos Marrocos, também bibliotecário da Real Biblioteca d'Ajuda no período e com quem teceu importantes reflexões acerca do seu trabalho dentro dos acervos reais. As principais matérias examinadas serão: a) a experiência do súdito ilustrado, ajudante de bibliotecário da Real Biblioteca do Rio de Janeiro no universo das letras, analisando sua dimensão de mediador cultural em perspectiva atlântica; e b) seu trabalho cotidiano na Sala de Manuscritos, incluindo a produção de um Mapa Sistemático sobre o acervo real de manuscritos. As proposições estão situadas a partir de sua prática de escrita de cartas e a produção do referido mapa. Trata-se de uma pesquisa em andamento realizada conjuntamente com a Profa. Adriana Angelita da Conceição (UFSC) e que se debruçou sobre uma documentação privilegiada para se tecer considerações sobre o universo da cultura escrita do período e seus desdobramentos na contemporaneidade. Nossa pesquisa tem como diálogo teórico a História Social da Cultura Escrita e seus imbricamentos interdisciplinares com a arquivologia tendo em perspectiva que o gesto de guarda/conservação documental, impressa e manuscrita, possui uma historicidade

antes de passar por um ordenamento arquivístico (de sistematização), ou seja, existe um regime de práticas que constitui as práticas de arquivamento. O arquivo pode emergir de duas ordens: uma histórica e outra arquivística – questão problematizada pelo pesquisador Adi Ophir, ao propor um diálogo entre História, Arquivo e Discurso (Ophir, 2011, p. 74). Para o autor, o historiador deve questionar a ordem do arquivo antes de produzir o conhecimento histórico, devendo considerar a ordem histórica presente no mesmo (Ophir, 2011, p. 91).Portanto, na elaboração do discurso histórico é imprescindível que ponderações sejam formuladas quanto à constituição dos arquivos/acervos como um problema. Nesse caso, me interessa analisar como Marrocos vai buscando deixar sua marca na constituição do acervo manuscrito da Coroa, considerando sua posição como bibliotecário Real, leitor privilegiado de uma documentação da qual tem em mãos e procura dominar.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

O Rio de Janeiro e suas conexões com Lisboa: o porto e a defesa da cidade

Marieta Pinheiro de Carvalho
Doutora, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
marietacarvalho@gmail.com

Frequentemente visitado por embarcações, o porto de uma cidade colonial era um espaço estratégico, que deveria ter uma preocupação fundamental, nas ações de um governador e/ou vice-rei. Era a principal "porta de entrada" de ideias, de indivíduos, de produtos ou de quaisquer outros tipos de subversões capazes de afetar a ordem colonial. Dentro desse panorama, pretende-se analisar a comunicação política entre Rio de Janeiro e a corte, tendo por base a defesa da cidade e do seu porto. O recorte temporal é o vice-reinado de d. Fernando José de Portugal e Castro (1801-1806). Os anos iniciais do oitocentos foram marcados no império português por certa tensão, relacionadas à conjuntura do pós-revolução francesa. Tais tensões transparecem na comunicação política por meio de avisos, decretos e ofícios, os quais relatam informações sobre as relações diplomáticas portuguesas; e em momentos guerras e invasões ao Reino, demandavam por ações do vice-rei no sentido de proteger os domínios: seja da entrada de ideias, da necessidade de proteção dos portos e ou mesmo a importância da redução do contrabando. Interessa analisar as principais ações do vice-rei na administração da cidade, a partir de dois aspectos: o repasse dessas informações à população, por meio dos bandos e editais expedidos, e como isso causava inconvenientes para os estrangeiros que viviam na cidade. O segundo é abordar as principais ações do vice-rei no que se refere à defesa do porto do Rio de Janeiro.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Narrando um funeral: Sebastião da Rocha Pitta e a circulação de notícias da América portuguesa.

Murilo Calmon da Cruz
Mestrando, UFF
murilocalmon@id.uff.br

Esta comunicação busca contribuir para os estudos sobre a circulação de informações no império português, através da análise de um opúsculo cujo autor é o letrado baiano Sebastião da Rocha Pitta. O documento, intitulado: "Breve compêndio e narração do fúnebre espetáculo, que na insigne Cidade da Bahia, cabeça da América Portuguesa, se viu na morte de El Rey D. Pedro II", foi publicado na cidade de Lisboa em 1709, pela oficina de Valentim da Costa Deslandes. Este documento é dedicado ao novo monarca, João V, e gira em torno da realização em Salvador das exéquias em honra a Pedro II, rei falecido em 1706. Como o nome indica, o opúsculo é um "compêndio", portanto, composto por diferentes textos. São eles, sonetos em honra ao autor, a narração da cerimônia pública, sonetos e epitáfios sobre a cerimônia e um sermão proferido no evento, cada um deles com diferentes autores. A diversidade de textos que compõem a obra a tornam relevante para a compreensão da forma que as comunicações circulavam dentro do império português durante o início do século XVIII. O foco está na compreensão das possíveis intenções desses membros da sociedade baiana ao se fazerem representar na corte de Lisboa, através da narração do ritual público que organizaram. Levando em conta o contexto de produção dessa obra, podemos discutir sobre como um evento político poderia servir como oportunidade de se fazer representar por meio das letras na capital do império. Nesse sentido, Rocha Pitta, o autor, pode ser interpretado

como o líder de um movimento de representação desses súditos, com o possível fim da promoção da imagem desse grupo na monarquia portuguesa, em especial no governo de João V que se iniciava.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Governos e reformas pombalinas. Angola, Bahia e Rio de Janeiro (1750-1777)

Naira Maria Mota Bezerra
Doutoranda, Universidade Federal Fluminense
nairamariamota@gmail.com

Debates a respeito da História global vem ganhando força na historiografia internacional. Sejam eles concordando com as novas propostas e métodos ou discordando dos mesmos, sob alegação que essa interpretação não apresenta nenhuma novidade. Se por um lado, a História Global tem sido bastante utilizada para recortes temáticos na história moderna, como redes familiares, religiosas ou econômicas; prosopografias; circulação de produtos, tráfico de escravos, história do capital; há menos estudos que a relacionem a história política ou a história dos governos no ultramar português nos séculos XVII e XVIII.

Ao mesmo tempo, as abordagens e metodologias da História Global vem a ser útil para um exercício de colocar novos problemas e novas interpretações sobre governos do ultramar português no período pombalino. Comumente interpretados como um período de mudanças associadas ao marquês de Pombal. E no que diz respeito à história política do ultramar, lidos como desdobramentos desta, a partir das ações governativas de homens da rede pessoal com Sebastião José. Exemplos disso são os trabalhos sobre os governadores como Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho (Angola), d. Marcos de Noronha (Bahia) e Gomes Freire de Andrade (Rio de Janeiro).

O objetivo desta comunicação é apresentar algumas conclusões da tese de doutorado que busca defender que os governos – e não os governadores –, a partir de assuntos

políticos em âmbitos globais – e não ações pessoais – forneceram propostas reformistas para Coroa portuguesa, e que, posteriormente, foram implantadas pela Coroa portuguesa. Mas, ainda são interpretadas pela historiografia sob signo de "reformas pombalinas".

Para tanto, o primeiro exercício foi o levantamento da agenda política específica de três principais governos do espaço atlântico português, Angola, Salvador e Rio de Janeiro. Depois, observá-los como esses temas se conectam diretamente com problemas internos da Coroa portuguesa e com as consequências globais do terremoto de Lisboa (1755) e Guerra dos Sete Anos (1756-1763).

As fontes utilizadas para esta interpretações foram as correspondências dos governos para os órgãos centrais da monarquia (Conselho Ultramarino, Rei e Secretários de Estado) e a correspondência entre os Secretários e a diplomacia portuguesa na Europa, presente em arquivos portugueses, brasileiros e espanhóis.

Assim, propõe-se uma nova interpretação a respeito do exercício político no ultramar, através de seus governos, que deixa de ser entendido como cumpridor de ordens (para a historiografia que interpreta a Coroa como centro mandante), mas entendido como exportador de políticas que viriam a se tornar reformas a partir de 1760, mostrando o quanto, no auge das chamadas reformas pombalinas, os governos coloniais pensavam por si próprios.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Mediando distâncias: governadores, vice-reinados, correios e livros na preservação da unidade política da América portuguesa (1796-1803)

Nívia Pombo
Doutora, UERJ
niviapombo@gmail.com

Destacado estadista do final do século XVIII, D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-1812) não descuidou do papel que a distância exerceu nas práticas políticas de seu tempo. O tema atravessou seus escritos de distintas formas, em particular no período que concentrou esforços na gestão dos negócios ultramarinos (1796-1801). Em um de seus textos mais citados pela historiografia, a Memória sobre o melhoramento dos Domínios de Sua Majestade na América (1797), a garantia para a exploração de territórios afastados do centro decisório de poder estava na escolha dos governadores, representantes da justiça e da boa administração da fazenda. "Mediadores de distâncias", os governadores atuavam na encruzilhada entre as diretrizes metropolitanas e suas aplicações (e implicações) no mundo colonial. Para além da boa escolha dos governadores, D. Rodrigo recriaria no final do século XVIII, a ideia de estabelecer duas unidades administrativas para o governo da América, dois vice-reinados, situados no Rio de Janeiro e no Pará. A novidade residia na nomenclatura utilizada, pois, ao invés de "Estado" – tal como em outros momentos se estabeleceu o "Estado do Brasil" e o "Estado do Grão-Pará" –, empregou em seus escritos o termo "vice-reinado". Dois representantes da coroa, da confiança do ministro, que pudessem centralizar as medidas reformistas e verificar mais de perto a execução das diretrizes metropolitanas, eram fundamentais à garantia da unidade territorial e da soberania política na América lusa. A proposição dos dois vice-

reinados estava em pleno acordo com um dos grandes eixos da gestão de D. Rodrigo: a defesa dos territórios da América portuguesa frente às turbulências provocadas pelos desdobramentos da Revolução Francesa (1789). Nesta comunicação pretende-se valorizar como o arranjo político-administrativo proposto no plano das ideias políticas, facilitaria a realização de reformas fundamentais à comunicação política do império, como a implantação do novo sistema de correios e a circulação de livros de viés ilustrado, traduzidos e publicados pela tipografia do Arco do Cego. Parte-se da memória de 1797 supracitada, mas a comunicação analisa ofícios enviados por D. Rodrigo ao príncipe regente D. João, custodiados pelo Arquivo Nacional (Rio de Janeiro); cartas trocadas pelo ministro com governadores de capitanias custodiadas pela Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro) e Arquivo Histórico Ultramarino. Especula-se ao final, o quanto a criação dos vice-reinados, em duas regiões estratégicas da América, viabilizaria a própria realização do "Império luso-brasileiro", uma vez que a transferência da família real para o Brasil já era aventada pelo ministro desde os anos finais do século XVIII.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Cipriano José da Rocha e Ernesto Kopke: dois juízes letrados nas encruzilhadas do ultramar português (circulação de magistrados entre a época moderna e a contemporânea - continuidade e mudança)

Nuno Camarinhas
Doutor, Universidade NOVA de Lisboa / UFRN
nunocamarinhas@gmail.com

Esta comunicação procura, através de um jogo de escalas, estudar a circulação de magistrados ao serviço da justiça régia no ultramar português. Parte da compreensão do espaço ultramarino português como uma constelação de territórios unidos à coroa por diferentes formas institucionais e com diferentes graus de controlo e dominação. Em alguns desses territórios – aqueles onde a capacidade de intervenção era maior – observa-se a reprodução de formas e práticas de administração de matriz reinol, onde se constitui, ao longo da época moderna, um espaço amplo e pluricontinental de circulação de agentes de diversas áreas da administração régia. Entre essas áreas, destaca-se a da administração da justiça, cujos agentes, pela própria natureza do provimento dos ofícios que serviram, se vêm forçados a uma constante troca de lugares dentro de um tabuleiro de lugares limitados.

Entendemos que uma visão duplamente atenta à dimensão global das estruturas e à experiência local dos agentes tem uma maior capacidade explicativa dos processos de circulação e comunicação intra-imperial. Para fazê-lo, recorremos a dados de duas naturezas distintas:

a) os de carácter prosopográfico, que suportam a escala macro onde se traçam as linhas gerais dos modelos de circulação no Antigo Regime, primeiro, e no século XIX constitucional, depois. São dados de ordem global, cobrindo milhares de indivíduos e cobrem um período cronológico alargado, revelando estruturas e clarificando mecanismos;

b) os de carácter biográfico, que permitem adentrar uma escala micro, com a qual procuraremos conferir uma dimensão humana às estruturas da escala macro, servindo-nos de duas experiências individuais, escolhidas por delas termos abundante documentação, nomeadamente correspondência pessoal. São dados pessoais, muitas vezes privados, cobrindo tempos curtos de uma escala humana.

A escolha de duas cronologias diversas, a primeira metade do XVIII e o terceiro quartel do XIX serve um outro objetivo: o de mostrar como o espaço "imperial" português se altera depois da independência do Brasil e, com ele, se verifica uma profunda alteração dos padrões de circulação destes agentes. Ao mesmo tempo que observamos a mudança das estruturas de longo prazo, podemos questionar se o mesmo se passa à escala individual.

Esperamos, assim, contribuir para o debate global em torno da circulação através do ponto de observação que é o aparelho judicial colonial e, num segundo momento, através do avanço na cronologia que ajuda a melhor compreender o período moderno pelo contraste.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Notas de pesquisa sobre os governos interinos da capitania de São José do Rio Negro (1761-1763)

Otávio Vítor Vieira Ribeiro
Doutorando, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
otaviovvribeiro@gmail.com

Esta comunicação tem por objetivo discutir as administrações de três governadores interinos da capitania de São José do Rio Negro, os quais: 1) Gabriel de Sousa Filgueiras (janeiro a agosto de 1761); Nuno da Cunha de Ataíde Varona (7 de setembro a 24 de dezembro de 1761) e Valério Corrêa Botelho de Andrade (24 de dezembro de 1761 a 10 de outubro de 1763). A capitania de São José do Rio Negro, criada pela Carta Régia de 3 de março de 1755, constituiu-se em uma unidade administrativa limítrofe com a Guiana Holandesa (rio Branco) ao Norte; com a capitania de Mato Grosso (rio Madeira) ao Sul; com a Província de Maynas (rio Javari) a Oeste e com a capitania régia do Grão-Pará (rio Negro) a Leste da América portuguesa. Essa unidade administrativa pertenceu à jurisdição da capitania régia do Grão-Pará em dois momentos: Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1772/1774) e Estado do Grão-Pará e Rio Negro (1774-1821). Por sua vez, os governos interinos consistiam em administrações temporárias compostas pela substituição do governador titular - oficial nomeado pela Coroa portuguesa – em casos de doença, promoção no Real Serviço, períodos de guerra e, em último caso, falecimento no exercício da função. Diante disso, este estudo privilegiará três dinâmicas: 1) os perfis dos governadores interinos da capitania do Rio Negro; 2) os seus conflitos de jurisdição com os governadores e capitães-generais do Estado do Grão-Pará; 3) a sua circularidade no Real Serviço. Parte-se da análise dos circuitos formais (interno e transoceânico) da

comunicação política no Império português. A escala interna abrange a troca de correspondência oficial entre os governadores interinos do Rio Negro e os governadores e capitães-generais do Grão-Pará. Já a escala transoceânica engloba os governadores interinos do Rio Negro, os governadores e capitães-generais do Grão-Pará e os Secretários de Estado da Marinha e Ultramar, no Reino. A documentação cotejada é composta por ofícios; decretos; certidões; requerimentos e processos de habilitação à Ordem de Cristo depositados no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU); no Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT).

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Redes globais no Império Português: o itinerário de Antônio Manoel de Melo e Castro (1740-1795)

Victória Carneiro Sousa
Mestranda, Universidade Federal da Bahia
victoriacrnsa@gmail.com

O presente trabalho apresenta algumas primeiras considerações da pesquisa em andamento que tem como objeto de estudo a trajetória de Antônio Manoel de Melo e Castro. Natural de Goa, esse indivíduo foi Capitão de Mar e Guerra da Marinha Real Portuguesa no Estado da Índia, residiu em São Paulo D'Assunção, Angola, de onde seguiu para Lisboa, e posteriormente foi imcubido de ser Governador da Capitania de Rios de Sena entre 1780 e 1786, e depois Governador-geral de Moçambique, entre 1786 e 1793. Em seguida, Melo e Castro foi para a Cidade da Bahia, onde comercializou fazendas secas que incluíam panos asiáticos, joias, louças finas e outras mercadorias asiáticas, e também onde faleceu no ano de 1795. Assim, a pesquisa visa analisar a trajetória de Melo e Castro, bem como as conexões estabelecidas a partir de suas relações políticas e mercantis, que ocorreram em múltiplos espaços durante o último quartel do século XVIII.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Comunicação jurídica no Império Português no século XVIII (ouvidorias, Tribunais de Relação e Casa da Suplicação)

Yamê Galdino de Paiva
Doutora, Universidade Nova de Lisboa
yamepaiva@gmail.com

A presente proposta tem como objetivo analisar a comunicação jurídica entre as ouvidorias do Estado do Brasil, a Relação da Bahia e a Casa da Suplicação ao longo do século XVIII. Se a historiografia relativa à administração da justiça no Brasil já permite ter uma visão bastante sólida da estrutura judicial existente na América Portuguesa, e da ação político-administrativa dos magistrados, pouco ainda sabemos sobre as formas com que os litigantes recorriam aos tribunais e à justiça régia. A noção de comunicação jurídica - ou legal communication com base na proposta de Richard Ross - parece-nos uma chave interessante para sondar estes padrões de acesso aos tribunais a partir de baixo. Com base num conjunto documental relativo à cobrança de condenações provenientes das ouvidorias-gerais que subiam para a Relação da Bahia, tentaremos identificar algumas das bases da comunicação jurídica ascendente estabelecida entre as ouvidorias de todo o Estado do Brasil e o Tribunal de Relação. Além disso, através de códices da chancelaria da Casa da Suplicação, relativos aos anos de 1764 e 1775, procurar-se-á aferir os ritmos da comunicação jurídica entre a América Portuguesa e aquele tribunal, que representava a última instância judicial. Dessa forma, tendo como base esses dois eixos de análise, pretende-se apresentar um estudo sobre a comunicação jurídica estabelecida entre três instâncias judiciais (ouvidorias-Relação da Bahia) e (ouvidorias/Tribunais de Relação da América portuguesa e Casa da Suplicação),

apresentando a intensidade dos fluxos de comunicação e o alcance geográfico real da jurisdição dos tribunais, procurando-se, assim, cartografar o acesso aos tribunais superiores da monarquia portuguesa através do espaço americano.

IX Encontro Internacional de História Colonial

EIHC

DIMENSÕES GLOBAIS E LOCAIS DOS IMPÉRIOS COLONIAIS: REDES, CIRCULAÇÃO E DINÂMICAS (SÉCULOS XV-XIX)

Franciscanos e franciscanismos na América Portuguesa: protagonismos, missionação, catequese, cultura histórica, cultura artística

12

Carla Mary S. Oliveira (UFPB) &
Luiz Fernando Conde Sangenis (UERJ)

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Regimentos para construção de conventos: as Casas Franciscanas no Brasil colonial em face aos Estatutos Provinciais.

Alvaci Mendes da Luz
Doutoranda, Universidade Estadual de Campinas
alvaci.luz@usf.edu.br

A Ordem dos Frades Menores (franciscanos) organizada em Províncias no território lusitano e nas colônias, era regida por um conjunto de normas e legislações, destinados a sua organização interna, a disciplina de seus membros e ao funcionamento de sua estrutura. Estes conjuntos documentais eram chamados de Estatutos e passaram a ser impressos em Lisboa a partir do século XVII. Todas as Províncias Franciscanas portuguesas, das quais se originaram as do Brasil (Santo Antônio e Imaculada Conceição), possuíam Estatutos impressos nos séculos XVII e XVIII. De modo particular, a Província de Santo Antônio dos Capuchos do Reyno de Portugal, de onde provinham os fundadores das províncias brasileiras, teve seu Estatuto impresso em 1673. Era este documento que já desde o XVI regia a edificação de conventos e organização deles até a elaboração de Estatutos próprios no Brasil. Este ensaio analisa os Estatutos da Província de Santo Antônio do Brasil, impresso em 1709 em Lisboa e os Estatutos Municipais da Província da Imaculada Conceição do Brasil impresso em 1717 também na capital lusitana, nos capítulos que se referem a construção de conventos, doação de capelas e número de frades nos cenóbios.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Lecturas estoicas y literatura emblemática en los azulejos del convento franciscano en Salvador de Bahía

Andrea Lozano Vásquez
Doutora, Universidad de los Andes
mirandas.natalia@gmail.com

La existencia de un ciclo de azulejos con temas alegóricos en el claustro del convento franciscano de Salvador Bahía debe investigarse para establecer los orígenes, las fuentes visuales de dichas imágenes y el contexto de lectura de este espacio, sus usos y sus habitantes, así como su disposición visual. Si bien los grabados de estas composiciones han sido identificados –tomados de la Emblemata Horatiana de Otto Vaenius, 1607—y quizá provienen de un taller de artistas portugueses trabajando en Holanda, las 37 escenas también se distinguen sutilmente desu fuente. Entender la complejidad de este ciclo tanto a nivel visual y formal (es decir, las implicaciones de traducir un medio como el grabado a otro monocromático, pero de gran escala) como a nivel contextual (el traslado de dichas imágenes al contexto franciscano en Brasil del siglo XVII) requieren de un análisis por partes. Proponemos así, centrarnos en uno de los ejes iconográficos de la serie, en torno a la muerte y al paso del tiempo. Este eje conecta la vida franciscana con la retórica neoestoica propia de la contrarreforma; en busca de una revitalización de la fe y de los mecanismos para diseminarla, varias órdenes se inclinaron por las ideas de estoicos holandeses como Justo Lipsio que concibe la propia vida como el primer terreno de conversión. De ahí pues la adaptación de un mecanismo visual de ese talante en el seno de los ejercicios franciscanos. Para entender esas traducciones entre medios y sus usos diversos, este texto concluye con algunas comparaciones con otros azulejos

alegóricos, de origen secular y mitológico, como por ejemplo la Capilla de la Inmaculada Concepción en la Catedral de Lima. Allí la retórica visual apela más bien a tender puentes entre tradiciones diversas como medio de catequización de nuevos fieles y no como mecanismo de auto-transformación.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Estrutura da formação dos noviços e representações dos doutores medievais da ordem nos Conventos da Província de Santo Antônio do Brasil (Bahia e Pernambuco – séculos XVII e XVIII)

Carla Mary S. Oliveira
Doutora, Universidade Federal da Paraíba
cmsoliveira.ufpb@gmail.com

Esta comunicação pretende analisar as sucessivas camadas de significados e a importância atribuída às imagens pelos seráficos, e o tanto que tais representações se entranharam no reforço de suas práticas de formação instrucional e espiritual desenvolvidas no espaço intramuros ao longo do período colonial, especialmente no entre o seiscentos e o setecentos. As pesquisas desenvolvidas até o momento já demonstraram ser possível identificar a existência de um discurso visual feito especificamente para os fiéis, e outro, mais intelectualizado e personalizado, voltado a exaltar os intelectuais e teólogos medievais da ordem em espaços conventuais de circulação restrita apenas a noviços em formação e religiosos professos. Se pretende discutir a permanência de estruturas e normatizações pré-tridentinas na Pedagogia Seráfica cristalizada nos Estatutos Gerais e da Província, cotejando-os com o acervo das livrarias dos conventos que recebiam os noviços, analisando também algumas representações dos teólogos medievais da Ordem presentes nos espaços de leitura e ensino frequentados pelos franciscanos em formação. Se discute a relação existente entre tais imagens – especialmente as de Scotus e Ockham – e as normas instrucionais presentes nos Estatutos da Custódia/ Província de Santo Antonio do Brasil e em legislações superiores, como os 'Estatutos de Barcelona', de 1622, e os 'Statuta Generalia'

de 1501, 1598 e 1651, além da permanência dos preceitos escolásticos, mesmo depois das determinações tridentinas para que se operassem mudanças no processo instrucional formativo das ordens religiosas católicas romanas.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

História da Educação Colonial Brasileira: a Prática Educativa dos Franciscanos

Cássia Regina Dias Pereira
Doutora, UNESPAR - Campus de Paranavaí
cassiadiaspereira@yahoo.com.br

Esta pesquisa trata da educação franciscana no Brasil Colonial e busca compreender suas raízes no processo educacional brasileiro. O objetivo é analisar como os franciscanos atuaram na educação durante a colonização. Para entender melhor essa temática, é necessário compreender que a educação no Brasil adquiriu características europeias devido à colonização portuguesa e sua influência na formação dos índios. A história da educação no Brasil está intimamente ligada à história da Igreja Católica e dos religiosos que vieram propagar a fé cristã, incluindo os missionários franciscanos que, embora menos conhecidos do que os jesuítas, também tiveram um papel importante na educação durante a colonização. A historiografia pouco discute e analisa o papel dos franciscanos na educação colonial brasileira, mas sua atuação foi intensa e contribuiu significativamente para a formação educacional do país. Eles foram responsáveis pelos primeiros passos na cristianização e educação dos nativos nas tribos em que atuaram, construindo estabelecimentos de ensino em diferentes regiões. Por exemplo, no Convento de Olinda (1585), os franciscanos fundaram um educandário para os filhos dos índios, oferecendo ensino de leitura, escrita, canto e música. Eles praticaram diferentes níveis de ensino ao longo do período colonial, desde as escolas de primeiras letras e de artes e ofícios para índios e o povo em geral, até o ensino secundário e superior para seculares e a formação e estudo dos frades menores. Para entender melhor a educação franciscana na colonização do Brasil, o estudo foi realizado por meio de uma pesquisa

bibliográfica e documental em fontes como dissertações, teses, artigos e obras de autores como Miranda (1969), Gruzinski (1999), Gândavo (2004) e Sangenis (2006) entre outros, que nos auxiliaram a entender a concepção de educação para os franciscanos. Para abordar a questão educacional, optamos por um estudo que se baseia no processo de transformação social que ocorreu com a chegada dos portugueses e sua atuação no Brasil. As atividades desenvolvidas pelos colonizadores provocaram mudanças significativas no modo de vida dos nativos, que foram expostos a novos costumes e padrões educacionais advindos da cultura europeia. Com isso, esta pesquisa busca contribuir para o campo educacional ao examinar a formação da sociedade e da educação brasileira durante o período colonial. Além disso, também tem o objetivo de contribuir para uma análise mais profunda da história da educação brasileira, investigando as atividades e princípios educacionais em sua origem, por meio das fontes históricas disponíveis.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Caridade na enfermaria do Convento Santo Antônio do Rio de Janeiro setecentista.

Edson Tadeu Pereira
Doutorando, Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho - Campus de Franca
edson.pereira@unesp.br

Os franciscanos iniciaram a construção do primitivo Convento Santo Antônio do Rio de Janeiro em 1608 e finalizaram-no apenas em 1632. É possível supor que durante essas duas décadas a enfermaria conventual tornou-se operacional. A referida instalação existia exclusivamente para anteder as necessidades dos internos e hóspedes. Seus serviços eram fundamentais para a manutenção do recolhimento dos religiosos e era um espaço para o execício dos valores cristãos. Antes da invenção de protocolos secularizados de socorro e cuidado dos enfermos, a virtude da caridade era o padrão do bom atendimento. Nesse sentido, o presente comunicação visa indicar algumas perspectivas importantes para a época acerca da boa assistência aos doentes segundo o discurso moralizante corrente em sermões e moralista, as normas que institucionalizaram a enfermaria franciscana e regularam o cargo de frade enfermeiro e a partir da crônica dessa função na vida de Frei Estevão de Jesus (†1687) e de Frei Fabiano de Cristo (†1747).

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Rede Internacional de Estudos Franciscanos no Brasil: uma iniciativa instituinte de pesquisa e de organização fontes franciscanas no âmbito da cultura brasileira

Luiz Fernando Conde Sangenis
Doutor, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
lfsangenis@gmail.com

Em 2020 foi criada a Rede Internacional de Estudos Franciscanos no Brasil, uma iniciativa instituinte de pesquisa organizada com o objetivo de estudar a ação franciscana no âmbito da cultura brasileira com a colaboração de pesquisadores, universidades, institutos e instituições de pesquisa nacionais e do exterior. Os estudos sobre a presença e ação de franciscanos e franciscanas no Brasil é muito necessária e relevante. Ainda hoje, na historiografia, de modo geral, e na historiografia da educação sobre o Brasil Colonial, de forma consequente, prevalece, com clareza, a perspectiva jesuítica, em detrimento da ação de outras ordens religiosas que estiveram presentes no Brasil, desde o Século XVI. Se de um lado, há número significativo de grupos de pesquisa e de redes de pesquisadores que se dedicam à ação dos jesuítas, cuja prevalência nas produções científicas obnubila estudos sobre as demais ordens religiosas que tiveram protagonismo no Brasil, desde o início da colonização portuguesa, de outro lado, é mais que bem-vindo o mais alargado interesse no estudo das ordens e institutos de orientação franciscana – mote central de nossas investigações – para suprir importante lacuna da historiografia na América portuguesa. Atualmente, a Rede é um Grupo de Pesquisa oficialmente cadastrada no Diretório do CNPq, envolvendo mais duas dezenas de pesquisadores nacionais e estrangeiros, bem como universidades, instituições de pesquisa brasileiras e estrangeira. O objetivo principal da Rede é o desenvolvimento de investigações sobre a

história dos franciscanos e do franciscanismo no Brasil, bem como sobre as fontes documentais franciscanas, nas épocas colonial, imperial e republicana, a fim de responder ao desafiante trabalho de complexificar e enriquecer as produções historiográficas produzidas com a apresentação de outros atores, fontes e referenciais franciscanos. Atualmente, os esforços se concentram na organização de um repositório digital de informações sobre o franciscanismo na América lusa, de modo a reunir em um único banco de dados fontes bibliográficas, fontes documentais, personagens, redes pessoais, circulação de pessoas, geolocalização associada a pessoas, cartografia, devoções/religiosidades, festa/cerimônias, iconografias, identidades, instituições, iure-legislação, objetivos e mercadorias, propriedades, saberes, dicionário biográfica e temático, etc. Finalmente, o desenvolvimento de pesquisas relativas aos franciscanos e à sua atuação histórica se dão em uma perspectiva explicitamente pluri- e interdisciplinar, cruzando as óticas da História (nas suas faces variadas - cultural, social, política, econômica, etc.), da História da Educação e da História da Arte, da História Natural e das ciências, da Antropologia e da Teologia, das Ciências da Literatura e da Linguística, entre outras.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Tensionamentos entre estar no mundo e se abrigar dele: os claustros dos conventos franciscanos históricos do Brasil

Maria Angélica da Silva
Doutora, Universidade Federal de Alagoas
mas.ufal@gmail.com

O claustro é um espaço fundamental em um convento. Em termos simbólicos, seu coração. Em torno dele se dispõem todos os cômodos, como já demostrava a solução arquetípica de St. Gall. Mas, de fato, trata-se de uma solução formal que chega até o século XIX comparecendo em edifícios que comportam muitos cômodos, produzindo uma área aberta que traz iluminação e ventilação.

A palavra tem uma longa trajetória e se vincula à ideia de clausura. No "Vocabulario portuguez, e latino..." de Rafael Bluteau (1712-1728), surge como sinônimo de encerramento, fecho, reclusão. Portanto, indicada para arquiteturas voltadas à vida religiosa, oposta às coisas do mundo.

A partir dos antigos eremitérios, que se cavavam em rochas ou no abrigo de grutas, o claustro vai sendo adotado nos monastérios que entendiam a solidão compartilhada ou a reclusão coletiva como caminho para a virtude. Este claustro se traduzia materialmente em um pátio quadrado ou retangular, cercado por galerias, sustentado pro colunas.

Com Francisco, surgem inúmeras novidades. Entre elas, a negação do claustro. Alardeia-se a vida em errância, sem posses, sem casa. E durante um tempo, a rotina dos menores se dividiu em mendigar um abrigo protetor nas cidades e o embrenhar-se nos sombrios da floresta, em meditação.

Contudo, chegou um momento em que a ordem cresceu de tal forma que foi necessário reunir seus seguidores em uma edificação estável. Sabe-se que São Francisco relutou mas aos poucos a ideia de casa foi sendo absorvida. Casa simples, que depois será regida pelas normas de Narbona.

Cerca de duzentos anos depois, no Brasil Colônia, o claustro será adotado na arquitetura dos franciscanos, ganhando peculiaridades quando comparado aos exemplares portugueses. Contudo, mantém a sua importância: enquanto o convento como um todo busca se fechar ao externo, o claustro realiza o movimento oposto, aberto aos céus. Este enquadramento de natureza cósmica ganha simbologias espirituais e guia o percurso dos frades em torno dele.

Por outro lado, como um panóptico foucaultiano, se é possível este anacronismo, rege toda a vida comunitária pois é para onde se abrem os corredores das celas, no andar de cima, e no de baixo, dá-se o acesso para as alas sacras, igreja e sala do capítulo, e de suporte da vida comunitária, como o De Profundis, refeitório e cozinha.

A pesquisa, baseada em mais de duas décadas de estudo através de fontes primárias e visitas a casas no Brasil e várias partes do mundo, pretende abordar este tensionamento que o claustro representa entre a vida fora e dentro de muros, e abarcará exemplares de Portugal e os escolhidos entre as 28 casas históricas do Brasil, buscando analisar este espaço fundamental do habitar seráfico.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

A itinerância franciscana como impulsionadora de uma cultura arquitetônica e urbana: um olhar sobre a espacialidade dos conventos franciscanos construídos no período colonial brasileiro

Náiade Alves
Doutoranda, Universidade Federal de Alagoas
naiade.alves@fau.ufal.br
Taciana Santiago de Melo
Doutora, Universidade Federal de Alagoas
taciana.santiago.melo@gmail.com

Pôr-se a caminho em itinerância, desbravando o desconhecido e alcançando terras longínquas em busca da missionação. Foi com esse espírito que os primeiros frades franciscanos chegaram ao Brasil ainda em 1500, junto com a esquadra de Cabral, dentro do contexto da expansão ultramarina. A disseminação da Ordem Franciscana no território brasileiro acompanhou o próprio processo de ocupação do colonizador português e, assim, os frades menores constroem seu primeiro convento em 1585, em Olinda, na próspera capitania de Pernambuco.

Outras casas franciscanas foram fundadas entre os séculos 16 e 18, contabilizando 15 na região Nordeste e 13 na região Sudeste, conformando um conjunto de 28 conventos na costa brasileira. O antigo curador do Louvre, Germain Bazin, foi pioneiro em reconhecer essas edificações – em especial as situadas no Nordeste – como um conjunto original e coeso. Em sua obra "A arquitetura religiosa barroca no Brasil" (1956), fruto de observações colhidas em viagem realizada ao país na década de 40, Bazin aponta, dentre outros aspectos, que a solução em planta dos conventos franciscanos nordestinos

apresenta uma coerência conformativa que os reúne enquanto família – característica que ampliamos para os exemplares situados no Sudeste.

Assim como Bazin e os próprios frades, e como parte de uma abordagem metodológica apoiada na empiria e na leitura do objeto arquitetônico enquanto um documento, também nos colocamos nas estradas, percorrendo estes 28 conventos franciscanos ou seus remanescentes. Reconhece-se nesses complexos valores artísticos e arquitetônicos que os levaram a se tornar monumentos tombados a nível estadual e nacional. Além da importância arquitetônica, esses complexos acompanharam o desenvolvimento das primeiras vilas e cidades do Brasil e, por serem implantados em núcleos urbanos ainda incipientes, foram influenciando fortemente o traçado urbano de suas localidades.

Diante dessa importância e voltando-se para a reflexão de Bazin, que endossa a existência de uma escola de construtores da Ordem Franciscana, este trabalho apresenta estudos comparativos entre essas edificações, abordando aspectos como localização, implantação e organização espacial, que inclui áreas edificadas e também áreas livres (adro e cerca) – trata-se das características que compõem sua expressividade conformativa e podem reforçar uma provável unidade deste conjunto. Interrogou-se, portanto, se há entre esses exemplares uma mesma lógica espacial e de apropriação.

Este estudo está inserido dentro das investigações desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem da UFAL. Apoia-se na abordagem metodológica do Grupo, que se vale do estudo das fontes primárias, escritas e imagéticas, mas também das percepções e indícios que só o trabalho de campo oferece.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Declínio dos Franciscanos no Brasil e os desafios para a Restauração da Ordem diante dos conflitos da Igreja e Estado no Período Republicano

Paula Ruas Ferreira
Doutora, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
paularuas1@yahoo.com.br
Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro
Doutora, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
anapalmira32@gmail.com

Por conta da crise generalizada que atingiu a Igreja Católica, no século XIX, na Europa, Portugal e no Brasil, discutimos aqui as dificuldades, perigos e desafios enfrentados pelos Franciscanos no Brasil, agravados principalmente por causa de conflitos com o Governo Imperial. Tais dificuldades não ocorreram de forma imediata, mas, gradualmente. Os problemas da Ordem dos Franciscanos ficaram evidentes devido às consequências dos conflitos externos, de perseguições políticas no País e das situações precárias internas dos conventos. Na Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil tal crise agravou-se, especialmente quando o Governo Imperial, a partir de 1857, determinou que somente com a licença especial do Imperador, poder-se-ia admitir novos candidatos à vida religiosa em quaisquer ordens no país, especialmente a Ordem Franciscana de modo que houve um definhamento notável. Os conventos foram praticamente extintos, no século XVIII. Ao fim do Império, a Ordem dos Frades Menores contava com apenas 10 franciscanos, todos octogenários. Após esse significativo período de crises, vieram os frades alemães, da Província da Santa Cruz, da Saxônia, para restaurar as Províncias da Imaculada Conceição do Sudeste e de Santo Antônio do Nordeste, mais especificamente os franciscanos de Salvador, na Bahia. O presente estudo

tem por objetivo descrever os percursos históricos ocorridos na Ordem Franciscana no Brasil, bem como os períodos de declínio e restauração da mesma ordem no país. A pesquisa é de ordem qualitativa utilizando-se de levantamento bibliográfico, análise documental de escritos e aplicação de entrevistas semiestruturadas. Ao concluir a pesquisa, observamos que o processo de reconstrução dessa Ordem foi entendido historicamente como um ato jurídico, do dia 02 de março de 1893, sendo que a Província de Santa Cruz da Saxônia assumiu o compromisso de Restauração da Província Brasileira, transformando as casas religiosas, então decadentes, em novas fortalezas e os novos religiosos passaram a ser formados pela disciplina e pelo viés da formação advindas de uma pedagogia com características puramente alemãs, sob a obediência de professores e formadores preparados nos seminários alemães, especialmente para essa causa. Nesse sentido, destaca-se que a participação e influência dos franciscanos alemães foram determinantes para a restauração e manutenção da Ordem dos Frades Franciscanos no Brasil República.

Palavras-chave: Alemães. Brasil. Igreja. Ordem Franciscana. República.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

"Aquele Novo Orbe": Fr. Manuel da Ilha e os discursos franciscanos sobre o Além-Mar (séculos XVI-XVII)

Rafaela Almeida Leovegildo Franca
Doutoranda, Universidade Federal da Bahia
r.almeida.ag96@gmail.com

Já é consenso na historiografia, tanto clássica, quanto recente, que o início da evangelização, nas partes longínquas dos impérios ibéricos, foi protagonizado pelos religiosos do clero regular. Em muitas partes dos impérios português e espanhol, missionários das distintas Ordens Religiosas foram os primeiros europeus – entre clérigos e seculares – a fazer contato com as populações nativas. Esses religiosos, que ocuparam a vanguarda da evangelização e, de modo mais abrangente, da colonização ibérica, foram também os primeiros a produzirem registros sobre as terras distantes e seus habitantes. Por meio desses registros, missionários e cronistas de diferentes institutos religiosos registraram seus supostos avanços na expansão da fé, e reuniram também inúmeras informações sobre o além-mar, dando notícia das riquezas e dificuldades daquelas terras, e descrevendo a aparência e os comportamentos das populações encontradas. Estas descrições atendiam, antes de mais, aos interesses apostólicos das congregações que as produziam e, simultaneamente, serviam a uma curiosidade mais ampla dos europeus a respeito dos "novos mundos".

A comunicação aqui proposta toma como objeto de análise um desses escritos produzidos pelas congregações missionárias ao longo da expansão ultramarina, a "Narrativa da Custódia de Santo Antônio do Brasil" (1621), escrita pelo franciscano

português Fr. Manuel da Ilha. Esta crônica é um dos primeiros relatos, de que se tem notícia, a respeito da evangelização franciscana no Brasil. Fabricada com o intuito de registrar o processo de instalação da Ordem dos Frades Menores na colônia brasileira, a obra de Manuel da Ilha retrata a chegada dos religiosos na América, a construção dos primeiros conventos na região, o cotidiano dos frades e, principalmente, os supostos avanços alcançados na conversão dos indígenas. Além disso, a Narrativa também conta com várias passagens dedicadas à descrição do território brasileiro, com informações sobre suas riquezas e alertando sobre os perigos e desconfortos daquela terra. Há também, nesta crônica, diversos trechos retratando as populações autóctones, caracterizando seu temperamento, costumes, etc.

O objetivo desta comunicação é traçar um diálogo entre a "Narrativa da Custódia de Santo Antônio do Brasil" e outros registros franciscanos, fabricados entre os séculos XVI-XVII. Com esta leitura comparada, procura-se examinar as representações construídas pela Ordem dos Frades Menores sobre os territórios do além-mar, buscando compreender o papel desses escritos no processo de legitimação de seu propósito apostólico nas regiões de conquista. Há que se discutir também em que medida esses discursos serviam como ferramenta de apoio para a própria empresa colonial ibérica.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Silêncios, caminhos e conventos: memorias franciscanas costuradas entre núcleos urbanos coloniais do sudeste brasileiro

Reberth Emannuel Rocha Almeida
Doutorando, Universidade Federal de Alagoas
reberthalmeidaarquitetura@gmail.com
Katherine Edith Quevedo Arestegui
Mestranda, Universidade Federal de Alagoas
katherinearestegui.arquitetura@gmail.com

As casas franciscanas se anunciam nas paisagens de modos diversos. Guardam, no entanto, um silencioso diálogo entre si. Por vezes, o convento desfeito e/ou refeito resiste como um outro ou como um resquício. Inegável, porém, são os rastros nos traçados e nas memórias dos lugares que tocaram.

A presente comunicação surge a partir do ato de (re)construir um roteiro e de um caminhar entre conventos, de ir ao encontro, no hoje, de espacialidades enunciadas no passado por meio de escritos e de materialidades remanescentes. Metodologicamente, a investigação se baseia em obras de cronistas seráficos setecentistas, cujas informações sobre os caminhos serviram de guia para trabalhos de campo. A seguir, foram traduzidas em mapas e infográficos. Ao todo foram visitadas, entre conventos e hospícios do Sudeste, treze casas franciscanas e/ou seus sítios adjacentes com o objetivo de reconhecer o possível diálogo entre elas.

Frei Apolinário da Conceição em sua obra, o Epítome da Província da Imaculada, nos lega, mais que um texto construído cronologicamente, uma espécie de roteiro de como percorrer conventos e se acercar de lugares. Conta-nos, em sua linguagem simplificada

– quando posta ao lado da minuciosa narrativa de frei Antônio Jaboatão – sobre paisagens muitas vezes vistas e vividas por ele a partir do século XVIII, um período em que as antigas casas ainda funcionavam em rede por onde circulavam frades e ideias. Longe dos grandes centros visitados na atualidade, tais núcleos urbanos desenhavam-se ainda como arruados delimitados e focalizados em igrejas, mosteiros e conventos. Frente à proposta de repercorrer no hoje as casas da Província da Imaculada, Apolinário aparece como um especial guia de viagem. A partir de seu texto e dos mapas construídos, pôde-se conjecturar sobre lógicas de percorrer caminhos e de se implantar conventos. Ao lado de Jaboatão e em paralelo ao mapa de conventos por ele descrito, investigam-se possibilidades dos franciscanos terem disposto suas casas em conexão dentro de uma lógica de apoio entre si.

Por ora, pode-se dizer que, nos trabalhos de campo, à margem de enseadas descritas pelo cronista, encontramos arranha-céus e que, calando o silêncio, encontramos um murmúrio contínuo de metrópole que não dorme. Mas, também, entre ruínas ou paredes rústicas de taipa, ventos e sons de mar que ainda sopram como no passado narrado nas letras do cronista e confirmamos trechos de trajetos descritos por ele.

Para além de uma história da Arte ou da Arquitetura franciscana no Brasil, nos dispomos, na presente comunicação, a refletir sobre as contribuições para a história de uma espacialidade franciscana na qual se centra a atenção não propriamente nas casas, mas nos caminhos que as conectavam como nós de intercessão de longa e silenciosa trama.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Entre continuidade e mutações: as regras burladas na formação acadêmica nos Estatutos da Província da Imaculada Conceição do Brasil (1717)

Sandro Roberto da Costa
Doutor, Instituto Teológico Franciscano
sdacosta@itf.org.br

Ao se estabelecer no Brasil a Ordem Franciscana trouxe na bagagem uma longa tradição de envolvimento com as atividades acadêmicas e educacionais. São inúmeros os testemunhos da atuação dos filhos de Francisco de Assis no mundo das universidades, das letras, das artes e da cultura, eclesiástica e civil, em toda a Europa, a partir do século XIII. Em se tratando especificamente de Brasil, no período colonial, as duas instituições franciscanas que aqui se estabeleceram fizeram jus à tradição acadêmica. Ambas se destacaram no campo do saber, nas atividades literárias, em função da formação de seus quadros, mas também preparando pessoal qualificado para atuar nas várias funções exigidas para o exercício do ministério eclesial, e para o serviço às instituições coloniais.

Nossa análise será feita a partir do estudo de um documento histórico de fundamental importância para o conhecimento da atuação dos franciscanos no Brasil, nos séculos XVIII e XIX, especificamente a partir da compreensão que tinham do papel da formação acadêmica na vida dos futuros membros da instituição. Ao nos debruçarmos sobre a legislação oficial, suas regras e normas, as punições e os privilégios que concediam, seja aos estudantes, seja aos mestres, podemos nos adentrar nos intrincados meandros das mentalidades que regiam não apenas as instituições religiosas, mas a sociedade colonial como um todo. Os religiosos, embora de vida "claustral", viviam numa intensa e fecunda

interação com a realidade social, civil e política onde estavam inseridos. Ao mesmo tempo em que atuavam sobre esta realidade, também sofriam a ação da sociedade sobre eles, influenciados pelas transformações que aos poucos se davam no mundo colonial luso-brasileiro. Tais transformações aos poucos vão trazer questionamentos e crises à vida do claustro, ao não atender às reivindicações de uma sociedade em rápida mutação. A legislação que analisaremos também passa a ser questionada, e deixa de corresponder às reais necessidades da instituição. Passa a ser ignorada, e, em muitos casos, burlada.

A análise levará em conta as interações relacionadas às concepções de poder, controle, hierarquia, mas também a partir da concepção de didática e pedagogia, já que se trata de um documento que prevê um processo formativo, que visava "conduzir" (paedagoguia), os jovens ingressantes no seguimento dos ditames da vida da instituição e da Igreja.

IX Encontro Internacional de História Colonial

EIHC

DIMENSÕES GLOBAIS E LOCAIS DOS IMPÉRIOS COLONIAIS: REDES, CIRCULAÇÃO E DINÂMICAS (SÉCULOS XV-XIX)

Instituições e práticas religiosas nos espaços coloniais dos Impérios Ibéricos: contextos locais, variações regionais e dinâmica global (séc. XVI-XIX)

13

Ângelo Adriano Faria de Assis (UFV) & Yllan de Mattos (UFRRJ)

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

A prática como norma: algumas considerações sobre os livros de "modo[s] de proceder no Santo Ofício" português

Alécio Nunes Fernandes
Doutor, UnB
alecionunesfernandes@gmail.com

Em Portugal, o corpus normativo que compunha o que se pode chamar de 'direito inquisitorial' moderno era bastante diversificado, sendo formado não apenas pelos regimentos da Inquisição, mas também por bulas papais, Ordenações do Reino, decretos régios, e, de forma mais geral, pela doutrina jurídico-religiosa da época. A correspondência enviada pelo Conselho Geral aos juízes inquisitoriais – fossem eles de Goa, do Reino ou mesmo visitadores do Santo Ofício no Brasil – também possuía importante caráter normativo – ou, no mínimo, referencial. Havia, pois, um grande conjunto de regras que orientava a prática processual no Santo Ofício, o que não significa dizer que ela fosse engessada. Muito pelo contrário. Era justamente esse vasto conjunto de regras que garantia a plasticidade das decisões tomadas cotidianamente pelos juízes da instituição.

No Santo Ofício, o usual era a prática anteceder a legislação, não o contrário. Justamente por isso, não foi incomum, ao longo da história do Tribunal, a existência de processos judiciais contra acusados de determinadas práticas delituosas antes mesmo que elas fossem elencadas nos regimentos inquisitoriais ou em bulas papais que autorizassem formalmente a Inquisição lusitana a proceder em tais casos.

Para além do direito inquisitorial, há vários livros da Inquisição, muitos deles chamados apropriadamente de "modo[s] de proceder no Santo Ofício", que, a partir de casos concretos, apresentavam-se como modelos ideais de como deveria ser, na prática, a condução dos processos inquisitoriais. Além do propósito de servirem como verdadeiros 'manuais de inquisidores', a análise de tais livros permite perceber como a prática judicial dos juízes do Tribunal condicionava a elaboração das normas inquisitoriais – por outro lado, é inegável que tais normas tinham, também, o objetivo de 'enquadrar' as práticas de justiça adotadas em cada um dos tribunais de distrito, na Inquisição de Goa ou mesmo nas visitações, na busca institucional por uma padronização de seus modos de proceder e julgar.

Neste texto, pretendo justamente esboçar algumas considerações sobre os livros de "modo[s] de proceder no Santo Ofício". O objetivo principal é tentar entender como e em que medida a prática judicial configurava-se, ela própria, em norma a ser seguida pelos juízes inquisitoriais.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Vestígios do criptojudaísmo: uma análise etnográfica dos vestígios materiais de duas sinagogas secretas encontradas no Brasil (Olinda e Bahia - XVI - XVII)

Anderson Cordeiro de Moura
Doutorando, Universidade Federal de Pernambuco - UFPE
profandersonmoura@outlook.com

Neste trabalho, procuramos empreender uma análise etnográfica de duas possíveis mikvahs identificadas no Brasil que datam do período colonial. A analise do criptojudaísmo a partir de vestígios materiais, representam um esforço importante para compreensão do fenômeno da resistência marrana e tem ganhado especial destaque a partir de estudos pioneiros como os de Carmen Balesteros (1993), Ricardo Moura (2009) Antoniera Garcia (2014), entre outros. Nesta perspectiva, procuramos neste trabalho, destacar as principais características destes artefactos, por meio de uma descrição densa, e discutir alguns temas importantes como educação patrimonial, preservação e turismo religioso. A confirmação de que estas banheiras correspondem de fato a uma mikvé judaica, torna as casas que às abrigam evidências materiais de sinagogas secretas em pleno funcionamento no Brasil durante o período colonial.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

(Re)Descobrir o Mostrum: esforços e novidades na publicação de fontes inquisitoriais sobre a América portuguesa

Angelo Adriano Faria de Assis
Doutor, Professor - Universidade Federal de Viçosa
angeloassis@uol.com.br

Apesar de não ter tribunais inquisitoriais estabelecidos na América portuguesa, a região contou com uma presença constante do Santo Ofício, seja a partir de visitações esporádicas ocorridas entre os séculos XVI e XVIII, seja através de seus representantes, como comissários e familiares. No total, mais de mil indivíduos nascidos, moradores ou de passagem pela região brasílica foram processados pelo Tribunal de Lisboa, responsável pelos domínios lusos no Atlântico - Brasil incluído -, além de milhares de outras pessoas que confessaram ou foram denunciadas por comportamentos ou ideias vistos como ameaça à boa norma católica, sem que fossem abertos processos.

Nas últimas décadas, os estudos sobre a Inquisição e seus personagens têm se tornado importante e consolidado campo de estudo no Brasil, com pesquisadores espalhados por universidades de todo o país. a digitalização das fontes inquisitoriais referentes à América portuguesa, disponíveis no site do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, permitiram um maior contato de pesquisadores em diferentes momentos de suas pesquisas com o assunto e diálogo com interessados no tema espalhados por diversos países.

Contudo, as fontes referentes às visitações do Santo Ofício ao Brasil não contam com publicações recentes, bem como as edições disponíveis, além de esgotadas no mercado

editorial brasileiro, possuem sérios problemas de transcrição. Nesse sentido, alguns esforços para superar esta lacuna têm sido desenvolvidos por pesquisadores. Nestas novas publicações que estão em andamento, incluem-se as mais recentes descobertas de fontes documentais compiladas em arquivos e ainda desconhecidas do público e de especialistas no assunto, além de novas possibilidades de abordagens balizados pelos avanços da historiografia.

Esta comunicação tem como objetivo abordar alguns destes esforços feitos atualmente por um grupo de pesquisadores referentes à publicação das fontes referentes às visitações à Bahia, entre 1618 e 1620, e ao Grão-Pará, entre 1763 e 1769, bem como dos documentos presentes nos Cadernos do Promotor envolvendo indivíduos de alguma forma ligados ao Brasil. Esperamos que estes esforços de publicação signifiquem um incentivo ao aparecimento de novas pesquisas, abordagens e perspectivas de análise sobre a atuação da Inquisição portuguesa na América ao longo de seus quase três séculos de funcionamento.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

‘Justiças da Fé’ no extremo norte das Capitanias do Norte do Estado do Brasil: visitas pastorais, rede eclesiástica local e ação inquisitorial na capitania do Rio Grande (séc. XVIII)

Halyson Rodrygo Silva de Oliveira
Doutor, Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte - TJRN
halyson.historia@gmail.com

A ação do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição portuguesa na Capitania do Rio Grande efetivou-se por meio do diálogo entre a Justiça inquisitorial e a eclesiástica. Os Comissários do Santo Ofício, clérigos que passavam por um rigoroso processo de habilitação para atuar em nome do Tribunal inquisitorial português, tornaram-se os agentes de maior autoridade nos espaços onde não existiam tribunais da Inquisição instalados. O objetivo desta comunicação é apresentar resultados parciais de uma pesquisa em desenvolvimento. A discussão gira em torno da atuação da Inquisição portuguesa na Capitania do Rio Grande na segunda metade do século XVIII, tomando como objeto de análise o caso do padre Ventura de Albuquerque, vigário da Vila de Arês, acusado de ter cometido o crime de ‘solicitação’ (Solicitatio ad turpia), nome dado aos assédios e investidas de cunho sexual realizadas pelos padres às fiéis no momento da confissão sacramental, sendo delatado por mais de uma dezena de mulheres indígenas moradoras na referida vila. O documento analisado foi o ‘Sumário de Culpas’ contra o padre, manuscrito produzido entre 1764 e 1768, que se encontra no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, Portugal, constituído pelas denúncias e diligências referentes a investigação inquisitorial contra Ventura de Albuquerque. A leitura e a transcrição paleográfica deste documento possibilitaram a análise dos depoimentos, o

levantamento das testemunhas e de seus perfis sociais. A observação dos desvios dos padrões morais por parte de integrantes do clero local, descortina uma paisagem social marcada por diferentes relações de força entre o Santo Ofício lisboeta, a rede eclesiástica local e a sociedade colonial no Rio Grande do Setecentos, bem como entre os diferentes grupos sociais que a formava.

Palavras-chaves: Inquisição; Capitania do Rio Grande; Século XVIII

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Ordens em conflito: disputas entre jesuítas e franciscanos nas conquistas do Brasil (Paraíba, séculos XVI- XVII).

Isabela Lessa dos Santos
Graduada, Universidade Federal da Bahia
isabela.lessads@hotmail.com

A presente pesquisa procura se inserir nos estudos das disputas e conflitos entre jesuítas e franciscanos no âmbito do Império Português, entre os séculos XVI e XVII, de maneira mais ampla. No entanto, tendo em vista a dimensão do império, a quantidade de conflitos existentes entre essas e outras ordens religiosas e os limites desse trabalho, foi preciso estabelecer um recorte espacial como uma espécie de ponto de partida das investigações. Assim, este estudo tem sua atenção voltada principalmente para as desavenças ocorridas na América Portuguesa, no geral, e nas capitanias do norte do Estado do Brasil, em particular. Dessa forma, trata-se de um estudo voltado para uma guerra de narrativas, em que os interesses de jesuítas e franciscanos estão inseridos — diretamente ou de forma discreta — em suas escritas, e veiculam não só uma identidade otimista para sua própria ordem como também estabelecem uma relação de negação e rivalidade com a ordem rival, levando suas disputas também para o campo do discurso. Isto posto, o que passa a ser interessante aqui é justamente uma análise comparativa desses textos, que atente não só para as divergências e convergências, mas também para os sujeitos que os escrevem e seus possíveis usos políticos.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Para além da origem-destino: trajetórias entre o Reino e a Amazônia colonial

João Antônio Fonseca Lacerda Lima
Doutor, Faculdade Católica de Belém
jafllacerda@gmail.com

Na Amazônia do século XVIII, o ir e vir das canoas que adentram aos sertões e das naus que cruzam o Atlântico conectam e fazem acontecer o Império marítimo português. No presente trabalho, trajetórias servirão de guia para compreender processos migratórios para além do binômio origem-destino. Ao analisarmos o conjunto dos indivíduos, vemos que Lisboa é a mais recorrente das "moradas", seja daqueles que sendo naturais desta cidade, lá moraram, seja daqueles que naturais de outras regiões, aí viveram por um período, se constituindo num entreposto antes da partida para o Ultramar. Nesses espaços urbanos, profundamente conectados com os domínios coloniais, os emigrantes poderiam integrar-se a redes de sociabilidade, bem como aprender ofícios que os ajudariam na vida além-mar, estabelecendo por vezes conexões permanentes entre as duas margens do Atlântico.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

A Vossa Santidade: a manutenção da ortodoxia nas invasões holandesas

João Guilherme Veloso Andrade dos Santos
Graduado, UFBA
veloso.j018@gmail.com

A apresentação proposta tem por objetivo analisar os esforços de manutenção da ortodoxia católica na América portuguesa no contexto das invasões holandesas, a partir de duas visitas ad limina do bispo da Bahia D. Pedro da Silva de Sampaio (1634-1649). Esses relatórios são mais uma expressão da Igreja tridentina reformada, marcada por uma profunda tentativa de centralização e controle por parte da Santa Sé para com os bispos, que deveriam escrever relatórios periódicos para serem entregues pessoalmente ao pontífice. A obrigação dos herdeiros dos apóstolos de visitar o herdeiro de Pedro era uma questão teológica e política. Além do contexto geral, o caso aqui estudado goza de uma especificidade ímpar por tratar-se de diocese ultramarina, mais distante do papado, instituída e governada no âmbito do Padroado Régio. Somado a isso, a Sé da Bahia estava fragilizada, tendo parte considerável do seu território e de suas almas sob domínio de inimigos hereges: os calvinistas holandeses. Assim, a análise dos documentos aqui propostos, um relatório de 1639, ainda no período da monarquia dual dos Habsburgos, e outro de 1642, após a restauração do trono lusitano, visam contribuir com o estudo desse momento tão caro à nossa historiografia. A mutilada América portuguesa contava com apenas um bispado, então chefiado por D. Pedro da Silva de Sampaio, religioso de carreira que foi inquisidor antes de desembarcar no porto de Salvador como bispo em 1634, função que exerceria com mãos de ferro até sua morte em 1649, antes da expulsão dos holandeses. Dessa forma, a análise desses documentos joga luz sobre questões como

as invasões holandesas e a defesa do Império português (tanto do território, quanto da fé- afinal um Império é feito de terras e almas), a afirmação da autoridade episcopal, o contexto político europeu pós-restauração, como outros temas de interesse da história do Império português, do catolicismo, da Bahia e do Brasil.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Cristãos-velhos faladores e teimosos: declarações potencialmente heréticas na Bahia colonial (1592-1593)

João Pedro Carvalho de Melo Simões Blanes
Mestrando, PPGH UFBA
joao.blanes@gmail.com

A comunicação se propõe a discutir formulações, estratégias e comportamentos masculinos de alguns cristãos-velhos na Bahia colonial no fim do século XVI, a partir de processos instaurados na Primeira Visitação. Para compor a análise, também examinamos os critérios usados pelos agentes do Santo Ofício português para atribuir as sentenças. Para esse trabalho, foram utilizados dois processos inquisitoriais, produzidos a partir de denúncias na Bahia, realizadas em 1592 e 1593.

Os dois indivíduos processados foram acusados de cometer proposições heréticas. Dentre esses cristãos-velhos, temos Antônio Pires Brandão, acusado de dizer que o estado do "bem casado" era melhor que o estado dos religiosos. Além dele, Antônio Fernandes, acusado de sustentar que não era pecado mortal a fornicação simples. Estas formulações foram entendidas como potenciais proposições heréticas, ao supostamente questionar interdições sexuais presentes nas leis de Deus e a superioridade do celibato clerical.

Essa análise propõe-se a tomar padrões de gênero como construções, imposições, exigências de comportamento colocadas em determinado momento histórico. Frente à instituição normalizadora, esses indivíduos precisaram realizar deslocamentos, alterar suas posições a respeito de suas formulações, uma vez que algumas de suas opiniões

eram consideradas erradas em matérias de fé. Além disso, sua irreverência e obstinação ao defender essas ideias não eram aceitas pela Inquisição. Para nós, os testemunhos dos desviantes da fé, ora julgados por comportamentos, ora por crenças assimiladas à heresia, são a materialização da constituição da masculinidade enquanto gênero performativo.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

A Nunciatura Apostólica e a construção do espaço eclesiástico na América portuguesa (1675-1808)

José Rodrigues da Silva Filho
Doutorando, Doutorando UFRN
rodrigueshistoria@outlook.com

Esta pesquisa tem o objetivo de compreender o processo de espacialização da jurisdição eclesiástica na América Portuguesa a partir da atuação da Nunciatura de Lisboa. Assim, em consonância com uma concepção de história social, pretende-se ter uma visão de como as estratégias da Igreja Católica pós-tridentina e as práticas dos indivíduos foram moldando um espaço eclesiástico, por meio das esferas jurisdicional, religiosa e diplomática da Nunciatura de Lisboa. O recorte temporal escolhido, parte dos documentos mais antigos da série documental da Nunciatura de Lisboa, referentes a América Portuguesa, datados de 1675, esse recorte tem o intuito de compreender a importância da Nunciatura no processo de consolidação da presença da Igreja católica. Nesse sentido, a análise se estende até 1808, quando a vinda do Núncio para o Brasil, seguindo a corte do príncipe regente Dom João VI, e por conseguinte a instalação da Nunciatura no Rio de Janeiro, alterou a relação entre as igrejas locais e a representação papal. A principal série documental a ser consultada em relação a Nunciatura de Lisboa, compõe o fundo documental da Secretaria de Estado, custodiado pelo Arquivo Apostólico do Vaticano. A maior parte deste acervo é formada por documentos provenientes de dioceses e de diferentes ordens religiosas presentes na América Portuguesa. Com o intuito de compreender o espaço institucional em que a Nunciatura de Lisboa está inserida recorrer-se-á as categorias de "espaço laico" e "espaço

eclesiástico" adotados por Ana Cristina Nogueira e António Manuel Hespanha, presentes na obra "História de Portugal, o Antigo Regime".

Palavras-Chaves: Nunciatura de Lisboa, Jurisdição Eclesiástica, Antigo Regime.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Capela do Engenho Penha: um Patrimônio Cultural Nacional em Sergipe (séculos XVIII – XXI)

Juliana Carvalho Ameno
Mestranda, Universidad Federal de Sergipe - UFS
jullyameno@gmail.com

A Igreja Católica exerceu um importante papel no tocante à vida social e religiosa desde o Brasil colonial. Deste modo, a presente pesquisa destaca a importância da preservação do patrimônio cultural e concentra-se nas igrejas do Brasil durante os períodos colonial e imperial. Em particular, menciona a capela do antigo engenho Penha, localizada entre os municípios de Malhador e Riachuelo, erguida em 1795 pelo capitão-mor de Itabaiana José Matheus da Graça Leite Sampaio, que é considerada um monumento histórico e foi tombada pelo IPHAN em 1943. Apesar de estar atualmente em estado de ruínas, essa capela representa um exemplo notável da arquitetura religiosa do final do século XVIII e início do século XIX na capitania de Sergipe. Será investigada a história desse patrimônio cultural, em seus aspectos materiais e imateriais. A abordagem envolverá a análise de documentos disponíveis no Arquivo Ultramarino, os Inventários Judiciais da Família Leite Sampaio, os Testamentos, e o Processo do Encapelado do Penha, realizando assim, o estudo da cultura material relacionada à capela e realização de entrevistas orais com moradores das localidades próximas. O objetivo é compreender o processo de deterioração da capela e seu significado para as comunidades da região do Cotinguiba. Além disso, são levantadas algumas questões fundamentais a serem abordadas na pesquisa. Primeiro, busca-se investigar quem foi responsável pela construção da capela, quando exatamente ela foi erguida e quais motivos levaram à sua construção. Em

seguida, há interesse em compreender as funções desempenhadas pela capela no contexto político e religioso da região do Cotinguiba ao longo do tempo. Por fim, pretende-se analisar os papéis culturais desempenhados pela capela em diferentes épocas e sua relevância atual. Essa pesquisa contribuirá para aumentar o conhecimento sobre a sua história, bem como para a compreensão mais ampla do papel do catolicismo na formação e evolução das comunidades locais.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Reflexões sobre a tradução da normatividade. O caso das Misericórdias de Goa e do Rio de Janeiro (c. 1640 – c. 1750)

Karoline Marques Machado
Doutoranda, PPGH-UERJ / Max Planck Institute for Legal History and Legal Theory
marques@lhlt.mpg.de

A Irmandade da Misericórdia constituía um espaço de busca de privilégios, afirmação de poder e direitos, mas também de conflitos. Em seu interior, debates eram travados e, até mesmo, decisões locais poderiam vir a ser tomadas, já que os seus provedores e irmãos eram, muitas vezes, membros da sociedade política. Defendemos, apenas, que os espaços de reuniões e tomadas de decisões no interior da Misericórdia favoreciam a criação de alianças, certamente decisivas, capazes de influenciar outras esferas das sociedades.

Os aspectos acerca das Misericórdias estabelecidas em diferentes paragens sob a influência do Império português ajudarão na compreensão do papel por ela desempenhada naquelas regiões, mas não são suficientes para entendermos por qual razão a Misericórdia estaria entre o rol das instituições que são estabelecidas nas conquistas logo após o domínio dos portugueses. Trata-se de defender, em outras palavras, que a compreensão acerca da importância da Misericórdia na territorialização do Império português esteve intimamente ligada à sua trajetória de ação e formação na sede do Reino, ao servir, por exemplo, como espaço para agregação dos corpos intermédios numa sociedade pautada numa hierarquia estamental através da concessão de privilégios. Assim como as Câmaras Municipais, essas instituições singularizaram

uma determinada dinâmica colonial, pautada na produção de estabelecimentos que historicamente ocuparam um papel central na organização da sociedade, como, por exemplo: administrar recolhimento para mulheres e órfãos; conceder dotes; prestar assistência aos presos pobres; dar de comer e vestir aos necessitados; organizar procissões públicas em datas do calendário litúrgico. A ampliação da escala proporcionada pela construção de um Império ultramarino dinamizou e complexificou a própria Irmandade, ao dar contornos próprios, a depender da região em que estava inserida.

Almejamos nessa comunicação refletir acerca da Misericórdia, como instituição, e os seus provedores, agentes históricos imersos nas sociedades locais, como ponto de partida para compreender a produção de "conhecimento da normatividade" nas zonas historicamente tratadas como periféricas durante o período Moderno. A partir deles, Misericórdia e provedores, poderemos observar a tradução das normatividades através dos discursos, práticas, regras, normas e princípios produzidos em Goa e Rio de Janeiro sob a esfera de influência do Império português. A partir da prática assente nos gestos relacionais será possível deslindar conexões e interações, mas também similitudes e alteridades para análise da construção social e cultural nos espaços privilegiados que compunham as malhas do Império português.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Ser homem "valente" e/ou conquistador de mulheres: práticas mágico-religiosas e as masculinidades na capitania do Grão-Pará, século XVIII

Laís Prestes Redondo
Mestranda, Universidade Federal de São Paulo
lais.prestes@unifesp.br

Desde meados da década de 1980, a historiografia brasileira, sob influência dos campos da História cultural, das mentalidades e das religiosidades, tem se concentrado na análise sobre casos de homens e mulheres que foram processados pelo Tribunal do Santo Ofício na América Portuguesa por práticas mágico-religiosas e de feitiçaria diabólica. No entanto, pesquisas históricas mais recentes têm demonstrado a possibilidade de investigar esses mesmos processos de feitiçaria diabólica a partir de novas perspectivas de análise, como o campo da história das relações de gênero. Porém, é preciso considerarmos que a história das relações de gênero não se resume ao estudo das mulheres. Acima disso, o gênero, definido enquanto uma categoria de análise histórica, orienta os historiadores a compreender como a variabilidade das diferenças sexuais, dos papeis e das práticas de feminilidades e masculinidades se vinculam aos sistemas de poder político de um dado contexto histórico. Dessa maneira, nossa comunicação objetiva analisar, a partir da categoria gênero, alguns processos e denúncias inquisitoriais de homens indígenas, mamelucos e colonos brancos envolvidos com práticas de feitiçaria amatória e preservativa na capitania do Grão Pará no século XVIII. Partimos do questionamento de como certas motivações desses homens na recorrência de tais práticas mágico-religiosas nos indicam a construção ou reforço de formas de ser e fazer-se homem (práticas de masculinidades) que se relacionavam com os conflitos

sociais e de gênero existentes na capitania do Grão-Pará. A escolha pelo espaço desta capitania se justifica, principalmente, devido à disponibilidade de fontes que comportam diversos casos de homens e mulheres, de diferentes camadas sociais, processados e acusados nesta região, ao longo do século XVIII, pelo crime da feitiçaria e pelo porte de objetos mágico-religiosos (bolsinhas, partículas de pedras d'ara, orações, etc.). Para essa apresentação, selecionamos os processos e denúncias que se transcorreram durante a visitação inquisitorial na cidade de Belém (1763-1774), efetuada pelo inquisidor-visitador e vigário capitular Giraldo José Abranches, mas destacamos também três casos ocorridos de décadas anteriores. Assim, procuramos defender que esses homens, com ofícios diversos ou militares, almejavam não só conseguir mulheres para fins ilícitos através do uso de práticas mágico-religiosas como acabavam por compartilhar entre eles certos esforços mágicos que podiam fazer para se tornarem homens de conquista, embora alguns fossem casados. Além disso, que no uso de práticas mágico-religiosas preservativas ou para "fechar o corpo", alguns homens buscavam tanto se proteger quanto obter formas de ser e fazer-se homem valente, competitivo e capaz de enfrentar perigos.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

"Os pecados dos ministros são manchas no rosto que sempre aparecem." Um inquisidor-geral sob suspeita de corrupção

Lorena de Araújo Costa
Mestranda, Universidade Federal da Bahia
lorena_costa94@hotmail.com

Dentro da historiografia atual alguns autores abordam sobre a importância de se aprofundarem os estudos relacionados aos homens que fizeram o Tribunal inquisitorial, devido a isto, esta comunicação tem como objetivo apresentar uma investigação que vem se debruçando sobre um importante personagem que esteve à frente do Santo Ofício de Lisboa, o inquisidor-geral D. Fernando Martins Mascarenhas. Durante os seus mais de oitenta anos de vida, Mascarenhas recebeu importantes títulos em uma espiral hierárquico, sendo os principais: bispo de Algarve e inquisidor-geral, cargo que ocupou até o seu último dia de vida. Entretanto, tendo como base os relatos presentes nas fontes documentais analisadas, é possível afirmar que tanto a sua carreira episcopal, quanto inquisitorial foram rodeadas de polêmicas, principalmente no que diz respeito ao seu suposto envolvimento com cristãos-novos. A investigação que será apresentada estará focada essencialmente nas supostas infrações cometidas por Mascarenhas em conjunto com um dos seus criados e homem de confiança, Belchior Veloso do Amaral, que entre muitas suspeitas, foi acusado de vender familiaturas e dispensar réus das penas e penitências impostas pelos inquisidores; tudo isto seria possível por meio da cumplicidade que manteria com o inquisidor-geral, a autoridade máxima do Tribunal lisboeta naquele período.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Minorias indígenas: Sebastián Quispe Ninavilca nos papéis da justiça eclesiástica andina

Lorena Gouvêa de Araújo
Doutora, Universidade Federal do Rio de Janeiro
lorena.gouvea@gmail.com

Durante o século XVII, na Ciudad de los Reyes (Lima), muitos foram os documentos produzidos pela justiça eclesiástica sobre a população nativa. Mesmo àquela altura, os evangelizadores continuavam com a conversão sistemática dos povos indígenas, assim como a perseguição de suas práticas ancestrais. Na região do Huarochirí, serra central de Lima, a partir de denúncias que versavam sobre tais saberes, uma gama de indivíduos foi perseguida e condenada pela Extirpação de Idolatrias. Considerada por Duviols como "filha bastarda da Inquisição", esta instituição foi responsável por fiscalizar a eficácia da conversão religiosa dos naturais, assim como reprimir sua religiosidade, a qual insistia em sobreviver. Após anos de evangelização católica, a (r)existência de tais costumes só teria sido possível a partir da sua ocultação pública, assim como a anuência de lideranças locais. Para esta comunicação, Dom Sebastián Quispe Ninavilca, cacique principal e governador da província do Huarochirí, é destacado como um importante personagem e peça chave para esta persistência. Tendo compreendido a máquina burocrática hegemônica e se valido dela para conquistar uma posição de destaque e confiança perante os representantes da Coroa, este curaca ao mesmo tempo que atendeu aos anseios da burocracia colonial também funcionou como um defensor da sua gente. A partir das fontes da justiça eclesiástica do século XVII, pretendo demonstrar a

dinâmica colonial nesta localidade, assim como as relações forjadas entre Quispe Ninavilca e colonizadores, na defesa da cultura religiosa dos naturais do Huarochirí.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

"Gente ínfima": trabalho manual e vileza na política de recrutamento da Inquisição portuguesa – séculos XVII e XVIII

Luiz Fernando Rodrigues Lopes
Doutor, IFB
luizfernando_rl@yahoo.com.br

Até aqui, a questão do desempenho de ofícios manuais é entendida pela historiografia luso-brasileira como um problema menor para acesso às carreiras inquisitoriais e mereceu pouca atenção, sendo tema mais caro àqueles que se dedicaram a estudar o acesso às nobilitações da Ordem de Cristo. De fato, o Santo Ofício foi uma instituição mais preocupada com a limpeza de sangue do que com a limpeza de mãos, e isso fica claro pelos resultados das pesquisas que analisaram a política de recrutamento de agentes. No entanto, há nuances que esta generalização não contempla, uma vez que faltam estudos mais verticais sobre o peso do trabalho desonroso exercido por aspirantes a agentes inquisitoriais, como os ofícios de pedreiro, barbeiro sangrador, taverneiro, carniceiro, tanoeiro, estalajadeiro, cocheiro, liteireiro, calafate, latoeiro, escudeiro, ferrador, lacaio, moço de pé ou capitão do mato, dentre outros trabalhos que denotavam rudeza e pouco asseio. É necessário observar estes óbices mais de perto, afinal, nas diligências realizadas pelo Santo Ofício para habilitar candidatos investigava-se se o habilitando era "pessoa de bons procedimentos, vida e costumes", se tinha "ter fazenda que possam viver abastadamente", e se "tratava-se com asseio", em uma clara preocupação de como o pretendente se apresentava aos olhos da sociedade. Assim, o interesse central desta investigação é examinar verticalmente as percepções institucionais sobre o trabalho considerado degradante, analisando em quais termos a

vileza se configurou como motivo de obstrução no acesso à carreira inquisitorial portuguesa, aprofundando a compreensão das formas de olhar do Santo Ofício para os ofícios manuais nos séculos XVII e XVIII.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Experiências missionárias na África oriental através do relato de João dos Santos (1586-1609)

Moreno Stedile
Mestrando, Universidade de São Paulo
stedilemoreno@gmail.com

A prática missionária enseja um espaço comum de experiências, definida por incertezas, incompatibilidades, mal entendidos, mas também por convergências simbólicas. A África centro-oriental foi alvo de um projeto de conversão desde meados do século XVI, uma vez que as fontes portuguesas identificaram os povos shona que habitavam aquela região como monoteístas e dotados de organização política complexa, com a qual a Coroa tinha de se relacionar com vistas a acessar o comércio de ouro para a Índia. A comunicação terá por objetivo apresentar o contexto missionário da África oriental na segunda metade do Quinhentos e aprofundar-se sobre o relato de João dos Santos, considerado pela historiografia uma das principais fontes para aquele período, embora tenha sido objeto de poucos estudos verticalizados. Nosso foco serão as experiências e práticas religiosas que podem ser percebidas no texto, as interações entre portugueses e africanos, por exemplo nos ordálios, objeto de uma descrição minuciosa por parte do missionário dominicano. Também examinaremos as interações entre portugueses e "mouros", no que tange à matéria religiosa. O relato de João dos Santos oferece um campo fértil para análise dessas trocas e interações, permitindo entrever a dimensão negociada da presença portuguesa naquela região importante para o Império no Oriente, embora ainda menos conhecida pela historiografia.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Frei Manoel dos Óculos delator e delatado: um frade na mira do Santo Ofício

Regina de Carvalho Ribeiro da Costa
Doutora, Professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
regininhacribeiro@gmail.com

Atuação singular no contexto da dominação neerlandesa nas capitanias açucareiras da América Portuguesa foi a de Frei Manoel Calado, popularmente conhecido como Frei Manoel dos Óculos. Religioso natural da Vila Viçosa, região portuguesa, eclesiástico da Ordem de São Paulo desde 1607, momento no qual tornou-se o Frei Manoel Calado do Salvador. Conhecido por sua crônica sobre o período, intitulada O Valeroso Lucideno e o triunfo da Liberdade e datada de 1648, Frei Calado chegou a ser citado nas fontes inquisitoriais da época. Perseguido pelo bispo do Brasil à época, D. Pedro da Silva e Sampaio, foram os contatos do religioso com os holandeses que dominavam o território das capitanias açucareiras do Norte do Brasil holandês, e, sobretudo, sua amizade com o governador Conde de Nassau, que levantou as suspeitas do bispo da Bahia, ex-Inquisidor português. Por um lado, o cronista das guerras pernambucanas foi denunciado por suspeita de heresia; por outro, Calado também esteve na posição de delator, pois, em sua crônica, não deixou de revelar vários nomes de desertores e de moradores que colaboraram com o estabelecimento dos neerlandeses no território. Investigar as tramas deste frade que é mais conhecido pelo seu papel de cronista no contexto do Brasil holandês e conseguiu escapar das malhas inquisitoriais, por meio da análise das acusações registradas nos Cadernos do Promotor da Inquisição de Lisboa é o objetivo central da presente comunicação que acaba por elucidar, também, o confuso

modus operandi próprio do tribunal, em terreno colonial, articulado pela ação do bispo da diocese.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Bahia, 1591: Paula de Siqueira, amores, magias e leituras proibidas

Ronaldo Vainfas
Doutor, Pesquisador Visitante Emérito - UERJ-FFP
rvainfas@terra.com.br

Heitor Furtado de Mendonça, primeiro visitador do Santo Ofício no Brasil, registrou nominalmente 29 mulheres envolvidas em relações lésbicas nas capitanias açucareiras nordestinas, entre 1591 e 1595. Vários autores e autores afirmam que sete foram condenadas. O número é inexato. Somente três delas foram processadas por lesbianismo, então chamada de sodomia foeminarum. As demais não o foram, seja por confessarem no período da graça, seja pelo visitador priorizar outros delitos por elas cometidos, seja, ainda, por terem praticado a sodomia quando miúdas, na tenra infância, nunca mais. Em relação a tais práticas sexuais, o visitador pretendia circunscrever sua ação persecutória nas lésbicas assumidas, assim tidas por fama pública, sendo este um indicador poderoso em tempo em de privacidade escassa e o disse-me-disse era critério de verdade. O visitador processou apenas três mulheres por este delito, mas várias outras viveram e viviam experiências homoeróticas, especialmente na Bahia de Todos os Santos. Entre as que foram processadas por outros delitos, mas também se envolveram em relações homoeróticas, encontra-se Paula de Siqueira, esposa do Contador del Rei na Bahia. Foi amante de Filipa de Sousa, a mauis acusada e mais severamente punida pelo visitador. Paula, por sua vez, teve que responder pela leitura de um livro proibido, Diana, de Jorge de Montemor. Foi a primeira a denunciar Filipa de Sousa em sua confissão, produzindo uma das mais intensas narrativas do homoerotismo feminino, apesar dos filtros inquisitoriais tendentes, neste caso, a estreotipar a sexualidade entre mulheres.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Padres desviantes processados pela Inquisição no início do século XVIII

Sarah dos Santos Araujo
Doutoranda, Universidade Federal do Amazonas e Secretaria de Estado de Educação do Amazonas
araujosarahsantos@gmail.com

Francisco de Santanna e Feliciano Pinheiro eram dois missionários da Ordem de Nossa Senhora do Carmo que recebiam confissões, realizavam missas e recolhiam esmolas pelo interior da colônia lusitana no início do século XVIII, sem, contudo, terem sido ordenados como padres. Santanna e Pinheiro estavam claramente desviando-se do seu objetivo enquanto missionários para abraçar práticas que eram essencialmente reservadas aos padres nas paróquias. Dois processos inquisitoriais foram abertos justamente para investigar e punir os religiosos que estavam se desviando de suas atribuições típicas e é justamente através destes documentos que a análise que propomos nossa comunicação. O caso dos missionários levanta uma série de questões que se vinculam à dinâmica do poder colonial – como a relação entre poderes locais, na figura dos falsos padres, e a Inquisição enquanto instância metropolitana agindo na colônia – e do próprio funcionamento interno da Igreja Católica – uma vez que estamos abordando elementos do corpo eclesiástico que agem fora dos ditames da instituição então consolidadas pelo Concílio de Trento. O clero regular foi essencial na implantação da ordem colonial na América, mas existiam funções típicas do clero secular que precisavam ser cumpridas para que a Igreja Católica conservasse sua esfera de influência dentro do projeto de "conquista espiritual". Interessa-nos, sobretudo, compreender a

existência de desvios no interior desse projeto religioso e político através dos referidos missionários.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Anchieta e a De Renovatio spiritus na Companhia de Jesus. A importância da Palavra e da Imagem no projeto missionário jesuítico.

Thereza de Barcellos Baumann Zavato
Doutora, Aposentada Museu Nacional/UFRJ
therezabaumannz@gmail.com

A morte de Anchieta, em 9 junho de 1597, coincide com o momento em que a Companhia de Jesus atravessava, justamente, um período extremamente delicado, marcado por profundas inquietações sobre sua identidade e seu projeto missionário. A Missão era vista por alguns de modo sombrio. E segundo Roma, o trabalho missionário seria responsável na Província pela "perda ou queda do espírito" , ou seja, na prática, a sua administração levaria à perdição a alma dos religiosos e não obteria sucesso em salvar os indígenas. A resistência ao projeto catequético encontrava apoio dentro da própria Companhia. Jacome Monteiro, proporia, inclusive o abandono das aldeias . Segundo ele, a "defesa das aldeias se fazia por laxismo e concupiscência". A essas questões de ordem espiritual, acrescentavam-se outras: os inimigos da Companhia, que representavam os interesses dos portugueses e que denunciavam os crimes dos padres (a incontinência sexual, sobretudo, dos "línguas", padres intérpretes), contribuíam para reforçar o pessimismo relativo ao projeto missionário, dificuldades com a Cora espanhola advinda da junção das duas Coroas, solapava a autonomia dos jesuítas subordinando-os a um bispo. E ainda as controvérsias e proibições em Roma sobre a administração temporal e a aplicação da justiça determinada, inclusive, pela própria Companhia. As dúvidas surgidas colocavam em causa a manutenção das aldeias, cuja perda representava uma perspectiva desastrosa para Companhia. Era necessário um sopro renovador (De

Renovatio Spiritus) como insistia o Geral da Companhia, Cláudio Acquaviva. Era indispensável resistir, "travar uma luta por amor a Cristo". A morte de Anchieta propiciaria um dos meios de estimular esse "sopro renovador" que seria difundido através de sua emblemática figura como um novo Adão. Anchieta, como Adão antes do pecado que sem perder o dom que lhe fora concedido por Deus, significava, para a Companhia, a imagem do pastor que se mantivera puro, casto, aquele que seria capaz de reativar o "fogo santo" aceso em tempos imemoriais por São Tomé. Nosso objetivo é analisar a partir, não só de representações iconográficas mas, também, de textos de seus contemporâneos como Quirício Caxa, Fernão Cardim, Pero Rodrigues, além de Simão de Vasconcelos (século XVII), a construção e implementação pela Companhia da figura icônica de Anchieta como símbolo da resistência da ação missionária.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

A atuação da Inquisição na Amazônia colonial: os nomes, os números e os casos

Yllan de Mattos
Doutor, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
yllanmattos@gmail.com

O imenso território do Estado Grão-Pará colonial não foi invencível à vigilância da Inquisição de Lisboa, que fez uso de diversos expedientes para buscar o disciplinamento da população cristã local. Primeiro, ainda no século XVII, agentes da Coroa, tal como ouvidores, e membros do clero secular e regular local se encarregaram de encaminhar denúncias privativas ao Santo Ofício. Com o estabelecimento da rede com diversos oficiais da própria Inquisição – nomeadamente, comissários e familiares – é observada uma ação contínua contra aqueles acusados do delito de heresia, cabendo a estes indivíduos (em complementaridade com a ação episcopal, através do expediente de seu próprio tribunal ou de visitas pastorais) executar as primeiras etapas do processo inquisitorial, tais como denúncia, inquirição, inventário dos bens, tomada de depoimentos e captura.

Analisando os dados destes casos, podemos perceber que mesmo com comissários habilitados nestas terras, a estrutura inquisitorial recorria frequentemente a diversos agentes eclesiásticos e missionários para efetuar as diligências de seu Tribunal ou mesmo, através das visitas diocesanas, alimentavam a rede de informação com denúncias e averiguações de primeira instância. Quando a tomada dos depoimentos de testemunhas e busca de demais certidões acontecia fora do lugar onde se encontrava o suspeito ou onde era feita a denúncia, a rede tornava-se ainda mais extensa e os

depoimentos eram colhidos conforme a possibilidade local - quase sempre nomeando outros eclesiásticos. Tal estrutura nada simples se mostrava bem eficaz na averiguação da consciência religiosa, movendo a engrenagem da Inquisição nestas terras.

Posteriormente, com o envio da visitação levada a cabo pelo inquisidor Giraldo José de Abranches, entre 1763 e 1769, a própria ação do Santo Ofício ganhou outros contornos, sobretudo porque deveria medir-se com o "projeto pombalino" e porque todos os oficiais na região tiveram ordens expressas para entregar ao visitador todos os papéis e casos em seu poder.

Esta comunicação procura discutir e apresentar as formas como constituíam as denúncias e confissões tomadas na região e encaminhadas à Lisboa, identificando os agentes responsáveis pelas etapas jurídicas e por suas diligências. A ideia é compor um panorama quantitativo da ação da Inquisição em todo o Estado do Grão-Pará entre os século XVII e XVIII.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Escravidão e feitiçaria: práticas mágico-religiosas como forma de resistência à escravidão na América portuguesa do século XVIII

Yuri de Negreiros Correa
Mestrando, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)
Yurinegreiros@ufrrj.br

Ao pensarmos sobre práticas mágicas realizadas por escravizados, é comum que as relacionemos apenas com aspectos culturais e/ou religiosos. Muitas vezes apresentadas como algo negativo, sendo inferiorizadas e demonizadas em detrimento de uma lógica religiosa e confessional específica, a do Catolicismo. Procuraremos então expor que tais práticas mágico-religiosas possuiriam uma terceira definição possível, a de atos de resistência à escravidão. Desse modo, a presente proposta de comunicação em simpósio temático, tem a intenção de compreender as práticas mágico-religiosas realizadas por escravizados, que constantemente foram ideologizadas pela Igreja Católica sobre a "pecha" de feitiçaria, como sendo também possíveis exemplos de resistência, num mesmo grau de relevância que outros métodos mais amplamente trabalhados e estabelecidos na historiografia, como fugas individuas ou coletivas, revoltas, abortos, suicídios, entre outros.

Para tal, partiremos de processos inquisitoriais oitocentistas que tratem de escravizados julgados pela prática de feitiçaria, buscando analisar casos onde se possa encontrar indícios de que a realização de determinadas práticas mágico-religiosas traziam consigo um caráter protetivo, sobretudo contra violências senhorias, o qual procuraremos compreender enquanto uma forma de resistência cotidiana, que não tinha por objetivo

pôr fim ao sistema escravista, mas propiciar na medida do possível uma melhora na condição de vida destes indivíduos.

IX Encontro Internacional de História Colonial

EIHC

DIMENSÕES GLOBAIS E LOCAIS DOS IMPÉRIOS COLONIAIS: REDES, CIRCULAÇÃO E DINÂMICAS (SÉCULOS XV-XIX)

Os povos indígenas na história colonial das Américas: políticas indigenistas e políticas indígenas entre os séculos XV e XIX

14

Francisco Cancela (UNEB) &
Mariana Albuquerque Dantas (UFRPE)

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Máscaras da submissão colonial: resistência cotidiana como chave analítica das relações entre indígenas e espanhóis no mundo colonial

Amanda Souza Leite
Mestranda, Universidade Federal de Mato Grosso
amandahistleite@gmail.com

O objetivo da comunicação é propor a noção de resistência cotidiana como chave analítica de relações entre indígenas e espanhóis. Houve diferentes formas de relação entre os agentes da coroa e da Igreja e as populações indígenas (alianças, contatos, amizades, negociações, guerras etc.). Isso também ocorre no Chile colonial, e o que chama atenção no caso dos indígenas araucanos, são as longas relações estabelecidas com espanhóis. Não necessariamente pautadas por violência, mas também estabelecidas por relações de etnogêneses, segundo alguns autores. Sendo assim, o objetivo da comunicação é propor o conceito de "resistência cotidiana", segundo a definição de James Scott, para pensar essas diversas relações que entendemos como resistência. De acordo com esse autor, resistência cotidiana refere-se a um tipo de resistência, não violenta, silenciosa e sutil, como fofocas, bebedeiras e mentiras contadas. Podendo assumir muitas formas, como atos de desobediências e recusas em seguir ordens. Para efeito de análise do caso chileno, isso será feito com uma fonte escrita pelo jesuíta Diego de Rosales em 1674 "Historia general del reino de Chile: Flandes Indiano".

Palavras chaves: resistência cotidiana; indígenas; Chile.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

A PEDAGOGIA DAACULTURAÇÃO: ALEGORIAS E PSICANÁLISE NOS AUTOS DE JOSÉ DE ANCHIETA

Ana Clara de Oliveira
Doutoranda, Universidade de Brasília
oliveiraanaclara14@gmail.com

A catequização realizada no início da colonização brasileira deixou inegáveis marcas nos povos autóctones da época e deu o primeiro passo para a moldagem do que seria a posterior sociedade brasileira. Nesse sentido, a pedagogia de José de Anchieta (1534 - 1597), explicitada principalmente em seus autos escritos para os indígenas, deixa pistas expressivas das estratégias utilizadas para a mudança social pretendida pela Igreja Católica e pelas Coroas Ibéricas. Dessa forma, a pesquisa se baseará nos pontos em comum dos autos anchietanos para analisar detidamente as alegorias apresentadas por ele m seu texto Auto de São Lourenço e os seus significados práticos para a população que as recebia. Logo, será estudada a dicotomia bem vs. mal constantemente empregada, especificamente incorporada às imagens de santos/ anjos e diabos, respectivamente. Além disso, e como objetivo principal, a pesquisa pretende compreender as consequências desse tipo de dicotomização em uma sociedade que, até a chegada dos portugueses em território brasileiro, era alheia a definições próximas da de "pecado", justamente por esses conceitos - tão bem fundamentados em culturas ocidentais com berço cristão - não fazerem sentido para a sua manifestação religiosa e cultural.

Nesse sentido, será fulcral a análise das diferenças entre importantes conceitos de formação e integração social, como "aculturação", "desculturação" e "transculturação",

de forma a entender e conceituar os desdobramentos da hibridização religiosa que ocorria na época e, principalmente, as suas consequências para a sociedade nascente. Somado a isso, pretende-se, também, entender o caráter psicológico relacionado aos fatos, considerando o papel psicanalítico da igreja - segundo Sigmund Freud (1856 - 1939) - e a possível Zona Cinzenta - conceito de Primo Levi (1919 - 1987) criado a partir da violência por ela estabelecida.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

A assembleia Potiguara em Tapisserica: alianças indígenas nas guerras luso-neerlandesas, 1624-1654

Bruno Romero Ferreira Miranda
Doutor, Professor Adjunto da Universidade Federal Rural de Pernambuco
bruno.rfmiranda@ufrpe.br

Em fins de março de 1645, aproximadamente duzentos indígenas Potiguara de diferentes áreas das Capitanias do Norte do Brasil, especificamente de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, reuniram-se em uma aldeia chamada Tapisserica, nesse tempo situada em território da Capitania de Itamaracá. Aliados dos neerlandeses que ocupavam porções amplas do litoral do nordeste do Brasil desde a década de 1630, eles fizeram possivelmente a primeira grande assembleia indígena da região naquele período. A reunião tinha por objetivo debater o futuro desse povo e sua relação com os neerlandeses, que enfrentavam grande dificuldade em controlar a colônia e estavam prestes a ter que lidar com a rebelião dos moradores portugueses que eclodiria poucos meses depois da assembleia dos Potiguara. Após a realização da assembleia, acompanhada e registrada por representantes da Companhia das Índias Ocidentais, os Potiguara entregaram uma representação escrita aos neerlandeses, contendo demandas e posições relativas à aliança existente entre as partes. Escolheram também naquela ocasião representantes entre as lideranças ali presentes para lidar diretamente com a Companhia. Trata-se de um importante documento político que até hoje não foi bem estudado. O objetivo dessa comunicação é analisar os documentos concernentes a assembleia Potiguara em Tapesserica, bem como debater as razões para a organização desse encontro e conectar essa reunião à cultura política indígena daqueles tempos,

inclusive buscando os elementos da cultura política indígena que antecedem a chegada dos europeus no Brasil. Ademais, o entendimento dessa assembleia permite compreender melhor as alianças forjadas entre os Potiguara e neerlandeses no século XVII – comparando-as com aquelas estabelecidas com portugueses em momentos anteriores e coevos aos episódios que serão narrados. Trata-se, por fim, de uma tentativa de escrita de uma história dos indígenas do Brasil tratando-os como sujeitos históricos e personagens importantes da narrativa dos eventos da guerra luso-neerlandesa (1624-1654).

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

"E não despedem flecha que não a empreguem": caminhos para a diplomacia indígena em meio as guerras neerlandesas nas capitanias do norte (1630-1654)"

Carmelita Costa Zuzart
Mestranda, UFRRJ
carmelitazuzart@gmail.com

Entre os anos de 1630 e 1654, a Companhia holandesa das Índias Ocidentais (WIC) invadiu as Capitanias do Norte do Brasil. Assim como em outros momentos da história da colonização brasileira, as forças portuguesas de resistência contaram com o apoio militar crucial de terços de homens negros e indígenas, este ultimo liderado por Antônio Felipe Camarão, primeiro governador dos índios do nordeste. Da mesma forma ocorreu do lado flamengo. Por meio de mensageiros indígenas e enviados tupis, os funcionários da WIC souberam que os vários povos indígenas nas províncias ao norte de Pernambuco estavam ansiosos para fazer uma aliança anti-portuguesa. Por isso, um pequeno grupo de indígenas potiguaras foi levado à República das Sete Províncias Unidas dos Países Baixos para serem educados e transformados em diplomatas e mediadores confiáveis. Disputados por cada lado da guerra, esses chefes possuíam conhecimentos das táticas, dos caminhos da terra e do poder de diálogo, sendo homens que souberam jogar no contexto conflitivo das capitanias do norte seiscentista. Dessa maneira, o objetivo desse trabalho é traçar os caminhos que levaram essas lideranças indígenas a postos de prestígios dentro das estruturas coloniais europeias, bem como usaram tais posições para balizar seus interesses. Através da análise das cartas trocadas entre lideranças de ambos os lados da guerra, esse trabalho procura mostrar a impressionante habilidade dos lideres potiguares em adotar discursos diferentes, aproveitando-se de práticas

culturais não-indígenas, a exemplo da própria escrita, para fins específicos condizentes com seus planos políticos. Embora fossem partidários leais, esses indígenas nunca se consideraram súditos da ordem colonial. Em vez disso, os diplomatas potiguaras viam principalmente esses momentos de aliança como uma oportunidade para promover a autonomia indígena frente ao colonialismo europeu. A partir do letramento, perceberemos que esses chefes de guerra não só conheciam, como dominavam as regras do jogo colonial.

Palavras-chave: diplomacia indígena, letramento, guerras holandesas, potiguaras, mediadores indígenas.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Caraôus ou Macamekrans: a guerra na fronteira entre Goiás e Maranhão

Carolina Alvim Santos
Doutoranda, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)
ca.alvim@hotmail.com

Este trabalho tem como objetivo compreender os impactos do colonialismo na vida do povo indígena Caraôus ou Macamekrans (as fontes consultadas se referem a esse povo, utilizando esses dois nomes conectados pela conjunção "ou") da vila de São Pedro de Alcântara, atual cidade de Carolina no Maranhão no início do século XIX. Com a chegada da família Real no Rio de Janeiro, em 1808, uma série de Cartas Régias (Carta Régia de 02/01/1808, Carta Régia de 13/05/1808, Carta Régia 05/11/1808, Carta Régia 05/09/1811 e Carta Régia de 11/08/1813) foram publicadas, decretando guerra justa aos indígenas. Embora os Caraôus ou Macamekrans não tenham sido citados nessas Cartas Régias, a justificativa da guerra justa os alcançou, antes mesmo das publicações das Cartas Régias de 05 de setembro de 1811 e 11 de agosto de 1813 destinada às regiões de Goiás e Maranhão, respectivamente. Essas Cartas Régias traçaram diretrizes que autorizavam a guerra e a escravidão contra as nações indígenas, a carta de 05 de setembro de 1811, destinada à capitania de Goiás, orientava a criação de uma sociedade comercial entre as capitanias de Goiás e Pará, cuja duração seria de 15 a 20 anos. Todavia, era preciso acabar com determinados obstáculos que poderiam impedir a navegação dos rios Tocantins, Maranhão e Araguaia, isto é, evitar que as nações indígenas dificultassem, por meio das incursões, a navegação daqueles rios. Para isso, foi concedido para quem estabelecesse nas margens daqueles rios a isenção de impostos, a utilização da mão-de-obra indígena e determinava a guerra contra os povos Apinajé,

Xavante, Xerente e Canoeiro. Já a Carta Régia de 11 de agosto de 1813, concede aos habitantes das margens do rio Grajaú, no Maranhão, os mesmos privilégios concedidos aos habitantes do rio Tocantins, pois facilitaria a comunicação entre as Capitanias de Goiás e Maranhão. Essa carta régia cita o nome do comandante Francisco José Pinto de Magalhães, pois fora concedido a ele os privilégios da carta régia de 05 de setembro de 1811, e foi ele quem deu início a vila de São Pedro de Alcantara. Contudo, essa vila apenas surgiu devido a possibilidade de aliança estabelecida entre Francisco José Pinto de Magalhães e Caraôus ou Macamekrans. Portanto, a partir de relatórios produzidos por viajantes e militares, que estavam na região quando fora decretada a guerra justa, esse trabalho tem como objetivo analisar os impactos dessa política indigenista do início do século XIX, os deslocamentos dos indígenas e quais interesses estavam em jogo nas relações estabelecidas entre os Caraôus e Macamekrans e os outros atores sociais nesse contexto de guerra justa.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Conquistar e comandar na América indígena. Produção e uso do poder na Mesoamérica na passagem do período pré-hispânico ao colonial

Eduardo Natalino dos Santos
Doutor, Departamento de História da FFLCH da USP
natalino@usp.br

Desde o século XIX, a conquista da América tem sido um dos temas mais famosos e recorrentes na produção historiográfica sobre a época moderna e sobre o período colonial, especialmente no caso da chamada América espanhola. Desde meados do século XX, a história dos vencidos e a história da mestiçagem têm sido responsáveis pela confecção das principais e mais difundidas explicações históricas sobre a conquista da América e suas consequências para os povos indígenas. Como ponto de partida, ambas vertentes historiográficas costumam enfocar os eventos que levaram à queda de México-Tenochtitlan e à entrada dos espanhóis em Cuzco, apresentando-os como concebidos, causados e dirigidos pelos espanhóis, frente aos quais os indígenas teriam apenas uma agência histórica reativa. Para essas linhas historiográficas, as vitórias sobre os mexicas e os incas operariam como a derrota de todos os povos indígenas: se as mais amplas e poderosas estruturas políticas indígenas haviam ruído mediante a atuação de algumas centenas de espanhóis, a submissão das outras comunidades e redes políticas indígenas seria apenas uma questão de tempo. À partir dessas derrotas, é comum que essas abordagens historiográficas voltem a evocar a atuação dos povos indígenas apenas para tratar das rebeliões coloniais ou da resistência cultural, apresentando-as como tentativas fracassadas de manter tradições e instituições de matriz pré-colonial ou como os estertores da desintegração de um mundo antigo que enfrenta seu destino inelutável:

sua desaparição ou assimilação diante do avanço do ocidente cristão. Procurando transformar esse persistente quadro explicativo e fortalecer a vertente historiográfica da história indígena, o objetivo geral da presente comunicação é analisar práticas, processos e concepções indígenas de conquista e poder na Mesoamérica durante o período pré-hispânico para entender suas principais continuidades e transformações durante as guerras hispano-indígenas de conquistas (1519-21) e o período colonial inicial (1521-1565). Essas análises serão realizadas sobre fontes históricas produzidas pelos próprios mexicas e por outras etnias nahuas, tais como o Códice Vaticano A, a Tira de la peregrinación, os Anales de Cuauhtitlan e o Códice Mendoza. Em posse dessas análises, as participações dos povos indígenas nahuas nas conquistas supostamente dirigidas pelos espanhóis e nos governos coloniais da primeira metade do século XVI poderão ser revisitadas. O intuito será ampliar a visibilidade das ações indígenas e entender suas perspectivas, ultrapassando, assim, caracterizações dicotômicas (como derrota ou resistência), unificadoras e totalizantes (como a aculturação e a mestiçagem), as quais ainda persistem em boa parte da produção historiográfica atual.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Veredas de um sertão indígena: retalhos de vidas em registros paroquiais (Freguesia de Barra do Rio Grande – Século XVIII)

Elisangela Oliveira Ferreira
Doutora, Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
elisangela.oliferreira@gmail.com

A historiografia tem analisado os acontecimentos que se desenrolaram a partir da segunda metade do século XVII nos diversos espaços do sertão nordestino, eventos trágicos que marcaram a conquista daqueles territórios aos povos indígenas. Nas narrativas, a reconstituição do passado passa, necessariamente, pela denúncia do extermínio, da escravização e da supressão das identidades indígenas com o avançar da sociedade colonial sobre o sertão. Os estudos voltam-se, sobretudo, para o contexto de conflitos mais agudos travados para a interiorização da conquista e ocupação. Derrotados os indígenas, que se dispersaram ou foram reduzidos em aldeias missionárias, diminuem as narrativas historiográficas. Uma inquietação que instiga este estudo é saber, na medida do possível, o que aconteceu com os povos indígenas do Vale do São Francisco ao longo do século XVIII. Após as guerras de conquista, no cotidiano da vida nas povoações e fazendas, em que medida os indígenas daqueles territórios foram submergindo ou desaparecendo em meio à população sertaneja que se formava? Seguimos um antigo chamado da historiografia que há décadas já apontava que as pesquisas sobre a história indígena deveriam enfatizar o espaço regional, substituindo as análises explicativas muito abrangentes por pesquisas mais circunscritas e que se apoiassem em novas fontes documentais. Assim, esta comunicação abordará os indígenas da freguesia de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande (atual Barra,

na Bahia), localizada na margem esquerda do rio São Francisco, no bispado de Pernambuco, estudados através dos assentos paroquiais de batizados, casamentos e óbitos do século XVIII. O acesso aos registros que sobreviveram à ação do tempo (e ao descaso) é fundamental para seguir as pistas dos povos indígenas do sertão, tornados cristãos e sujeitos aos preceitos da Igreja através da conquista religiosa. Esses registros permitem perceber aspectos do viver indígena, sua sobrevivência no tempo e no espaço; as relações que estabeleceram com outros grupos sociais; a geografia do parentesco e a dinâmica da mestiçagem; a permanência do cativeiro indígena; a persistência de grupos hostis, que não se deixaram reduzir mesmo no final do século XVIII – o gentio brabo mencionado nos registros.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Governo e administração nas vilas de índios: um estudo das posturas municipais da câmara da vila do Prado

Francisco Cancela
Doutor, UNEB
franciscocancela@yahoo.com.br

A vila do Prado foi criada em 1764 no contexto de aplicação das reformas pombalinas na antiga capitania de Porto Seguro. Formada a partir da arregimentação de indígenas fugitivos dos antigos aldeamentos jesuíticos da região, ergueu-se sob a regência das leis de liberdade de 1755 e do Diretório dos Índios. Como uma "vila de índios", admitia em sua câmara municipal lideranças indígenas nos cargos de vereadores, juízes e procuradores. E, como toda câmara do império português, a do Prado também possuía suas posturas municipais – uma espécie de regimento geral da governança local. Esta comunicação apresenta esse documento, buscando refletir sobre a política e administração das vilas de índios, na tentativa de evidenciar o papel do protagonismo indígena na composição das normas camarárias, bem como da presença da política indigenista nas determinações da governança local. Também será realizado um estudo comparativo com as posturas de outras vilas de índios da região e de câmaras de povoações não indígenas, na perspectiva de identificar semelhanças e diferenças.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

História Queerindígena: questões sobre gênero e sexualidade ao passado indígena

Jean Tiago Baptista
Doutor, Universidade Federal de Sergipe
jeantb@hotmail.com

Esta comunicação apresenta os resultados do projeto Entre o Arco e o Cesto, desenvolvido a partir de problemáticas interessadas em pensar uma História Indígena dissidente da matriz cisgênera e heterossexual, em especial a partir de uma aproximação com a abordagem comumente reconhecida como "Queer Indigenous Studies". A comunicação se divide em duas seções: a primeira, demonstra como determinadas corporalidades e performances indígenas foram tratadas em fontes documentais provenientes dos Manuscritos da Coleção De Angelis e outras obras redigidas por diversos missionários dos séculos XVII e XVIII — identifica, assim, a forja de corpos abjetos indígenas no processo colonial, em especial daqueles que foram denominados pelos padres e demais cronistas como "invertidos", "sométicos", "machorras" e "afeminados"; em seguida, discute os limites teóricos de uma abordagem Queer ao passado indígena, bem como suas potencialidades, sobretudo mediante a problematização do uso de modo isonômico às categorias ocidentais de "homossexualidade", "homem" e "mulher". Em conjunto, a comunicação discute a superação da representação dos "indígenas cis e heterocentrados", ou seja, a possibilidade teórico e metodológica de compreender a generificação e heterossexualização compulsórias dos povos ameríndios no campo historiográfico como mais uma etapa do colonialismo. Propõe, com isto, uma História Indígena onde corpos

indígenas possam ser lidos sem serem referenciados por noções ficcionais/binárias de gênero e de sexualidade próprias do Ocidente.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

"Que fique a dita vila na mesma tranquila posse": sobre a viabilidade política e financeira das câmaras municipais de vilas de índios no Ceará oitocentista

João Paulo Peixoto Costa
Doutor, Instituto Federal do Piauí
joao.peixoto@ifpi.edu.br

As câmaras municipais das vilas de índios no Ceará chegaram ao século XIX como instituições financeiramente insustentáveis. Responsáveis por gerir territórios municipais diminutos, uma população paupérrima e ainda sob a vigência da lei setecentista do Diretório dos Índios que limitava suas atividades comerciais, os conselhos eram ocupados por indígenas e outros não-índios frequentemente acusados de incapazes. Ainda assim, diante de tantas adversidades, seus componentes atuavam como podiam para mantê-las de pé, enfrentar eventuais abusos de representantes da justiça metropolitana e expor suas visões de si e de como conduzir seus próprios espaços. Pela análise de um ofício do governador Manuel Ignácio de Sampaio, de 1814, e de 7 anexos, documentos produzidos pelas câmaras das vilas de índios de Arronches, Soure e Messejana, o presente artigo pretende confrontar as perspectivas da liderança da capitania e dos membros dos senados indígenas acerca de sua viabilidade política e financeira.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

A participação de indígenas aldeados no lado neerlandês da Batalha do Monte das Tabocas (1645): identidade nacional, historiografia e fontes

Lucas de Lima Silva
Mestrando, Programa de Pós Graduação em História (PGH)/Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)
lucaslimasht@gmail.com

A Batalha do Monte das Tabocas é considerada desde o século XIX pela historiografia como um momento de inflexão no rumo da insurreição lusa contra o domínio da Companhia holandesa das Índias Ocidentais (WIC) sobre as Capitanias do Norte. Porém, apesar de ocupar um lugar reconhecidamente importante na história do período da ocupação holandesa no Brasil (1630-1654), poucas são as colaborações recentes sobre este evento que buscam extrapolar os lugares comuns que persistem desde os oitocentos, isto é: ora se analisa Tabocas exclusivamente sob a ótica diplomática, política e militar imediatamente contemporânea, através do papel que a batalha desempenhou em comprometer decididamente colonos e reinóis até então vacilantes sobre a viabilidade da rebelião; ora ainda se lê Tabocas com os olhos do nativismo, que põe aquela revolta colonial entre os eventos geradores da identidade nacional brasileira. Esta apresentação, produto de um artigo em desenvolvimento, tem como objetivo evidenciar o alto índice de indígenas aldeados presentes na composição da tropa neerlandesa quando da batalha, conjuntura que teve sua importância frequentemente suprimida pela historiografia. De fato, a presença de um agrupamento considerável de indígenas aliados à WIC na batalha não é fruto do acaso, mas sim consequência de políticas indígenas e indigenistas cuidadosamente tecidas nos anos anteriores. Do mesmo modo, as

repercussões da vitória portuguesa em Tabocas afetarão este enredamento prévio, e terão consequências não apenas para as populações indígenas ligadas aos aldeamentos coloniais nas Capitanias do Norte, mas também para o empreendimento neerlandês como um todo. Para avaliar apropriadamente as causas e consequências acima citadas, utilizaremos parte da documentação burocrática gerada pela própria Companhia Holandesa, relatos de indivíduos que tomaram ação diretamente na batalha, além de crônicas e histórias elaboradas por indivíduos que tiveram contato de forma secundária com o evento. A partir do confrontamento entre as fontes que documentam a participação qualitativa e quantitativa dos contingentes indígenas na batalha, também intentaremos discutir quais motivos explicam a sub-representação dessa tropa ameríndia pela historiografia do Brasil Holandês, apesar das múltiplas e objetivas evidências que apontam consistentemente para um envolvimento político e militar significativo de indígenas aldeados em Tabocas.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Construindo um espaço: Os mapas do capitão Domingos Alves Branco Muniz Barreto e o projeto para "civilizar" os indígenas da Bahia do século XVIII

Ramon Queiroz Souza
Doutorando, Professor da Educação Básica
ramon.queiroz@educacao.mg.gov.br

"Nem só de palavras se constrói uma narrativa" (NEUMANN; BARCELOS, 2022, p. 102). Já que, a História tem se mostrado uma área do conhecimento cada vez mais complexa e plural. Assim, além de ter apresentado, durante o século XX, com as publicações da Escola dos Anais (Cf. BRAUDEL, 1958; DUBY, 1953; FEBVRE, 1989), novas perspectivas de análises, bem como, novos objetos. Adentrou o século XXI, consolidando-se como uma ciência do tempo presente, que se renova constantemente, a fim de compreender as ações dos homens no tempo e no espaço (Cf. BLOCH, 2001).

Logo, a partir dos conceitos de objeto e fontes históricas, problematizados pelos intelectuais dos Anais, e dos trabalhos desenvolvidos a posteriori, objetiva-se com essa comunicação, analisar os mapas desenhados pelo capitão Domingos Alves Branco Muniz Barreto, quando este realizou uma viagem pela Capitania da Bahia no século XVIII, visitando algumas vilas e aldeamentos indígenas da região.

Para tanto, se faz necessário as discussões elaboradas no campo de pesquisa que, recentemente, se convencionou denominar História da Cartografia, o qual se ocupa da análise dos mapas históricos, "procurando investigar, entre outros, suas condições de produção, de circulação e consumo, seus objetivos, as formas de representação espacial,

de apropriação do território e de seus limites políticos e geográficos" (RODRIGUES, 2014, p.13).

Junto aos estudos cartográficos, pretende-se discutir como se deu a construção desses espaços pelo projeto colonizador a cabo de Portugal, bem como, pelo próprio capitão Barreto, já que o mesmo se constituía enquanto um agente colonial, militar ilustrado e "civilizador de índios".

Destaca-se um contexto em que estava em vigor a nova política indigenista a partir das ideias presentes no Diretório dos Índios (1758). Dessa forma, as viagens empreendidas por Barreto, buscavam, antes de tudo, prestar uma série de informações junto a Coroa portuguesa a respeito do "estado de civilização" em que as populações indígenas da Capitania da Bahia se encontravam. Assim, se faz de grande importância para as análises propostas, as contribuições historiográficas que a Nova História Indígena (Cf. MONTEIRO, 1994; ALMEIDA, 2013; MOREIRA, 2019), tem revelado para o entendimento das relações de contato, bem como, as desconstruções a respeito das ações indígenas na História do Brasil.

Considerando-se os elementos gráficos presentes nos mapas, mais, as narrativas que os compõem, em conjunto com as novas abordagens metodológicas é possível perceber informações reveladoras das dinâmicas sociais que foram forjadas nas vilas e aldeamentos visitados, por Barreto, principalmente as apropriações e releituras que os indígenas fizeram desses espaços.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Cartografia dos conflitos, deslocamentos e aldeamentos dos povos indígenas nos séculos XVII e XVIII na Capitania de Pernambuco.

Ricardo Pinto de Medeiros e
Doutor, Universidade Federal de Pernambuco
ricardopintomedeiros@gmail.com
Demétrio Mutzenberg
Doutor, Universidade Federal de Pernambuco
demetrio.mutzenberg@ufpe.br

O processo de conquista do território que compunha a capitania de Pernambuco nos séculos em questão foi sendo feito a partir do litoral, com a política de alianças e guerras com os povos indígenas que se encontravam na região e adentrando para o sertão, principalmente após a invasão holandesa. Estas alianças e guerras, entre povos indígenas e conquistadores, gerou informações que permitem localizar espacial e temporalmente as etnias e os tipos de conflitos. Como resultado das pazes estabelecidas, antigas aldeias foram transformadas em aldeamentos ou foram sendo criados novos aldeamentos, com o deslocamento de povos seja de outras aldeias ou aldeamentos, seja de povos ainda não aldeados. No século XVIII, a política pombalina intensificou a tentativa de controle e organização dos povos indígenas existentes na capitania, provocando redução dos aldeamentos existentes e transferências compulsórias para as novas vilas e lugares de índios estabelecidos. A proposta do trabalho é aplicar a metodologia desenvolvida, baseada em experiências anteriores de cartografia histórica dos povos indígenas em partes da Capitania de Pernambuco nos séculos XVIII e XIX , adaptando-a ao recorte temporal e espacial proposto.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

História Indígena e missionária nas Jacobinas, Sertão da Capitania da Bahia de Todos os Santos (1656-1707)

Solon Natalício Araújo dos Santos
Doutorando, Universidade Federal da Bahia
s_natalicio@yahoo.com.br

Este estudo consiste em uma análise das relações de contato e processo de tradução ou hibridização entre os grupos indígenas do sertão da Capitania da Bahia de todos os Santos e os missionários da Companhia de Jesus e da Ordem dos Frades Menores nas Jacobinas durante a segunda metade do século XVII e início do XVIII. Além da compreensão sobre como se articulou a complexa operação de tradução e organização dos símbolos, resultante do impacto e da socialização desses distintos agentes culturais, o objetivo desta pesquisa também é abordar as atuações política e as relações conflituosas entre os índios aldeados nas missões jesuíticas e franciscanas e os diversos agentes coloniais. Os grupos indígenas integrados à Colônia portuguesa tornaram-se índios aldeados e passaram a desempenhar diferentes papéis na sociedade colonial em formação. As questões da exploração do seu trabalho nas minas de ouro, de salitre e condução das boiadas e a consequente diminuição demográfica nos aldeamentos ocasionaram diversos confrontos entre índios, missionários, colonos e autoridades. No interior dos aldeamentos, as diversas etnias indígenas misturadas entre si, mas também com colonos e missionários, aprenderam novas práticas culturais e políticas que lhes possibilitaram negociar pelos seus próprios interesses. A documentação analisada revela o processo de tradução e mediação pelo qual os índios e missionários projetaram as suas respectivas imagens e universos simbólicos e que, na condição de aldeados, os índios

passaram a constituir categoria social genérica, imposta pelos colonizadores, mas apropriada por eles e construída no processo de sua interação e experiência histórica com os diferentes agentes sociais da Colônia.

IX Encontro Internacional de História Colonial

EIHC

DIMENSÕES GLOBAIS E LOCAIS DOS IMPÉRIOS COLONIAIS: REDES, CIRCULAÇÃO E DINÂMICAS (SÉCULOS XV-XIX)

Formas de pensar o Império: visões da África e da Ásia do colonial ao pós-colonial

15

Patrícia Souza de Faria (UFRRJ) & Roberta Guimarães Franco (UFMG)

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Referências teórico-metodológicas de pesquisadores em História Colonial na Revista Afro-Ásia (2001-2020)

Ana Lígia Viana Adami
Mestranda, UnB
analigiavianaadami@gmail.com

A pesquisa visa analisar a produção científica a respeito da História do Império Colonial Português na revista Afro-Ásia. A partir do levantamento de artigos publicados no periódico ao longo do século XXI, pretendo identificar a quantidade de artigos dedicados ao período, bem como palavras-chave, referências bibliográficas, autores e suas respectivas genealogias acadêmicas, a fim de obter um panorama teórico-metodológico do trabalho de pesquisadores atrelados, principalmente, ao nicho da revista, os continentes africano e asiático. Assim, utilizarei os dados quantitativos para dar suporte à discussão sobre como as partes integrantes do Império têm sido pensadas na contemporaneidade, afinal, através de quais prismas essa historiografia tem sido produzida? Quais são as principais referências utilizadas nesses artigos? Que relação pode ser estabelecida entre a formação dos autores e seus referenciais teóricos e metodológicos? É possível encontrar conexões na genealogia acadêmica deles? Questão como essas são fundamentais para a reflexão sobre o campo historiográfico e a forma as relações em seu interior impactam a produção de conhecimento sobre essas regiões.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

"Quiçá, fora mais acertado continuar co esta cõquista, q cõ a da India": Norte de África e Estado da Índia na cultura escrita durante o Período Filipino

Arthur Feller Rigaud Cardoso
Mestrando, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
arthur.feller.rc@gmail.com

O presente trabalho pretende analisar as representações discursivas da querela política sobre os rumos do império ultramarino português, opondo as regiões do Norte de África ao Estado da Índia (CRUZ, 1997), enquanto projetos políticos (CURTO, 2009). As duas regiões, tanto a empresa oriental quanto a presença marroquina portuguesa, constituíram o foco de dois projetos imperiais distintos, comumente opostos, e que remontam às primeiras incursões portuguesas para além do Cabo da Boa Esperança. Empresas de grande peso simbólico na política imperial de D. Manuel (THOMAZ, 1991), a discussão sobre os rumos do império português teve, na época de D. João III, um dos seus momentos mais críticos. Ao precisar lidar com a constante pressão dos xarifes marroquinos nas praças do Norte de África, a presença de corsários franceses no Brasil e a consolidação e manutenção do Estado da Índia, o governo joanino seria marcado por uma longa ponderação sobre quais praças, regiões e, portanto, projetos políticos, deveriam ser priorizados. Após vários anos consultando diversos membros da nobreza, constituintes de seu conselho privado, através de pareceres e cartas, inclusive com o Papa, a situação adversa faria o monarca optar por um lento e gradual recuo estratégico na fronteira norte-africana, mantendo, a partir de 1550, apenas as praças fortificadas de Ceuta, Tânger e Mazagão. Contudo, apesar de terem sido o Brasil e o Estado da Índia os priorizados, o Norte de África seguiu mantendo importância e prestígio, de forma que,

apesar de uma relativa omissão por parte da historiografia, diversas obras, como crônicas, poesias, entre outras formas de discursos, mantiveram acesa a dicotomia "Índia-Mauritânia Tingitana". Mesmo nos reinados posteriores a D. João III, e inclusive após o desastre de Alcácer Quibir (1578), sob o comando de D. Sebastião, diversos autores iriam representar e dar continuidade a essa querela, alguns inclusive propondo projetos políticos com base nessas visões múltiplas do império. Tais debates adentrariam o Período Filipino (1580 – 1640), em que até o governo de Filipe II de Portugal e III de Espanha (1598 – 1622) é possível rastrear seus ecos e reflexos, através de vozes múltiplas e na pena de diversos autores, cada um tomando posição, de forma direta ou indireta, nessa disputa. Portanto, o presente trabalho pretende analisar a permanência desse debate, veiculado através de uma visão dicotômica entre Norte de África e Estado da Índia, representado através de diversas obras da cultura escrita portuguesa, até o Período Filipino de Portugal na Monarquia Hispânica. A partir dessa reflexão, podemos talvez repensar o papel do Norte de África no complexo imperial do ultramar português, para além de um constante binômio de cunho economicista Índico vs. Atlântico.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

O que significam "raízes" ou "heranças"? Reflexões a propósito do declínio dos laços transoceânicos e a progressiva rarefação dos referentes brasileiros em São Tomé e Príncipe em oitocentos

Augusto Nascimento
Doutor, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
augusto.nasci@campus.ul.pt

A independência do Brasil não pôs imediatamente fim aos laços entre o Brasil e São Tomé e Príncipe, nem as heranças culturais e os laços simbólicos do Brasil com esta e outras sociedades africanas se esvaneceram de pronto. Todavia, somada aos arranjos diplomáticos sobre a eventual esfera de influência brasileira em África, em meados do século XIX a interdição mais efetiva da prossecução do tráfico transatlântico induziu o distanciamento entre brasileiros e as colónias portuguesas. Não obstante, pessoas, saberes – por exemplo, relativos à cultura do cacau, postos em prática na segunda metade de oitocentos no arquipélago por indivíduos com ligações com o Brasil – e práticas de poder – por exemplo, procedimentos de controlo social mais ou menos universais, corriqueiros nas fazendas brasileiras e nas roças do arquipélago – ainda circularam por territórios africanos, mormente em São Tomé e Príncipe, contribuindo para facetar a evolução política em vários pontos do que seria o património colonial português em África, do qual, durante décadas, o arquipélago seria um ícone.

Nesta comunicação, intenta-se abordar os impactos, em tese cada vez mais ténues, dos laços entre o Brasil e São Tomé e Príncipe ao longo de oitocentos. Noutros termos, a renovada construção da dominação colonial portuguesa foi apagando a menção a

referentes originários do Brasil ou que passavam pelo Brasil. Por exemplo, teria o catolicismo igual força se não fosse pregado por sacerdotes ilhéus formados no Brasil? Todavia, embora aparentemente presente no quotidiano de ilhéus e colonos, essa herança deixou de ser pensada como originária do Brasil ou, quando assim ocorreu, foi menos para lembrar o Brasil do que para legitimar o processo colonial.

Noutros termos, a valia e uso desses referentes ou instrumentos culturais dependeriam cada vez menos da menção da sua origem, assim como a memória dos seus usos sociais se esvaneceu e transformou com a aplicação em novos contextos, hipóteses, entre outras, a ponderar na interpretação da circulação e do significado dos múltiplos referentes culturais no tocante às visões de África.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Narrativas sobre os Mártires do Brasil e de Cuncolim: reflexões

Célia Tavares
Doutora, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
celiacst@gmail.com

Em 1570. Ignácio de Azevedo organizou a maior expedição missionária inaciana feita no reino de Portugal e dirigida para um espaço ultramarino, o Brasil, convocando voluntários em Portugal e Espanha. Conseguiu reunir 73 jesuítas, padres, irmãos e noviços, além de famílias e trabalhadores que ajudassem na construção de colégios e igrejas no Brasil, com número da expedição estimado em cerca de 87 pessoas no total. Próximo da entrada do porto de Santa Cruz de La Palma, a embarcação Santiago foi atacada por corsários huguenotes franceses, liderados mataram Azevedo e 39 companheiros.

Alguns ans depois, em 1583, na Índia, com intuito de construir cruzes e igrejas para estimular o aumento de conversões, alguns jesuítas, liderados pelo reitor do colégio e superior de Salsete, Rodolfo Acquaviva, sobrinho do Geral da Companhia de Jesus, Cláudio Acquaviva, organizaram uma visita à aldeia de Cuncolim, uma das maiores da região e com histórico de levantes contra as autoridades portuguesas e forte sobrevivência de práticas religiosas entendidas como gentílicas pelos padres jesuítas. Nesta aldeia, encontraram grande clima de tensão, o conselho dos gancares reunido e uma forte indisposição contra o grupo, inclusive com ameaças feitas em altos brados por um líder religioso que incitava os aldeões contra os padres e seus acompanhantes. O

levante finalmente ocorreu e aldeões armados investiram contra o grupo e praticaram o massacre dos cinco jesuítas e alguns leigos que os acompanhavam.

Ao fazer estudos sobre os mártires de Cuncolim identifica-se um problema: vários dicionários especializados informam a data de 25 de julho de 1583 como o dia do massacre, mas as fontes consultadas referem-se ao dia 15 de julho como a data do acontecimento.

Esta incongruência é reforçada por uma interpretação da historiografia sobre o tema que considera que teria havido uma manipulação desta data para fazer uma relação entre os dois eventos que envolviam mártires jesuítas. Mesmo considerando que de fato há uma forte difusão do martírio de Ignácio de Azevedo e seus companheiros na arregimentação de missionários nos colégios jesuítas no último quartel do século XVI e que havia culto a estes mártires logo após seu martírio, é questionável que as cartas que primeiro relatavam o massacre de Cuncolim afirmassem que ele teria ocorrido em 15 de julho, tendo sido escritas no calor da hora dos acontecimentos e relacionadas entre outras cartas em ordem cronológica na publicação de Wicki, a grande MONUMENTA INDICA, não é crível que teriam feito esta manobra. A presente comunicação pretende fazer uma reflexão sobre esta aparente incongruência narrativa, demonstrando outras possíveis interpretações.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

O governo de D. Pedro II de Portugal: as modificações das políticas coloniais na Amazônia e na Índia (segunda metade do século XVII)

Gabriel da Silva Reis
Mestrando, Universidade Federal do Pará
gabrielreis42@hotmail.com

O reinado de D. Pedro II de Portugal foi caracterizado pela reorganização do império marítimo português, tendo em vista as modificações políticas e econômicas que marcaram os territórios coloniais lusitanos no Brasil e na Índia durante o século XVII. Essas transformações estavam fundamentadas nas movimentações da Coroa de Portugal a partir da dissolução da União Ibérica (1580-1640), da Guerra de Restauração Portuguesa (1640-1668), das revezes nos conflitos com os holandeses que levaram a perda de territórios asiáticos e dos acordos comerciais com a Inglaterra. No Brasil, especificamente na região amazônica, este período teve como principal característica a ampliação dos projetos militares e comerciais guiados pela Coroa, visando o controle sobre o vale amazônico para exploração das drogas do Sertão, a construção de fortalezas e vilas para povoamento e defesa do território, e o controle sobre a navegação do rio Amazonas, mediante os ordenamentos régios aos governadores. Na Índia, a ampliação da administração estatal deu lugar à várias concessões destinadas aos ingleses, a exemplo da doação das ilhas de Mumbai, da repartição do comércio de canela, e da permissão para alocação de famílias britânicas nas vilas e portos asiáticos, como Goa, Cochim e Diu.

A partir das cessões dos domínios na costa do oceano Índico, em um processo semelhante às concessões comerciais aos britânicos nos portos e armazéns da costa atlântica brasileira, o Estado da Índia passou por um processo que pode ser considerado relativamente antagônico ao vivido no contexto amazônico. Diante disto, este trabalho busca analisar, de forma comparativa, as transformações ocorridas nos domínios portugueses na Amazônia e na Ásia durante o reinado de D. Pedro II, tendo em vista a formação do corredor militar no rio Amazonas – o conjunto de fortificações e praças de armas entre Almeirim e a Barra do Rio Negro – e a modificação das políticas de monopólio na Índia (Mumbai, Goa, Cochim e Diu). Esta análise se dá a partir da observação de documentos militares, comerciais e religiosos do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) e do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), além da identificação dos diferentes contextos geográficos e socioculturais das colônias em questão. Tais fontes permitem uma leitura profunda que, em certa medida, promove a percepção das características marcantes da reorganização colonial no mundo português na segunda metade do século XVII.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

"Porque el Señor me ha dado la respuesta de que esta fundación será para gloria suya y bien de muchas almas": conventos femininos e a cristianização na Ásia seiscentista.

Igor Santiago Costa
Mestrando em História Social pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (PPGH/UFBA), Bolsista Capes
santiagoigorct@gmail.com

A presente comunicação tem como foco principal a análise do processo de fundação de dois mosteiros femininos da Ordem de Santa Clara no século XVII. O primeiro foi erigido em Manila, no ano de 1621, e o segundo em Macau, entre 1633 e 1634. Essas casas conventuais serviram para abrigar a população feminina que desejava – ou era empurrada – na clausura, mas não só. Dentro da lógica imperial, fomentaram as tentativas de colonização e cristianização desses espaços, ao passo em que ofereciam uma outra via para as mulheres dessas regiões. Por outro lado, dentro da Ordem dos Frades Menores, à qual as clarissas deviam obediência, alimentaram páginas que pintaram a imagem dessas casas enquanto ferramenta da disseminação da fé cristã e da boa condução das almas de suas habitantes e de todo seu entorno.

Sobre essas casas foram escritos diversos textos, livros e crônicas. Das penas dos franciscanos saíram esses registros que, de certa forma, valorizaram a atuação da Ordem nesses espaços ultramarinos, endossando as relações com as instâncias superiores e fortalecendo os vínculos com as monarquias ibéricas. Essa parcela expressiva de textos dos Frades Menores, juntamente com uma documentação ligada à administração das cidades em que os mosteiros foram fundados, nos possibilita entender quais articulações

foram realizadas nessa empreitada, além dos indivíduos que nela estiveram metidos. É com base nesse escopo documental que nossa proposta se assenta. Além disso, partindo de proposições já clássicas sobre a missionação em espaços ultramarinos ibéricos, como as de Charles Boxer (1978), Caio Boschi (1998), Ângela Barreto Xavier (2008) e Patrícia de Faria (2013), em que o missionário é colocado enquanto a figura central desse processo, nosso principal objetivo diz respeito ao entendimento da figura feminina como promotora desses desígnios.

Desse modo, nosso intuito aqui é demonstrar como portugueses e espanhóis se valeram da fundação de mosteiros femininos para assegurar e demonstrar domínio territorial sobre os espaços que reivindicaram para si. Além disso, caberá também perceber as formas com que essas mulheres que encabeçaram as expedições para fundar novos conventos mobilizaram ideais cristãos missionários e voltados a uma espiritualidade própria de sua ordem religiosa. Assim, com base nesses escritos de cunho memorialístico, administrativo e biográfico devoto, pretendemos contribuir para o entendimento das táticas de domínio territorial empreendidas pelos ibéricos em suas possessões ultramarinas, refletindo sobre os limites da clausura feminina no período e os papéis desses outros agentes nestes processos.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Referências bibliográficas na "criação do continente africano" nos artigos científicos brasileiros (2001-2018)

Jonas W. Pegoraro
Doutor, Universidade de Brasília
jonaswp@unb.br

A comunicação visa apresentar uma análise sobre a produção científica brasileira entre os anos 2001 e 2018. Mais especificamente, serão apresentados dados a partir do estudo de 210 artigos científicos que contemplaram o continente africano em suas reflexões, dentro do período colonial brasileiro. Utilizando-se do banco de dados criado, foi possível esquadrinhar o fluxo de publicações das revistas escolhidas por região, seus autores/as, o trânsito entre os programas de pós-graduação que frequentaram e orientadores/as (possível devido ao cruzamento realizado com as informações presentes na Plataforma Lattes). Com o intuito de observar mudanças historiográficas para o período, foram investigadas as referências bibliográficas utilizadas, nas quais identificou-se os/as autores/as citados e os livros mais utilizados. Longe de ser um trabalho definitivo, ainda mais se tivermos em mente a extensiva produção acadêmica brasileira no século XXI, tanto nacional quanto internacional, a comunicação traz um panorama para dar suporte para reflexões sobre as produções, os/as produtores/as, temáticas que são/foram trabalhadas ao longo do período e as referências que deram substância às argumentações na constituição historiográfica recente. Com isso, apresenta uma reflexão na construção de uma "África" que (não) é nossa.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

A Negociação da Ásia: a Nau Neptuno e as possibilidades metodológicas dentro dos estudos sobre Ásia Portuguesa no Brasil

Maria do Carmo Oliveira da Silva Neta
Doutoranda, PPGH-UFPE
mary.oliveirasilvan@gmail.com

A presente proposta busca detalhar e contextualizar a documentação referente ao planejamento da viagem da Nau Neptuno em 1779, numa operação financeira intitulada aqui como a Negociação da Ásia. Dentro da documentação de planejamento da viagem, que deveria sair de Lisboa fazendo negócio em todos os lugares fortuitos e possíveis no Estado da Índia, objetiva-se identificar discursos e detalhes que demonstrem o caráter de inserção da Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba dentro das praças comerciais intracoloniais. Busca-se demonstrar também as possibilidades metodológicas para o estudo da Ásia Portuguesa no Brasil presentes na documentação, de suma importância para o estudo e a compreensão das minuciosidades do comércio intracolonial e dos portos de relevância da Ásia. Outros aspectos presentes são as rotas para as províncias do Norte, especialmente as orientações de navegação no Ganges e de negociação na China. Por conseguinte, tem-se nesses registros não apenas um objeto de pesquisa, mas também um excelente recurso didático.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Os bens da Índia: os jesuítas e a administração de terras em Goa (c.1580-1640)

Patricia Souza de Faria
Doutora, Professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
patricia@carvano.com.br

A presença dos padres da Companhia de Jesus em Goa insere-se no contexto da expansão lusa na Ásia, com a chegada dos primeiros jesuítas à Índia em 1542. Uma das formas de amparar materialmente as atividades missionárias dos jesuítas foi a administração de terras e de rendas fundiárias em Goa. O objetivo desta apresentação é analisar a administração de terras pelos jesuítas em Goa entre 1580 e 1640. Pretende-se tratar das formas de aquisição de terras pelos jesuítas (como as mercês régias, as doações de particulares, as negociações com líderes das aldeias). Além disso, almeja-se discutir como os jesuítas buscaram contornar as restrições em relação à posse de bens de raiz pelas ordens religiosas, sobretudo durante o governo dos Áustrias, com atenção às petições de padres reitores e de procuradores dos colégios de São Paulo de Goa e do Espírito Santo de Rachol produzidas neste contexto histórico. No âmbito das controvérsias em torno da posse da terra foram produzidos diversos documentos (listas de propriedades, traslados de escrituras, "nemos" produzidos pelas assembleias de aldeias), com abundantes informações relativas às propriedades administradas pelos jesuítas em Goa, que serão analisadas nesta apresentação.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

O Brasil e a Índia na pena de um gazeteiro. Escritos de José Freire de Monterroio Mascarenhas na primeira metade do Setecentos

Pedro Henrique Domingues de Lima
Mestrando, PPGH - Universidade Federal Fluminense (UFF)
ph_domingues@id.uff.br

Nascido de pai bastardo em Lisboa, José Freire de Monterroio Mascarenhas foi redator da Gazeta de Lisboa (1715-1760) e um profícuo escritor, que produziu dezenas de relações impressas. Da pena do "gazeteiro", saíram papéis sobre a América e a Índia portuguesa, como Os orizes conquistados e a série Epanaphora indica – dedicada ao 1º marquês de Castelo Novo, depois de Alorna. A presente comunicação busca analisar as formas de narrar o império português através da escrita de Monterroio, explorando as relações entre literatura e história. Pretendemos mostrar como a estética das narrativas pode influenciar os sentidos e leituras acerca das conquistas e seus povos nativos. No caso de Os orizes, os índios são representados com recursos a elementos textuais do universo maravilhoso. Já nos números das Epanaphoras sobressaem os sentidos políticos e encomiásticos ao nobre português. Nesta empreitada, adotamos o programa crítico-literário delineado por Erich Auerbach. Grosso modo, o filólogo demonstra uma preocupação com as formas textuais, investigando as representações do mundo empírico em obras de diferentes épocas. No Portugal setecentista, o movimento das academias cria modelos de escrita partilhados por uma elite letrada. Nobres e não-nobres compunham esse seleto grupo, ávido por notícias das paragens mais distantes. Tais relatos circulavam em forma de gazetas e papéis avulsos manuscritos ou impressos. Monterroio era parte integrante dessa chamada República das Letras, frequentou a

Academia Real da História Portuguesa e, provavelmente, estava a par dos debates travados pelos acadêmicos acerca das histórias eclesiástica e secular do império. Assim, pensamos que a vasta produção impressa do gazeteiro pode ampliar o entendimento sobre a efervescente cultura intelectual do século XVIII português.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Inquietações sobre dissonâncias na construção de uma História da Literatura: o caso angolano

Roberta Guimarães Franco
Doutora, UFMG/FAPEMIG
robertagf@uol.com.br

Esta proposta pretende apresentar as inquietações iniciais desenvolvidas no âmbito do projeto interinstitucional (UFMG-UFV-UFLA) "Dissonâncias no Atlântico de língua portuguesa: temporalidades, mentalidades e circularidade cultural entre Brasil, Portugal e Angola", financiado pela Fapemig, com o objetivo de analisar como a circulação cultural entre Brasil, Portugal e Angola é impactada pelo contexto do centenário da Independência brasileira (1922), instituindo temporalidades dissonantes entre esses três espaços, a partir de suas diferenças histórico-culturais, e reconfigurando a noção centro-periferia. O recorte apresentado nessa proposta de comunicação volta-se para o espaço angolano e, consequentemente, recua ao século XIX – temporalidade também contemplada pelo projeto construído a partir da tríade 1822-1922-2022 – momento da instalação do prelo (1844) na então colônia.

Embora os três espaços estejam envoltos em dinâmicas políticas que se entrelaçam pela questão colonial, é importante destacar as diferenças na colonização do território angolano, especialmente a partir da independência do Brasil e posteriormente, já no século XX, do Estado Novo português. As transformações políticas impactam na produção literária em Angola e na forma como hoje estudamos esses textos, problematizando a ideia de sistema literário em um espaço ainda colonizado. Nesse

sentido, também interessa pensar como a ideia de "influência", já superada nos estudos literários a partir de pressupostos da Literatura Comparada, parece ainda tão impositiva para espaços considerados periféricos, como o caso das literaturas africanas de língua portuguesa. Por fim, pretende-se realizar essas reflexões a partir do romance Nga Muturi (1882), de Alfredo Troni, e de alguns textos poéticos que compõem a antologia de poesia angolana, "Entre a Lua, o Caos e o Silêncio: a Flor" (2021), organizada por Irene Guerra Marques e Carlos Ferreira.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Entre memória e esquecimento: as madres fundadoras e as mônicas sublevadas no Convento de Sta. Mônica de Goa (sécs. XVII e XVIII)

Rozely Menezes Vigas Oliveira
Doutora, UERJ - FFP
rozelui@gmail.com

Em 1604, D. Phelipa Ferreira e D. Maria de Sá, mãe e filha, partiam de Taná, na região norte da costa ocidental da Índia, para Goa, capital do Império asiático português, com uma persistente vontade de seguir a vida religiosa de freiras professas. Um pouco mais de um século depois, em 1732 no já estabelecido Convento de Santa Mônica, Sor. Magdalena de Sto. Agostinho e Sor. Brites do Sacramento se enfrentavam numa crise interna profunda e com o arcebispo, seu superior. Quatro mulheres, religiosas, filhas de Sto. Agostinho e esposas de Cristo, prioresas de um rico convento feminino, fundado em 1606, pelo então arcebispo de Goa, D. Fr. Aleixo de Menezes. As vidas das duas primeiras tiveram um lugar na memória de sua comunidade, da sociedade colonial goesa e, inclusive, da reinol portuguesa. Por outro lado, as duas últimas caíram no esquecimento.

Memórias e esquecimentos são elementos determinantes na construção de culturas e ideologias, como também de identidades individuais e coletivas. Pois, em concordância com Joel Candau, "no puede haber identidad sin memoria (como recuerdos y olvidos), pues únicamente esta facultad permite la conciencia de uno mismo en la duración. [...] A la inversa, no puede haber memoria sin identidad" (CANDAU, 2006, p. 116). Desta maneira, a memória que modela o indivíduo ou um grupo, também é modelada por eles, numa dialética em que ambos se combinam, se auxiliam e se nutrem, construindo uma

trajetória de vida, uma narrativa e/ou uma história coletiva. Contudo, essa construção também é feita de esquecimentos, indissociáveis da memória. Uma narrativa é fabricada tanto pela valorização quanto pela amnésia de acontecimentos, pessoas e lugares. Elementos, que segundo Pollak (1992, p. 201-202), são constitutivos da identidade, posto que dão destaque aos sentimentos de pertencimento e de conformidade.

Tendo em mente as vivências das quatro prioresas, e com base na interação entre os conceitos de território, memória, esquecimento e identidade, o objetivo principal desta comunicação é analisar a construção e exaltação das imagens exemplares das madres fundadoras em contraponto com o esquecimento das prioresas que encabeçaram a crise conventual, da primeira metade do século XVIII. Para tal, serão analisadas tanto a agência das primeiras na construção e afirmação do cenóbio quanto as características e ações das últimas durante o conflito com o arcebispo D. Fr. Inácio de Sta. Teresa, que fez surgir um cisma dentro da comunidade.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

No rastro do crocodilo: o réptil como metáfora de África no imaginário europeu moderno

Saulo Castilho Pereira
Doutorando, UFRJ
saulocastilho.p@gmail.com

Desde a antiguidade, helênicos e romanos tinham Líbia, África, Egito e Etiópia como um outro. Lugares de saber e da filosofia, mas também dos antípodas, das zonas tórridas e das figuras monstruosas que povoavam o imaginário daqueles que viviam do outro lado do mediterrâneo. Muitas destas tópicas atravessaram o tempo, fosse nas bibliotecas das abadias ou nos manuscritos em árabe, e estiveram em alta nos primeiros séculos da expansão marítima dos europeus. Nesta comunicação eu pretendo me deter sobre uma delas: o crocodilo. Talvez seja este o elemento, para além da cor da pele, que mais demarque como os europeus percebiam África. Diversas gravuras produzidas sobre África nas prensas dos grandes centros europeus tinham o crocodilo como elemento figurativo. Gravuras famosas como a Marten de Vos e Adrian Collaert, para a série dos quatro continentes, foram fundamentais para que os répteis pudessem representar não só o Egito, mas todo continente africano. Além disso, o crocodilo também representava a luxúria, como descrito no texto da Iconologia de Cesare Ripa. A movimentação e circulação dessas imagens davam contornos a um continente majoritariamente desconhecido aos europeus, e mesmo na medida em que estes puderam adentrar o sertão africano e perceber que se tratava de algo muito maior que a Etiópia dos antigos, estas imagens e outros sentidos que elas evocavam permaneceram. É sobre este movimento que trataremos na comunicação.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Medicina Oriental e Caderno de Várias Receitas Orientais: análise do trânsito de saberes europeus e indianos a partir de manuscritos médico-farmacêuticos produzidos em Goa (séculos XVII e XVIII)

Vitória Marchetto
Mestranda, Universidade Estadual Paulista
vitoria.marchetto@unesp.br

Durante o século XVIII, na cidade de Goa – capital do então chamado Estado da Índia – , o cenário médico-farmacêutico colocava-se como palco para o encontro entre saberes provenientes das tradições medicinais europeias e indianas, ambas empregadas nos processos de cura que se desenvolviam nos hospitais e boticas estabelecidos na Índia. Contudo, determinações portuguesas pautadas em desconfianças voltadas aos métodos curativos nativos levaram a tentativas de limitação da atuação dos profissionais asiáticos dentro da esfera dos cuidados com o corpo na capital do Oriente português. Nesse sentido, os médicos versados nas artes de curar vigentes em Portugal foram priorizados em detrimento dos profissionais indianos.

Educados segundo a tradição Hipocrático-galênica, que vigorava na Europa desde a Antiguidade e ainda possuía lugar destacado no país luso durante o Setecentos, esses curadores europeus encontravam-se em número reduzido no Estado da Índia. Isso, somando-se à insuficiência da medicina portuguesa no tratamento de enfermidades típicas do clima dos trópicos e sua pouca familiaridade com elementos da natureza local, reforçou a relevância da presença dos médicos indianos na esfera médico-farmacêutica

goesa, com ênfase na figura dos vaidya, profissionais versados na ayurveda – arte médica embasada sobretudo em princípios do hinduísmo.

A presente proposta volta-se para a elucidação dos conhecimentos indianos usufruídos no âmbito do trato das enfermidades na Goa do século XVIII. Almejamos destacar as terapêuticas à disposição dos curadores em atuação, o modo como foram empregados métodos atribuídos aos saberes tradicionais nativos e, ainda, a forma como saberes indianos e europeus assimilaram-se dentro da esfera medicinal. Para tanto, lançaremos mão de manuscritos médicos produzidos na Índia, a saber: o Caderno de Várias Receitas Orientais (1696), de autoria do médico João dos Reis, no qual são apontados tratamentos e formulações úteis aos profissionais em atuação nos hospitais de Goa; e os dois volumes da obra Medicina Oriental (c. 1735-1786), produzida por um goês cujo nome não é revelado e que compila uma série de conhecimentos medicinais e naturais indianos. Pretendemos, portanto, analisar a forma como conhecimentos, terapêuticas e ingredientes europeus, asiáticos e de outras partes do mundo conhecido aparecem interligados nesses manuscritos, evidenciando, assim, possíveis aspectos do trânsito de saberes e informações que se desenvolveu ao longo das redes que conectavam os distintos territórios do Império português.

IX Encontro Internacional de História Colonial

IX EIHC

DIMENSÕES GLOBAIS E LOCAIS DOS IMPÉRIOS COLONIAIS: REDES, CIRCULAÇÃO E DINÂMICAS (SÉCULOS XV-XIX)

Práticas educativas e culturais nos Impérios Ibéricos

16

Cláudio DeNipoti (UEL/CEIbero)
& Ana Cristina Pereira Lage
(UFVJM/CEIbero)

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

A educação de mulheres convertidas: os estatutos do Recolhimento de São Raimundo Nonato e de Santa Maria Madalena, Bahia, c.1760

Ana Cristina Pereira Lage
Doutora, Docente Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM
ana.lage@ufvjm.edu.br

O recolhimento foi o modelo de instituição educativa feminina em formato de reclusão mais comum na América Portuguesa. Este tipo de instituição apareceu no início do período moderno com uma dupla intencionalidade: proporcionar segurança para mulheres pobres e desamparadas e a correção daquelas consideradas como 'desviantes' das normas sociais vigentes. Nesta comunicação, pretendo analisar a proposta educativa existente nos estatutos do Recolhimento de São Raimundo Nonato e de Santa Maria Madalena da Bahia, a partir da compreensão das relações de gênero e da intencionalidade do controle social das recolhidas. A partir de um de escalas, buscarei compreender a percepção da educação em uma instituição, no diálogo com a historiografia acerca dos recolhimentos existentes na América Portuguesa e em outros espaços. Utilizarei um documento que se encontra no Arquivo Histórico Ultramarino, no site do Projeto Resgate da Biblioteca Nacional Digital. De acordo com o cruzamento com outras fontes, provavelmente o documento foi redigido por volta de 1760, momento em que a casa passou a funcionar com os recursos da herança deixada por Raimundo Maciel Soares, que deixou em testamento recursos para a construção e funcionamento da instituição em troca de orações. O grupo de mulheres era formado por três senhoras brancas e "honestas" -Regente, Mestra dos Espíritos e Porteira- escolhidas pelos "senhores do Governo" para a administração da casa, e ainda outras mulheres brancas,

constituídas por doze convertidas e cinco supranumerárias (responsáveis por pagar pelo próprio sustento). As convertidas seriam mulheres que haviam "declinado do caminho da honestidade" e eram constituídas por prostitutas ou mulheres casadas e adúlteras, que deveriam ser "educadas" por meio da disciplina e exemplo. A instituição também poderia receber meninas pobres e órfãs de pai e mãe, que procurassem a reclusão para não caírem no "caminho da perdição". Considero que a Mestra dos Espíritos tinha papel central na casa, uma vez que cuidava de zelar pelo espiritual e pelo temporal das convertidas, sendo responsável pelo ensino dos Estatutos e da doutrina Cristã, além da administração dos trabalhos manuais e o ensino do coser na "Casa do Labor". Este era o espaço específico para o aprendizado e fabricação de trabalhos manuais que eram vendidos e revertidos para o auxílio da manutenção da instituição. Ao analisar os estatutos, além do controle masculino sobre a administração dos bens e na indicação das mulheres que gerenciariam a casa, é possível observar como esta instituição foi criada com a intencionalidade de preparar as mulheres para o trabalho e ganho do próprio sustento, além de afastá-las e moldá-las na socialmente.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

"Formar um corpo de instrução particular e bem ligado": apontamentos médicos sobre Moçambique (décadas iniciais do século XIX)

Ana Paula Wagner
Doutora, Universidade Estadual do Centro-Oeste
anapwagner@gmail.com

Com a expansão marítima e a formação de impérios ibéricos, estudos sobre as dinâmicas sociais estabelecidas a partir de então indicam a necessidade de compreender as trocas culturais instituídas entre diferentes grupos, buscando mapear os inúmeros processos de apropriações e reapropriações de conhecimento. Da mesma forma, alguns trabalhos em especial se concentram em descortinar o quanto a cultura escrita constitui um importante caminho; como apontam Algranti e Megiani "na transmissão de ideias, valores, normas, costumes e saberes entre metrópoles e suas colônias, bem como entre as diferentes possessões ultramarinas que integravam tais impérios coloniais". Nesse aspecto em particular, interessa-nos uma aproximação com um agente da coroa portuguesa, o médico italiano Luís Vicente de Simoni, que atuou como físico-mor no Hospital Militar e Civil da Ilha de Moçambique, entre os anos de 1819 e 1821. Durante sua temporada no cargo, Simoni fez anotações e registros dos casos que cuidou em Moçambique e posteriormente, já no Rio de Janeiro, escreveu o Tratado Médico sobre Clima e Enfermidades de Moçambique (1821). Na introdução do manuscrito, Simone propõe escrever e "formar um corpo de instrução particular e bem ligado" para aqueles que forem exercer a medicina em Moçambique, tendo em conta as particularidades da localidade onde atuou. Ele, de uma certa forma, indica a necessidade de compreensão das circunstâncias específicas das enfermidades de cada território, questionando,

inclusive, algumas generalizações do conhecimento médico europeu. No seu entendimento, nem mesmo uma obra médica sobre Angola, como o Ensaios sobre Algumas Enfermidades d´Angola (1799), ainda que pudessem trazer princípios e "observações muito análogas", por ser um "país situado no mesmo continente e quase na mesma latitude", não era suficiente para servir de parâmetro para Moçambique. O médico italiano ressalta que sua atenção, durante o período na África Oriental, esteve voltada em descobrir as causas que produziam as enfermidades e investigar a influência que o clima e os costumes exerciam no estado de saúde/doença. Do mesmo modo, argumentou que não descuidou em observar o "methodo de cura que a experiência mostrara mais feliz" para o combate às enfermidades". Conforme Bastos, muitos dos funcionários do serviço de saúde, em seus postos de trabalho nos territórios ultramarinos, não se limitaram a "enviar para um centro o que recolhem no local, mas processam o conhecimento e mobilizam-no de imediato para a ação". Assim, esta comunicação buscará apresentar alguns aspectos da produção e circulação de um conhecimento médico sobre Moçambique, no início do oitocentos, contribuindo com discussões sobre instrução, cultura escrita e as práticas culturais no espaço imperial ibérico.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Pombalismo e o ensino da matemática (Portugal, décadas finais do século XVIII)

Antonio Cesar de Almeida Santos
Doutor, Departamento de História da Universidade Federal do Paraná
acasantos1954@gmail.com

Pretendo apresentar alguns comentários ao ensino das ciências matemáticas em Portugal, nas décadas finais do século XVIII, a partir da historiografia e de documentação concernentes ao assunto. Tomo a criação do Curso Matemático na Universidade de Coimbra como ponto de partida; seus Estatutos, publicados em 1772, afirmavam que "as Matemáticas" gozavam de grande prestígio, devido à "exatidão luminosa do seu método", o que tornava o seu ensino indispensável, pois, "se a mesma Universidade ficasse destituída das luzes Matemáticas, como infelizmente esteve nos dois séculos próximos precedentes, não seria mais do que um caos, semelhante ao Universo se fosse privado dos resplendores do Sol". Este declarado interesse pela matemática e pelo método dela derivado está inserido no movimento das reformas educacionais promovidas no reinado de D. José (1750-1777), que declarou, em 1761, quando da criação do Colégio Real dos Nobres: "o estudo da Matemática e das diferentes partes que a constituem é não só útil, mas indispensavelmente necessário a todos os que aspirarem a servir-me na milícia, ou por mar, ou por terra". Essas palavras do rei português parecem estar ancoradas nas ponderações de Antonio Nunes Ribeiro Sanches, para quem a educação escolar deveria instruir os jovens fidalgos "não só nas letras humanas, mas também na política e nas matemáticas, para servir a sua pátria, nos cargos da guerra, e nos da paz". Não obstante o discurso reformista, para o qual os "dois séculos próximos precedentes" foram destituídos "das luzes Matemáticas", o interesse pela

matemática, em Portugal, era antigo, especialmente devido, primeiro, à atividade náutica e, depois, pelo contexto da Guerra da Restauração (1640-1668), quando conhecimentos de geometria tornaram-se indispensáveis para as atividades de fortificação e de balística. Todavia, à medida que se avança para o final do século XVIII, os conhecimentos matemáticos, cada vez mais, tornam-se necessários para a riqueza do reino e para a sua defesa e de seus territórios ultramarinos. Ainda assim, o Curso de Matemática da Universidade de Coimbra enfrentou sérios dissabores em seus anos iniciais, especialmente o pequeno número de matrículas. No entanto, ainda que ele não tenha obtido o sucesso esperado, as décadas finais do século XVIII registraram a criação de diversas instituições que ministravam cursos matemáticos, como a Academia da Marinha (1779), a Academia dos Guardas-Marinhas (1782), a Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho (1790) e o Real Corpo de Engenheiros (1790-3); uma situação que parece evidenciar a presença de uma política que buscou, nas palavras de Francisco de Borja Garção-Stockler "excitar nos portugueses estímulos capazes de os moverem ao difícil estudo dos ramos mais sublimes das matemáticas".

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Dona Antônia Leal e seus dois maridos: circulação de livros e objetos em Mariana/MG no final do século XVIII e início do século XIX

Cláudia Eliane Parreiras Marques Martinez
Doutora, Professora Associada da Universidade Estadual de Londrina
cepmartinez@uel.br

O objetivo desta comunicação é analisar a circulação de livros e da cultura material nas Minas setecentistas, em especial, na cidade de Mariana/MG. A trajetória e a conexão dos bens e das bibliotecas dos advogados, Manoel Brás Ferreira e Antônio da Silva e Souza, que viveram e morreram na Capitania de Minas Gerais, serviram de parâmetro para as análises desenvolvidas. A constatação da união do acervo livresco só foi possível com o estudo dos inventários post mortem e dos testamentos de ambos os bacharéis em direito pela Universidade de Coimbra. Embora a biblioteca e os bens dos referidos advogados sejam fundamentais para a análise empreendida, Dona Antônia Luiza da Silva Leal acabou se revelando a protagonista dessa história. Moradora do imponente sobrado, localizado na rua Direita - edificação preservada e que hoje abriga o Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana - ficou viúva de Manuel Brás em 1787. Poucos anos depois, casou-se com Antônio Ferreira da Silva, colega de profissão e um dos avaliadores da biblioteca do primeiro marido. A segunda união matrimonial foi interrompida, em 1801, com a morte de Antônio da Silva e Souza; Dona Antônia Leal tornava-se viúva novamente. As descrições e avaliações dos bens, assim como o imposto da Décima Predial Urbana criado pelo alvará de 1808, indicam que, ao contrair as segundas núpcias, com Antônio, continuou moradora do casarão na rua Direita, permaneceu com suas joias, os objetos pessoais e os livros do primeiro marido, Manoel Brás. A história que

envolveu os dois casamentos permite compreender a posse, o trânsito de artefatos, a fortuna crítica dos livros privados na Colônia, dos casamentos entre "iguais" e o papel da mulher na sociedade setecentista. Os resultados da pesquisa permitiram, ainda, dimensionar que a posse, o empréstimo de livros e a sobreposição dos acervos livrescos foram importantes não só para a circulação de ideias, bem como para o reconhecimento social dos proprietários dos alfarrábios e, principalmente, do destino dado às bibliotecas pelas consortes.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Gabinete de Leitura de Pierre Bonnardel – Lisboa, 1815-1845

Cláudio DeNipoti
Doutor, Universidade Estadual de Londrina
denipoti@uel.br

No universo dos estudos sobre a circulação da palavra impressa, há um espaço bastante importante dedicado aos clubes e gabinetes de leitura, gabinetes literários, bibliotecas por assinatura, e outras instituições semelhantes. Este projeto pretende verificar a trajetória do Gabinete de Leitura de Pierre Bonnardel, livreiro de origem francesa estabelecido em Lisboa, em particular no período entre 1815 e 1845, quando foram publicados diversos catálogos dos livros disponíveis para empréstimo. Este estudo será situado no campo mais amplo da história do livro em Portugal em fins do século XVIII e início do século XIX, em consonância com estudos já realizados sobre posse e circulação de livros na América portuguesa e em Portugal no período em foco. Os estudos já desenvolvidos lidaram com os livreiros de origem francesa estabelecidos em Portugal a partir de meados do século XVIII, com catálogos de bibliotecas particulares e com as representações do livro e da cultura escrita (DENIPOTI, 2022, p. 252-277), além de outros aspectos da cultura escrita relacionados à educação e à censura e às traduções para a língua portuguesa

Neste contexto de pesquisa, o Gabinete de leitura de Pierre Bonnardel surge como sequência do trabalho de pesquisa por caracterizar-se como uma biblioteca de empréstimos – como o caso, descrito em 1798, do "francês M. De Meaussé, que montou aqui [Lisboa] um gabinete de leitura [e] recebe, ordinariamente, quantos livros quer, mas

não lhe é permitido consentir que os naturais do país se aproveitem deles" . A existência de tais gabinetes tem sido estudada pela historiografia especializada e merece ser vista no contexto mais amplo dos hábitos de leitura e processos de circulação de livros e ideias no universo lusitano (e, por extensão, luso-americano).

Roger Chartier também elenca os gabinetes de leitura como prática corrente na França do século XVIII, como instituições complementares às bibliotecas, livrarias e sociedades literárias, cuja principal característica era ser "um lugar de intercâmbios livres e encontros espontâneos". Que tais gabinetes surjam no contexto luso-brasileiro já no final do século XVIII coaduna-se com as práticas comerciais de uma comunidade livreira majoritariamente de origem francesa

Partindo destes estudos, o presente estudoterá como objetivo estudar o gabinete de Bonnardel no contexto das práticas de leitura da primeira metade do século XIX, mapeando, a partir dos catálogos impressos publicados. A tipologia dos livros listados, na ausência de informações diretas sobre os leitores ou subscritores, pode fornecer pistas sobre hábitos e práticas de leitura peculiares à época e à sociedade em foco.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

"Livros e os saberes em Vila Rica do século XVIII e século XIX: a biblioteca do Tenente José Maria Veloso de Miranda em Mariana"

Edson Junior dos Santos
Doutorando, UFMG
edsonjunio@hotmail.com

A circulação dos saberes na capitania de Minas Gerais, nos séculos XVIII e século XIX, não se limitou à produção artística sacra e ilusionista, mas incluiu também outras áreas do conhecimento, como a matemática, a geometria e a física. Os saberes eram transmitidos por meio de livros, gravuras, conversas e experiências práticas entre os sujeitos que habitavam a região. A presente comunicação, tem como objetivo, abordar alguns livros de matemática e física que trazem saberes presentes no inventário pos mortem de um militar da cidade de Mariana, Minas Gerais, do tenente José Maria de Miranda [1822]. Trata-se de um documento, contendo diversos livros que circulavam nas Minas Setecentistas, que ajudam-nos entender como os saberes circulavam naquele contexto, com exemplos práticos que auxiliariam na execução dos trabalhos do cotidiano, bem como explicava os fenômenos da natureza.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

O movimento anti-Luzes em Portugal: Agostinho de Macedo e o Sermão contra o filosofismo do século XIX

Eduardo Teixeira de Carvalho Junior
Doutor, Professor
eduardotcjr@gmail.com

Nossa proposta consiste em analisar a critica às Luzes feita por Agostinho de Macedo no seu "Sermão contra o filosofismo do século XIX". Publicado em 1811, um momento de profundas transformações, em que a Europa vivia os efeitos da Revolução Francesa e das invasões napoleônicas, Agostinho de Macedo, em defesa da religião e da "boa razão", atacava os "livres pensadores" e os "obscuros adeptos do Iluminismo". Foi um grande polemista e um dos pensadores portugueses mais profícuos de sua época e talvez possa ser situado dentro do que se convencionou chamar de contra-iluminismo, antiiluminismo, antifilosofismo, movimento contra-revolucionário e, de forma mais geral, pensamento conservador. Contudo, assim como estudos recentes questionam estes rótulos para o caso de Edmund Burke, como no trabalho de Gertrude Himmelfarb sobre o iluminismo britânico, Maria Ivone de Ornellas de Andrade prefere identificar Agostinho de Macedo como um "iluminista paradoxal", que conforme destaca: "soube como ninguém servir-se da produção filosófica do iluminismo para atacar as próprias Luzes". Agostinho de Macedo argumentava que "o fato de o homem seguir alguns preceitos da fé, não o incapacita de poder fazer um bom uso da "razão natural" e defendia uma forma específica de se fazer uso da razão, o que ele entende por uma "fé raciocinável".

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

"Le parfait Homme de Guerre": análise do discurso educativo que um pai direcionou ao seu filho para o ingresso no serviço militar (França, Portugal e Espanha – Séculos XVII e XVIII)

Fernando Ripe
Doutor, Universidade Federal de Pelotas (UFPel)
fernandoripe@yahoo.com.br

Inserido no campo da História da Educação por meio da historiografia que investiga a cultura impressa no período Moderno, a presente proposta de comunicação pretende divulgar a análise empreendida sobre os discursos de uma obra que circulou na Europa, na qual um pai direcionava ao seu filho uma série de ensinamentos para quando este ingressasse no serviço militar. Tal discurso foi primeiramente impresso na França no ano de 1697 como apêndice da obra Le parfait Homme de Guerre de autoria de Le Chevailer de Villemain. Em 1737 o impresso francês obteve tradução para a língua portuguesa, compondo parte do livro Discursos sobre a disciplina militar, e sciencia de hum soldado de infantaria; dedicados aos, soldados novos, sido assinado à sombra da alcunha do pseudônimo Theotonio de Sousa Tavares. Já, na Espanha, em 1791, o discurso foi impresso isoladamente sob o título de Instrucciones de un padre á un hijo que entra en el servicio militar por Don Santiago Alvarez y Campo. Além de perceber a circulação do texto pelos três reinos europeus, buscamos efetuar uma analítica sobre os enunciados que compõem o respectivo discurso, identificando um conjunto de unidades de sentidos dispostas em quatro bases de enunciação, quais sejam: i. aquelas que conferem sentimentos religiosos, notadamente, vinculadas às virtudes cardeais cristãs; ii. as condizentes com a incitação ao condicionamento físico para um jovem saudável; iii. as

que narram situações práticas e cotidianas envolvendo ocasiões de urbanidade e civilidade de acordo com a moralidade e os protocolos sociais instituídos à época e, por fim, iv. as próprias vivências do exercício militar com especial destaque para a prescrição da manutenção da hierarquia dos exércitos, à observância sobre os perigos do ócio, à produção de masculinidades, o controle sobre o ódio e a violência em situações bélicas. Tal conjunto enunciativo é observado teoricamente pelas lentes foucaultianas como sendo um processo para constituir e modelar o corpo e o comportamento juvenil. Portanto, indicando a constituição discursiva de um específico modelo de sujeito a partir da propagação do discurso possibilitado e potencializado pela cultura impressa do final do Período Moderno.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Hipólito da Costa, o Correio Braziliense e a circulação de livros mundo luso-brasileiro (1808-1822)

Gabriel de Abreu Machado Gaspar
Doutorando, Universidade Federal Fluminense
machado.ga18@gmail.com

No alvorecer do Oitocentos, era íntima relação entre os livros e os periódicos. Os jornais constantemente transcreviam e traduziam, quando necessário, longos trechos de obras publicados, muitas vezes acompanhado de comentários dos redatores. Além disso, traziam anúncios e catálogos de obras vendidas por livreiros e negociantes. Alguns jornais dedicavam seções inteiras a noticiar e comentar as novas publicações.Era o caso do Correio Braziliense ou Armazém Literário, periódico publicado em Londres e redigido por Hipólito José da Costa (1774-1823). Desde o primeiro número, saído a luz em junho de 1808, o redator, imbuído do forte patriotismo que lhe era característico, assumia o compromisso de iluminar seus compatriotas sobre os fatos políticos e literários da Europa. Neste projeto marcadamente ilustrado, os progressos científicos, literários e artísticos compunham o rol dos conhecimentos úteis à sociedade luso-brasileira. Os livros, veículos dessas ideias, mereciam especial atenção na seção "Literatura e Ciências" do periódico publicado em Londres, na qual Hipólito da Costa comentava as novas obras publicadas nas línguas inglesa e portuguesa. Inspirada pela História do Livro e da Leitura, a presente comunicação analisará, a partir dos dados recolhidos no Correio Braziliense entre 1808 e 1822, as áreas temáticas, os autores, os tradutores, os idiomas e as cidades de publicação das obras comentadas por Hipólito da Costa.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

JOÃO FELIPE BETTENDORFF: UM INTELECTUAL MEDIADOR NA AMAZÕNIA SEISCENTISTA

Jane Elisa Otomar Buecke
Doutoranda, Universidade Federal do Pará
janebuecke@yahoo.com.br

Esta comunicação trata a trajetória do padre jesuíta João Felipe Bettendorff, que atuou como missionário na Amazônia na segunda metade do século XVII, período em que se destacou no desenvolvimento e consolidação da missão e da organização da educação institucional no âmbito da Companhia de Jesus. Ele nasceu em 1625 em Lintgen, em um vilarejo no vale do Alzette, no então Ducado de Luxemburgo. Em 1661 chegou à Amazônia para integrar a missão jesuíta, sendo designado para a missão do Pará, precisamente na região do Tapajós. Nesse mesmo ano, ocorreu a revolta dos colonos em Belém contra os jesuítas pela disputa de mão-de-obra indígena. Os colonos, obtiveram o apoio do governador Pedro de Mello na expulsão dos padres. Como Bettendorff estava longe de Belém, conseguiu escapar da expulsão e permaneceu na região. Em 1684 ocorreu nova revolta contra os jesuítas e dessa vez, o padre João Felipe foi expulso com os demais. Em seguida partiu para Lisboa a fim de apresentar ao rei sua versão dos fatos e negociar a possibilidades de retomar a missão. No período em que esteve na Côrte (1684-1688), ele investiu na reedição da gramática da língua brasílica do padre Luis Figueira cuja primeira edição era de 1621. Em 1687, publicou a reimpressão do original com as devidas revisões. Publicou também, o Compendio da doutrina christam na Lingua Portugueza, & Brasilica: em que se comprehendem os principais mysterios de nossa Santa Fe Catholica, & meios de nossa salvação, utilizado na missão do Maranhão

como material didático para a catequese. No final do século XVII, escreveu a Crônica dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão. Bettendorff traduziu o catecismo em várias línguas nativas com a ajuda de índígenas possibilitando-o, assim, catequizá-los em suas próprias línguas. Ele também protagonizou a elaboração do Regimento das Missões, legislação que impôs uma nova relação dos colonos com índios e padres. Nesse sentido, ele atuou como o intelectual mediador, que ao buscar os interesses da sua ordem, preocupou-se em prover condições para a sobrevivência dos jesuítas na colônia. Seu foco estava na missão jesuíta, mas sua estratégia teve um cunho jurídico a fim de garantir um suporte definitivo para a realização da missão no contexto específico da Amazônia. Com o respaldo do Regimento das Missões, publicado em 1688, foi possível retornar ao Pará e realizar a estruturação dos cursos ofertados no Colégio de Santo Alexandre. Com o apoio de padres e noviços que vieram de Portugal com ele e outros que retornaram do Estado do Brazil, onde estavam desde a expulsão em 1684, teve início o curso de Filosofia, que recebeu alunos inclusive de outras ordens, como os mercedários.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Os mestres de primeiras letras e a relação com as famílias – um estudo de caso (Vila Rica, Minas Gerais, século XVIII)

Kelly Lislie Julio
Doutora, Universidade Federal de São João del-Rei
kellylislie@ufsj.edu.br

Durante o período colonial brasileiro, o processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita poderia ocorrer de diferentes maneiras e em diversos espaços. Atendo-se às práticas ocorridas após a reforma pombalina de 1759, é possível indicar o funcionamento de espaços para esse tipo de instrução financiados pelo Estado, com as aulas régias, nas casas dos próprios alunos ou ainda na escola de mestres particulares. Nas duas últimas situações, eram as próprias famílias que arcavam com os salários e, quando as aulas aconteciam em ambientes organizados pelo professor, havia casos em que esses mestres acabavam assumindo outras funções para além da instrução, transformando esses espaços numa espécie de "pensão e escola". Esta comunicação pretende se ater nesses últimos espaços. A proposta é refletir sobre a organização desses ambientes, o papel desses mestres de primeiras letras e a relação com as famílias. Para tal, será abordada a atuação do mestre de primeiras letras André de Souza Benavides, atuante em Vila Rica, Minas Gerais, no final do século XVIII. Serão considerados especialmente os indícios presentes em inventários da citada localidade que trazem informações sobre pagamentos, manutenção de menores sob a responsabilidade de Benavides, requerimentos e relatos a respeito das condições de seus alunos. Algumas informações presentes nos documentos têm revelado que a relação dos mestres particulares com as famílias era bem mais complexa e abarcava muito mais que o acesso ao mundo da escrita

por parte dos alunos. Sobre o espaço de funcionamento, era na própria casa do professor que aconteciam as atividades e, inclusive, outros membros da família atuavam, o que permitia, por exemplo, receber meninas que também aprendiam as chamadas "prendas femininas" junto às mulheres do círculo familiar do professor. Cabe destacar ainda que, embora a atuação desse professor tenha sido acordada diretamente com as famílias e responsáveis, houve casos de atrasos de pagamentos de salários do citado professor que, mais de uma vez, precisou emitir cobrar pelos seus serviços e pelo sustento dos menores.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

"Quando menino não lhe viu trato algum mais do que ele ir à escola". Educação, mobilidade e ascensão social no Atlântico Luso-Brasileiro (XVIII-XIX)

Luciane Scarato
Doutora, pesquisadora independente
lcscarato@gmail.com

Investir na educação dos filhos revelou-se uma estratégia eficaz de mobilidade e ascensão social no Atlântico Luso-Brasileiro durante os séculos XVIII e XIX. Em uma sociedade na qual o trabalho manual obstaculizava e, frequentemente, impedia uma plena integração devido aos estatutos de pureza de sangue, dedicar-se exclusivamente aos estudos aumentava as chances de participação na sociedade colonial. A busca pela educação era particularmente notável entre os meninos que migravam de Portugal para o Brasil em tenra idade. Essa preocupação com a educação dos filhos é evidente nos processos de habilitação da Ordem de Cristo e do Santo Ofício, nas quais muitas testemunhas faziam questão de destacar que, quando criança, o candidato ao título nobilitante se dedicava exclusivamente à frequência escolar.

Esta comunicação propõe uma avaliação abrangente do significado das estratégias educacionais tanto para os colonos portugueses quanto para as elites luso-brasileiras. Além disso, analisa casos em que a educação foi utilizada como instrumento de negociação dos estatutos de pureza de sangue associados aos ofícios mecânicos e de raça. Para isso, investiga o papel desempenhado pela igreja no ensino, bem como as práticas de compadrio e as redes familiares estabelecidas.

De modo semelhante, são analisadas as principais práticas educativas e métodos de ensino de primeiras letras, com ênfase no ensino da língua portuguesa após as reformas pombalinas do ensino. A atuação de tutores, professores e instituições de ensino leigas e religiosas nesse processo é essencial nesse contexto. Ao analisar as trajetórias desses sujeitos, o presente trabalho busca contribuir para uma compreensão mais abrangente do papel da educação como fator de transformação social em contextos coloniais.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Em busca de fontes para a história social das cadeiras de língua grega e língua latina

Luciene Lages
Doutora, Universidade Federal de Sergipe
lucienelages@academico.ufs.br

A comunicação faz parte de um recorte da pesquisa "História social das línguas clássicas no Brasil", que visa compreender a configuração das aulas e dos professores régios após a implementação da reforma pombalina em 1759. A partir do estudo biográfico sobre a trajetória do português Luiz dos Santos Vilhena, responsável pela cadeira de língua grega em Salvador a partir de 1787, coletamos e analisamos várias cartas de nomeação de professores entre o período que contempla a expulsão dos jesuítas até 1915, quando a cadeira de língua grega deixa de ser obrigatória nos estudos preparatórios para o ingresso em universidades. Nossa apresentação propõe demonstrar através da análise e edição de algumas nomeações e ofícios um pouco do mapa estrutural da cadeira de língua grega na Bahia e de língua latina em Sergipe. Nosso principal corpus foi coletado no Projeto Resgate – Biblioteca luso-brasileira disponível no acervo digital da Biblioteca Nacional (BN).

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Associações religiosas leigas e educação na Capitania de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX: arte e escrita

Thais Nívia de Lima e Fonseca
Doutora, Universidade Federal de Minas Gerais
thaisnlfonseca@gmail.com

A história da educação na América portuguesa permite múltiplos olhares e precisa ser abordada conforme a sua polissemia, naquela época menos identificada à ideia de escola do que em nossos tempos, além de ser marcada pela concepção predominante da educação como instrumento de construção da civilidade. Esse é o ponto central na orientação de uma investigação que tenha a educação no período colonial como objeto, e está presente nas práticas de diferentes instituições que, de algum modo, estiveram envolvidas com a educação. Entre elas destacamos as associações leigas – irmandades e ordens terceiras, confrarias e arquiconfrarias –que ocuparam posição singular no âmbito das instituições religiosas coloniais, com indiscutível influência na sociedade da época, para além de suas funções de organização da vida religiosa e da realização de obras pias. Seus propósitos, organização e atividades, tem íntima relação com o movimento civilizatório empreendido pelos europeus na América, e que marcava desde os princípios norteadores da constituição e do estabelecimento das regras de organização e funcionamento dessas associações, até a execução de suas atividades-fim. A educação moral encontrava nas associações religiosas de leigos um espaço privilegiado de desenvolvimento, pois elas provavelmente foram a instância de maior proximidade com os indivíduos, participantes de momentos importantes de suas vidas cotidianas e, por isso mesmo, com significativa capacidade de influência. Seu poder agregador lhes

facilitaria as funções pedagógicas, por meio das quais se reforçavam os princípios de obediência e fidelidade à Igreja e à Coroa, e às normas de comportamento desejáveis conforme com os valores da época. Tais princípios e normas, além de estarem registrados em seus documentos fundantes – os livros de compromisso – estavam presentes também na expressiva produção artística realizada sob seu patrocínio, destinada à decoração de suas igrejas, e que constituíram parte importante dos processos educativos e formativos naquele contexto. Tendo como norte essas questões, o objetivo dessa comunicação é discutir as funções pedagógicas exercidas pelas associações religiosas leigas da Capitania de Minas Gerais no século XVIII e primeiras décadas do século XIX, por meio da análise de parte de sua produção escrita – especialmente dos seus estatutos, denominados "livros de compromisso" – em confronto com as obras de arte, sobretudo de pintura presentes em suas igrejas, e relacionadas às concepções de educação predominantes à época.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Gabriel Malagrida entre práticas educativas e fundação de seminários: as fronteiras de uma missão na América Portuguesa (1721-1754)

Thiago Gomes Medeiros
Doutorando, PPGHIS-UFOP/SEE-PB
professorthiagomedeiros@gmail.com

O jesuíta italiano Gabriel Malagrida (1689-1761), dedicou 31 anos da sua vida ao projeto missionário da Companhia de Jesus na América portuguesa. Em sua trajetória, atuou como professor, missionário e pregador, bem como foi responsável por fundar seminários para formação de sacerdotes. Nos anos iniciais da missão na Vice-Província do Maranhão, exerceu o magistério em São Luís no Colégio Nossa Senhora da Luz, e ainda em Belém no Colégio de Santo Alexandre. Diante deste contexto, a presente comunicação tem como objetivo discutir as práticas educativas escolares e a catequese juntos aos povos originários, bem como, analisar os fatores que impulsionaram a mudança da frente de trabalho na região amazônica para as missões no sertão do território colonial, para onde foi preciso transpor fronteiras, jurisdições eclesiásticas e estatais sinalizando um novo foco missionário: as fundações. Seu avanço rumo ao Piauí e à Bahia, expõe um descontentamento com as atividades de ensino, além de refregas internas na Ordem. Também se revela contradições pessoais quanto ao uso demasiado da violência nos descimentos contra os indígenas. Portanto, as causas da mudança de rumo na missão, além dos limites de atuação do próprio padre em suas multifaces, são fundamentais para a compreensão desse personagem complexo, que passa a desempenhar um protagonismo singular no tocante a fundação de seminários para o clero em qualquer parte da América por meio da licença garantida no Alvará Régio de 2 de março de 1751.

IX Encontro Internacional de História Colonial

EIHC

DIMENSÕES GLOBAIS E LOCAIS DOS IMPÉRIOS COLONIAIS: REDES, CIRCULAÇÃO E DINÂMICAS (SÉCULOS XV-XIX)

Arte, irmandades e ordens religiosas na América Portuguesa: sociabilidade, devoção e iconografia

18

André Cabral Honor (UnB) &
Camila Fernanda Guimarães Santiago (UFRB)

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Almas do purgatório: o painel de João de Deus e Sepúlveda na Igreja da Ordem Terceira Carmelita do Recife

André Cabral Honor
Doutor, Universidade de Brasília
cabral.historia@gmail.com

O presente trabalho busca realizar uma análise iconográfica do painel "Nossa Senhora do Carmo e as almas do Purgatório" presente na Igreja da Ordem Terceira Carmelita do Recife (Pernambuco, Brasil). Pintado por João de Deus e Sepúlveda, em meados do século XVIII, o painel faz parte de um conjunto pictórico de pinturas que narram a importância de Nossa Senhora do Carmo dentro da Ordem Carmelita. Utilizando o método de análise imagética de Panofsky busca-se identificar os tipos iconográficos que serviram de base à composição. É possível perceber como as gravuras europeias influenciaram a composição pictórica desse painel demonstrando a maneira como os gravados circulavam para o além-mar, mas também como eles eram reapropriados e ressignificados no contexto americano. Diante da quase total ausência de documentação sobre o autor da pintura, João de Deus e Sepúlveda, o estudo imagético de sua obra pode trazer informações de como o pintor utilizou conceitos como decoro e engenho para construir uma imagem que buscava evidenciar, por meio da iconografia da virgem do Carmo, uma das principais benesses daqueles que adentravam o Carmelo: a imposição do escapulário que garantia aos irmãos o privilégio sabatino.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Aldeamento, imaginária devocional e o programa catequético do Padre Manoel de Jesus Maria na última fronteira indígena de Minas Gerais.

André Vieira Colombo
Mestrando em Artes, Cultura e Linguagens pelo PPG-ACL-IAD-UFJF.
colombohistoria@gmail.com

A presente proposta de comunicação pretende apresentar os resultados parciais da pesquisa em desenvolvimento que tem como objeto o estudo dos acervos de esculturas devocionais e da documentação histórica que possam levar à identificação do programa catequético e iconográfico empreendido pelo Padre Manoel de Jesus Maria, entre 1764 e 1811, na Igreja Matriz e primeiras capelas filiadas à Freguesia de São Manoel do Rio Pomba, na Zona da Mata mineira. A região foi considerada a última fronteira indígena de Minas Gerais e teve sua colonização possibilitada através de forte trabalho de catequese cristã, com o objetivo de promover a "redução" dos povos Puri, Coroado e Coropó. Esses sertões, antes ocupados por diversos povos indígenas em conflito entre si, encurralados pelos processos de ocupação das áreas litorâneas e centrais do território colonial e por diversos quilombos foram rapidamente controlados o que permitiu a rápida apropriação das terras para a implantação da economia cafeeira pela elite da mineração decadente. O empreendimento colonial se estabeleceu através da forte atuação de religiosos da primeira geração do clero de Mariana - ainda sobre forte influência dos inacianos. A partir de diversas estratégias como a circunscrição dos nativos a diminutas porções de terras demarcadas pela política de aldeamentos, a edificação de capelas e escolas para estabelecimento de ensino, a inserção de devoções católicas, a proibição das línguas nativas, o ensino de ofícios, entre outras estratégias de

colonização levaram a rápida dizimação dos povos originários. A pesquisa busca levantar a reação dos nativos aos novos cultos, a recepção e a rejeição à imaginária sacra cotejando algumas reflexões sobre o violento confronto de cosmovisões.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Roma, Paris, Lisboa, Cachoeira: a circulação de livros nos séculos XVII e XVIII e influências no programa azulejar da Capela da Ordem Terceira do Carmo de Cachoeira, Bahia

Camila Fernanda Guimarães Santiago
Doutora, Professora Associada da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
camila@ufrb.edu.br

A historiografia vem redimensionando e sublinhando a importância de se considerar a circulação de impressos no período moderno como disseminadores de técnicas, soluções formais e iconográficas na arte luso-brasileira. Entre 1728 e 1730, em Paris, o arquiteto e gravador Michel Demarne editou, em três robustos volumes, uma coleção de 500 gravuras que ilustram passagens da Bíblia, acompanhadas por breves trechos sobre os episódios retratados, em latim e francês. Parte das gravuras eram traduções de pinturas realizadas por Rafael Sanzio (1483-1520) para uma loggia do Vaticano. O livro, intitulado Histoire Sacrée de la Providence et de la Conduite de Dieu sur les Hommes, teve amplo trânsito no período, tendo sido usado por pintores na América portuguesa como manancial de modelos. Foi este o caso de Manoel da Costa Ataíde (1762-1830), na Capitania das Minas Gerais, que possuía esta bíblia arrolada em seu inventário post-mortem e utilizou suas gravuras como modelos para várias pinturas, algumas fingindo azulejos. Em Lisboa, o livro teve circulação comprovada entre os pintores de azulejos, já que vários conjuntos azulejares ali pintados tiveram seus programas iconográfico concebidos através de cópias de suas gravuras, como é possível verificar no Convento de Santo Antônio e na Capela da Jaqueira, ambos em Recife, no Convento de Santo Antônio de João Pessoa e na Capela da Ordem Terceira do Carmo de Cachoeira, na

Capitania da Bahia. Todos esses azulejos, fingidos ou não, dispostos em diferentes margens da América portuguesa, irmanam-se ao desdobrarem-se de um mesmo livro, peculiarizando-se, entretanto, em relação às passagens sacras aludidas e sua acomodação em espaços religiosos específicos, circunstâncias que conferem a cada um dos conjuntos significado particular. A presente comunicação pretende analisar os painéis azulejares setecentistas assentados nas ilhargas da nave da Capela da Ordem Terceira do Carmo de Cachoeira tendo em vista as atitudes de seu pintor em relação aos modelos gravados, sua articulação material com a arquitetura e ornamentação da capela, bem como sua relação simbólica com as pinturas dos quadros e do forro em caixotões do edifício. Os azulejos retratam os ciclos veterotestamentários de Jacó e Salomão, além de apresentarem um painel relativo a Abraão e outro a Josué. Entende-se que o programa iconográfico desta capela é extremamente coeso, sofisticado e eloquente na narração e busca de convencer sobre a História da Ordem Terceira do Carmo. Para melhor compreendê-lo, com especial destaque para os azulejos, é indispensável recorrermos a outros livros em circulação na época: os manuais devocionais escritos por frades carmelitas e destinados aos irmãos terceiros da Ordem do Carmo, impressos em Lisboa entre os séculos XVII e XVIII.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

ICONOGRAFIA CATÓLICA MEDIEVAL E INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS

Cristiane Correa Strieder e
Doutora, UNISO
cristrieder@gmail.com
Vania Regina Boschetti
Doutora, Universidade de Sorocaba
vania.boschetti@prof.uniso.com

O artigo tem como objeto refletir sobre os monumentos enquanto recursos que apresentam e mantêm perenes os feitos humanos e entender especificamente a influência que tais elementos e construções edificados no período medieval exercem sobre a educação. Baseando-se em autores como Le Goff, Franco Jr., Viñao Frago, Chartier na consulta de documentos, entrevistas com responsáveis do setor de comunicação de colégios vinculados aos monastérios e análise da arquitetura, a pesquisa busca confirmar a hipótese procura asseverar a ideia de que a presença dessa materialização no ambiente das escolas confessionais católicas têm a função de defender e perpetuar seus dogmas religiosos, valores morais e comportamentos específicos, através de símbolos representados na arquitetura e monumentos utilizados desde a Idade Média em suas instituições de ensino, evidenciando uma pedagogia de memória.

Palavras-chave: Idade Média, educação, iconografia, simbologia.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

REMINISCÊNCIAS DA MORTE: A CONSTRUÇÃO DE UMAIDENTIDADE PELOS TESTAMENTOS DOS DEVOTOS DAIRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO E SÃO BENEDITO DOS HOMENS PRETOS DO RIO DE JANEIRO NO SÉCULO XVIII

Diego Santos Barbosa
Doutorando, PPGH - UNIRIO
diegosantosbarbosa@hotmail.com

Este artigo tem como objetivo a análise dos testamentos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, sendo assim, dos devotos sepultados na igreja da irmandade no século XVIII, na qual a dita igreja era Sé Catedral da cidade entre os anos de 1737 a 1808. Neste sentido, o foco recairá sobre as interpretações possíveis destes importantes documentos jurídicos e devocionais do período.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

A Pintura do forro da nave da Capela da Ordem Primeira do Carmo de Cachoeira – Bahia: História e Iconografia.

Erick Borges de Souza
Mestrando, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB
erycksousa19@gmail.com

Os Carmelitas Calçados foram autorizados a partirem rumo à América portuguesa, chegando ao território a partir de 1580. Trazendo o recorte para a atuação desses religiosos na Bahia, na então cidade de São Salvador, em 1586, começou a ser edificado o Convento dos Carmelitas. Em 1688, os Carmelitas do convento de Salvador partiram para uma missão indígena, denominada Caperossu, na região chamada Sítio do Porto da Cachoeira, no Recôncavo da Baia de Todos os Santos, recebendo a doação de um pedaço de terra, onde instalaram um hospício. Algum tempo depois, deslocaram-se para terreno próximo, no qual iniciaram a edificação da atual Capela da Ordem Primeira, onde se estabeleceu um cenário sociocultural e religioso dinâmico e diverso, que se configurou com a atuação de irmandades religiosas, dentre estas, as irmandades negras do Senhor dos Martírios, que teve seu compromisso datado 1765, e a do Bom Jesus da Paciência, que ali se estabeleceu no final do século XVIII. Na capela conventual dos Carmelitas, pouco restou da ornamentação original setecentista, destacando-se as colunas torsas na capela-mor, dois painéis de azulejos presentes na capela lateral do lado da epístola e os forros pintados da capela-mor, sacristia e nave, todos exibindo pinturas de perspectiva. A presente comunicação tem o intuito de apresentar as primeiras considerações a respeito da pesquisa intitulada A Pintura da Capela da Ordem Primeira do Carmo de Cachoeira – Bahia (século XVIII): História e Iconografia, recém-aprovada

no Programa de Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas nas Américas, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), em Cachoeira. Pretendemos analisar a pintura do forro da nave da Capela da Ordem Primeira do Carmo do ponto de vista iconográfico e iconológico, com base no método de Panofsky. É de capital importância ressaltar que essa pintura está num estado que dificulta a leitura de seu conjunto, devido a um desabamento que sofreu na década de 70 do século XX, sendo remontada a partir de 2003, com partes, inclusive, "não originais". É possível identificar na pintura, na sua parte principal, Nossa Senhora do Carmo entregando algo escrito para um santo. Apesar da dificuldade, foi possível identificar as inscrições latinas ali dispostas como as palavras que Maria teria dito para São Pedro Tomáz, frade Carmelita que viveu no século XIV: "Confia, Pedro, pois a Ordem Religiosa dos Carmelitas há de perseverar até o fim dos tempos", conforme tradução apresentada pelos historiadores Camila Santiago, Sabrina Sant'Anna e Igor Moreira no livro As igrejas de Cachoeira. A pesquisa de mestrado em inicial andamento e a presente comunicação partem desta identificação com vistas a aprofundar as reflexões sobre essa pintura.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

"Rogo em primeiro lugar à minha irmandade" A presença das mulheres ganhadeiras nas associações leigas da Cachoeira setecentista.

Glenda de Castro Spósito
Mestranda, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
glensposito@hotmail.com

A proposta do trabalho em questão propõe a investigação das redes forjadas pelas mulheres negras ganhadeiras nos espaços associativos leigos da vila da Cachoeira no período setecentista – 1756 a 1770. Em meados dos setecentos, a referida vila comportou em seu centro uma malha social diversa, é a partir da interação econômica que o aspecto religioso pode ser compreendido pelas relações mais próximas, que se solidificam na amplitude do âmbito devocional, a partir dos mecanismos que tecem as redes sociais no ambiente confrarial.

Os espaços das associações leigas na qual as mulheres ganhadeiras estavam vinculadas, embora fossem instituídos por pessoas negras, o seu quadro social era formado por grupos heterogêneos, seja do ponto de vista étnico e econômico. Com a inserção nesses ambientes seria possível alicerçar ou até mesmo se tornar membro de algum grupo econômico atuante na vila. Bem como, possibilitava a formação de vínculos espirituais, como por exemplo; o apadrinhamento e o casamento.

As irmandades religiosas foram fundamentais na manutenção e expansão do culto católico no período colonial, multiplicaram-se rapidamente com o incentivo da Coroa e pelas autoridades local e eclesiástica. Esse estímulo se deu por duas razões: a primeira seria pela ereção de novas igrejas reconhecidas oficialmente pela coroa pela doação de

uma mercê régia, possibilitando as irmandades construtoras os direitos civis da posse de suas próprias igrejas e a segunda razão, pelo alto nível de assistência social oferecida pelas irmandades aos seus agremiados, tal como, ajuda financeira, hospitalização e enterro decente.

A comunicação tem como objetivo principal, analisar a luz da bibliografia e das fontes escolhidas de que forma essas irmandades leigas poderiam auxiliar na manutenção econômica e assistencialista das mulheres ganhadeiras agremiadas, no sentido de conferir-lhes empréstimos para suas manumissões e em que medida essas associações poderiam promover redes de apoio entre os seus agremiados, parentes e vizinhos.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Imagens e normatividades na América Portuguesa: uma análise a partir das pinturas setecentistas na Capitania do Siará Grande

Gustavo César Machado Cabral
Doutor, Universidade Federal do Ceará
gustavocesarcabral@ufc.br

Esta proposta de trabalho tem um duplo ponto de partida. De um lado, a função das artes visuais na comunicação de determinados conteúdos, os quais podem ser pensados sob a perspectiva de uma normatividade que tanto incide sob as imagens (como elas devem ser feitas) quanto a partir delas (imagens que transmitem um conteúdo normativo). Do outro lado, uma ideia de direito que não se confunde com a lei escrita pelo soberano, possuindo, em monarquias católicas como as ibéricas modernas, uma relação de dependência com a crença em uma ordem natural criada por Deus e que alcançava tudo, inclusive o homem e suas ações. Associando-se a uma teoria das fontes do direito influenciada por autores como Herbert Hart e Thomas Vesting, e, mais no campo da História do Direito, por António Manuel Hespanha, Paolo Prodi, Thomas Duve, Tamar Herzog, entre outros, foca-se na perspectiva dos meios de circulação do direito, ou seja, em como as normas jurídicas se difundem pelas sociedades. Tradicionalmente, os meios textuais (sobretudo as leis, mas também a literatura jurídica, os processos judiciais, os documentos notariais etc.) protagonizaram os estudos na área, mas o que se tem chamado de visual turn in law, nos últimos anos, tem chamado a atenção para os meios não textuais, de que as imagens são os principais exemplos. Aos estudos clássicos, como os de Adriano Prosperi e Mario Sbriccoli, dedicados às representações da justiça, juntam-se trabalhos mais recentes, como os de Chiara

Franceschini ou de Stefania Gialdroni, nos quais as relações entre o direito e as suas normas são discutidas a partir das artes visuais. É nesse contexto que esta proposta de trabalho se situa, a fim de contribuir com a compreensão do fenômeno jurídico na América Portuguesa tendo como paradigma a difusão de normas e, particularmente, de um conteúdo normativo definidor de condutas sociais desejáveis por meio de imagens. Para discutir essa perspectiva, a análise será centrada nas pinturas realizadas em igrejas de duas vilas localizadas na Capitania do Siará Grande, a Igreja de Nossa Senhora de Assunção, em Viçosa, e de São José de Ribamar, em Aquiraz. Datadas do século XVIII, essas pinturas têm conexões diretas com a Companhia de Jesus, considerando que ambas as vilas receberam instituições relevantes para a Ordem, já que Viçosa sediou a famosa missão da Ibiapaba, enquanto Aquiraz, cabeça da comarca do Ceará, possuiu um colégio instalado nos últimos anos de presença dos jesuítas na América. Desta forma, analisando-se as imagens em Viçosa, que tratam das virtudes e dos sentidos, e em Aquiraz, com cenas da vida de São José, é possível pensar no lugar das imagens na construção da ordem jurídica na América Portuguesa.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Sociabilidade e Devoção: Um estudo a partir da vinculação dos terceiros carmelitas em outros espaços associativos, Vila da Cachoeira, séc.XVIII.

Igor Roberto de Almeida Moreira
Doutorando, UFBA
igoroberto_moreira@hotmail.com

A historiografia vem destacando o papel significativo das associações religiosas de leigos para a expansão do catolicismo no período colonial. Além da promoção do culto devocional, Caio Boschi destaca duas principais vantagens das confrarias para Igreja: promoviam edificações de templos e financiavam a sustentação material do culto. A Ordem Terceira do Carmo de Cachoeira, criada em 1691, foi uma instituição que congregou, durante o seu primeiro século de existência, majoritariamente as elites do recôncavo baiano. Através das pesquisas que estão sendo realizadas, pudemos observar que esses sujeitos tinham ampla circulação por importantes instituições da Vila da Cachoeira, tais como outros sodalícios e a Câmara, e estavam à frente dos empreendimentos religiosos locais: instituição de devoções, ereção de templos e solicitação de aprovação de compromissos. A presente comunicação visa apresentar a ingerência dos terceiros carmelitas nas dinâmicas sócio devocionais da Vila durante os setecentos, aclarando, sobretudo, a participação dessa elite em outros espaços congregacionais.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

A importância da primeira imagem de Nossa Senhora das Dores na cronstrução do imaginário religioso de Juazeiro do Norte, CE

Jadilson Pimentel dos Santos
Graduado, UFBA
pimenteljadilson@gmail.com

A primeira imagem de Nossa Senhora da Dores do Juazeiro do Norte, chamada no passado de "Carita", é uma pequena escultura de cerca de setenta e cinco centímetros, esculpida em madeira policromada. Provavelmente vinda de Portugal, apresenta referências do estilo barroco. Nossa Senhora das Dores é chamada carinhosamente de Virgem mãe das Dores pelos romeiros do Juazeiro do Norte, cidade também conhecida como: Terra da Mãe de Deus. É um território marcado por nuances do sagrado, uma espécie de "Meca" do povo sertanejo. Foi em torno da devoção à Senhora das Dores que Juazeiro do Norte se formou. Provavelmente essa devoção arregimenta-se pelos idos de 1827, quando o Brigadeiro Leandro Bezerra Monteiro, fundador da Localidade Tabuleiro Grande, que depois passou a se chamar Joaseiro (Juazeiro do Norte), ergueu a pequena capela que foi consagrada a Nossa Senhora das Dores. O que o motivou a edificação dessa ermida foi a ordenação sacerdotal do neto do brigadeiro; Pe. Pedro Ribeiro. A pedra fundamental foi lançada no dia 15 de setembro de 1827. Cerca de 39 anos depois, quando o Padre Cícero, chegou ao Juazeiro para exercer seu ministério, em 11 de abril de 1872, como capelão, contava o povoado com cerca de 35 casebres formados em torno da ermida. Iniciado o seu mister religioso, a povoação passou a se desenvolver, e, com isso, houve a iniciativa de Cícero em coordenar uma nova obra: substituir a pequena e deteriorada capela por uma igreja maior e mais compatível com o número de fiéis que

cresceu substancialmente. Quando o novo edifício surgiu imponente como uma verdadeira catedral, num povoado tão pequeno, continuava como padroeira da nova edificação a pequena e antiga imagem de nossa Senhora das Dores, sendo esta substituída por uma escultura em papel machê de procedência francesa. Baseado em fotografias, documentos de cronistas, cartas e dissertações, este trabalho intenta analisar a antiga imagem de Nossa Senhora das Dores, com a finalidade de revelar e divulgar essa joia do patrimônio cearense que tem sido olvidada. Vale ressaltar que abordar sobre esse tema é imprescindível para o contar e recontar das memórias religiosas do povo nordestino, bem como de suas romarias, tão significativas para o Cariri Cearense.

PALAVRAS-CHAVE: Escultura religiosa. Imaginária barroca. Devoções populares. Padre Cícero.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

MUNDOS DO TRABALHO NO SETECENTOS MINEIRO: redes de sociabilidade entre artistas e artesãos

Jeaneth Xavier de Araújo Dias
Doutora, Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG
jeanethxavier@gmail.com

A partir de 1730, ocorreram a reforma, reconstrução e ornamentação dos principais templos da capitania de Minas Gerais. Cita-se, como exemplo, a reconstrução da matriz de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto. Apesar de, na segunda metade do Setecentos, as catas auríferas já mostrarem sinais de exaustão, esse fato não foi imediatamente sentido nas obras das matrizes e capelas: "a pobreza podia ser individual, mas quando brancos pobres e escravos reuniam-se confrarialmente, adquiriam condições econômicas para construir belas igrejas ornamentadas de ouro". Este estudo tem o objetivo de analisar as interações culturais possibilitadas por pintores, douradores, escultores e entalhadores, sendo eles portugueses ou "brasileiros". Partiu-se do pressuposto de que, ao lado dos artistas reverenciados, existiu uma infinidade de outros nomes desconhecidos ou negligenciados tão importantes quanto os "grandes expoentes". Acredita-se que, já na primeira metade do século XVIII, os artistas portugueses que aqui chegaram teriam desenvolvido sua arte e realizado trabalho expressivo no campo artístico, notadamente na pintura, escultura e talha. Identificar, conhecer e divulgar tais nomes é o desafio que se coloca para a História da Arte na contemporaneidade.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

As maquinetas do Recolhimento de N. Sra. dos Humildes como expressão da cultura feminina do século XIX

Luiz Alberto Ribeiro Freire
Doutor, Escola de Belas Artes/Universidade Federal da Bahia
luizfreire1962@gmail.com

No século XIX e parte do XX, as maquinetas, altares portáteis estruturado em papel laminado dourado e rendado em torno de um "santinho" ícone impresso em papel, em preto e branco, ou colorido, protegidas por caixa de vidro com fundo em papelão, foram produzidas nos conventos femininos baianos, havendo uma concentração da manufatura no Recolhimento de N. Sra. dos Humildes, na cidade baiana de Santo Amaro da Purificação. Tais altares domésticos constituem-se em verdadeiras preciosidades, com técnicas específicas e diversidade tipológica relacionadas com a educação feminina da época, propagada nos conventos. Nessa comunicação pretendemos elucidar a manifestação nos variados aspectos, desde os construtivos e estéticos, aos significados, usos, origens e conexões com a economia e sociedade baiana do século XIX, destacando as especificidades da educação da elite feminina e do papel a ela atribuído pela sociedade patriarcal.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

As Igrejas e as Praças: uma análise da cultura material presente no legado artístico de Mestre Valentim e suas conexões globais em perspectiva comparada (Rio de Janeiro, Século XVIII)

Lydia de Carvalho Coelho
Doutoranda, Universidade Federal do Rio de Janeiro
lydia.de.carvalho@gmail.com

Este trabalho pretende comparar duas representações artísticas, tradicionalmente entendidos como distintas, que coexistiram no conjunto arquitetônico do Rio de Janeiro do Setecentos: o barroco e o iluminismo. Isto será feito a partir da interpretação dos aspectos da cultura material presentes na experiência cultural produzida na obra de Valentim da Fonseca e Silva (c.1745-1813). Nascido na colônia, atuou tanto no âmbito das obras públicas/civis, quanto na arquitetura religiosa. Desempenhou uma gama variada de atividades como as de entalhador, escultor, realizador de projetos arquitetônicos. Dessa forma, operou significativas remodelações do/no espaço urbano que se tornaram marcos na paisagem social da cidade no período. Portanto, o legado artístico de Mestre Valentim esteve em constante diálogo com diferentes extratos sociais da população, sendo, portanto, matriz mediadoras das diversas esferas que compõe o cotidiano. Quando manifestos na arte de um indivíduo, estes repertórios revelam a dinâmica fluida e multifacetada de seu processo de incorporação e ressignificação.

O trabalho se insere no quadro de preocupações transdisciplinares entre História, Arqueologia, e parte de considerações dos estudos da cultura material e da circulação de ideias no Império Português para análise das conjunturas e usos do conceito de

circulação de pessoas, materiais e práticas. Assim, permite-se trazer à superfície, através da trajetória e obra do artífice, as complexas relações de trocas estabelecidas em escala global no mundo luso-brasileiro. Tal proposta de pesquisa leva em conta que a experiência cultural é única e dotada de singularidade. Nesse sentido, esta abordagem permite viabilizar a valorização das particularidades e culturas locais, indo, assim, em direção oposta às interpretações eurocentradas, evitando análises superficiais e genéricas que compreendem a cultura enquanto bloco monolítico.

Em resumo, propõe-se uma interpretação relacional. Entende-se o que ocorre a partir das interações culturais como a criação de algo novo, de uma transformação ou mescla. Tal movimento deve ser observado de perto para que se faça jus à comunidade que o produziu no passado, permitindo que os atores que compunham o cenário social da época emerjam de forma ativa, em uma visão multidirecional. Portanto, o barroco e o iluminismo, são percebidos enquanto fenômenos históricos que engendram dois conjuntos de repertórios simbólicos e estéticos manifestos no legado artístico de Mestre Valentim. Não há uma projeção única desses dois fenômenos, mas eles aludem a recortes cronológicos que carregam tempos de constituição cultural – originalmente distintos – que se cruzam, transitam e convivem no amálgama cultural de símbolos e mensagens plásticas identificadas em sua obra.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

O DECORO NA ARTE SETECENTISTA: UMA ANÁLISE ICONOLÓGICA DOS PAINÉIS DE JESUÍNO DO MONTE CARMELO DO RECOLHIMENTO DE SANTA TERESA, SÃO PAULO

Thallita Barreira Dias
Mestranda - UnB
thallitasaid@gmail.com

Este trabalho tem como principal objetivo a análise do conceito de decoro a partir uma abordagem iconológica das pinturas setecentistas dos painéis da extinta Igreja do Recolhimento de Santa Teresa em São Paulo, de autoria de Jesuíno do Monte Carmelo. Os painéis apresentam cenas figurativas de passagens da vida de Teresa que se conectam aos seus relatos biográficos e hagiografias. Propõe-se utilizar a metodologia de análise iconológica sistematizada por Erwin Panofsky, considerando os estudos de Rafael García Mahíques acerca do conceito de iconologia, além da ideia de intertextualidade na arte de Omar Calabrese. A arte sacra permite o estudo dos discursos que narram os esforços de uma sociedade colonial aspirando corresponder a modelos de decoro e dignidade. Eles indicam uma intenção de produzir efeitos simbólicos que adéquam valores hierárquicos, sociais e valores sagrados. Diante disso, buscar-se-á analisar a matriz iconográfica dos painéis, tanto por meio das gravuras teresianas, como de narrativas hagiográficas, para compreensão do conceito de decoro e suas manifestações, implicações, linguagens e dispositivos que se tornam uma chave importante para a compreensão de aspectos da sociedade colonial.

IX Encontro Internacional de História Colonial

EIHC

DIMENSÕES GLOBAIS E LOCAIS DOS IMPÉRIOS COLONIAIS: REDES, CIRCULAÇÃO E DINÂMICAS (SÉCULOS XV-XIX)

Revoltas, resistências, inconfidências e independências: episódios, poderes e narrativas das lutas políticas no Brasil – séculos XVI-XIX

19

André Figueiredo Rodrigues (UNESP)
& Luciano Figueiredo (UFF)

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

A infâmia da Inconfidência Mineira e a condenação do padre Domingos da Silva Xavier na devassa de 1791 em Cuiabá, na capitania de Mato Grosso (1791)

André Figueiredo Rodrigues
Doutor, Universidade Estadual Paulista (UNESP)
andre.f.rodrigues@unesp.br

Após a prisão do alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, ocorrida no Rio de Janeiro em março de 1789, pela sua participação na Inconfidência Mineira, alguns de seus parentes, alarmados e receosos de sofrerem perseguições, decidiram abandonar Minas Gerais e/ou trocar de nome. Na comunicação se analisará um desses casos, o ocorrido com o seu irmão mais velho, Domingos da Silva Xavier, que após ordenar-se padre e realizar interessante carreira eclesiástica como vigário responsável pela catequese de indígenas nos sertões mineiros do Cuieté, entre os anos de 1771-1776, e, depois, em ações religiosas em Pitangui e em Sabará, decidiu abandonar a batina, sair da capitania de Minas Gerais e tentar a sorte na Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá, na capitania de Mato Grosso. E com receios de sofrer reprimendas, em virtude de seu irmão ter sido preso por rebelar-se contra a Coroa portuguesa, chegou em Cuiabá com o nome de Joaquim José Ferreira. Em agosto de 1790, por ordem do governador e capitão-general João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres foi preso sob a acusação de práticas de contrabando de diamantes. Assim, é nosso objetivo analisar a devassa aberta em 1791 para se apurar sua participação naquela premeditada ação de extravio de diamantes e tecer comentários acerca da sentença proclamada em Cuiabá pelo governador. Sem provas plausíveis e por sofrer da infâmia de ser irmão do Tiradentes, rotulado como criminoso e traidor do Império português, foi enviado em

1795 para Lisboa para receber a sentença final. Após oito anos encarcerado, foi libertado após comprovar inocência. Os meandros de sua condenação, as ações de defesa e as intrigas palacianas envoltas naquela falsa denúncia serão os assuntos a serem comentados.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

A capitania da Bahia e a emergência das ideias liberais(Séculos XVIII-XIX): nas trilhas da crise do Antigo Sistema colonial

Avanete Pereira Sousa
Doutora, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
avanete@uol.com.br

A noção de crise do Antigo Sistema Colonial parte da premissa do esgotamento dos mecanismos que sustentavam as práticas mercantilistas, monopolistas e de dominação das metrópoles sobre amplo território colonial conquistado e explorado ao longo dos séculos XVI-XVIII. Os argumentos dessa tese são amplamente discutidos em obras de consagrados e reconhecidos autores. No que se refere à América portuguesa, apesar dos avanços de estudos monográficos e datados em conjunturas específicas, sobretudo no período que abrange o final do século XVIII e princípio do XIX, ainda permanece aberta a questão de se identificar e de se compreender o comportamento, as reações, a assimilação e a vivência dos diversos atores sociais presentes e atuantes nas instâncias de poder. Ou seja, a aproximação da análise histórica enfocando as atitudes, as expressões, as representações, os discursos e as práticas políticas podem revelar diferentes direções e modos de se pensar e se refletir sobre a crise do Antigo Sistema Colonial, por exemplo: Qual o grau de recepção, entre a elite local, dos ideários liberais que apregoavam, dentre outras coisas, a não regulamentação econômica? Lançar luzes sobre essas questões tomando como referência as relações sociais políticas e econômicas implícitas à capitania da Bahia, sobretudo à cidade de Salvador é, pois, o objetivo desta comunicação.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

A Sociedade Literária no Rio de Janeiro setecentista: murmurações e espaços urbanos, territórios de poder e territórios de contestação.

Bernardo Saldanha da Gama de P. C. F. Gerude
Mestre, Unirio
gerude.bernardo@gmail.com

A Sociedade Literária do Rio de Janeiro foi um empreendimento de caráter particular e associativo que surgiu na capital da América portuguesa no ano de 1786 a partir de letrados que, alguns deles tendo sido educados em universidades europeias, buscavam repartir as luzes científicas de seu tempo entre seus membros. No ano de 1794, onze membros da Sociedade foram presos por ordem do vice-rei Conde de Resende e permaneceram encarcerados por mais de dois anos. Os indivíduos e os assuntos discutidos durante as reuniões foram postos sob investigação de agentes metropolitanos após chegarem aos ouvidos do vice-rei boatos de que eram lidos e debatidos autores franceses e, além disso, eram proferidos elogios aos esforços dos revolucionários de 1789 e críticas à monarquia portuguesa e à Igreja Católica. O principal documento histórico sobre a prisão dos letrados da Sociedade Literária do Rio de Janeiro são os autos que os agentes metropolitanos produziram. Por mais de um ano os letrados foram interrogados e acareados com pessoas que alegaram ser testemunhas de seus supostos atos libertinos, ou com pessoas que diziam ter ouvido sobre suas ocorrências. A partir dos relatos das sessenta e cinco pessoas ouvidas na qualidade de testemunhas, e dos depoimentos dos acusados, é possível levantar os espaços da cidade do Rio de Janeiro onde as falas de caráter questionador teriam acontecido. Surge uma combinação de ambientes privados e públicos, como boticas e

oficinas, praias e igrejas. Nestes espaços operou uma forma de sociabilidade baseada no compartilhamento de saberes, informações e recursos, por meio da leitura pública de livros, panfletos, jornais e debates. Esta sociabilidade estava sendo praticada em meio a espaços urbanos construídos e planejados pelo poder metropolitano para consolidar uma ordem social que sustentasse este mesmo poder, como diante do Palácio dos Vice-Reis, igrejas e outras localidades. A sociabilidade promovida pela Sociedade Literária promoveu um modelo de reunião que se replicou pela cidade, sendo repetido por outros grupos em lojas, boticas e casas, gerando uma proliferação de murmurações de caráter político que tiveram penetração em estratos sociais diversos, para além da elite letrada educada no exterior. Tais ambientes, continuamente operando tertúlias, se configuraram como espaços de questionamento, ou ao menos de reflexão, da realidade fluminense daquele tempo, constituindo-se assim em territórios de contestação junto a espaços territorializados pelo poder metropolitano. Contudo, a presteza com que agiram as autoridades da Coroa, reprimindo a Sociedade Literária e seus membros, foi eficaz o suficiente para evitar que transformações mais profundas ocorressem no tecido urbano do Rio de Janeiro dessa última década do século XVIII.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Soldados republicanos na Revolta dos Búzios: política dos homens pardos na organização militar da Bahia (1766 – 1798)

Célio de Souza Mota
Mestre, UFBA
celiodesouzamota@gmail.com

A sociedade da Bahia no final do século XVIII era multifacetada, miscigenada com diversas categorizações sociais calcada por várias hierarquias sociais como origem, etnia, cor, classe. A organização militar, constituída por tropas regulares, ordenanças e regimentos de milícias, refletia esses marcadores sociais no seio de sua própria hierarquia. Somente nos Regimentos de milícias, formados por homens de sua própria cor, pardos e pretos conseguiam chegar ao último posto do oficialato e ascender socialmente. Esses espaços eram palco de disputas e encontros entre as classes subalternas, as elites locais e os representantes do poder régio. No segundo quartel do século XVIII, o conde Povolide, governador da capitania da Bahia criou em Salvador o Quarto Regimento de Infantaria Auxiliar de Artilharia formado por pardos libertos e livres. Esse regimento dinamizou as relações entre as classes subalternas e as elites dominantes. Os ventos revolucionários que sopravam do Atlântico atingiram em cheio as aspirações dos militares pardos, que faziam a leitura de valores como igualdade, liberdade a partir de suas experiências dando-lhes significados próprios aos ideais liberais nos limites daquela cultura política. Nessa conjuntura, desembocou o movimento político e social, conhecido na historiografia dentre outras denominações como "Conspiração dos Búzios", protagonizado por militares e milicianos pardos que visavam o rompimento do domínio colonial e a instauração de uma república

democrática “Bahinense”. Assim, tomo esse movimento como locus de observação das relações dialéticas entre a instituição militar e os sujeitos para compreender como o “real serviço” militar e a cor se articulavam para constituir sentimentos de pertencimentos e solidariedades na luta por ascensão social no final do século XVIII. Para essa apuração usei como fontes requerimentos de patentes, cartas patentes, os autos da devassa da Conspiração dos Alfaiates dentre outros documentos. Situa-se a presente pesquisa no âmbito da História Social, tendo a micro-história como abordagem para compreender o “microcosmo” que pertenciam esses homens e sua interação com a sociedade escravista da capitania da Bahia.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

QUESTÕES MILITARES E OS PROBLEMAS NA DEFESA DA CAPITANIA DA BAHIA NO PERÍODO POMBALINO

Charles Nascimento de Sá
Doutor, Universidade do Estado da Bahia - UNEB
cnsa@uneb.br

O século XVIII foi o período de apogeu da América portuguesa. Manter o território de além-mar sobre a égide do governo português era elemento vital para que o Reino continuasse com possibilidade de manutenção de seu vasto Império, bem como ter condições econômicas para arcar com suas contas públicas na relação mercantil com a Inglaterra e demais reinos da Europa. A defesa e manutenção dessa região era elemento premente para a Coroa e seus ministros. O trabalho aqui posto analisa os aspectos militares, de defesa e delitos envolvendo a capitania da Bahia no período pombalino. Para isso foram analisados documentos oriundos do Arquivo Histórico Ultramarino – AHU, capitania da Bahia, coleção Eduardo Castro e Almeida entre os anos de 1751 a 1777, presentes no Projeto Resgate. Os documentos são oriundos das correspondências feitas pelos governadores da capitania e que discutiam aspectos da questão militar em terra baianas coloniais. Questões sobre treinamento e melhorias das tropas, fugas, deserções, modernização e manutenção dos fortes e locais para defesa da região são aí discutidos. Estuda-se também a defesa do território baiano e seu apoio a outras capitanias que estavam em conflito com partes do império espanhol no sul do Brasil. As questões militares e de defesa e os delitos envolvendo soldados foram uma constante na rotina dos governadores-gerais da Bahia pombalina.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

VIGÁRIOS DENUNCIADOS: A RELIGIOSIDADE CATÓLICA POPULAR COMO AÇÃO POLÍTICA EM SERGIPE DEL REY NO SÉCULO XVIII E INÍCIO DO XIX

Edilaine Oliveira Santos
Mestranda, Universidade Federal de Sergipe (UFS)
edilainesantos200@hotmail.com

Percebendo o quanto a fé católica popular está em uma posição de destaque na vida colonial, a presente pesquisa tem por objetivo compreender as relações entre religiosidade e manifestação política. Para isso, são analisadas denúncias realizadas pela população de Sergipe Del Rey, no final do século XVIII e início do século XIX, contra autoridades eclesiásticas, problematizando a importância da religiosidade, bem como a interpretação da população colonial acerca dos dogmas e normas da Igreja Católica. Além disso, por meio da análise dessas acusações, disponíveis nos sites do Projeto Resgate Barão do Rio Branco e Arquivo Nacional da Torre do Tombo, será possível compreender as diferentes formas de manifestações e revoltas do povo contra aqueles que os governavam espiritualmente, percebendo-se o uso da religião como recurso para demonstração de insatisfação contra aqueles que guiam as almas à Salvação, como também o quanto essa interpretação popular sobre os preceitos católicos influencia atitudes e comportamentos, os quais devem também ser analisados como manifestações de cunho político. Através da investigação dessas denúncias é notório o vínculo entre a Igreja Católica e o Estado Português, em que ambos delinearam a sociedade colonial, sendo suas diretrizes e ações compreendidos e manifestados pelo povo a partir da sua própria interpretação e meio social. É importante enfatizar que essa investigação é realizada à luz da Nova História Política,

que interpreta o poder político para além dos feitos das “grandes personagens ”, percebendo também que o poder se manifesta em diferentes relações sociais, não estando restrito as ações do Estado, Igreja e Exército. Desse modo, o trabalho compreende as ações da população de Sergipe Del Rey como manifestações de caráter político, sendo destacado como essas atitudes dialogam com o entrecruzamento de política e religiosidade católica popular.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Os Guaicuru e as insurgências ao Tratado de Paz de 1791: notas de uma pesquisa iniciante

Elias Augusto Pereira Nascimento Paiva
Mestrando, Universidade Estadual Paulista (UNESP)
elias.augusto@unesp.br

Estando presente em relatos de europeus desde o século XVI, os indígenas da nação Guaicuru mostraram-se, desde o início do processo de colonização das terras na América do Sul, um problema para a instituição do poder colonial na região do Chaco, que, nos tempos atuais englobam espaços espalhados pela Bolívia, Paraguai, Argentina e Brasil. No território brasileiro, o Chaco se estende pelas margens das áreas semialagadas do pantanal do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul. E é dentro do espaço brasileiro, especificamente nas proximidades de Cuiabá, na província de Mato Grosso, em tempos coloniais, que nossa proposta de comunicação se alicerça, ao propor analisar as relações entre os indígenas Guaicuru e os portugueses, após a assinatura de um Tratado de Paz, ocorrido no ano de 1791, nas instalações do Forte Coimbra, que guarnecia a fronteira entre os impérios português e espanhol na região do Mato Grosso.

No contexto, é importante frisar que o Tratado, que preservaria a paz entre portugueses e indígenas, foi desrespeitado pelos nativos que, algum tempo após sua assinatura, voltariam a atacar as instalações de defesa portuguesa. Assim, intentamos apresentar as circunstâncias relacionadas à assinatura deste respectivo Tratado e, principalmente, as condições que levaram ao rompimento desse acordo por parte dos

silvícolas, anotados a partir dos relatos de oficiais portugueses publicados em dois volumes distintos da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB): História dos índios cavaleiros ou da nação Guaicuru (1795), de Francisco Rodrigues do Prado, constante no primeiro tomo, de 1839, e Reflexões sobre o systema de defesa que se deve adotar na fronteira do Paraguay, em consequência da revolta e dos insultos praticados ultimamente pela nação dos índios guaicurus ou cavalleros (1826), de Luiz D'Allincourt, no vigésimo tomo, de 1857.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Guerra aos vassalos: inflexões do pactismo e do direito de resistência nas revoltas mineiras (1717-1720)

Gustavo de Castro Belém
Mestrando, UFMG
gustavo.belem@gmail.com

A insurreição dos vassalos submetidos ao jugo despótico do soberano era uma concepção característica da cultura política portuguesa da Modernidade, fazendo-se presente desde a literatura da Segunda Escolástica e a Restauração bragantina de 1640 até as rebeliões coloniais. Considerando a conjuntura da região mineradora da Colônia no início do século XVIII, marcada pelos esforços da Coroa para consolidar sua autoridade e assegurar a arrecadação dos tributos, nota-se que os mineiros recorreram ao direito de resistir à tirania como pretexto para conservarem seus privilégios e costumes. Entretanto, não se pode dizer que os funcionários régios simplesmente compartilhassem daquele juízo. Nesse sentido, menciona-se D. Pedro de Almeida, conde de Assumar e governador de São Paulo e Minas do Ouro, especificamente em seu trato com os sediciosos no decorrer dos motins de Pitangui (1717-1720) e na Revolta de Vila Rica (1720). Cotejando a historiografia de referência sobre o imaginário político do Antigo Regime com os autores que indicam a presença de preceitos da razão de Estado no império português do Setecentos, examina-se como a violação dos pactos e o direito de resistência figuravam nas cartas redigidas por Assumar sobre as alterações mencionadas. Em complemento, não se olvida a importância da extração aurífera para a Fazenda Real à época, articulando as formas de ver as insurreições com os contornos da economia portuguesa no século XVIII. Por um lado, D. Pedro de

Almeida reconhecia o rigor da cobrança dos quintos e como as inovações introduzidas pela Coroa iam de encontro às tradições locais. Com efeito, o governador tentara matizar as determinações régias e encontrar alternativas que assegurassem o sossego das minas (e, com isso, a continuidade da exploração do ouro). Ao mesmo tempo, isso não significa que as rebeliões fossem meios legítimos para que os mineiros externassem seu descontentamento. No discurso de Assumar, a irrupção do motim arrastava consigo qualquer razoabilidade que pudesse assistir ao pleito dos vassalos. A rebelião configurava um terrível atentado contra o soberano, mostra de insubordinação incompatível com os deveres de vassalagem. Com isso, a Coroa e seus funcionários eram eximidos de ter infrigido o pacto com os vassalos, não obstante as cartas régias e a postura dos ministros haverem provocado a insatisfação da população ou confrontado os costumes e privilégios locais. Logo, conclui-se por um estreitamento do pactismo e do direito de resistência após sua travessia do Atlântico. Verbalizando concepções próximas da Segunda Escolástica e da razão de Estado, D. Pedro de Almeida adotava uma concepção enviesada do pactismo do Antigo Regime em seu confronto com a hidra da sedição que ameaçava se assentar nas minas.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Entre boatos e leituras: noções de liberdade política no âmbito da Sociedade Literária do Rio de Janeiro (1786-1794)

Gustavo Henrique Tuna
Doutor, Pesquisador Colaborador do Departamento de História (FFLCH/USP)
gustavo_tuna@yahoo.com.br

Agremiação acadêmica fundada em 1786 na capital do vice-reino do Estado do Brasil, a Sociedade Literária do Rio de Janeiro promoveu intensa circulação de ideias não só no seu interior mas também no seu entorno, dando ensejo, além das discussões de cunho científico, ao debate acerca de noções de liberdade política, num contexto marcado pela centralização monárquica lusitana. Parte-se da perspectiva que, dadas as possibilidades para a projeção de tais anseios de liberdade no espaço colonial, nele se faziam chegar notícias acerca do que se transcorria em outras partes do globo por meio da oralidade e da circulação de impressos e de manuscritos. Por meio da recuperação de falas de autoridades e de depoimentos de testemunhas e acusados presentes nos autos da devassa da prisão dos letrados do Rio de Janeiro de 1794 e da identificação de impressos apreendidos e mencionados nos autos, o texto procurará investigar quais noções de liberdade política estavam sendo divulgadas naquela circunstância e como elas estavam sendo recepcionadas não somente por letrados, como também por homens que exerciam ofícios mecânicos e pelas autoridades coloniais.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Mobilidade transgressora: alternativas de sobrevivência subalterna (Ceará, século XVIII)

Gustavo Magno Barbosa Alencar
Doutorando, Universidade Federal do Ceará / Secretaria da Educação do Ceará
gustavombalencar@gmail.com

O que os camponeses faziam entre uma revolta e outra? Esta foi uma das interrogações que norteou James C. Scott a compreender o que chamou de "resistências cotidianas". A ideia é que a resistência dos subordinados não existiria apenas nos momentos de conflitos abertos, revoltas, sedições, senão também nas relações de dominação do dia a dia. Esta perspectiva nos ajudou, metodologicamente, a melhor analisar certas formas de transgressão de sujeitos subalternos – especificamente as relacionadas à sua mobilidade – ocorridas na capitania do Ceará Grande ao longo do século XVIII, quando a colonização portuguesa ali se consolidou. Não porque a categoria "resistência" deva ser empregada a priori no entendimento desse tipo de ação, muito pelo contrário. O valor metodológico das "resistências cotidianas" aparece no momento em que passamos a enxergar pequenos atos transgressores como uma contraposição, levando-nos a indagar sobre a existência de conflitos sociais. Neste sentido, acreditamos que as migrações criminalizadas como vadiagem e as fugas (em contextos de dominação variados) podem ter significado algo mais que a transgressão como um fim em si mesma: elas podiam expressar a busca por alternativas de sobrevivência ao contexto de precariedade em que estavam inseridos. Era na ação de materializar essa busca que tais práticas poderiam ganhar a coloração de "resistência", sobrepondo os seus interesses às normas institucionais que ordenavam a vida social.

Ao tentarmos demonstrar esta possibilidade interpretativa, buscaremos também recuperar o debate em torno do conceito de resistência. As fontes de pesquisa utilizadas são basicamente as que compõem o acervo do Arquivo Histórico Ultramarino e a comunicação administrativa local, concebendo, a partir de Ranajit Guha, que os produtores desses documentos se expressavam através de uma prosa da contrainsurgência.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

A trajetória do padre Manuel Rodrigues da Costa nas Minas Gerais pós-Inconfidência Mineira: perspectivas de estudos

Laura Morales Borges
Mestranda, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP
laura.morales@unesp.br

Em 15 de março de 1789, após denúncia oral de Joaquim Silvério dos Reis ao governador Luís Antônio Furtado de Castro do Rio de Mendonça e Faro, o visconde de Barbacena, acerca da existência de um movimento rebelde que objetiva separar a capitania de Minas Gerais do Império português, a ocorrer em 1789, a Inconfidência Mineira, e, consequentemente, a abertura de uma devassa por parte do vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa, destinada a apurar o levante pretendido em Minas Gerais, muitos participantes foram presos, julgados e sentenciados. E neste grupo, os eclesiásticos, em número de cinco, em virtude do forte poder e impacto de suas condenações entre os demais, tiveram suas penalizações antecedidas pela rainha Maria I em degredos e reclusões para conventos localizados na cidade de Lisboa. E dentre os religiosos envolvidos na Inconfidência Mineira, o padre Manuel Rodrigues da Costa é o personagem-chave de nossa proposta de estudos e pesquisas. De personalidade inquieta, iluminista e apesar de manifestar participação discreta na Inconfidência, era um entusiasta das ideias de se pensar o separativismo mineiro. Nascido em 2 de julho de 1754 em Conceição de Ibitipoca, freguesia de Nossa Senhora do Campo Alegre de Carijós, atual Conselheiro Lafaiete, em Minas Gerais, era filho do coronel Manuel Rodrigues da Costa e de Joana Teresa de Jesus. Após envolver-se nos falatórios da Inconfidência, foi preso e submetidos à pena de degredo em Lisboa, por 10 anos, em

dependências eclesiásticas. Após sua libertação, regressa ao Brasil e, aqui, envolve-se em práticas "modernizantes" agrícolas e em ações políticas, como sua nomeação como um dos mineiros eleitos para representar a província de Minas Gerais nas Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, de 1820, e como deputado à Assembleia Constituinte de 1823 e à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais em 1826. Nesses locais, praticamente nada se conhece das práticas políticas que exerceu. Este é o desafio de nossa pesquisa e proposta da presente comunicação: apresentar os principais pontos de nosso projeto de mestrado, que tem por objetivo estudar a trajetória "política" do padre inconfidente Manuel Rodrigues da Costa após a Inconfidência Mineira.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Rebeliões coloniais -- nova proposta interpretativa

Luciano Figueiredo
Doutor, UFF

[Pendência]

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

A Materialidade do Conflito no Baixo Rio São Francisco: Diálogos entre a Arqueologia e a História

Luis Felipe Freire Dantas Santos
Doutor, Pós-doutorado
luisfelipe_freire@yahoo.com.br

Atualmente, o Programa de Pós-graduação em Arqueologia, da Universidade Federal de Sergipe (PROARQ/UFS) desenvolve pesquisas dentro do amplo projeto da Carta Arqueológica Subaquática do Baixo Rio São Francisco. Um desses trabalhos, pós-doutorado financiado pela CAPES, aborda a(as) Independência(s) no Velho Chico. Enquanto o desdobramento de uma iniciativa maior, esta pesquisa possibilita a ampliação da produção de conhecimento, centrando em uma temática ainda pouco explorada pela Arqueologia brasileira, na medida em que aproxima suas preocupações epistemológicas com as perspectivas dos Annales.

A comunicação objetiva discutir as potencialidades interpretativas da cultura material produzida com o processo histórico de longa duração, na região do baixo rio São Francisco, especificamente aquela referente aos conflitos políticos e confrontos bélicos, que compartilham elementos importantes, embora cronologicamente distanciados, relacionados à presença estrangeira, a motivação da política colonial, aspectos econômicos e interesses contraditórios sustentando as lutas pela independência. Propomos, assim, uma análise sobre os reflexos regionais e locais dos tensionamentos no baixo rio São Francisco, com a presença holandesa nos séculos XVI e XVII, e dos movimentos de independência brasileira, iniciados a partir da Revolução de 1817,

através do estudo de contextos arqueológicos, relacionados principalmente a naufrágios já identificados na região.

Ao estudarmos os contextos arqueológicos relativos à materialidade de eventos conflituosos, buscamos primeiramente a leitura dos gestos repetidos que, em uma realidade de longa duração, foram silenciados e esquecidos, tendo os seus produtos algumas vezes até pilhados. Ao forcarmos na cultura material tratamos com a maioria, com as massas silenciosas. A influência dos Annales na Arqueologia permite o esclarecimento de assuntos mais amplos nos quais um caso específico está imbricado, através da proposição de uma estrutura analítica sustentada pela Arqueologia do evento, como proposto pelo arqueólogo australiano Mark Staniforth – influenciado pelo trabalho de Emmanuel LeRoy Ladurie e Jacques Le Goff e na terceira e quartas gerações dos Annales – que permite que a especificidade do evento, a exemplo da individualidade de um naufrágio em particular, seja usada para interpretar processos culturais de maior escala.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

A ordenação do padre inconfidente José da Silva e Oliveira Rolim na cidade de São Paulo: notas de pesquisa

Maria do Carmo da Silva
Doutoranda, UNESP - Assis/SP
mcarmosilva1605@gmail.com

Dos cinco religiosos presos e penalizados por participarem da Inconfidência Mineira de 1788-1789, o padre José da Silva e Oliveira Rolim foi o que teve a trajetória mais conturbada e enigmática de todos. Nasceu em 1747 no arraial do Tejuco, atual Diamantina, no norte de Minas Gerais. Descendia de uma das famílias mais ricas da capitania, pois seu pai José da Silva de Oliveira, casado com Ana Joaquina Rosa, fora o primeiro administrador do Real Contrato dos Diamantes no Distrito Diamantino. Apesar da enorme fortuna familiar, amealhada a partir de diversos negócios relacionados à extração de diamantes e ouro na região do arraial do Tejuco, Rolim e seus irmãos estabeleceram extensas redes de amizades e influências na capitania e fora dela. Sabe-se que se dedicavam ao contrabando de pedras preciosas e aos empreendimentos creditícios. E, ao que tudo indica, dos filhos do caixeiro José da Silva de Oliveira, o filho Rolim não era afeito aos estudos, pois nunca sobre escrever e nem falar corretamente, sendo nessas tarefas substituído corriqueiramente pelo seu escravizado Alexandre ou pelo seu irmão Plácido.

Naquele cenário, Rolim, já com idade avançada, quase aos 30 anos, iniciou estudos em Pompeu e, de lá, foi ao Seminário Menor, na cidade de Mariana. Em 1778, foi enviado ao Seminário Maior, em São Paulo, com a intenção de seguir na carreira eclesiástica.

Em 1779, já estando nos seus 32 anos de idade, após viver de maneira conturbadas na cidade, ordenou-se padre.

Assim, é nossa intenção na presente comunicação analisar os motivos pelos quais um dos mais ricos dos inconfidentes optou por tornar-se padre em São Paulo, e não na capitania de seu nascimento, como recomendava a legislação da época. Quais motivos podem ser atribuídos para a escolha de São Paulo, em detrimento ao frequentar estudos religiosos no Seminário de Mariana? Quais requisitos foram apresentados por Rolim para ingressar em seminário na cidade de São Paulo? Como foi sua permanência em São Paulo? Estes questionamentos mostram-se interessantes por evidenciar uma faceta ainda pouco conhecida na trajetória do padre Rolim anterior a sua participação na Inconfidência Mineira.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

A cidadania e liberdade nos termos constitucionais: a tessitura da crítica à condição do lugar do negro no século XIX no periódico "O Homem de Côr" (1833)

Maria Isabela da Silva Gomes
Mestranda, Programa de Pós-Graduação em História (PPGH - Unesp Franca)
maria.isabela@unesp.br

No limiar do século XIX, no recorte historiográfico conturbado pelas disputas políticas do primeiro império e das regências – em meio a uma sociedade contratual –, a imprensa periódica, já presente na América portuguesa regularmente desde o século XVII, por meio das publicações portuguesas e de outros países da Europa, passa a ser produzida no Brasil em 1808 e se consolida a partir de 1821. Como um importante mecanismo de participação política, a imprensa também foi um espaço de embates simbólicos e produção de referenciais. Portanto, a cidade do Rio de Janeiro no início do século XIX foi o palco mediador e proliferador da opinião pública que visibilizou também a população livre e liberta acerca de seus direitos e deveres como cidadãos. O objetivo deste trabalho, dessa forma, consiste na investigação de como se teceu a crítica à condição do lugar do negro no século XIX a partir da análise dos principais argumentos manejados por letrados que publicaram críticas e elaboraram projetos políticos destinados a garantir a cidadania, nos termos da Constituição de 1824, de negros e mestiços libertos e livres na sociedade oitocentista fluminense, especificamente, nas declarações contidas nas 5 edições do periódico denominado "O Homem de Côr" (1833), com publicação entre 14 de setembro à 4 de novembro de 1833. Versa-se aqui a respeito das inquietações voltadas ao entrelaçamento entre cor, prestígio e cidadania na sociedade fluminense; as restrições políticas e de acesso a

determinados cargos públicos, e como nas tipografias, local de produção gráfica de jornais, folhetos, revistas e livros e de venda, também criava-se redes de sociabilidades entre redatores, escritores e leitores. Logo, a discussão e disseminação política e cultural das pluralidades do saber mostram-se relevantes, criando, assim, significações nos espaços urbanos. É possível notar o afloramento do discurso de autoidentificação pela cor, além do questionamento das dificuldades impostas pelo Estado na ocupação de negros livres em posições estratégicas, tanto nas patentes superiores da Guarda Nacional como em outros postos públicos. Para contemplar essa temática, é crucial demarcar como no Rio de Janeiro, berço do Império e capital do Brasil, as próprias tipografias eram agentes históricos e representavam tanto um espaço de liberdade, reflexão e narração dos "fatos" e das "verdades", como também um local de coerção, manipulação e reflexo de interesses distintos à cidadania e liberdade abordadas nos termos constitucionais da imprensa.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Por que o quadro do rebelde Tiradentes está no Museu Paulista?

Mariana de Carvalho Dolci
Doutora, Faculdade de Saúde Pública da USP
marydolci@uol.com.br

O alferes Joaquim José da Silva Xavier, mais conhecido como Tiradentes, e o movimento que participaria, a Inconfidência Mineira (1788-9), foram retratados, explicados e eternizados no Museu Paulista em São Paulo. Os museus históricos costumam tratá-los erroneamente, como os precursores do movimento de Independência do Brasil que só viria a acontecer 33 anos depois. O diretor do Museu Paulista entre 1917 e 1945, Affonso d'Escragnolle Taunay não foi um historiador de formação, porém pensou toda a composição da decoração interna para o Centenário da Independência em 1922. A partir daí é possível entender a causa da escolha de um rebelde como Tiradentes e da Inconfidência Mineira nessa exposição.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Apontamentos para uma "experiência Insurgente" do Brasil na Era das Revoluções (1808-1850)

Murillo Dias Winter
Doutor, Universidade de São Paulo (USP)
murillodiaswinter@hotmail.com

Esta comunicação tem como objetivo apresentar elementos para a compreensão do que chamo, hipoteticamente, de "experiência insurgente" na formação do Brasil. Neste trabalho, investigo as correlações e articulações entre os movimentos de contestação política e guerras civis nas províncias da Bahia, Cisplatina, Grão-Pará, Pernambuco e Rio Grande do Sul, entre 1808 e 1850. Defendo a hipótese de que as revoltas nestes locais e suas ligações mútuas criaram um espaço e uma linguagem compartilhados, contribuindo para a construção do estado e da nação brasileira. Para tanto, considero várias formas e intensidades de interações, bem como como esses eventos e processos se encontraram e se modificaram mutuamente, resultando em uma experiência histórica específica, chamada de "experiência insurgente". Ela aponta para a inserção do Brasil como corpo político independente em um amplo contexto de transformações, a Era das Revoluções, tendo em vista sua dimensão conflitiva e plural. Diante disso, faço uso de uma ampla gama de fontes, como a imprensa, correspondências oficiais e privadas, fés de ofício e processos judiciais.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

A ilha de Itaparica nas lutas pela independência do Brasil na Bahia 1822-1823

Patrícia Verônica Pereira dos Santos
Doutoranda, UFBA
patdoctor@gmail.com

Estudar a Guerra de Independência do Brasil na Bahia é, além de estudar os lugares e locais estrategicamente definidos, buscar aqueles que foram invisibilizados, investigar, através uma nova perspectiva histórica, deixando de ver a História Militar somente como uma produção de feitos e guerras, com isso, é lançado um olhar para o papel da Ilha de Itaparica nas batalhas da Independência na Bahia. O fio condutor da análise será examinar a função estratégica da Ilha para as atividades de defesa do Recôncavo Sul pelo mar, pois sua localização incluía a passagem para os engenhos de Jaguaripe e Nazaré e o acesso aos produtores de farinha, como também para o sertão produtor da carne, que abastecia a cidade, deixando os soldados portugueses sitiados, dentro da cidade do Salvador. Por constituir-se um espaço estratégico, a Ilha sofreu ataques após o bloqueio que impedia o abastecimento de Salvador e, ao tentar dominá-la, as tropas portuguesas imaginavam que esta estava desguarnecida militarmente, já que possuía somente o Forte de São Lourenço de Itaparica. As investidas do Exército português tornaram a Ilha em um campo de batalha desde 1822. Segundo Accioli e Amaral, "a ilha de Itaparica tem sido muitas vezes por elles atacada, mas sempre triunfa, e se illumnina, o que causa raiva aos Lusitanos da cidade, e os põe em desesperação" (1837, Tomo III, p. 28). Um dos responsáveis pelos ataques a Ilha foi o General Madeira de Melo, no entanto, sua ação e de seus homens custou-lhe grandes prejuízos, pois todas as tentativas foram frustradas e tiveram que se retirar de volta para a cidade de Salvador.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Quilombos, mocambos e palenques: poder, violência e resistência escrava nas Minas do Ouro

Renato da Silva Dias
Doutor, Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes
dias.reno@gmail.com

As comunidades formadas por africanos escravizados que se evadiam foram comuns em praticamente todas as regiões onde o sistema escravista foi implantado. Destaca-se no repertório das fontes analisadas sobre as Minas setecentistas a apreensão das autoridades em relação ao controle da escravaria e a eliminação dos quilombos e mocambos. A notícia da existência de mocambos, a circulação de negros fugidos e a violência envolvendo cativos eram temas recorrentes. Nessa comunicação discute-se a formação de quilombos na capitania de Minas Gerais na primeira metade do século XVIII, com destaque para a inter-relação entre evasão, violência e resistência escrava, as relações entre escravos e senhores e a construção do medo como elemento de negociação social. Os africanos escravizados eram sujeitos ativos, que atuavam a partir das possibilidades dadas pelo sistema escravista colonial, explorando as ambiguidades das leis, costumes e práticas sociais e também resistindo frontalmente a ele, por meio da formação de quilombos e revoltas.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

A expedição de ataque aos Quilombos do Campo Grande: história, historiografia e documentação (Minas Gerais, 1759-60).

Tarcísio de Souza Gaspar
Doutor, USP; Prof. de História do Instituto Federal do Sul de Minas Gerais.
tarcisio.gaspar@gmail.com

Neste trabalho será analisada a ofensiva militar organizada pelo governo de Minas Gerais nos anos de 1759-60 em direitura aos quilombos situados no "Campo Grande", em especial na região estendida ao sul do Rio Grande e a oeste do Rio Sapucaí, nos sertões fronteiriços entre as capitanias mineira e paulista. A partir da historiografia que abordou esse evento é possível estabelecer os marcos interpretativos e documentais que caracterizaram a abordagem desse tema. Discutir-se-á documentação inédita referente à expedição, guardada nos acervos da Câmara Municipal de São João Del Rei. Inserida em projeto de pesquisa, financiado pela FAPEMIG, que visa estudar a história da conquista e da colonização dos sertões do Cabo Verde, Jacuí e Rio Pardo entre 1750-1850, essa comunicação apresentará o estado da arte no que diz respeito à ofensiva que inaugurou o processo colonizador incidente naquela área. Pretende-se avaliar ainda as resistências e persistências forjadas pela presença quilombola e suas influências na etapa colonizadora.

IX Encontro Internacional de História Colonial

EIHC

DIMENSÕES GLOBAIS E LOCAIS DOS IMPÉRIOS COLONIAIS: REDES, CIRCULAÇÃO E DINÂMICAS (SÉCULOS XV-XIX)

Artífices do ilícito: as dimensões da corrupção na Época Moderna

20

Adriana Romeiro (UFMG) & Marcos Aurélio de Paula Pereira (UnB)

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Quando a Corrupção sacudiu o mundo: Imaginário, Maravilhas e Natureza após o Terremoto de Lisboa de 1755

Ramon Gustavo Becker
Mestrando, UnB - Universidade de Brasília
ramongustavobecker@gmail.com

Os eventos de 1º de novembro de 1755, muito mais do que reduzirem a cidade de Lisboa em uma grande pilha de escombros, acabaram por trazer muitas outras consequências para os Portugueses. Além do prejuízo material, as pessoas se preocupavam em compreender as causas e significados de tamanha destruição, que destruiu a capital do reino lusitano e custou a vida de um grande número de seus habitantes. Se por um lado, havia indivíduos empenhados em lidar com todo o caos trazido pela tragédia, a grande parte dos portugueses, assim como outros europeus, se indagavam tentando compreender a natureza daquele acontecimento. O resultado é uma considerável quantidade de escritos abordando o tema, com variadas perspectivas que vão desde estudos da ciência moderna sobre a composição do solo, interpretações religiosas do sismo sendo um castigo divino aos pecados dos portugueses, e até mesmo a compreensão que este seria um prenúncio do retorno do rei encoberto, famoso mito difundido entre os lusitanos. É sobre este impacto temático, principalmente sobre a cultura escrita, que nossa comunicação tratará. Fazendo um apanhado e análise de alguns destes trabalhos com o intuito de compreender como o contexto do pós-terremoto, marcado pelo temor e pela busca por respostas em relação a tragédia, resultou em uma "onda" ou "tendência" literária. De início já podemos apontar que este processo pode ser dividido em dois momentos. No primeiro, prevalecem escritos breves como

folhetos e cordéis produzidos logo após o terremoto, que abordam diretamente a questão do sismo, seja explicando as causas, explorando o simbolismo ou somente relatando experiências de certos indivíduos. No segundo momento os estudos ganham cada vez mais substância, o que resulta em obras mais extensas como livros e compilações. Mesmo que neste período, localizado aproximadamente entre 1755-1765, as obras passarem a tratar da natureza como um todo e não somente do terremoto. Os prefácios e comentários dos autores sugerem que mesmo que os temas variem e se tornem mais amplos, propondo teorias sobre a organização natural e comportamento do mundo, o interesse no estudo e escrita está fortemente ligado a catástrofe de 1755. Analisando este movimento junto a seu contexto, nos permite compreender como o terremoto deu assunto aos escritores e a mentalidade barroca lhes deu a audiência, resultando assim nesta "onda" de obras sobre a natureza e seus fenômenos maravilhosos.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Quanto custa um holandês? As negociações diplomáticas de Portugal com os Paises Baixos e os subornos

Thiago Groh
Doutor, Universidade Federal do Norte do Tocantins
thgroh@terra.com.br

Com a aclamação de D. João IV em 01 de dezembro de 1640 iniciou-se o longo processo de Restauração de Portugal. Esse processo somente seria concluído em 1668 com o reconhecimento do papado e da Espanha da monarquia brigantina. Ao longo desse processo, para além das questões com o papado e a vizinha Espanha, a nova monarquia portuguesa precisou enfrentar outros problemas como a recuperação do Nordeste do Brasil que encontrava-se ocupado pelos holandeses desde 1630. Sem condições de enfrentar os holandeses militarmente, ao menos em um primeiro momento, D. João IV logo no início de seu governo procurou estabelecer um acordo diplomático com a República dos Países Baixos e retomar a soberania do Nordeste Brasileiro. Os debates diplomáticos estenderam-se te o ano de 1661 com o acordo de Haia. Nesse período contudo, o momento mais tenso foi na segunda metade da década de 1640 e esse é o período que pretendemos analisar em nossa apresentação, apontando para os esforços portugueses em obter a simpatia ou alguma vantagem junto aos deputados e representantes das repúblicas na tentativa de se firmar um acordo de paz definitivo. Assim, por meio das cartas de Francisco de Sousa Coutinho, do Padre Antônio Vieira e outros documentos pretendemos analisar a questão do suborno e seu uso pela coroa portuguesa. E sua efetividade no processo das negociações diplomáticas.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

"Farei primeiro aos meus, então aos alheos": escalas de poder e negociações corruptivas nas franjas do Império luso americano (Curitiba, séculos XVIII-XIX)

Milton Stanczyk Filho
Doutor, Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE
miltinhostanczyk@gmail.com

Em 6 de maio de 1805, o então Capitão General de São Paulo, Antônio José de França e Horta, enviava para a Secretaria dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, "um completo conhecimento das pessoas que lhe são submetidas" (DOCUMENTOS INTERESSANTES PARA A HISTÓRIA E OS COSTUMES DE SÃO PAULO, 1895, Volume XV, Pg. 131). No terceiro ano de seu distinto cargo na Capitania, elaborou os conceitos dos quatro únicos magistrados letrados que havia sob sua tutela, entre eles o Ouvidor da Comarca de Paranaguá, Antônio de Carvalho Fontes Henrique Pereira e o Ouvidor da Comarca de São Paulo, Joaquim Procópio Picão Salgado. Horta não economizou 'a tinta de sua pena' ao narrar, no seu entendimento, as diversas falhas cometidas por aqueles oficiais: "venalidades", "desobediência e desatenção", "por ignorar os limites de sua jurisdição", "irregular conduta", "condescendência", "cego de interesse", "desconhecimento das leis de Vossa Alteza", "nenhum desinteresse e limpeza de mãos", "pelo espírito partidário que o domina", "altivez e insubordinação", "pelo traje indecoroso que se apresentava no Tribunal", "enunciar seu voto de forma ininteligível", "agregar a si pessoas de péssima qualidade", "que nenhum outro fim tem mais do que vistas particulares e a satisfação de suas paixões", "conduta bem escandalosa", foram algumas das assertivas utilizadas para demonstrar os caminhos – ilícitos, imorais e corruptíveis - pelos quais percorreram aqueles Ouvidores. Observando este cenário

percebe-se, por um lado, a esfera personalista das ações dos funcionários régios na América portuguesa colonial. De outro, a possibilidade de vislumbrar um caleidoscópio social que envolvia uma rede política e econômica reconhecidamente corruptiva. Contudo, ao observar os termos utilizados por Horta, há uma clara simbiose entre valores morais com práticas de dominação patrimonial. Num ambiente colonial onde os limites do espaço público e privado eram tênues, foi possível perceber que as atividades econômicas de uma determinada 'elite' podiam, muitas vezes, ser inconcessas. Mas como a sociedade gerenciava tais situações? Havia o entendimento dos cargos como 'coisa' privada que permitia aos funcionários agirem de forma personalista? A utilização dos canais burocráticos e da integração em redes familiares, serviam como elementos determinantes da integração e ascenso social? Tal perspectiva permite ser problematizada quando se observa os desígnios do Ouvidor Henrique Pereira para com os bens do falecido Capitão Antonio Gomes Campos, notório comerciante de gado e morador nos campos de Curitiba. Para além de afortunado, declarava em suas últimas vontades enquanto bastardo e sem descendentes.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

QUANDO O PALÁCIO VIRA UM MERCADO: CONTROLE E CORRUPÇÃO NO GOVERNO DE DOM TOMÁS JOSÉ DE MELLO NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO (1787 e 1798)

Estevam Henrique dos Santos Machado
Doutor, Doutor pela UFPE e Professor SEE/PE e SEDUC/AL
estevamhsmachado@gmail.com

A participação ocasional de indivíduos de diversos atores sociais na atividade comercial era um fenômeno largamente observado não apenas no Brasil colonial, mas em outras realidades do mundo moderno. Mesmo com a proibição do comércio para os funcionários régios, estes sujeitos não deixavam escapar a oportunidade de auferir grandes lucros durante sua estadia na colônia, principalmente para compensar os baixos salários. Os governadores, por exemplo, circulavam pelas diversas paragens do Império e ao não se fixarem por longos períodos deveriam, ao menos na teoria, corporificar os interesses da monarquia acima dos interesses locais. Nesta apresentação procuramos debater quais eram as estratégias utilizadas pelo governador da capitania de Pernambuco, Dom Tomás José de Mello, para manter o controle sobre o comércio de diversos produtos importantes da capitania de Pernambuco, como a carne, a pólvora, a farinha, entre outros. Percebemos que através de práticas verticais clientelares, Dom Tomás construiu uma complexa rede montada por testas de ferro e oficiais régios que lhes davam o controle da distribuição e comercialização destes produtos. Era assim que conseguia arrematar contratos e instituir monopólios gerando descontentamento na praça comercial do Recife. Sua inserção no comércio da capitania provocou uma série de denúncias, dentre os detratores, João de Deus Pires Ferreira, comerciante do Recife,

escreveu um texto explicando em detalhes as ações do governador denominado “Análise do monopólio das carnes, da pólvora e do comércio da ilha de Fernando de Noronha praticados em Pernambuco debaixo da proteção do governador da aquela capitania D. Tomás José de Mello”. A “Análise do monopólio”, mesmo que não explicitamente, teve sua contradita em vários ofícios escritos pelo governador endereçados ao Conselho Ultramarino. O resultado da campanha empreendida pelos seus rivais obteve êxito com a instauração de uma devassa que resultou na sua defenestração do cargo de governador no ano de 1798.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

A história de um grande engano. O "caso Reguera" (Guatemala, século XVI)

Anderson Roberti dos Reis
Doutor, Professor do Departamento de História da UFMT
dosreiss@gmail.com

Em 1580, Alonso Díaz de la Reguera decidiu contar a história de um engano, de um grande engano de que tinha sido vítima quatro décadas antes. Ele vivia à época em Valladolid, mas tinha um passado de conquistador e encomendeiro na América. Depois de ter estado no México, Alonso seguiu para a Guatemala com as tropas de Pedro de Alvarado em meados dos anos 1520. Assentou-se lá, tornando-se proprietário e encomendeiro conhecido. Decidiu retornar a Valladolid no início dos anos 1540, preocupado com as críticas dirigidas aos encomendeiros e com as notícias de que novas leis cortariam na carne daqueles homens. Por seu relato, sabemos que naquele momento recebeu em sua casa um homem que dizia ser seu sobrinho, Gómez Díaz. Acolheu o rapaz pobre e quase nu, deu-lhe de comer, emprestou-lhe 500 pesos, tratando-o como sobrinho. Antes de viajar à Espanha, celebrou um contrato de "compañía" com o jovem, que deveria cuidar das propriedades, dos escravos e dos povos indígenas que seu tio tinha em encomenda, enviando-lhe metade das rendas, tributos e "intereses" obtidos. As expectativas de Alonso não demoraram a ser frustradas. Mal tinha se estabelecido em Valladolid, soube pelo próprio Gómez Díaz que ele não era propriamente seu sobrinho. Depois, passou a receber mais cartas com desculpas do que os pesos e tostões relativos a suas propriedades, enquanto as notícias davam conta de que seu sobrinho enriquecia com o comércio de cacau nas rotas entre a Guatemala e o México. E o fazia usando o sobrenome de seu "tio". Já no fim da vida e mirando o patrimônio de seus descendentes,

Alonso admitiu ter sido enganado e resolveu registrar o caso, provavelmente como parte de um pleito judicial. Alguns historiadores interpretaram o "caso Reguera" como uma fraude comercial ou mercantil. De minha parte, e esta é a proposta da presente comunicação, gostaria de analisar o conjunto documental do chamado "Proceso Díaz de la Reguera" da perspectiva do "engano", explorando os possíveis sentidos daquela categoria nas conexões americanas do século XVI.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

A perfídia no trato dos viventes: corrupção, poder e escravidão de mãos dadas no Brasil colonial.

Marcos Aurelio de Paula Pereira
Doutor, UnB - Universidade de Brasília (coordenador)
marcospereira@unb.br

Está comunicação explana com base na historiografia e em pesquisas recentes, casos em que poderosos na América portuguesa se envolveram em redes clientelares com objetivo de enriquecimento por inúmeros meios de fraldar o erário, em especial, através do contrabando e emprego não autorizado de escravos em atividades controladas pela Coroa. Explica-se nesse ínterim, a polissemia do conceito de corrupção e práticas congêneres observadas no cotidiano das sociedades ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, em diversos tipos de fontes e narrativas de época. Examinando múltiplos casos recorrentes na vastidão do território brasileiro, procura-se discorrer e estabelecer as conexões sobre como os já condenados ao cativeiro foram ao mesmo tempo, meio e fim de ilicitudes que tanto aumentaram a fortuna de alguns, avantajava o falso fausto – do doce e do ouro - quanto condenavam os africanos e afro-brasileiros à marginalização que deixou marcas em nossa sociedade até hoje.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Fernando Brandani, agente português ou agente de si.

Luciano Cesar da Costa
Doutor, Secretária de Educação - Saquarema (RJ)
lucianocesar_3@hotmail.com

O objetivo da presente comunicação é observar a atuação de Fernando Brandão. Como sabemos, a Monarquia Portuguesa encontrava-se recém-restaurada com a aclamação de D. João IV como rei. Contudo, a mera aclamação era apenas uma etapa para a consolidação da monarquia lusa, passando necessariamente pelo envio de diversos agente diplomáticos, oficiais ou não, para as cortes europeias. Fernando Brandão, o personagem em tela, era apenas um desses muitos agentes que seriam usados pela diplomacia portuguesa, mais precisamente, na sua atuação em Roma junto ao Papado. Brandão ou "Brandani", em sua versão italiana, era uma figura preeminente na corte, tendo inclusive seu rosto pintado por ninguém menos que Diego Velázquez. As redes clientelares da família Brandão ajudariam os sempre em apuros embaixadores portugueses na Cúria Romana, curiosamente, porém, essa ajuda não era despretensiosa. Como o próprio Fernando afirmou: "Em Roma, não se faz contas daqueles que não são pagos." Dessa forma, entender a atuação desse agente diplomático é também entender a própria lógica diplomática moderna.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

A administração dos quintos do ouro no início do século XVI na América portuguesa: análise e discussão dos dois primeiros Regimentos das Terras Minerais do Brasil (1603 e 1618)

Pollyanna Precioso Neves
Doutora, Universidade Federal de Ouro Preto
preciosopollyanna@gmail.com

O presente trabalho é parte integrante de uma tese de doutorado, que teve por objetivo analisar as legislações que buscavam regulamentar a administração fiscal da cobrança dos quintos do ouro e da atividade mineradora, entre os anos de 1603 e 1817. O direito real à argentaria em Portugal tratou da prerrogativa que o rei tinha de cobrar em seus domínios a quinta parte de toda riqueza mineral e metalífera extraída. E os quintos, que eram a base da cobrança sobre os metais, manifestos em um privilégio real, ao serem pagos in natura, estimulavam a produção e faziam da atividade mineradora um foco importante nas atenções da Coroa portuguesa. Fruto de diversos interesses, as legislações podem ser uma das formas de analisar os tons da relação entre Metrópole e Colônia, pois também na elaboração desses textos normativos podemos observar o local do poder real e sua existência legítima. Portanto, pretende-se aqui, analisar o Primeiro Regimento das Terras Minerais do Brasil, datado de 18 de agosto de 1603, e o Segundo, de 08 de agosto de 1618, indicando os modelos de administração propostos, bem como as formas de estímulos para promover os descobrimentos de metais e pedras preciosas, manifestos no privilégio de descobridor. Ainda que não tenha havido exploração em abundância no período, ambos regimentos marcam uma reordenação da política colonial para a mineração, que até aquele momento se caracterizava por um relativo

vazio administrativo em relação a essa atividade. Os regimentos nos revelam também a influência dos descobrimentos de prata na América espanhola e nos remetem à figura do sétimo governador-geral do Brasil, Dom Francisco de Souza.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

A REORGANIZAÇÃO TERRITORIAL E ECONÔMICA DE SERGIPE DEL REY SOB O GOVERNO DA DINASTIA DE BRAGANÇA (SÉCULOS XVII E XVIII)

Luís Siqueira
Doutor, Prefeitura Municpal de Aracaju/Itaporanga d'Ajuda
siqueira_luis@hotmail.com

Esta comunicação, resultante da pesquisa para tese de doutorado, objetiva evidenciar informações e dados que divergem com os apresentados pela historiografia tradicional sergipana acerca do passado local, no período que compreende a segunda metade do século XVII e a primeira do seguinte. Condições como subordinação de Sergipe del Rey às elites econômicas e políticas da capitania da Bahia, desorganização administrativa, falta de leis regulamentando as relações econômicas, administrativas, sociais e militares apresentados e conformados pelos historiadores sergipanos, não aparecem na documentação pesquisada. Utilizando-se do referencial apresentado por Fernando Antônio Novais e baseando-se em documentos provenientes de arquivos portugueses e brasileiros, a pesquisa evidenciou que após a reconquista da colônia brasileira capitaneada pela dinastia de Bragança, a partir de 1648, houve um plano de restruturação do território sergipano no qual este passou a estar vinculado ao Estado do Brasil de modo singular. Nessa perspectiva, os governantes portugueses admitiram Sergipe del Rey como capitania real e estabeleceram um plano estratégico para impulsionar a busca por metais precisos, dinamizar as relações comerciais entre capitanias vizinhas e demais da colônia brasileira. Como resultado, pode-se comprovar que o plano estabelecido pela Coroa portuguesa com a inclusão da capitania sergipana

teve como objetivo maior estabelecer as bases da colonização e garantir sucesso na exploração colonial.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Especificidades da corrupção no mundo colonial: notas para um debate.

Adriana Romeiro
Doutora, Universidade Federal de Minas Gerias -UFMG (coordenadora)
adriana.romeiro@uol.com.br

O propósito da presente comunicação é trazer à luz um debate relevante nos estudos sobre a história da corrupção. Seria a corrupção no mundo colonial diferente da metropolitana? Nos trópicos, teriam florescido modalidades de corrupção originais e mais robustas? Para muitos autores, aceitar a tese de que a corrupção teria sido mais generalizada nas colônias do que nas metrópoles implica validar análises sobre a maior propensão dos seus habitantes para a prática de ilicitudes, reiterando assim interpretações pejorativas e fortemente impregnadas por um viés discriminatório. Para outros autores, as condições do mundo colonial teriam sido mais propícias para a generalização da corrupção em todas as esferas da vida social, principalmente no caso das autoridades administrativas. O objetivo aqui é apresentar os argumentos envolvidos nesse debate, submetendo-os ao crivo das fontes e das interpretações mais recentes.

IX Encontro Internacional de História Colonial

EIHC

DIMENSÕES GLOBAIS E LOCAIS DOS IMPÉRIOS COLONIAIS: REDES, CIRCULAÇÃO E DINÂMICAS (SÉCULOS XV-XIX)

Redes e conexões econômicas (da América Portuguesa) na Época Moderna: o local e o global nas perspectivas micro e macro

21

Fábio Pesavento (ESPM-RS) &
Tiago Luís Gil (UnB)

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Ilegal, local y global: la circulación de tabaco de Brasil en el Río de la Plata a fines del siglo XVIII.

Adriana Dávila
Mestranda, Universidad de la República Uruguay
adrianajuana@gmail.com

Hacia fines del siglo XVIII el tabaco se había convertido en un bien de circulación global. Los estados imperiales se organizaron para incrementar la producción tabaquera y para obtener ingresos fiscales a través del establecimiento de impuestos y la implantación de monopolios.

En el Río de la Plata la costumbre de consumir tabaco fumado, inhalado y masticado estaba generalizada en distintos sectores de la sociedad a fines del siglo XVIII. En 1778 la región quedo plenamente integrada al sistema monopólico imperial a partir de la creación de la dirección general de tabacos con sede en Buenos Aires.

A pesar de la oferta de variedades locales, desde fines del siglo XVII el tabaco procedente de Brasil gozaba de gran popularidad entre los consumidores platenses. Las restricciones existentes para el tráfico intercolonial, y la definitiva instalación del monopolio en el Río de la Plata implicaron fuertes obstáculos para el comercio del tabaco procedente de Brasil. Una parte de este flujo comercial se canalizó bajo mecanismos de circulación semi-legales controlados por la administración monopólica. Otra parte de este tráfico continuó desarrollándose al margen de la legalidad.

El contrabando fue la principal fuente de abastecimiento de tabaco proveniente de Brasil en el Río de la Plata. La evidencia muestra la existencia de un tráfico a pequeña y

mediana escala. La presente intervención aborda las formas en que pequeños y medianos traficantes locales articularon cadenas regionales de circulación de tabaco. En particular la ponencia repasa el rol de los agentes comerciales en el tráfico terrestre desde Brasil hacia los mercados de Montevideo y Buenos Aires.

La ponencia se desarrollará a partir del análisis de documentación producida por la Dirección General de Tabacos y Naipes del Río de la Plata y de fuentes judiciales producidas en el ámbito de la Real Hacienda.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Conexões atlânticas: tráfico de escravizados, comércio de farinha e madeiras a partir da Bahia, c.1780-1820

Alex Andrade Costa
Doutor, UFBA
alexhisto@gmail.com

Em fins do século XVIII a região ao sul do Recôncavo da Bahia figurava como um dos principais centros produtores de alimentos para abastecimento interno. Ali produzia-se, sobretudo, a mandioca e sua farinha, base da dieta dos baianos, cujos principais centros consumidores era a cidade de Salvador e as principais vilas do Recôncavo. Um pouco mais ao sul, entre as vilas de Camamu, Cairu e Boipeba, aproveitando-se da abundância de madeiras de lei, trabalhadores especializados se fixaram estabelecendo diversos estaleiros responsáveis por criar uma importante indústria naval de construção e reparos de embarcações de todo o tipo, inclusive aquelas que serviam ao amplo comércio atlântico de mercadorias e gente. Parte das embarcações que ali ancoravam estavam envolvidas no transporte de escravizados da África (especialmente a região onde hoje é Angola) para a Bahia e sua presença se dava tanto por motivo de desembarques de escravizados, quanto para reparos ou, mais comumente, para abastecer de víveres, principalmente a farinha de mandioca, provisão indispensável para alimentar os escravizados e a tripulação na viagem, como também se tornava moeda para a aquisição de novos escravizados em África. Destaca-se, ainda, que a exploração de madeiras de lei da extensa região litorânea ao sul do Recôncavo ainda servia para a construção civil ou mesmo naval em outros reinos. A partir das correspondências trocadas entre autoridades da Bahia, Angola e Lisboa, bem como os dados sobre entrada e saída de

mercadorias do porto de Salvador e os relatos e memórias de viajantes e outras autoridades, este artigo analisa como o tráfico de escravizados dinamizou um comércio ainda mais amplo de mercadorias estabelecendo importantes conexões comerciais entre Bahia, Lisboa e Angola em fins do século XVIII e primeiras décadas do XIX.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

A SESMARIA DE JOÃO PPEIXOTO VIEGAS NO CONTEXTO DA PÓS-RESTAURAÇÃO: PANORAMO POLITICO, SOCIAL E ECONOMICO NA CAPITANIA DA BAHIA (1640-1700)

Alex Teixeira de Araújo
Doutorando, Universidade Federal Fluminense
alexhistoriauneb@gmail.com

Esta proposta analisa a trajetória de João Peixoto Viegas, comerciante português que imigrou da vila de Viana de Castelo em Portugal para a Capitania da Bahia em 1640. Ele fez carreira administrativa e ascendeu sócia e economicamente, por meio de redes de sociabilidades, que lhe possibilitaram alcançar os espaços reservados as elites locais, como o Senado da Câmara e a Santa Casa de Misericórdia da Bahia. A análise proposta vai além da elaboração de um trabalho de trajetória, pois circula também em temas relevantes como colonização, catequização, ascensão social, economia colonial, cargos e funções na governança local, sem perder de vista o contexto da Pós-Restauração com seus efeitos para a economia da Capitania da Bahia no século XVII.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

O funcionamento de Sociedades de Comércio na segunda metade do século XVIII: entre o coletivo e o particular

Amanda Pinheiro
Doutoranda, Princeton University
ap6986@princeton.edu

A partir de contratos e correspondências mercantis registrados no 1º Tabelionato de Notas de Curitiba, apresentaremos o funcionamento de Sociedades de Comércio da região na segunda metade do século XVIII e suas conexões com o mercado atlântico no Rio de Janeiro, do comércio de cabotagem ao caminho das tropas. Com a análise retórica das cartas de duas empresas familiares e da linguagem nos contratos, mostraremos os seus mecanismos de interação: como a tomada de decisão daqueles comerciantes incluía o respeito à autonomia das partes, expressão da bondade, graça e amizade que regem os acordos comerciais e que, ao mesmo tempo, a autonomia é vinculada publicamente a compromissos morais − com a família e com os sócios. Ou seja, mostraremos que as decisões envolviam as obrigações familiares e obrigações com toda a rede comercial, de modo que constantemente aqueles homens se viam coagidos, insinuando constrangimento público. Mas que havia, ainda assim, competências individuais nos negócios, geralmente refletidas em acordos particulares e na atribuição dos custos, em uma desagregação dos envolvidos. Assim, trazemos a existência de uma dualidade no modo de se fazer comércio entre o que é de ordem individual e o que é coletivo, expressada na autodeterminação dos agentes, ainda que se negociasse em nome do grupo e através do parentesco. Discutiremos, por fim, a existência de um sistema comercial familiar encadeador de vínculos e redes que podem se manter privados, sem

integração. Um sistema que não necessariamente incorpora laços particulares: uma complexidade interna às Sociedades de Comércio locais que escapa à ideia de uma rede familiar de laços densos e fortes, própria das perspectivas de Social Network Analysis.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

É fiado ou em dinheiro de contado? O nível de liquidez monetária na Bahia colonial (1777-1808)

Augusto Fagundes da Silva dos Santos
Doutor, Professor de História Econômica da
Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS
augustofagundes@uefs.br

Esta pesquisa possui como objetivo demonstrar a liquidez monetária na Bahia colonial. Utilizando as escrituras públicas de Salvador entre 1777 e 1808, é possível perceber que não havia escassez monetária no período. Parte da historiografia, valendo-se de fontes oficiais e relatos de cronistas e viajantes, enfatizou a questão da exiguidade pecuniária como uma das características estruturais da economia colonial. Os resultados empíricos desta pesquisa discordam dessa afirmação, revelando que 33% de todo o valor registrado nos cartórios de Salvador entre 1777 e 1808 ocorreu em moeda corrente, equivalendo a 769:562$869 réis. Esta cifra acima não é desprezível, sobretudo, por se referir a uma economia que foi caracterizada historiograficamente como escassa monetariamente. Ao considerarmos as vendas à vista acrescidas dos empréstimos de dinheiro a juros (11,2%), temos que a liquidez monetária na Salvador colonial era ainda maior. Ou seja, 44,2% da riqueza dos baianos registradas nos cartórios de Salvador circularam em forma de dinheiro.

Tal característica fica mais evidente quando se usa como critério a quantidade de escrituras. Isso ocorre porque, quanto menor o valor do bem envolvido na transação, maiores eram as chances de os compradores efetuarem o pagamento a vista. Assim, quando se analisa as escrituras de compra e venda, e compara-se com as modalidades

de pagamento, ignorando os valores envolvidos nestas transações, o percentual de pagamentos à vista, se revelaram ainda maiores, demonstrando que a economia baiana do período, possuía um relevante grau de liquidez. Foram 38,2% das escrituras de compra e venda que utilizaram o dinheiro como forma de pagamento. Ao somarmos este tipo de escritura de vendas à vista com os empréstimos de dinheiro a juros, temos que 58,2% do universo total de escrituras pesquisadas, foram transacionadas em moeda corrente, denotando um grau relativamente alto de liquidez da economia baiana no final do período colonial. Os dados obtidos com esta pesquisa demonstram que a economia baiana entre 1777 e 1808 vivia uma conjuntura de maior liquidez se comparada com outros momentos da economia colonial. Diante deste quadro que vai de encontro às teorias mais tradicionais sobre a escassez pecuniária na colônia, compreendemos ser necessário, pensar a questão do crédito, e, sobretudo, do meio circulante, não como um elemento estrutural, mas como um elemento de características conjunturais, que a exemplo da produção e da circulação, sofriam com as sazonalidades típicas de qualquer economia. Destarte, pensar a economia baiana no final do período colonial é compreender que o contexto de retomada de economia de exportação impulsionou a dinamização e a ampliação do setor creditício e promoveu maior liquidez da economia.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Fluxos mercantis dos canaviais: um estudo comparativo das redes comércio dos subprodutos da cana-de-açúcar entre as regiões da Bahia e Minas Gerais na segunda metade do século XVIII

Carlos Fraterno Afonso de Morais
Mestrando, PPG-História UNESP
cfraterno@gmail.com

Durante o século XVIII, ainda que em crise, o açúcar, feito a partir da cana-de-açúcar, continuou a ser o principal produto de exportação da Bahia. A cana era plantada principalmente nas regiões do Recôncavo e de Sergipe del Rey e o açúcar, assim como a aguardente, eram produzidos localmente nos engenhos. Esses produtos baianos faziam parte de um fluxo comercial atlântico que extrapolava o império português. O açúcar era majoritariamente direcionado ao mercado consumidor europeu enquanto a aguardente era financiadora do tráfico de pessoas para a escravidão.

Na Bahia o direcionamento para o mercado externo acabou favorecendo outras culturas como o tabaco e o algodão que atraíram mais os produtores de menor posse. Devido a concorrência antilhana, o açúcar gerava baixas receitas para os senhores de engenho baianos que dependiam de instabilidades na região para obter esperadas margens de lucro (SCHWARTZ, 1988). Esses proprietários, no entanto, possuíam grande prestígio político que possibilitou a criação de legislações que os favorecessem, como os subsídios que permitiam a manutenção da estrutura de poder e comércio.

Dentro da mesma colônia e no mesmo período, na região das minas eram estabelecidos engenhos de cana-de-açúcar. Essas estruturas proto-industriais prosperaram naquela

região através do comércio voltado ao consumo local e de circuito-curto, ainda que a legislação proibisse a construção desses engenhos entre 1714 e 1827. O fluxo econômico aurífero e a renda gerada pela extração aquecia o comércio alimentício que incluíam doces, feitos com o açúcar ou o mel da cana, e a aguardente, bebida que devido ao grande consumo na região foi motivadora de legislações contrárias (SILVA, 2015).

Os derivados da cana que se direcionaram ao comércio interno puderam se desenvolver a partir das redes de comércio que interconectavam as regiões de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro favorecendo as negociações e trocas do centro-sul. Ainda que as redes comerciais dos derivados da cana se mostrassem ainda mais curtas. Enquanto diversos produtos agrícolas comumente eram direcionados para os outros estados (LENHARO, 1979), os derivados da cana eram consumidas regionalmente. Segundo Godoy (2008), no início do século XIX menos de 2% da produção de açúcar e rapadura saia de Minas Gerais, cenário provavelmente similar ao final do século anterior. Esse circuito comercial interno permitiu a existência de engenhos de açúcar em propriedades menores e a introdução dos derivados de cana-de-açúcar na cultura alimentícia da região. São fontes dessa pesquisa os comentários sobre a produção e comércio da cana no Recôncavo por Caldas (1759) e Vilhena (1798-1802). Para Minas Gerais as descrições por Spix e Martius (1817-1820) e cartas de pedidos de construção de engenho no AHU.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Conformación y naturaleza de las redes comerciales genovesas en el espacio euroatlántico

Catia Brilli
Doutora, Università degli Studi dell'Insubria
catia.brilli@uninsubria.it

No obstante la progresiva marginalización internacional de la república de Génova, sus hombres de negocios supieron mantener un papel activo en el comercio de larga distancia hasta finales del antiguo régimen. Objetivo de la ponencia es reconstruir el entramado de los intereses de algunas de las principales familias involucradas en este comercio, indagando sobre la naturaleza de sus relaciones y en particular sobre el papel de las identidades "nacionales" en la construcción de redes de confianza y de cooperación económica. Especial atención será dedicada a la monarquía hispánica, al centro de los negocios de la familia por más de dos siglos y observatorio privilegiado para indagar la función de Génova y de los genoveses en el sistema de conexiones euroatlánticas.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Sob as sombras de bandeiras negras: o impacto do corso e da pirataria no Rio de Janeiro entre 1680-1730

Elizabeth Vieira Menezes
Mestranda, UFF
vieira.elizabeth@outlook.com

Esta pesquisa pretende investigar o impacto da atividade de pirataria na América Portuguesa, tendo como eixo central a cidade do Rio de Janeiro entre 1680 e 1730. Esses atos de pilhagem, sobretudo aqueles cometidos por corsários, serão considerados como reveladores de competições imperiais no Atlântico e de suas repercussões em relações de poder e redes ultramarinas no interior da sociedade colonial. Desse modo, o sistema de corso demonstraria como a dinâmica social das Conquistas era sensível a disputas estabelecidas pela Coroa Portuguesa a nível imperial, embora seguisse interesses próprios.

O balizamento temporal sustenta-se sobre dois processos centrais para a América lusa durante a virada do século XVII para o XVIII: a exploração de ouro nas Minas Gerais a partir da última década do Setecentos e a Guerra de Sucessão Espanhola (1701-1713). Se o conflito, de um lado, intensificava o medo das autoridades coloniais em relação a ataques marítimos e o recrudescimento da atividade de piratas no Atlântico; de outro, o risco ao recente e lucrativo negócio aurífero dava um teor particular à preocupação com o vislumbre de "pavilhões desconhecidos" em capitanias como o Rio de Janeiro. A cidade tornou-se uma das principais "praças mercantis" do Atlântico Sul, concentrando

fluxos comerciais e migratórios estimulados pela exploração de metais. Nessa conjuntura, foi alvo de duas expedições corsárias francesas, em 1710 e 1711.

A atuação desses piratas e corsários na sociedade colonial será investigada a partir das correspondências disponíveis no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). O primeiro passo será identificar os períodos de maior ou menor atuação desses "lobos do mar" por essa região costeira para estabelecer um quadro geral de possíveis flutuações no funcionamento da cidade do Rio de Janeiro diante de ataques, concretizados ou não. Essa estimativa permitirá constatar a interferência dessas ameaças em redes de poder da cidade e em suas conexões com diferentes capitanias pela investigação da trajetória dos principais envolvidos na defesa das Conquistas. Desse modo, será possível traçar o possível impacto da lógica de corso em redes de relações e, enfim, na malha dessa sociedade colonial.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Um conto de dois Estado-Unidenses no Rio da Prata Revolucionário: Redes de Comércio e Política em Tempos de Mudança Institucional

Fabrício Prado
Doutor, William & Mary (EUA)
fpprado@wm.edu

A centralidade das redes que estruturam o comércio de longa distância do início da Idade Moderna tem sido amplamente estudada e debatida pelos historiadores do Mundo Atlântico. A importância das identidades étnicas, as origens regionais comuns e a importância das redes familiares, como demonstraram os estudiosos, não só permitiram o comércio à distância, mas também ofereceram importantes vínculos que, muitas vezes, sustentaram os impérios do início da Idade Moderna (Socolow, Moutoukias, Michel Bertrand, Trivellatto, Lamikiz). Este artigo examinará as redes e as trajetórias de dois comerciantes norte-americanos no Rio da Prata entre 1800 e 1820. As trajetórias de David Curtis DeForest e Thomas Hasley Jr., apesar de ambos serem cidadãos norte-americanos da Nova Inglaterra, foram caracterizadas por distintas alianças políticas, diferentes redes comerciais e, muitas vezes, por rivalidade explícita (seja nos negócios ou por meio de diferentes alianças políticas). Enquanto DeForest resistiu às invasões britânicas de 1806 e 1807, Halsey Jr. apoiou as expedições militares britânicas; enquanto DeForest se juntou às administrações revolucionárias em Buenos Aires, Thomas Halsey continuou a negociar com a Espanha e com os governos revolucionários. Ao examinar as diferentes alianças políticas e as trajetórias comerciais desses dois anglo-americanos, este artigo analisa os diferentes elementos que moldaram as redes comerciais e políticas além da identidade étnica ou nacional e na ausência de

laços familiares. Se estudos históricos recentes mostraram a centralidade das redes para os impérios do início da Idade Moderna, as carreiras desses dois comerciantes norte-americanos ilustram diferentes estratégias para criar, manter e adaptar redes em tempos de mudança política.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão e o "espaço econômico das drogas do sertão" (segunda metade do século XVIII)

Frederik Luizi Andrade de Matos
Doutor, Instituto Federal do Pará - Campus Belém
frederik.matos@gmail.com

A instituição da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (CGGPM) em 1755 visava suprir duas demandas: a introdução de cativos africanos e como consequência fomentar o comércio. Entretanto, logo nos primeiros anos, uma das grandes preocupações da empresa monopolista se dava com a introdução dos gêneros amazônicos, mais conhecidos como "drogas do sertão", sendo o cacau o mais famoso deles, nos circuitos mercantis e europeus através dos leilões que a referida empresa realizava a partir da chegada desses produtos no Reino. Deve-se lembrar que as "drogas do sertão" já estavam em circulação em Lisboa e em outros países europeus desde a primeira metade do século XVIII, porém, com o monopólio do comércio das praças de Belém e São Luís pela CGGPM, tais produtos passaram a integrar os negócios praticados por um grupo mercantil de negociantes portugueses e estrangeiros ligados à administração da empresa monopolista ou pertencentes às redes de negócios que chegavam até o secretário do rei, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. Esses negociantes assim reexportavam tais produtos para os mercados externos a Portugal, para isso se valiam de suas conexões já constituídas, aplicando seus cabedais na arrematação dos produtos nos leilões. O presente trabalho busca analisar o comércio realizado em Lisboa com esses produtos e posteriormente a reexportação, com dados retirados a partir dos arquivos da companhia monopolista, das pautas de exportação do porto de Lisboa, dos registros de

saída da Casa da Índia e de documentos de arquivos franceses, apresentando números bastante consideráveis dessas "drogas", com uma prevalência do cacau, em diversos portos europeus, ao longo da segunda metade do século XVIII. Dessa feita, busca-se compreender o alcance das "drogas do sertão" pela Europa, especialmente a partir da interferência da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão e da participação dos homens de negócio de Lisboa, interligando os sertões amazônicos, de onde se extraíam as "drogas" – com participação direta dos povos indígenas – e as mesas consumidoras europeias, apreciadoras de tais novidades, como por exemplo, o chocolate.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Os Lojistas e as lojas na Vila de Cachoeira e seu termo (1750-1808)

Gabriel Silva de Jesus
Doutorando, Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)
gabrielparede@gmail.com

A presente comunicação busca analisar os lojistas nas lojas de secos presentes na Vila de Cachoeira e seu termo, território do Recôncavo baiano, entre os anos de 1750-1808. Procuramos entender como eles atuaram no comércio colonial. A documentação utilizada são os testamentos e os inventários post mortem localizados no Arquivo Publico do Estado da Bahia (APEB). Dessa forma, a proposta é demonstrar como os colonos da Vila de Cachoeira e seu termo não viveram somente da tradicional produção fumageira, pois ao revelar às trajetórias desses comerciantes apresentamos o complexo comercial inserido no espaço, cuja dinâmica e movimentação econômica interna possibilitou uma riqueza considerável naquela sociedade.

Conhecida como os Campos da Cachoeira, na segunda metade dos setecentos, era formada por oito freguesias ou paróquias. Assim, no ano de 1698, a freguesia do Rosário foi elevada a Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, fazendo parte dos seus termos: São José das Itapororocas, São Pedro da Muritiba, São Gonçalo dos Campos, Outeiro Redondo, Santa'Anna do Camizão, Santiago do Iguape e Santo Estevão do Jacuípe.

A elite da região era composta por algumas famílias diversificadoras do cultivo, basicamente sendo produtoras de açúcar na região do Iguape, plantadoras de fumo nas lavouras nos Campos da Cachoeira e criadores de gado no sertão.

A Vila de Cachoeira e seu termo foi durante muito tempo estudada pela historiografia através de sua grande produção fumageira, que teve um papel importante na economia colonial, só que outros assuntos carecem de pesquisas, destacamos aqui o comércio e os comerciantes do local. Os donos de lojas de "fazendas secas" aparecem como um elemento comercial muito significativo no comércio interno local, pois através das vendas dos mais variados produtos nos balcões das suas lojas, ocorre um desenvolvimento considerável no mercado consumidor na região.

As fazendas secas comercializadas pelos lojistas na Vila de Cachoeira e seu termo, estão inseridas no mercado global, conectadas com as normas do mercantilismo, que incentivava as exportações de manufaturas. Dessa forma, fomentavam o processo de acumulação primitiva do capital, representando mais um elemento do estímulo do capitalismo e da sociedade burguesa, implicando no sentido da colonização, ou seja, comercial e capitalista.

Através das lojas observamos o quanto a sociedade colonial foi aberta ao consumo. De fato, toda circulação mercantil ativada pelas lojas demonstram que a exclusividade da aquisição de mercadorias não ficou somente resguardada aos senhores de terras, podendo até mesmo os escravos gastarem quantidades de réis neste tipo de estabelecimento.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

O tráfico de africanos escravizados e as redes mercantis dos couros e das carnes salgadas: uma análise a partir dos registros paroquiais de batismo (Rio Grande e Montevidéu, c. 1780-1830)

Jonas Moreira Vargas
Doutor, Professor Adjunto da Universidade Federal de Pelotas
jonasmvargas@yahoo.com.br

A década de 1780 foi cenário de importante transformação socioeconômica na bacia do Rio da Prata, destacando-se, no presente trabalho, o surgimento dos complexos fabris de carnes secas e salgadas nas cidades de Montevidéu e no povoado de São Francisco de Paula (vila de Rio Grande). Fruto do investimento de capital de estancieiros e comerciantes de gado, couros e outras mercadorias, essas fábricas (chamadas de saladeros, no lado espanhol, e charqueadas, no lado português) tornaram os seus donos os maiores proprietários de escravos da região da fronteira platina. Se os couros eram destinados para os mercados europeus, principalmente para a Inglaterra que vivia a sua Revolução Industrial, o charque tinha nas plantations açucareiras e cafeeiras da América portuguesa e de Cuba e nas populações pobres do litoral atlântico, as suas principais consumidoras. Além disso, o charque também abastecia as tripulações dos barcos de guerra e dos navios negreiros, apresentando-se como uma mercadoria fundamental na manutenção e ampliação do sistema mercantil atlântico. Nesse sentido, o tráfico e a escravidão estavam intimamente ligados às condições de expansão da economia agrária do Rio da Prata. O trabalho busca investigar, a partir dos registros paroquiais de batismo de escravos das paróquias de Inmaculada Concepción de Montevideo, de Rio Grande e de São Francisco de Paula de Pelotas, entre 1780 e 1830, os ritmos de entradas de

africanos novos. A partir desses dados, é possível traçar um perfil a respeito dos mesmos cativos, sua nação/grupo de procedência, idade, gênero, proprietários, entre outros aspectos. Trata-se de uma fonte ainda pouco utilizada para tais fins e um dos objetivos é relacionar esses índices com os de exportação de charque e couros, entre outros dados estatísticos. Por fim, examinando os registros de batismos dos livres, também busca-se rastrear as redes mercantis que envolviam comerciantes, produtores de carnes salgadas e traficantes entre si, tanto em suas localidades de atuação, quanto as relações transfronteiriças, enfocando, igualmente, as relações de parentesco e compadrio entre os mesmos.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

A atuação da rede de negociantes cristãos-novos entre o espaço Atlântico e a capitania do Espírito Santo (1580-1640)

Luiz Cláudio M. Ribeiro
Doutor, Professor do Depto de História da UFES
sombradoscamaras@gmail.com

A comunicação explorará a dinâmica das estruturas políticas e econômicas na capitania do Espírito Santo no governo dos Felipes (1580-1640) por meio da análise das relações entre donatários e autoridades camarárias, funcionários régios e agentes de negociantes cristãos-novos que, fugindo das perseguições do Tribunal da Inquisição em Portugal, colocaram-se sob a proteção de Castela para investirem na reestruração do complexo açucareiro no Espírito Santo, que fora destruído nas razias com índigenas e franceses. Tal rede, constituída sob a proteção de autoridades camarárias e em associação com funcionários locais da Alfândega, conectava a capitania do Espírito Santo, os portos do norte português (Viana e Porto) e os "portos secos" no espaço luso-ibérico, territorializados para fluxos comerciais de "fazendas", alimentos e equipamentos para indústria açucareira com esta capitania por negociantes cristãos-novos gozavam de "liberdades" fiscais para a produção/transporte do açúcar ali produzido e enviado a Portugal e Castela, onde entravam por portos secundários da Península. O trabalho vale-se de um conjunto de fontes inéditas analisadas com enfoque regional e da microhistória, e busca dar visibilidade a movimentações econômicas - nem sempre visíveis e nem sempre lícitas - de cristãos-novos e seus sócios no espaço Atlântico, escapando assim do fluxo das maiores praças mercantis da América portuguesa no período.

Palavras-chave: capitania do Espírito Santo; cristãos-novos; redes de comércio; economia do açúcar.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

ENTRE O HOMEM ULTRAMARINO E O COLONIAL: OS CASOS DOS MERCADORES MIGUEL FERNANDES E DIOGO LOPES ULHOA, DA CONQUISTA DE SERGIPE D'EL-REY AO COMÉRCIO DE CORAIS (1591 – 1618)

Maria Eduarda de Medeiros Brandão
Mestranda, UFRPE
mebrandao97@gmail.com

Seria comum à historiografia, entender as guerras de conquista como essenciais na formação da "nobreza da terra" no Brasil. Menos recorrente, seria ressaltar as características globais do processo, que enfatizam a formação de novas unidades territoriais em um mundo integrado (CONRAD, 2019). Constituindo essas elites coloniais, estariam homens capazes de mobilizar recursos nas localidades, como os agentes mercantis, cujas redes comerciais integravam territórios ultramarinos. As casas mercantis portuguesas incluíam cristãos-novos e velhos, com os primeiros enfrentando perseguições inquisitoriais e obstáculos à ascensão social, perante a intolerância à ascendência judaica, embora a relação entre ambos contribuísse à capacidade dessas redes em atingir circuitos comerciais (STUDNICKI-GIZBERT, 2007).

A expansão ultramarina acompanhou guerras e comércio. George F. C. de Souza (2020), por exemplo, observa como os conflitos coloniais estiveram associados às estratégias dos mercadores que, como combatentes e credores, encontravam meios de contornar obstáculos à ascensão social e enriquecer. Esses indicativos permitem conceber as camadas mercantis nas conquistas, com uma abordagem micro-analítica de suas experiências contribuindo à compreensão das elites coloniais e do capital mercantil no

Brasil, que impulsionava essa categoria a reproduzir características do homem colonial e ultramarino. Enquanto o primeiro recorria à promoção social na colônia, o segundo apostava no além-mar, a procura de lucros, recompensas e títulos (ALENCASTRO, 2000). Essas intenções estariam de acordo com a compreensão da micro-história como um caminho à interseção entre o global e as manifestações locais (CONRAD, 2019).

Portanto, intenciona-se reconstituir a trajetória de mercadores representativos do "homem colonial" e "ultramarino": Diogo Lopes Ulhoa e Miguel Fernandes, envolvidos na conquista de Sergipe (1591). O primeiro estabeleceu negócios no Brasil, permitindo que desse acúmulo surgissem de sua família negociantes relevantes na Antuérpia. O outro se voltou à Península Itálica, participando no comércio de corais. Pretende-se assim, descortinar suas experiências nos conflitos dialogando com John Keegan (2000) sobre identificar os sujeitos nas tropas. Em seguida, observa-se seus destinos, questionando quais os espólios de suas participações, suas conexões mercantis e como esse engajamento impactou suas estratégias socioeconômicas. Para tanto, serão consultadas a documentação referente a essa guerra e, considerando como ambos eram cristãos-novos, os documentos inquisitoriais. Esses esforços se destinam a evidenciar dinâmicas globais nas conquistas, demonstrando como poderiam servir não somente aos interesses socioeconômicos locais dos participantes, mas também, aos ultramarinos.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

The regional globality of smuggling (Río de la Plata, late 18th century)

María Inés Moraes
Doutora, Universidad de la República (Uruguay)
mariaines.moraes@fcea.edu.uy

This article aims to understand the flows and movement strategies undertaken by smugglers on the borders between the Portuguese and Spanish empires in the late 18th century, when both European conquests came face-to-face. Although the word "smugglers" (which appears even in the documentation) is used to refer to these people, this article wants to stress the multiplicity of performances of these characters, their daily interactions, and the relationship they had with the space. Using documents found in archives from five different countries, the paper highlights the "glocal" nature of the interactions between the people involved in these trades, taking into account different geographical scales and economic spheres. Globality in our study will not be of a geographical scope—vast spaces and continents—but in the possibility of multiple connections that granular (micro) experiences have. The article unveils the forms of organization carried out by an array of Europeans, European descendants, Africans, African descendants, and indigenous people involved in illicit trades who moved around a vast area to join networks of global exchange.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Facas, machados, bretanhas e "peças": Escravidão indígena e tráfico transamazônico de escravizados na Amazônia colonial

Rafael Chambouleyron e
Doutor, Universidade Federal do Pará
rafaelch@ufpa.br
Alexandre Pelegrino
Doutor, Vanderbilt University
alexandrecpelegrino@gmail.com

A presente comunicação trata do tráfico transamazônico de escravizados, que, entre as décadas de 1680 e 1750, teria deslocado em torno de 200 mil indígenas dos sertões para as roças, vilas e cidades de Belém e São Luís, no Estado do Maranhão e Pará. Em que pese a sua importância, não só demográfica, mas igualmente econômica, para o funcionamento do mundo amazônico português, o tráfico de escravizados indígenas foi recorrentemente negligenciado pela historiografia luso-brasileira, principalmente, caracterizado como uma dinâmica local, desconectada de circuitos mais amplos da economia do império português. Entretanto, em primeiro lugar, o uso de mão de obra escravizada de indígenas foi fundamental para inserir a região amazônica e, consequentemente, os interesses comerciais portugueses, nos mercados europeus de consumo de chocolate, de produtos medicinais e de especiarias. Desde finais do século XVII, mas principalmente a partir dos anos 1720, o Pará exportou milhares de arrobas de cacau, cravo do Maranhão, salsaparrilha e óleo de copaíba, extraídos dos sertões por indígenas para Lisboa. Em segundo lugar, o tráfico transamazônico foi central para moldar a sociedade escravista amazônica, principalmente nas cidades de São Luís e de Belém. Em 1748, por exemplo, mais de 7 mil “gentes de serviço” dos moradores desta

cidade faleceram de uma epidemia de sarampo. Numa das duas freguesias da cidade, contavam-se pouco mais de 3 mil "tapuias mortos" pelo surto epidêmico. Em terceiro lugar, o tráfico transamazônico só pôde funcionar porque mobilizou redes de comércio de gêneros europeus – como peças de tecidos, roupas, facas, machados, anzóis – e da terra – notadamente aguardente – que financiavam as tropas de resgate de escravizados no sertão amazônico. O Pará e o Maranhão recebiam anualmente milhares de produtos fabricados em Portugal ou em outras nações da Europa que, não só abasteciam a população branca e mestiça das vilas e cidades, mas, igualmente, serviam para negociar com as principais indígenas que forneciam escravizados para os portugueses. A comunicação explora os principais produtos usados pelos portugueses no tráfico transamazônico a partir de diversas listas de carregações das tropas de resgate e registros cartoriais, tanto testamentos quanto contratos de compra e venda. Os testamentos também nos permitem entender os diversos atores envolvidos no processo de escravização dos povos indígenas, desde a captura no sertão até o deslocamento forçado para as cidades de Belém e São Luís por um longo e demorado caminho fluvial. Através do estudo dessas redes de comércio no sertão e no ultramar, argumentamos que o tráfico transamazônico de escravizados estava conectado aos circuitos globais do comércio que dinamizavam o mundo colonial português.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Rotas postais lusas no Atlântico Sul: topologias, cronotopias e finanças (1798-1807)

Romulo Valle Salvino
Doutor, Universidade de Brasília
romulovs@uol.com.br

No final do século XVIII, foi extinto o correio-mor, reformulado o serviço postal do Reino e criado o chamado Correio Marítimo, para dar uma nova dinâmica à troca de cartas entre Lisboa e os domínios ultramarinos. Enquanto na América portuguesa estabeleciam-se as primeiras linhas postais oficiais, inicialmente orientadas para a capital do império, no Atlântico criava-se um inédito aparato de comunicação, a ligar incialmente Portugal com as ilhas e os territórios americanos e estendido, logo em seguida, para Goa e Angola, em conexões que tinham como "relais" os principais portos brasileiros. O novo serviço valia-se tanto da marinha mercante e de guerra quanto, no caso das ligações com a América, de um sistema de paquetes (navios com rota e periodicidade fixa), que foi interrompido em 1803 e só retomado, em outras bases, depois de 1808. O trabalho busca caracterizar essa estrutura comunicacional do ponto de vista de sua articulação espacial, de seus fluxos, de suas frequências e prazos e dos aspectos econômico-financeiros envolvidos, no período anterior à transmigração da família real, que forçou uma revisão do sistema. As fontes utilizadas são documentos do Arquivo Histórico Ultramarino, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Torre do Tombo, além dos periódicos Gazeta de Lisboa e Correio Mercantil.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Redes comerciais e "itinerários individuais": observações sobre as conexões entre as Guianas Brasileiras (1809-0817)

Siméia de Nazaré Lopes
Doutora, Universidade Federal do Pará
simeia@ufpa.br

O litígio envolvendo a definição de limites entre o Grão-Pará e a Guina Francesa representou uma continuidade nos relatos e correspondências oficiais nos séculos XVIII e XIX. Para as autoridades das duas colônias, as possibilidades de uma invasão e ocupação da região contestada eram uma ameaça constante. Situações de invasão dos limites estabelecidos nos acordos entre Portugal e França, deserções de soldados e fugas de escravos de ambos os lados, ações de corsários, apresamento de embarcações portuguesas e a ocupação de Caiena pelas tropas portuguesas traçam a imagem do que foi o contato entre as duas colônias na América. Nessa proposta, pretende-se discutir as relações comerciais entre os negociantes das duas Guianas Brasileiras entre 1809 a 1817, tendo em vista que essa análise compreende o período em que a Guiana Francesa foi ocupação pelas tropas portuguesas. Com base nas informações trocadas entre autoridades, foi possível conhecer a dimensão das atividades comerciais realizadas naquela região, que segue da costa do Grão-Pará à Ilha de Caiena. Os relatos sobre a atuação de corsários franceses e de naufrágios de embarcações portuguesas na costa da capitania geraram informações pertinentes para o objetivo destacado nessa proposta, visto que possibilitou a construção de "itinerários individuais" dos negociantes que tiveram as suas embarcações completamente perdidas, ao serem apresadas pelos corsários. Ressalte-se que para esse estudo será discutida a relação comercial que se

articulou diante o naufrágio da embarcação portuguesa “Santa Anna Vigilante”, na costa da Guiana Francesa. O episódio do naufrágio permitiu que negociantes, ou grupos de negociantes, emergissem dos processos por eles elaborados para uma situação presente numa dimensão mais ampla: as relações comerciais entre o Pará, São Luís, Lisboa e a região do Caribe. Entretanto, as relações sociais tecidas por esses sujeitos, as alianças firmadas e os controles que se instituem ainda carecem de mais informações.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

A produção de tecidos na América Portuguesa e suas conexões

Tiago Luís Gil
Doutor, Universidade de Brasília
tiagoluisgil@gmail.com

Em fins do século XVIII é possível encontrar uma grande quantidade de unidades domésticas fiando algodão na Capitania de São Paulo, enquanto outras tantas habitações se dedicavam à tecelagem. Havia, igualmente, muitas unidades produtivas dedicadas ao cultivo do algodão e, na outra ponta, muitas famílias que se dedicavam à costura. As quatro vilas que formavam o que hoje chamamos de Vale do rio Paraíba (Guaratinguetá, Pindamonhangaba, Taubaté e Lorena) tinham destaque nesse ofício, com uma grande concentração de famílias dedicadas à fiação, tecelagem e costura, enquanto praticamente toda a capitania cultivava aqueles Gossypium. Tomando em conta apenas as localidades onde o algodão era beneficiado, podemos nos perguntar: estamos diante de uma atividade industrial, ainda que distribuída em diferentes unidades domésticas, formando, ao final, um único conjunto? Por outro lado, há a questão do destino dos tecidos. Parte dessa produção era utilizada como moeda na troca por animais vindos do extremo-sul da América Portuguesa. Outra parte, que ainda requer maiores estudos, era exportada para o Rio de Janeiro onde poderia ser empregada no tráfico atlântico como meio de pagamento de escravos vindos da África. Em ambos os casos, esses tecidos eram usados como meio de pagamento, ou seja, como moeda. Por fim, não é possível pensar a produção de tecidos e tampouco a experiências das fiandeiras, tecelãs e tecelões do alto Paraíba no período, sem considerar as conexões globais nas quais essa atividade estava entrelaçada. Os preços da malvácea in natura sobem ao final do século XVIII (quando o

algodão já era uma commodity), chegando mesmo a disparar nos últimos anos daquele século e no início do XIX. Este elemento não afeta somente a produção de tecidos local, mas toda a organização produtiva agrícola regional e a logística de transporte, inclusive o preço dos fretes. É nesse contexto que fiandeiras, tecelãs e tecelões que vamos estudar desenvolveram a maior parte de suas produções. Em paralelo, a indústria britânica ia adotando, cada vez mais, processos mecanizados em suas unidades mais modernas e reduzindo, assim, seu custo marginal. Os impactos globais nas realidades regionais, contudo, precisam ser matizados, inclusive a própria integração do algodão in natura da Capitania no mercado mundial. Isso, talvez, explique como o número de fiandeiras, tecelãs e tecelões cresce mesmo com o aumento do preço da matéria-prima no mercado internacional.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Crédito local y empresarios subalternos en la articulación de las transacciones a gran distancia. El Río de la Plata entre océanos (segunda mitad del XVIII)

Zacarias Moutoukias
Doutor, Université Paris-Diderot, LIED
uffpesavento@gmail.com

Los problemas de coordinación de las transacciones a gran distancia en las economías globalizadas de la época han recibido una importante atención, con contribuciones muy renovadoras. Generalmente, estos problemas se han enfocado y debatido desde la óptica de la confianza y de los dispositivos (incluidos los jurídicos o transculturales) que aseguran el cumplimiento de los contratos (Greif, Trivellato, Lamikiz) entre contratantes en diferentes espacios y regiones. Sin embargo, la generación y el funcionamiento de este tipo de redes supone la movilización de servicios y recursos locales - generalmente, pero no siempre, controlados por empresarios subalternos - así como la obtención de crédito igualmente local - generalmente, pero no siempre, en manos de grandes negociantes -. Una serie de juicios civiles y criminales permitirán reconstruir las interdependencias entre esos elementos - créditos, recursos, empresarios subalternos y redes interpersonales... - y la administración imperial - en particular la aduana - en la configuración y coordinación de transacciones a través de los espacios oceánicos.

IX Encontro Internacional de História Colonial

EIHC

DIMENSÕES GLOBAIS E LOCAIS DOS IMPÉRIOS COLONIAIS: REDES, CIRCULAÇÃO E DINÂMICAS (SÉCULOS XV-XIX)

Do governo do reino, das repúblicas e da casa – Antigo Regime em trópicos

22

Maria Lemke (UFG) &
Hélida Conceição (UNEB)

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

O bom e o justo: O governo da justiça e do bem comum no sertão baiano. Comarca de Jacobina (1743 - 1747)

Ana Carolina Barreto Viana
Mestranda, Universidade do Estado da Bahia - UNEB
carolinabarretoviana@gmail.com

O século XVIII foi marcado pela intensificação das atividades comerciais e descobertas auríferas na América Portuguesa, questões que engendraram novas dinâmicas de povoamento. A expansão da ocupação demográfica e dos fluxos mercantis ocasionaram diversos conflitos e principalmente descaminhos nos tributos destinados a Fazenda Real, despertando o interesse e a necessidade da coroa em ampliar nas conquistas um aparelho administrativo que auxiliasse na relação entre a monarquia e os territórios ultramarinos.

No entanto, para facilitar a prática governativa, fazia-se necessária a repartição dos poderes da coroa com outras instâncias, fornecendo autonomia aos corpos sociais. Esta autonomia auxiliava no ordenamento de tais corpos, embora preservasse sua articulação natural, onde a coroa ocupava a posição cimeira. Este pensamento político de analogia corporativa criou uma arquitetura de administração polissinodal, caracterizada por diversos conselhos, onde os agentes concorriam e negociavam seus poderes.

Deste modo, o objetivo desta comunicação é demonstrar como os movimentos de ocupação e povoamento, bem como os trânsitos culturais e jogos políticos dos agentes sociais do sertão baiano influenciaram na expansão da malha judiciária portuguesa para o interior da capitania da Bahia. Analisando a importância dessa institucionalização,

sobretudo o traslado da cultura jurídica ibérica, a partir do contexto de criação da Comarca da Bahia da Parte do Sul, popularmente conhecida como Comarca da Jacobina, que compreendia as vilas auríferas de Jacobina, Rio de Contas e Minas Novas do Araçuaí e o triênio de atuação do seu primeiro ouvidor, o bacharel Manoel da Fonseca Brandão (1742-1747).

O aumento da complexidade do território e a débil presença da justiça naquele espaço, facilitou de maneira geral, o desvio dos súditos das leis naturais de disciplina social e do pensamento cristão. Por sua vez, coube ao ouvidor a tarefa de inserir interesses políticos locais nos jogos políticos da monarquia. Os expedientes de atuação e a intensa comunicação política do referido magistrado com a coroa, possibilitaram uma análise ampla dos primeiros trâmites da criação de uma comarca e o seu funcionamento, além disso demonstrou a participação efetiva de um ministro na dilatação das fronteiras das capitanias, redefinindo contornos e promovendo a ocupação e defesa dos territórios.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Economia, moeda e crédito: um debate necessário

Antonio Carlos Jucá de Sampaio
Doutor, UFRJ
acjuca@gmail.com

O estudo de temas como crédito e circulação monetária pode enganar o observador num primeiro momento. Inserido numa sociedade de mercado, ou seja, onde o conjunto da vida social é regido pela economia, ele é tentado a analisar tais fenômenos numa sociedade colonial a partir de uma perspectiva autônoma, ou seja, sem vínculo com a realidade social mais ampla. Esse engano, no entanto, pode revelar-se fatal.

Em primeiro lugar, é preciso pensar o papel da economia no tecido social de então. Não seria exagero dizer que ela simplesmente não existia naquela sociedade. Ou, dito de outra forma, não se constituía numa esfera autônoma da sociedade. Raphael Bluteau, definiu economia como o governo e regimento particular da casa, família, mulher, criados e administração da fazenda.(...).

Afirmar a inexistência da economia como esfera autônoma não significa negar sua existência objetiva. Em qualquer sociedade, os indivíduos são obrigados a se organizar para produzir os bens socialmente necessários à sua sobrevivência. Cada indivíduo depende, assim, da natureza e da interação com seus semelhantes para subsistir. Nas sociedades historicamente anteriores ao capitalismo, a economia encontra-se enraizada no tecido social, e jamais pode ser considerada como um campo autônomo e muito menos dominante.

Retomemos agora a definição de economia de Bluteau. Dela podemos tirar duas conclusões: a economia referia-se à esfera particular ou, mais precisamente, familiar, e não à esfera pública. Em segundo lugar, era o "governo" da casa e a "administração" da fazenda. Ou seja, estamos diante de uma esfera política, e não econômica, pelo menos no sentido que damos hoje. E é desta perspectiva que partiremos aqui, a fim de evitar apreensões equivocadas, porque anacrônicas, dos fenômenos econômicos. Crédito e circulação monetária não podem, portanto, ser compreendidos como fenômenos unicamente econômicos. Suas características, as conjunturas que atravessam e os atores envolvidos são marcados igualmente pelas estruturas sociais e políticas envolventes.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

"Temente a Deus e à Justiça": uma análise da construção da "mulher de bem" no aparato judicial das Minas no século XVIII

Beatriz Sales Dias
Doutoranda, Universidade Federal de Juiz de Fora
beatriz.dias@estudante.ufjf.br

A pesquisa apresentada é um recorte da nossa dissertação de mestrado, que teve como objetivo analisar a construção da imagem da "mulher de bem" no cotidiano da aplicação da justiça na região de Mariana, Minas Gerais, no período de 1745 a 1750. O propósito desse trabalho foi analisar mulheres, autoras e rés, em contendas judiciais, procurando observar como essas personagens femininas se apresentavam e como eram julgadas pelo aparato judicial da época. Procuramos estabelecer uma comparação entre os argumentos que elas evocavam a seu favor e os levantados pelos seus adversários perante a justiça, além da argumentação das testemunhas e dos encarregados pela justiça. De forma paralela, buscamos compreender alguns aspectos do funcionamento da justiça em primeira instância nas Minas, assim como a atuação de seus agentes. Para esta comunicação, selecionamos um, dos cinco processos analisados, no qual uma senhora branca acusa um homem de ter furtado uma de suas escravas. Analisamos essa fonte de modo a desvendar a forma como a justiça colonial atuou frente à população feminina, que argumentos e narrativas trabalharam a favor ou contra elas e como isso influenciou no seu sucesso frente ao aparato judicial.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

O açúcar de Pernambuco, "crise" econômica e historiografia: perspectivas de análise (séc. XVII e XVIII).

Breno Almeida Vaz Lisboa
Doutor, Universidade de Pernambuco
breno.lisboa@upe.br

Os estudos sobre o açúcar e a economia colonial no Brasil, e em Pernambuco em particular, não são novidade. Há muito que historiadores de diversas origens e perspectivas metodológicas tentam equacionar a importância do açúcar na formação econômica colonial, assim como sua importância para a configuração da sociedade da época e suas implicações nas relações de poder de então. Diversos trabalhos discutiram o assunto, chegando, em geral, a conclusões semelhantes. No caso de Pernambuco, por ser uma capitania eminentemente açucareira desde os seus primórdios, tais trabalhos e conclusões abordaram uma série de questões sobre essa capitania. Em meio a essas abordagens, convencionou-se chamar de "crise" o processo histórico pelo qual passou a economia açucareira na capitania de Pernambuco na segunda metade do século XVII e ao longo do século XVIII. Tal assertiva cristalizada na historiografia durante décadas teve consequências não apenas para o conhecimento do passado colonial pernambucano, mas também para os rumos da historiografia referente a Pernambuco e ao Brasil colonial. Devemos ter em conta que um exame mais cuidadoso da economia pernambucana dos séculos XVII e XVIII mostra o quanto a situação econômica da capitania no período vai muito além da ideia de "crise". Consideramos que uma série motivos, ligados a questões "internas" e externas", militaram no sentido de obscurecer um conhecimento mais acurado acerca do açúcar e da economia pernambucana nos séculos XVII e XVIII. O que

mais nos interessa aqui é entender de que maneira essa ideia de “crise” da economia açucareira se cristalizou na historiografia pernambucana e brasileira e ao mesmo tempo matizar tal ideia a partir de diversos aportes documentais.

PALAVRAS-CHAVE: AÇÚCAR; PERNAMBUCO; CRISE

O açúcar de Pernambuco, "crise" econômica e historiografia: perspectivas de análise (séc. XVII e XVIII).

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

AS ELITES E OS OUTROS: ENLACES MATRIMONIAIS EM UMA FREGUESIA MINEIRA NO SÉCULO XVIII

Carla Maria Carvalho de Almeida
Doutora, Professora da UFJF
carlamca@uol.com.br

Esta comunicação faz parte de uma pesquisa mais ampla cujo objetivo é investigar o sistema de casamentos e os modos de transmissão patrimonial característicos do grupo dos grandes proprietários de escravos da região, comparando-os não só com o de outros grupos, mas também com o que estava previsto formalmente no direito português e aquilo que efetivamente se verificava no cotidiano das Minas Gerais. A meta mais abrangente da pesquisa é discutir até que ponto as práticas de reprodução social características de grupos de elite na América Portuguesa se aproximavam ou se distinguiam daquelas utilizadas pela aristocracia e pelas elites locais no centro do império português (no reino). Nessa comunicação analisarei especificamente os processos matrimoniais existentes para a freguesia de São Sebastião, pertencente ao termo de Mariana, na primeira metade do século XVIII. Os 80 processos matrimoniais existentes no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM) para o período, permitem observar a configuração dos enlaces matrimoniais estabelecidos pelos habitantes da localidade. Esta documentação permite também apreender grande parte das redes de alianças em que aqueles indivíduos se envolviam. Como grande parte das exigências feitas pela igreja para autorizar a realização do casamento eram comprovadas mediante arguição de testemunhas que tivessem algum conhecimento dos nubentes, as ligações entre os moradores ficam claramente explicitadas e mapeadas. Laços de

parentesco, vizinhança, compadrio, pertencimento a uma mesma terra no Reino, além de entrelaçamentos no mundo dos negócios, são elementos que pululam nestes depoimentos e que permitem a recomposição de suas trajetórias e redes de sociabilidade. Eventualmente, alguns conflitos também vêm à tona, revelando situações que de outro modo seriam difíceis de serem mapeadas. Esta pesquisa conta com financiamento do CNPq e Fapemig.

Palavras-chave: Minas colonial; Elites; Redes sociais; Casamentos

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

"hum dos mais importantes objectos de interesse desse Reyno": descoberta do salitre e dinâmicas econômicas na Serra dos Montes Altos (Bahia, século XVIII)

Danielle da Silva Ramos
Doutoranda, Professora da Rede Básica da Secretaria Estadual de Minas Gerais
d_daniramos@hotmail.com

No século XVIII, a "corrida do ouro no Sertão do Rio das Velhas seguiram-se as dos sertões de Goiás, Minas Novas, Jacobina, Rio de Contas, intercaladas com o surto diamantífero do Serro Frio e seu entorno" e intensificaram a ocupação das terras do alto sertão baiano, fazendo surgir importantes redes de caminhos pelos sertões (NEVES, 2007, p.19). No percurso da exploração das minas de ouro, localizava-se a serra dos Montes Altos, também com jazidas de minério que, apesar de não ser o ouro, tratava-se de um minério cobiçado pela Coroa Portuguesa, o salitre. A movimentação advinda da descoberta e extração do mineral redimensionou a importância daquele pequeno arraial aos olhos do poder metropolitano e dos indivíduos atentos às benesses que poderiam aferir com sua exploração. Nesse sentido, o presente trabalho busca analisar as conexões e dinâmicas econômicas e de povoamento impulsionadas a partir da descoberta do salitre na Serra dos Montes Altos (sertões da Bahia) com outras partes da colônia e do império ultramarino.

Palavras-chave: Salitre; Montes Altos; dinâmicas econômicas; império ultramarino

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

O Juiz e a Princesa: estratégias de articulação e consolidação política do território da vila de Campanha 1798-1806

Edna Mara Ferreira da Silva
Mestre, Instituto Histórico e Geográfico de Campanha
ednamara.ferreira@gmail.com

Campanha da Princesa foi o nome dado a uma das últimas vilas mineiras criadas no século XVIII, em alusão direta a monarquia portuguesa. Dessa forma o estabelecimento da vila de Campanha configurou-se como recurso de organização administrativa, mas também serviu como elemento poderoso de reafirmação da soberania portuguesa, endossado pelo Senado da Câmara da vila que passa a destinar um terço de seus rendimentos a um donativo a princesa Dona Carlota Joaquina. A essa doação segue um curioso ato, o da doação da posse do senhorio da vila à referida princesa do Brasil. O papel de destaque nessa articulação para a doação do senhorio da vila foi do juiz de fora José Joaquim Carneiro de Miranda e Costa responsável por erigir a nova vila e por criar o cargo de juiz de fora em Campanha, no ano de 1798, momento da elevação do arraial. Permaneceu no ofício até aproximadamente a segunda década do século XIX. A carreira do juiz de fora da Campanha da Princesa se mistura com a história do próprio local e com o estabelecimento dos limites desta vila. Em face as transformações geopolíticas e rearranjos econômicos que atingem o Brasil no inicio do século XIX, buscamos o sentido dessa reminiscência senhorial e seu contexto para a vila da Campanha da Princesa. Essa comunicação se propõe a investigar, além da trajetória do juiz, o auto de posse do senhorio da vila e doação da terça parte do rendimento de seus bens para a Princesa do Brasil. Para essa comunicação utilizaremos principalmente as fontes disponíveis no

Arquivo Histórico Ultramarino, no Arquivo Público Mineiro, e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Disputas de poder na conformação dos limites territoriais das Minas novas do Arassuahy (1729-1766)

Fabrício Luiz Pereira
Doutorando, Universidade Federal de Ouro Preto
fabriciolp87@gmail.com

Os sertões da América portuguesa figuravam como espaços de fronteiras abertas para a empresa colonizadora. No ano de 1729, Dom João V enviou dois jesuítas para a colônia, com a missão de elaborar cartas cartográficas das terras do Estado do Brasil, com atenção especial para os limites de cada governo, capitania, comarca e bispado. Os conflitos de jurisdição entre o governador das Minas e o vice-rei, inimigos públicos declarados, ganharam novos contornos com os descobertos das Minas novas do Arassuahy, em 1728. O embate entre as autoridades foi um dos motivos para o envio dos padres matemáticos à região. Os mapas contribuíam para o exercício da soberania, uma vez que a representação do território propiciava ao monarca a compreensão da extensão do seu poder. Além do elemento simbólico depreende-se da cartografia a apreensão do domínio real, os pontos estratégicos para a distribuição marcial e o controle fiscal nas passagens de rios e caminhos; os quais transitavam diferentes grupos sociais, como indígenas, quilombolas, mineradores, comboieiros, viandantes, vadios, criminosos, desertores, entre outros. Em 1734, Diogo Soares elaborou quatro cartas cartográficas referente a Capitania de Minas Gerais, dentre estas selecionamos o "Mapa da região entre os rios Jequitinhonha e Araçuaí", no intuito de analisar a ocupação dos sertões à nordeste da capitania e as possíveis ausências em sua representação. O objetivo desse trabalho é pensar os processos de ocupação e controle político-administrativo no termo da Vila de

São Pedro do Fanado nas primeiras décadas após os descobertos de Sebastião Leme do Prado. Os conflitos de jurisdição entre os agentes coloniais figuram como parte da lógica do Antigo Regime, uma vez que geravam uma mútua vigilância entre as autoridades, que em última instância seriam solucionados pela figura do rei, tido como cabeça do Estado. Nesse sentido, havia uma preocupação constante em delimitar os espaços e garantir a presença de uma política-administrativa em locais vistos quase sempre como "inquietos" e repletos de "desordens". A tentativa de controle do espaço estava presente desde a disputa pelas jurisdições até o envio de tropas de ordenanças aos lugares mais ermos. As fontes privilegiadas para esse estudo foram, majoritariamente, as trocas de correspondências entre os agentes coloniais e o Conselho Ultramarino. Nestas, foi possível observar a dinâmica das autoridades na legitimação dos seus poderes e as disputas entre si.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

O Antigo Regime nos trópicos em metamorfose: a tensão e a resistência à ascensão social de oficiais pretos e pardos no Rio de Janeiro (1762-1824)

Gabriela de Andrade Ferreira
Doutoranda, Universidade Federal de Juiz de Fora
gabrielaferreira.historia.ufjf@gmail.com

Este trabalho discorrerá sobre os apontamentos iniciais de nossa pesquisa de doutorado, que visa investigar os espaços de atuação de oficiais patenteados arregimentados em Corpos de Auxiliares e de Ordenanças de homens pretos e pardos da cidade do Rio de Janeiro, entre 1762 e 1824, a fim de melhor compreender as repercussões sociopolíticas das reformas militares e como suas prerrogativas teriam intensificado a tensão e resistência exercida por elites locais à ascensão social destes oficiais estigmatizados enquanto pretos ou pardos na América portuguesa, cuja lógica de ordenamento social pautava-se no Antigo Regime de base católica costumeira.

Para tanto, utilizaremos fontes do Arquivo Histórico Ultramarino (online) e Arquivo Nacional. A partir desta documentação, averiguaremos as ações destes sujeitos em seus espaços de atuação dentro e fora da esfera militar, considerando sua inserção em uma sociedade de Antigo Regime nos trópicos que passava por reformulações, especialmente em fins do século XVIII e início do XIX.

O presente trabalho surge como desdobramento da pesquisa de mestrado desenvolvida entre 2020 e 2022, intitulada "A Reforma Militar lusitana nas tropas Auxiliares e de Ordenanças de pretos e pardos: as repercussões na América portuguesa e a metamorfose das bases costumeiras do Antigo Regime nos trópicos na instância bélica (Rio de Janeiro,

1762-1808)". Durante a pesquisa em questão, analisamos os impactos das diretrizes da reforma militar portuguesa no que tange o cenário das tropas Auxiliares e de Ordenanças de homens pretos e pardos, na cidade do Rio de Janeiro, entre 1762 e 1808. Para tanto, utilizamos fontes administrativas e militares digitalizadas do Arquivo Histórico Ultramarino. Nesse ínterim, reunimos 86 fontes referentes a requerimentos e/ou confirmações de Carta Patente expedidas a oficiais arregimentados em Corpos Auxiliares e de Ordenanças. Deste montante, 16 fontes referiram-se a nomeações às tropas de homens pretos forros, enquanto 70 fizeram referência a requerimentos ou confirmações de sujeitos em tropas de homens pardos libertos.

Nesta pesquisa mais extensa, será nosso objetivo investigar como tais oficiais encontrados durante a pesquisa de mestrado empreendiam estratégias de mobilidade social tanto dentro quanto fora da esfera bélica, ao mesmo tempo em que buscaremos identificar as resistências e tensões que enfrentaram por parte de grupos elitizados postos hierarquicamente acima deles. Ademais, perscrutaremos como o duplo movimento de resistência e tensão entre estabelecidos e outsiders se colocava enquanto causa e efeito de reapropriações e transformações nas regras tácitas de funcionamento desta sociedade de Antigo Regime nos trópicos, que passava por transformações em fins do século XVIII e início do XIX.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

As Décimas Urbanas do Rio de Janeiro. Notas iniciais de pesquisa.

Gustavo Nascimento Rocha Dias
Mestre, Universidade Federal Fluminense
gnrdias@gmail.com

Em 27 de Junho de 1808, no Rio de Janeiro, foi publicado o Alvará (com força de lei) que apresentou as condições para a cobrança do imposto da Décima Urbana - originalmente chamada de "décima dos prédios urbanos". As origens dessa tributação remontam ao Portugal do século XVII, momento que a Coroa portuguesa instituiu uma cobrança de dez por cento de todos os rendimentos dos súditos, por isso ficou conhecido por Décima. Tinha como objetivo a ampliação da arrecadação em tempos de ameaça ou conflitos, uma maneira de garantir os recursos necessários para enfrentar as dificuldades impostas. No Brasil, a cobrança foi instaurada logo após a chegada da Corte no Rio de Janeiro. Esse foi um período fértil em relação aos debates em torno do processo civilizador na cidade do Rio de Janeiro, certamente influenciados pelo pensamento ilustrado da época. Dentre essas preocupações da ilustração lusa, certamente, estavam aquelas sobre a necessidade de modernizar a administração e a urbe da (nova) capital do Império português. Porém, diferente do que ocorreu em Portugal, foi posto logo no primeiro artigo do Alvará (citado acima) que apenas os "prédios urbanos que estiverem em estado de serem habitados, desta Corte e de todas as mais cidades, vilas e lugares notáveis" seriam taxados com a nova cobrança. Logo, para além das tradicionais isenções (da Misericórdia, dos prédios religiosos, dos prédios públicos e daqueles considerados pobres), a cobrança desse imposto estava concentrada nas áreas urbanas. Por isso esse imposto, no Brasil, ficou conhecido como a Décima Urbana. Assim sendo, os objetivos deste trabalho, como

bolsista de Treinamento e Capacitação Técnica (TCT-5) da FAPERJ, junto à pesquisa desenvolvida com bolsa CNE pela Professora Maria Fernanda Bicalho, centram-se nas discussões sobre o que foram as Décimas Urbanas; qual a conjuntura histórica da sua efetivação na cidade do Rio de Janeiro; quais possíveis impactos no processo de uma nova urbanização; e mobilidade de pessoas egressas da escravidão, sobretudo mulheres, nos diferentes espaços/freguesias e ruas da cidade do Rio de Janeiro. Muito do que aqui se quer apresentar e discutir tem como base os trabalhos do Prof. Roberto Guedes Ferreira.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Os capelães, a Câmara e a Capela: reflexões sobre estabilidade e mobilidade social junto à manutenção da justiça na prisão de Vila Rica (1736-1793).

Gyovana de Almeida Félix Machado
Mestranda, Universidade Federal de Juiz de Fora
gyovanafelix@gmail.com

A presente proposta busca abordar as convergências de esferas relevantes para a governabilidade da Coroa em território colonial, a saber, as Câmaras e a Igreja Católica. Em outras palavras, propomos uma apresentação que se ancore sobre a presença e atuação de capelães em Minas Gerais no recorte de 1736 a 1793 na capela de Santa Rita dos Presos, erguida e administrada pela Câmara de Vila Rica. Tratando-se de uma investigação em andamento no curso de Mestrado, abordaremos o espaço simbólico da capela junto às suas possíveis atribuições e/ou contribuições para a governabilidade em Vila Rica atrelada a manutenção dos pressupostos de Justiça do Antigo Regime mediante a prerrogativa da disciplina social católica. Dito isso, avançaremos sobre a presença de capelães nomeados pela referida Câmara a fim de refletirmos sobre suas funções e o destaque do ofício frente a hierarquia eclesiástica ordinária em que esses indivíduos estavam inseridos, a rigor, o baixo clero. O que nos atravessa na presente proposta centra-se na figura do capelão como indivíduo híbrido, capaz de articular sua missão religiosa e os seus próprios interesses quanto a estabilidade e mobilidade social numa sociedade de Antigo Regime, pautada pelo privilégio, status com tradução nas honras, mercês, entre outros. A escolha por Vila Rica insere-se num contexto maior, como por exemplo, a proibição da entrada de ordens religiosas em Minas Gerais (1711), o que — a priori— nos indica a expressão de um catolicismo específico desenvolvido nas Minas

pelo clero regular e secular, ainda, por se tratar de uma comunidade mineradora à sua transformação enquanto centro político-administrativo de vital interesse para a Coroa portuguesa, o que demandou uma grande gama de funcionários camarários para cumprimento das obrigações que ficavam a seu cargo. Nesse sentido, a pluralidade de seu conjunto de funções conferiu a esta Câmara grande poder político essencial para as engrenagens mais amplas da Coroa. Assim, acentua-se a proposta de compreensão do capelão inserido em um núcleo tensionado em decorrência da sua proeminência aurífera, o que correspondia a contornos específicos quanto à organização político-administrativa da Câmara de Vila Rica. O espaço de uma capela, em si, já produziria a organização da vida social; a capela erguida para assistir a presos reúne reflexões acerca da manutenção da figura de um soberano forte e piedoso, temido e amado; ou seja, tal fator leva-nos a entender como a disciplina social católica era empreendida naquele espaço. Câmara, capela e capelães em uma reflexão sobre as instâncias da justiça e religião nas Minas coloniais, são os fatores que incidem sobre a nossa pesquisa alicerçada, amplamente, nas discussões sobre História Social da religião.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Comércio e fronteira: atividades mercantis e seus agentes na constituição e expansão do espaço português na América meridional

Helen Osório
Doutora, UFRGS
helen.osorio@ufrgs.br

A comunicação aborda as atividades mercantis dos primeiros comerciantes que atuaram nas décadas de 1750 a 1780 no Rio Grande de São Pedro. O exercício do comércio neste período inicial de existência da capitania foram marcados pelas expedições de demarcação de limites do tratado de Madrid, a atuação de Gomes Freire, a fundação das primeiras freguesias e a exploração do gado vacum e seus couros. Analisa-se a posição destes negociantes na hierarquia sócio-econômica que se constituía e as trajetórias divergentes dentro do grupo. Houve os que se radicaram definitivamente na capitania e os que conseguiram seguir uma carreira de comerciantes numa escala imperial. Dentre os primeiros, investiga-se qual a evolução se seus negócios e as formas de sua inserção e mobilidade na sociedade local nas décadas seguintes.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

A agência sertanista e a produção de uma gramática política das conquistas nas fronteiras da América Portuguesa, século XVIII

Hélida Santos Conceição
Doutora, UNEB
helidas@gmail.com

A proposta desta comunicação é discutir o sertanismo como uma agência que produziu, ampliou e remodelou os limites e fronteiras nos sertões da América Lusa. A conquista das fronteiras tornou-se o expediente mais longo e duradouro do movimento sertanista, tornando-se portanto sua principal agência, as quais foram resignificadas a cada momento através do acúmulo de experiências e da circulação das notícias produzidas pelos agentes envolvidos. Os sertanistas também souberam contar suas próprias histórias e o fizeram através da escrita com a disseminação de narrativas que validavam suas práticas e expertise. Utilizando-se deste expediente puderam expressar e disseminar uma gramática política das conquistas nos sertões coloniais. Inferimos que essa gramática política circulou não somente pela transmissão oral, mas sem dúvidas por meio da cultura escrita. Nesta comunicação nos deteremos de forma mais específica na análise de um Regimento que orientou a conquista do rio de São Mateus ocorrida em 1727 através de uma empresa conquistadora que foi armada e saiu da vila do Rio de Contas nos sertões da Capitania da Bahia em direção aos limites fronteiriços das Minas Gerais.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Comunidades de lavradores e formas de acesso à terra nos engenhos de açúcar: Rio de Janeiro, século XVIII

João Luís Ribeiro Fragoso
Doutor, Universidade Federal do Rio de Janeiro
jl.fragoso@uol.com.br

A comunicação tem por objeto de estudo os lavradores de cana livres e forros nos engenhos de cana no Rio de Janeiro em fins do século XVIII. Parte-se do pressuposto que a produção de açúcar na América lusa seguiu o modelo da Madeira, arquipélago da Madeira em princípios do século XVI. Nesse sistema, o cultivo da cana de açúcar era feito pelos escravos do senhor de engenho e mais das famílias de lavradores livres e sem terras próprias. Portanto, trata-se de um sistema diferente daquele que caracterizará as plantations integradas das Antilhas inglesas e francesas do século XVIII, marcadas pelo emprego na lavoura de grandes escravarias do dono da plantation. No Rio de Janeiro, aqueles lavradores de cana - livres e forros, com suas famílias e escravarias - tinham acesso à terra através do foro e dos partidos de cana. A repetição dessas relações sociais fundiárias, por gerações seguidas, gerará uma comunidade de lavradores assentada em relações de vizinhança, de parentesco, de reciprocidade desigual com os senhores da terra e, ainda, com as senzalas do engenho. Em outras palavras, a hipótese é de que o sistema da Madeira no Rio de Janeiro criou uma comunidade política de lavradores, portanto, com suas práticas e direito costumeiros no interior dos engenhos de açúcar.

As fontes utilizadas serão os mapas de população e os registros eclesiásticos de batismos, casamento e óbitos.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

A exploração de salitre nos sertões da Capitania da Bahia no século XVIII: socioecologias, ofícios e mercês

Mailson Moreira dos Santos Gama
Mestrando, Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
mailsongama50@gmail.com

Esta comunicação aborda a exploração do salitre nos sertões da Capitania da Bahia ao longo do século XVIII sob a perspectiva da História Social e Ambiental. Como uma das principais matérias-primas na composição da pólvora negra, o salitre era um recurso estratégico que se tornou intimamente ligado aos interesses geopolíticos e econômicos do império português nas áreas de conquista. Apesar de notícias sobre a existência do salitre nos sertões da Capitania da Bahia surgirem no início do século XVII, foi apenas a partir do século XVIII que as nitreiras, tanto naturais quanto artificiais, foram exploradas sistematicamente, sendo continuamente marcada por incertezas e empecilhos no beneficiamento e exploração. A presente proposta tem como hipótese de trabalho os conceitos de economia de mercês e sistemas socioecológicos. Ao conectar esses dois conceitos é possível perceber como a exploração do salitre nos sertões da capitania da Bahia foi uma possibilidade de prestação de serviços à coroa portuguesa e como o resultado da interação entre o ambiental natural, o contexto social e o produtivo instituiu relação entre os colonos e a natureza. Por um lado, a purificação do mineral transformou o salitre em um recurso socioecológico e ocasionou alterações nas paisagens dos sertões da Capitania da Bahia. Outrossim, os colonos e funcionários régios como sertanistas,capitães-mores, mestres salitreiros e naturalistas, motivados pela possibilidade de serem reconhecidos por meio de serviços desempenhados e

consequentemente em obter vantagens políticas consideráveis, perceberam no empredimento nitroso uma maneira de garantir suas posições de honra e prestígio naquela trama social de Antigo Regime. Desse modo, mobilizaram redes de estudos para lidar com as dificuldades de transporte do mineral, assim como apontaram técnicas eficientes para a extração, lixiviação, cristalização e purificação de salitre, resultando em manuais e memórias mineralógicas sobre o mineral. A documentação que subsidiou a pesquisa foi selecionada no acervo digital do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ) e Projeto Rede da Memória Virtual Brasileira. Em resumo, através da análise documental compreendeu–se que a exploração de salitre foi um pretexto utilizado para a solicitação de mercês, recompensas e manutenção de privilégios, assim como uma prática de afirmação do vínculo político entre a coroa portuguesa e seus súditos na transformação da natureza em recurso socioecológico.

Palavras-chave: Salitre; Econômia de mercês; Sistemas socioelógicos.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Os forros da lei: escravidão e alforria de índios em São Luís do Maranhão (século XVIII)

Marcio de Sousa Soares
Doutor, Universidade Federal Fluminense
soaresmsousa@gmail.com

Desde o século XVII até meados do século XVIII, São Luís do Maranhão era basicamente um polo missionário, uma praça militar e um centro político-administrativo estratégicos para a defesa dos interesses portugueses no Estado do Maranhão e Grão-Pará. Até meados do século XVIII, os moradores da cidade dependiam bastante da exploração da mão de obra indígena. Se por um lado a lei de primeiro de abril de 1680 proibiu totalmente o cativeiro dos gentios, por outro, para amenizar o descontentamento e a inquietação dos vassalos, uma série de ordens régias e decisões locais, gradativamente adotadas, flexibilizaram a proibição e regularam o acesso à mão de obra indígena que havia ficado restrito às repartições dos aldeados feitas pelos jesuítas. Em abril de 1688, um alvará régio restabeleceu duas formas de escravização contra os índios considerados hostis: os resgates (aquisição de prisioneiros feitos nas guerras indígenas) e as guerras justas (defensivas ou ofensivas) movidas pelos conquistadores.

O artigo analisa a articulação entre escravidão, alforria e a reprodução de hierarquias sociais costumeiras ligadas à reinserção social dos índios alforriados na segunda metade do século XVIII a partir da lei, tornada pública em 1757, que lhes restituiu-lhes "a liberdade de suas pessoas, bens e comércio".

Palavras-chave: índios; escravidão; alforrias; São Luís do Maranhão; século XVIII.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Diante do altar: o governo dos escravos na casa dos Gomes de Oliveira – 1764-1820

Maria Lemke
Doutora, Universidade Federal de Goiás
marialemke@ufg.br

Esta comunicação tem por objeto as relações de compadrio dos escravos da casa de Antônio Gomes de Oliveira entre os anos de 1764 a 1820. A pesquisa toma a casa como um microcosmo de Antigo Regime no qual hierarquias e privilégios se manifestavam até entre os escravos, na escolha dos padrinhos: enquanto aos pretos essa relação era circunscrita aos cativos que compunham o plantel daquela casa, a segunda geração no cativeiro já gozava de maior amplitude nas relações de compadrio estendendo-se a padres ou alguém da casa grande. Trata-se, pois – além de privilégios e princípios hierarquizantes dentro do próprio plantel – de inequívocos indícios dos limites da escolha de padrinhos. O cruzamento onomástico, a partir do qual foi possível identificar os componentes da casa encerra os livros de batismo de escravos e as correspondências do AHU.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Um estudo sobre a trajetória da família Miranda de Almeida no Pernambuco colonial

Mateus Bernardo Galvão Couto
Mestrando, UFPE
mateus.bernardo@ufpe.br

Esta comunicação se propõe a analisar a trajetória da família Miranda de Almeida num dos espaços mais importantes da América portuguesa, sob perspectiva micro-histórica. Abordaremos três gerações da família, entre inícios do século XVII e 1771, destacandose quatro componentes: Manoel de Miranda de Almeida (patriarca), José de Almeida Machado (seu filho primogênito), Luís de Miranda de Almeida (filho ilegítimo de Manoel) e Manoel de Miranda de Almeida (homônimo do patriarca, seu avô, e filho de Luís). Por mais de cem anos, a família buscou incansavelmente por mercês régias. O patriarca teria atuado como Juiz do Peso da Balança da Alfândega do Recife, cargo provido pelo donatário da capitania de Pernambuco, Duarte de Albuquerque Coelho, no início do século XVII. No Juízo, Manoel abdicou dos rendimentos em favor dos altos custos com a guerra contra os holandeses. Este episódio marca o início da trajetória administrativa da família – com destaque para o longo período de atuação no ofício de escrivão da câmara de Olinda – sustentada pelas glórias e serviços régios do patriarca. José de Almeida Machado era desembargador, ingressou na Relação em 1678. Suspeitamos que tenha usado de seu lugar de privilégio e poder para beneficiar a família até início do século XVIII. Abdicou da herança da propriedade do ofício de escrivão da câmara em favor de seu irmão, Luís. Este, por sua vez, ocupou por 28 anos o referido ofício, entre 1671 e 1699, sendo sucedido pelo filho, Manoel. O neto homônimo, herdeiro

deste ofício, quando da independência política do Recife e criação da câmara, ambicionou por acumular os ofícios de Olinda e do Recife. Encontrou forte resistência dos mascates, por isso atuou por apenas seis anos. Portanto, temos como objetivo identificar as estratégias utilizadas, laços interpessoais firmados, privilégios adquiridos e sobretudo os elementos de distinção alcançados que mantiveram os Miranda de Almeida por quase um século na elite da sociedade pernambucana colonial, bem como a negociação e o jogo político que envolveram a família, os poderes locais e centrais.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

DAS VICISSITUDES DE UM CONCEITO: o pombalismo no Maranhão (século XVIII)

Patricia Kauffmann Fidalgo Cardoso da Silveira
Doutoranda, UEMA (Universidade Estadual do Maranhão)
patriciakauffmann@hotmail.com

A historiografia que trata do Maranhão no século XVIII esbarra, via de regra, no vulto emblemático do Marquês de Pombal – secretário de Estado de D. José I, cujo protagonismo político se funde à figura do próprio rei. Responsável por implantar significativas mudanças administrativas durante sua atuação no gabinete josefino, Pombal teve, no Maranhão, uma representação ainda mais marcante. A região amazônica como um todo – até então relegada a uma posição periférica dentro do império português, passou a receber intervenções metropolitanas bastante contundentes, como a criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755), a publicação do Diretório do Índios (1757) e a expulsão dos jesuítas (1759), entre outros. Mas não só: Pombal possuiu na estrutura administrativa da região parentes próximos a quem delegava instruções pormenorizadas acerca da governança: seu irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador do então Estado do Grão-Pará e Maranhão entre 1751 e 1759; e seu sobrinho, Joaquim de Mello e Póvoas, administrador da capitania do Maranhão de 1761-1774 e governador do Estado do Maranhão de 1775 a 1779. Na tradicional historiografia maranhense o período tido por 'pombalino' é comumente descrito como aquele em que o Maranhão prosperou e adquiriu protagonismo econômico. No entanto, com a morte de D. José I e consequente queda de Pombal os ânimos políticos no Maranhão se acirraram enormemente. Mello e

Póvoas, até então elogiado e celebrado na correspondência oficial, passou a sofrer críticas recorrentes e perdeu progressivamente o apoio que, até então, parecia possuir por parte de outros oficiais régios e membros da elite local. Queixas à política de Pombal e a ideia de se romper com a mesma avolumaram-se no Conselho Ultramarino. Entretanto, a ideia de um período áureo que corresponde àquele em que Mello e Póvoas atuou jamais foi abandonada na historiografia memorialista, sem, contudo, esclarecer se tal período efetivamente teria se encerrado com a queda do tio em Portugal e posterior fim do governo do sobrinho no Maranhão. O que significou o pombalismo no Maranhão: um período? Uma política específica? Um conjunto de práticas? E ainda: seria possível estabelecer se tal pombalismo persistiu na política administrativa do Maranhão? Se sofreu rupturas? Ou se logrou permanências? A presente comunicação pretende apresentar as primeiras impressões da pesquisa que por ora se desenvolve, alicerçada na análise de manuscritos produzidos na esfera administrativa do Maranhão na segunda metade do século XVIII.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

O DESEMBARGADOR JOÃO BERNARDO GONZAGA E A EXPERIÊNCIA ULTRAMARINA (SÉC. XVIII)

Paulo Fillipy de Souza Conti
Doutor, Secretaria Municipal de Educação de Itapissuma
paulofconti@gmail.com

Nascido na freguesia de Nossa Senhora da Candelária do Rio de Janeiro, em 1707, João Bernardo Gonzaga, era o primogênito do casal formado por Tomé do Souto Gonzaga, advogado, e D. Teresa Jason. No seio da família Gonzaga, quando observadas as suas trajetórias, é possível aferir a inserção de diversos membros do grupo no universo jurídico luso-brasileiro. João Bernardo, seguindo os passos outrora trilhados pelo pai, matriculou-se, em 1726, no curso de Leis da Universidade de Coimbra. Em Portugal, o jovem se dividiu entre os estudos e a vivência na casa de uma tia materna, onde além de entrar em contato com as atividades comerciais daquele núcleo familiar, envolveu-se com a prima Tomásia Isabel Clark, com quem contraiu núpcias e gerou sete descendentes. E, foram exatamente os parentes na Europa que acompanharam o início da carreira de João Bernardo como ministro de letras da monarquia portuguesa, após a submissão ao processo de Leitura dos Bacharéis. Com um começo discreto, nomeado juiz de fora nas vilas de Montealegre (1738) e Tondela (1747). Lugares onde experimentou os primeiros desafios da sua escolha profissional e as dificuldades relacionadas ao fato de ter ficado viúvo. A esta altura, dividido entre as obrigações em Tondela e as visitas à casa da tia na cidade do Porto, onde ficaram os seus filhos, pode retomar o convívio mais frequente com a família após a realização da sua residência, em março de 1751. Nesse mesmo ano, João Bernardo recebeu nova nomeação, dessa vez,

para um lugar que, entendemos, foi decisivo para o seu futuro profissional: a Ouvidoria Geral de Pernambuco. O que afirmamos diante da compreensão de ser esta a sua primeira promoção e da análise do seu período de serviço em Pernambuco, onde além de ter atuado como ouvidor-geral, foi o responsável pelo estabelecimento e presidência da Mesa de Inspeção do Tabaco e Açúcar. Os dois postos, um na administração da Justiça e o outro na administração do comércio, exigiram que ele pusesse em prática os conhecimentos conquistados em Coimbra e na prática dos ofícios anteriores, como também àqueles que pode se aprofundar em contato com os parentes comerciantes. Então, ao menos do ponto de vista teórico, temos um personagem com as capacidades técnicas necessárias para exercer as mencionadas funções. Contudo, as singularidades do lugar de serviço provocaram embates, sobretudo no que toca a regulação dos gêneros de exportação. Assim, esta comunicação pretende analisar as tensões existentes entre o ouvidor-geral e presidente da Mesa de Inspeção João Bernardo Gonzaga e setores da elite pernambucana. E, igualmente, verificar a capacidade do magistrado de se adaptar e criar alianças no seio dessa mesma organização social.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Notas de uma sociedade escravista (Rio de Janeiro, século XVIII)

Roberto Guedes
Doutor, UFRural-RJ
robertoguedesferreira@gmail.com

Voltada ao Rio de Janeiro setecentista, a comunicação aborda as potencialidades dos livros de notas cartoriais para o estudo da escravidão no Rio de Janeiro, a fim de contribuir para pesquisas sobre escravidão setecentista na América portuguesa em geral. Perante a escassez de estudos e de documentos sobre escravidão, vis-à-vis ao que se dispõe para o século XIX os livros de notas, cruzados a outros documentos, podem propiciar novas searas de pesquisa e lançar luz sobre as transformações da escravidão nas Américas.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

A FESTA É UMA REVOLTA: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE AS CELEBRAÇÕES PELA ACLAMAÇÃO DE D. JOÃO IV EM COIMBRA E NO RIO DE JANEIRO (1640-1641)

Thiago da Silva Pinto
Doutorando, UFF
THIAGOPINTO17@HOTMAIL.COM

No início de cada reinado, vilas e cidades de todo o reino e dos territórios do ultramar português eram invadidas por uma série de festividades cujo objetivo era aclamar o novo monarca e, dessa maneira, demonstrar sua fidelidade e lealdade àquele que ascendia ao trono. Porém, as demonstrações públicas de júbilo pela entronização de D. João IV estavam longe de se caracterizar como um ato festivo desprovido de qualquer sentido político. Em uma sociedade corporativa como a lusitana, a aclamação do monarca tinha como motivação renovar o pacto entre o rei e seus governados. Entretanto, em 1640, ela representava o estabelecimento de um novo pacto com uma nova dinastia e, simultaneamente, simbolizava um ato de ruptura com o rei Habsburgo. Dessa maneira, era a consciência do caráter político dessa celebração que levou algumas autoridades locais a hesitações e até mesmo à recusa em dar vivas ao novo rei. Essa percepção também estava presente no ultramar. Destaca-se a atitude do marquês de Montalvão e de Salvador Correia de Sá, de submeter a uma deliberação colegiada uma prática corriqueira da monarquia portuguesa que sequer deveria ser objeto de discussão, terceirizando a decisão de aderir ou não a entronização do duque de Bragança, decisão essa que cabia somente a eles na condição de vice-rei e governador. Isso revela a consciência do caráter pactual da aclamação do rei. Logo, a conjuntura política

hiperdimensionou a importância do ritual de outrora. Decorre daí a adoção de algumas posturas cautelosas, ou seja, nos dois lados do Atlântico a festa era uma revolta. Essa comunicação terá como foco o estudo das celebrações associadas à aclamação de D. João IV em Coimbra e no Rio de Janeiro, realçando suas relevâncias do ponto de vista político. Para tanto, utilizaremos as relações, impressos anônimos que objetivam descrever de maneira pormenorizada cada detalhe dos eventos, ignorando qualquer aspecto que possa ter comprometido a ordenação do programa festivo. No período seguinte à aclamação de D. João IV esses impressos se caracterizaram como um instrumento de ascensão política de personalidades que tinham como finalidade obter favores régios e/ou afastar também as desconfianças que pairavam sobre sua lealdade à casa de Bragança. A publicação desses papéis em Portugal seria uma prova cabal de fidelidade à nova dinastia. Dito isto, intentamos, através do cotejamento desses impressos, empreender uma análise comparativa entre essas duas localidades, que prioriza, em igual medida, similaridades e diversidades, pois não desejamos cair no reducionismo de priorizar as primeiras em detrimento das segundas, e assim destacar o caráter pactual dessas celebrações nos dois lados do Atlântico.

IX Encontro Internacional de História Colonial

EIHC

DIMENSÕES GLOBAIS E LOCAIS DOS IMPÉRIOS COLONIAIS: REDES, CIRCULAÇÃO E DINÂMICAS (SÉCULOS XV-XIX)

Impérios Ibéricos no Antigo Regime: política, sociedade, economia e cultura

23

João Henrique Ferreira de Castro (Colégio Pedro II/RJ) & Wania Alexandrino Viana (UFOPA)

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

E "devem ser seus confidentes". Capuchinhos italianos, espanhóis e franceses nos embates entre Portugal e a Santa Sé pela jurisdição missionária.

Ágatha Francesconi Gatti
Doutora, Pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (EFLCH/UNIFESP)
agatha_gatti@yahoo.com.br

Esta proposta de comunicação tem como objetivo refletir sobre um dos desdobramentos decorrentes dos embates que marcaram o diálogo entre Portugal e a Santa Sé a partir de meados do século XVII em torno da legitimidade do direito de padroado régio lusitano: a crescente preocupação da Coroa portuguesa em aprimorar o controle sobre os missionários que se dirigiam para os diferentes territórios de seu espaço ultramarino.

A criação da Sagrada Congregação 'De Propaganda Fide' em 1622 simbolizou um ponto de ruptura sem precedentes na dinâmica de expansão da fé católica romana prevalecente até aquele momento. A partir de então, a Cúria Romana passou a contar com uma congregação apostólica especialmente instituída para coordenar a política de expansão do catolicismo pelo mundo. A Propaganda Fide deveria não apenas deter o controle da situação missionária nos diferentes espaços, mas, concomitantemente, passar a de fato exercer a jurisdição que a ela fora atribuída nessa matéria.

Essa nova conjuntura deu lugar a uma série de preocupações e insatisfações por parte da Coroa portuguesa, especialmente a partir da década de 1640, quando a Propaganda Fide efetivamente passou a buscar meios de pôr em prática sua política. A ida de alguns missionários capuchinhos sob a tutela direta da Propaganda Fide para territórios da

África centro ocidental e, posteriormente, a partida de vigários e missionários apostólicos rumo à algumas localidades do Estado português da Índia, fez com que Portugal desse início a uma sistemática defesa das prerrogativas asseguradas pelo direito de padroado régio. No escopo desse esforço da monarquia lusitana, a reivindicação de que ela detinha o direito exclusivo de coordenar a ida dos missionários para os territórios que se achavam sob a alçada do seu padroado ganhou centralidade na argumentação construída.

A partir desse enfoque, a presente comunicação pretende comparar as sanções impostas por Portugal aos capuchinhos franceses e espanhóis instalados respectivamente no norte do Estado do Brasil e em Angola e Guiné à luz das tensões crescentes entre a Coroa lusitana e a Santa Sé pelo controle do exercício da jurisdição missionária. A reflexão procurará pautar os dois momentos de acirramento destes embates na segunda metade do século XVII problematizando o significado que essa ruptura tinha para Portugal.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Comércio e beneficiamento do couro na capitania de Pernambuco, século XVIII.

Alex Silva de Moura
Doutorando, Discente do PPGH-UFPE
alexmoura87hist@gmail.com

A capitania de Pernambuco é conhecida pela grande produção de açúcar e como um dos principais portos escravistas na América portuguesa. No entanto, outros produtos de relativa importância (Couros, Algodão e Pau-Brasil) fizeram parte da dinâmica mercantil da capitania. Para compreender melhor tal dinâmica, escolhemos o couro. Este trabalho foi iniciado na iniciação científica e continuado no mestrado. Agora, no doutorado, procuramos confrontar nossas descobertas, para a primeira metade do século XVIII, antes da Instituição da Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba, com o momento monopolista da companhia e o pós-monopolista. No mestrado, pode-se concluir que, ao longo do século, a atividade foi se fortalecendo. Os comerciantes envolvidos no beneficiamento coureiro, buscaram controlar o contrato do subsídio das carnes para potencializar a produção de seus curtumes. Igualmente utilizaram-se do privilégio de construção de fábricas de atanados. Por meio da ocupação de espaços de poder, como as câmaras de vereadores, foi possível obliterar a ação de grupos rivais e controlar o comércio dos couros na Capitania de Pernambuco. O envolvimento no beneficiamento coureiro serviu como alternativa de inversão lucrativa dos capitais auferidos na capitania de Pernambuco. Neste Simpósio Temático, prendemos apresentar as conclusões de nossa investigação no mestrado e a que pé estamos nesta nova etapa da pesquisa. Nesta nova etapa, procuramos aprofundar questões sobre o beneficiamento, produção e o comércio deste produto. Bem como ampliar a identificação dos principais

comerciantes de couro do Recife, suas estratégias de atuação e as rotas de circulação desta mercadoria pela monarquia pluricontinental portuguesa. Assim contribuindo para entender a complexa dinâmica mercantil colonial. Os principais corpus documental são os documentos avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino, os códices do Arquivo Histórico Ultramarino e os arquivos disponíveis para consulta na Torre do Tombo. Como metodologia de trabalho optamos pela análise de trajetórias. Desta forma, escolhemos indivíduos como exemplos para descrever o perfil do universo de curtidores.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Mobilização bélica e estratégias de afirmação social entre as tropas de pretos e pardos do Distrito Diamantino (1734-1780)

Ana Paula Pereira Costa
Doutora, Universidade Federal de Juiz de Fora
appcosta18@gmail.com

A presente pesquisa tem por objetivo investigar a criação, a composição e a mobilização de tropas compostas por pretos e pardos no Distrito Diamantino, localidade pertencente à Comarca de Serro Frio, no período de 1734 a 1780. Por um lado, buscar-se-á observar a contribuição dessas forças para o estabelecimento de uma ordem que apoiasse a administração portuguesa em seus domínios ultramarinos e, ao mesmo tempo, assegurasse o bom ordenamento da sociedade colonial. Por outro lado, objetivar-se-á refletir sobre a possibilidade de mobilidade social facultada aos oficiais destas tropas. Isso significa dizer que o acesso ao oficialato era uma via de ascensão para homens livres pobres, forros, pretos, pardos, etc.

O Distrito Diamantino foi criado em 1734, daí a opção por este recorte inicial, e constituía-se em uma área de mineração dos diamantes com fronteiras delimitadas, demarcado pela coroa portuguesa. Com a criação da Demarcação, ficou proibida a exploração de diamantes na área e, consequentemente, a chegada de novos exploradores, até que o preço da pedra preciosa, que caiu vertiginosamente a partir de 1734 devido ao excesso de oferta no mercado mundial, se normalizasse. Só em 1739 a exploração foi reaberta, mas, sob um novo sistema, o de contrato. O regime dos contratos terminou em 1771 devido a dificuldades de controlar o contrabando. Para tentar sanar

esse problema, a coroa instalou nova forma para explorar o diamante, a Real Extração, a qual consistia no monopólio régio dos diamantes. Seja no período da proibição da extração das pedras (1734-1739), no regime dos contratos (1739-1771) ou no da Real Extração (1771-1853), militares (brancos, pretos e pardos) eram vistos pela população mais ampla e pelas autoridades locais (governadores, intendentes, ouvidores, capitães-mores, contratadores) como fundamentais para ordenar o território.

Já o recorte final se justifica pelo contexto de reestruturação militar ocorrido após 1756 devido a Guerra dos Sete Anos orquestrada em todo império lusitano e que se refletiu na América portuguesa a partir da década de 1760. Nessa conjuntura, três fatores tiveram importante impacto para as tropas militares compostas por africanos e seus descendentes, cujos reflexos ainda não foram estudados para a região dos diamantes. Nos referimos a promulgação da carta régia de 22 de março de 1766 que ordenava a formação de corpos militares entre todas as camadas sociais, dentre estas estavam aquelas constituídas pelos estratos subalternos; a guerra luso-castelhana de 1762-1777 nas partes Meridionais da América portuguesa; a nomeação pelo Marquês de Lavradio de Dom Antônio de Noronha ao posto de governador de Minas em 1774 cujo mandato vai até 1780.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

O açúcar de Pernambuco, "crise" econômica e historiografia: perspectivas de análise (séc. XVII e XVIII).

Breno Almeida Vaz Lisboa
Doutor, Universidade de Pernambuco
breno.lisboa@upe.br

Os estudos sobre o açúcar e a economia colonial no Brasil, e em Pernambuco em particular, não são novidade. Há muito que historiadores de diversas origens e perspectivas metodológicas tentam equacionar a importância do açúcar na formação econômica colonial, assim como sua importância para a configuração da sociedade da época e suas implicações nas relações de poder de então. Diversos trabalhos discutiram o assunto, chegando, em geral, a conclusões semelhantes. No caso de Pernambuco, por ser uma capitania eminentemente açucareira desde os seus primórdios, tais trabalhos e conclusões abordaram uma série de questões sobre essa capitania. Em meio a essas abordagens, convencionou-se chamar de "crise" o processo histórico pelo qual passou a economia açucareira na capitania de Pernambuco na segunda metade do século XVII e ao longo do século XVIII. Tal assertiva cristalizada na historiografia durante décadas teve consequências não apenas para o conhecimento do passado colonial pernambucano, mas também para os rumos da historiografia referente a Pernambuco e ao Brasil colonial. Devemos ter em conta que um exame mais cuidadoso da economia pernambucana dos séculos XVII e XVIII mostra o quanto a situação econômica da capitania no período vai muito além da ideia de "crise". Consideramos que uma série motivos, ligados a questões "internas" e externas", militaram no sentido de obscurecer um conhecimento mais acurado acerca do açúcar e da economia pernambucana nos séculos XVII e XVIII. O que

mais nos interessa aqui é entender de que maneira essa ideia de “crise” da economia açucareira se cristalizou na historiografia pernambucana e brasileira e ao mesmo tempo matizar tal ideia a partir de diversos aportes documentais.

Palavras-chave: Açúcar; Pernambuco; Crise

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Pelas marcas da Justiça: uma análise sobre a advocacia provisionada na Capitania do Rio de Janeiro entre os anos de 1780 e 1815

Caroline Rodrigues Coelho
Mestranda, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
carolrc22@hotmail.com

O presente trabalho tem como objetivo analisar o fenômeno da advocacia provisionada brasileira entre o período de 1780 e 1815 na Capitania do Rio de Janeiro, através da análise das fontes encontradas no Arquivo Nacional, Arquivo Histórico Ultramarino e Biblioteca Nacional. Acredita-se que este estudo poderá servir como base para se entender a existência do fenômeno dos advogados provisionados, também denominados de rábulas. Além disso, a análise de tais fontes será igualmente importante para se compreender o papel que a advocacia exercia à sociedade e ao próprio funcionamento da Justiça do Antigo Regime.

Nas duas últimas décadas, as pesquisas deram maior destaque ao papel dos magistrados na administração da Justiça, deixando de lado uma gama de outros agentes que, à sua maneira, exerciam funções importantes para o bom funcionamento da Justiça e para a própria governabilidade da Coroa. De maneira geral, essas pesquisas deixaram de analisar principalmente a figura dos advogados, sejam eles formados pela Universidade de Coimbra ou provisionados – indivíduos que recebiam autorização para advogar.

Nesse diapasão, a presente pesquisa se dispõe a tentar entender com mais profundidade a atividade advocatícia no período selecionado, com especial atenção à advocacia provisionada. Busca-se estudar as razões e os efeitos que tais provisões causavam tanto

aos indivíduos que passavam a exercer o ofício, como também seus impactos para a própria administração da Justiça e para sociedade. O ponto de partida para a investigação desse objeto foram as fontes encontradas no Arquivo Histórico Ultramarino, presentes na plataforma de pesquisa criada pelo Projeto Resgate da Biblioteca Nacional de Portugal, o Fundo do Desembargo do Paço, presente no Arquivo Nacional, situado no Rio de Janeiro e avulsos encontrados no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Provenientes das diversas capitanias e províncias do Brasil, esses processos de obtenção de provisões, também conhecidos como "Pedidos para Advogar", eram consideradas uma ótima saída ante a ausência de cursos jurídicos no território colonial e o insuficiente número de bacharéis em direito diplomados por Coimbra. Para atender a demandas tanto da sociedade quanto da burocracia do governo, a existência jurídica da advocacia provisionada possibilitou um novo olhar sob a profissão.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Uma bebida nociva: o caso da legalização da aguardente do Brasil em Luanda e as interferências de um agente régio (1649-1691)

Cheyenne David de Medeiros Teodózio
Mestrando(a), PPGH/UFPE
cheyenne.teodozio@ufpe.br

Desde o reconhecimento da necessidade de atualização dos debates historiográficos a respeito dos limites de poder da Coroa portuguesa no ultramar em fins dos anos 1990, foram aprofundados estudos que reavaliaram o caráter anteriormente tido como absoluto da monarquia. Nesse novo cenário foram demonstrados indícios de certa autonomia e abertura para resolução entre os poderes central e locais, verificados sob observações de elementos de flexibilidade nas aplicações normativas de um governo imperial feito à distância.

A presente comunicação tem o objetivo de seguir esse percurso pautando-se na construção das negociações entre oficiais da administração portuguesa e representantes locais em favor da legalização do comércio da aguardente, produto do Brasil derivado da cana-de-açúcar. Será dado destaque para as conexões estabelecidas no Atlântico Sul e seus contatos entre Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo de Luanda, cidades com portos de intenso fluxo de escoamento e de proximidade com áreas de produção da bebida.

A aguardente foi um produto de menor expressividade comercial se comparada ao produto principal que era o açúcar, mas após ter seu consumo interno intensificado no Brasil, teve grande adesão por parte dos compradores e vendedores também do outro lado do oceano. Sua produção e comercialização foram postas em condição de conflito

no campo mercantil, especialmente por entrar em concorrência direta nesses locais com o vinho produzido no reino. Apesar das disputas político-econômicas que envolveram a sua permissão ou não a partir do século XVII no Estado do Brasil, a ela foi delegada relevância dentre os produtos brasílicos mais exportados pelo Atlântico, sendo moeda de troca muito comum também no comércio de pessoas escravizadas.

O enfoque, no entanto, estará centrado nas negociações em favor da legalização da aguardente, passando por proibições e permissões de sua produção e comercialização no século XVII. Como fio condutor será perseguido os envolvimentos do governador geral do Reino de Angola, D. João de Lencastre (1688-1691) e suas súplicas pela autorização da circulação do produto em Luanda. Fazendo isso através da percepção do local do qual partia esse indivíduo e usando novos olhares historiográficos de modo a perceber o poder de acordo desses agentes locais dentro das estruturas do Império português.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Os mestres de campo e a formação dos efetivos auxiliares: notas sobre o perfil de uma elite militar nas capitanias do Norte (1739-1804)

Everton Rosendo dos Santos
Doutorando, Universidade Federal de Pernambuco
everton.rsantos@ufpe.br

Este trabalho tem como objetivo investigar o perfil social dos homens que compunham a camada mais elevada dos terços de infantaria auxiliar nas capitanias do Norte: os mestres de campo. Para tanto, buscamos compreender as origens e as estratégias que os sujeitos investidos neste posto utilizaram para obter uma inserção nos espaços de poder nas comunidades em que estavam inseridos. Dentro desse aspecto, procuramos, ainda, apresentar dados obtidos a partir do processo de circularidade decorrente de novos provimentos para o posto. Essa etapa da pesquisa possibilitou entender de forma aprofundada a forma de seleção de candidatos que ocuparam tal posição. Em outros palavras, a partir exame detalhado sobre os provimentos, descortinamos as etapas do processo concursal para o cargo de mestre de campo. Também percebemos que, apesar da existência dos auxiliares na tessitura administrativa da América portuguesa desde a segunda metade do século XVII, foi apenas na primeira metade do século seguinte que uma certa estabilidade na sua composição e distribuição pelo território americano foi alcançada. Portanto, também dedicamos atenção especial para entender o processo de sua reformulação a partir de 1739, por meio de medidas efetuadas pela Coroa portuguesa em suas conquistas americanas.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

A carreira trans-imperial de Dom Miguel Ângelo de Blasco: conexões entre América Portuguesa e Europa (1750 - c. 1772)

Gabriela Anibale Ausani
Mestranda, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Bolsista CAPES)
gabrielaausani@gmail.com

O presente trabalho aborda a trajetória trans-imperial de Miguel Ângelo de Blasco (1697-1772), engenheiro militar e cartógrafo genovês contratado pela coroa portuguesa para atuar na América Meridional durante a execução do Tratado de Limites de 1750 entre Portugal e Espanha. O recorte temporal abarca o período de atuação de Blasco dentro do Império português, que se dá a partir da sua contratação para servir nos confins da América até os últimos anos de sua vida, quando unia esforços para retornar à Corte dos Habsburgo em Viena.

A trajetória de Miguel Ângelo de Blasco exemplifica como sujeitos até então compreendidos pela historiografia como coadjuvantes se utilizaram de redes trans-imperiais a fim de manipular recursos e melhorar sua posição dentro do império para o qual serviam no momento, assim incrementando o seu próprio status e poder dentro da conjuntura imperial. Compreendemos redes trans-imperiais como "associações que contavam com agentes de duas ou mais políticas imperiais diferentes e se caracterizavam por uma maior informalidade e confiança entre os sujeitos" (PRADO, 2009, p.22).

Apesar das rigorosas restrições impostas à atuação de técnicos estrangeiros pelas políticas de Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal, o engenheiro militar atingiu as mais altas patentes e conseguiu se manter conectado a mais de um

centro de poder ao mesmo tempo, chegando a enviar para Viena plantas e mapas que representavam o Novo Mundo.

Nesse sentido, busca-se entender de que maneira sujeitos como Blasco se utilizaram de redes trans-imperiais e de que forma as dinâmicas imperiais foram impactadas pela circulação de técnicos estrangeiros. O trabalho oferece a oportunidade para o estudo do papel das dinâmicas que transpassavam os impérios no que diz respeito à circulação de informações confidenciais, ao comércio ilícito de mapas e a produção de saberes científicos.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Poderes locais e clero na América portuguesa: enfrentamentos e convergências. (Pernambuco, século XVIII).

George Felix Cabral de Souza
Doutor, UFPE
george.csouza@ufpe.br

A historiografia sobre o período colonial brasileiro tem sido enriquecida nas últimas décadas com numerosos estudos sobre as instituições e agentes que compunham a administração da monarquia pluricontinental portuguesa. Estas abordagens têm dedicado atenção às trajetórias de indivíduos e grupos, bem como às suas redes familiares e clientelares. Enfocam também a composição e funcionamento das instituições e suas relações entre si e com a sociedade. Entre os referidos estudos, podemos destacar os dedicados às municipalidades no período colonial. Neles tantos os aspectos institucionais como a componente humana são analisados partindo, com frequência, do pressuposto de que interesses pessoais e de grupo tinham grande influência nas decisões administrativas e interferiam diretamente nos mecanismos de negociação e equilíbrio dos múltiplos poderes em ação.

Os choques entre câmaras municipais e autoridades civis na América portuguesa têm sido o objeto de atenção. A própria capitania de Pernambuco fornece vários exemplos, sendo alguns dos mais rumorosos os atritos entre a Câmara de Olinda e os governadores Jerônimo Mendonça de Furtado – deposto e preso em 1666 –, e Sebastião de Castro e Caldas – alvejado por tiros no Recife em 1710. Menos destaque tiveram os entreveros

entre as municipalidades e as autoridades eclesiásticas, clérigos seculares e ordens regulares.

Pretendemos nessa comunicação abordar os choques entre municipalidades da capitania de Pernambuco e elementos ligados à Igreja. Estes conflitos surgiam do enfrentamento direto entre as câmaras e membros do clero secular ou ordens religiosas, ou decorriam do envolvimento das edilidades em disputas ocorridas entre outras autoridades civis com as eclesiásticas. Elencamos aqui alguns dos motivos mais frequentes para os entreveros, a saber: as questões relacionadas às cobranças feitas pelos clérigos sobre os paroquianos, as interferências mútuas dos juizados civis e eclesiásticos, as questões de etiqueta e precedência e os litígios sobre a propriedade e utilização de espaços urbanos e rurais. Procuramos demonstrar que as municipalidades atuam nessas situações pautadas pela percepção de serem representantes do poder régio, mas também, pelas obrigações que possuem junto às comunidades locais administradas. A maior parte das fontes utilizadas se encontra no Arquivo Histórico Ultramarino. A realização desta pesquisa foi possível graças ao apoio do CNPq e Facepe.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

A SESMARIA DE JOÃO PPEIXOTO VIEGAS NO CONTEXTO DA PÓS-RESTAURAÇÃO: PANORAMO POLITICO, SOCIAL E ECONOMICO NA CAPITANIA DA BAHIA (1640-1700)

Alex Teixeira de Araújo
Doutorando, Universidade Federal Fluminense
alexhistoriauneb@gmail.com

Esta proposta analisa a trajetória de João Peixoto Viegas, comerciante português que imigrou da vila de Viana de Castelo em Portugal para a Capitania da Bahia em 1640. Ele fez carreira administrativa e ascendeu sócia e economicamente, por meio de redes de sociabilidades, que lhe possibilitaram alcançar os espaços reservados as elites locais, como o Senado da Câmara e a Santa Casa de Misericórdia da Bahia. A análise proposta vai além da elaboração de um trabalho de trajetória, pois circula também em temas relevantes como colonização, catequização, ascensão social, economia colonial, cargos e funções na governança local, sem perder de vista o contexto da Pós-Restauração com seus efeitos para a economia da Capitania da Bahia no século XVII.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

As humanidades digitais e a História das estruturas fundiárias no Mato Grosso Colonial

Thiago Pereira da Silva Magela
Doutor, UNEMAT
thiago.magela@unemat.br

"A questão agrária em Mato Grosso, desde as Leis de Terras do Império, em 1850, e da Lei de Terras do Estado de Mato Grosso, em 1892, está associada aos latifúndios, sesmarias, coronelismo, grilagem, conflitos, violência, fraudes cartoriais" (BARROZO, 2017, p. 197). A afirmação de João Barrozo está conectada ao multissecular processo de expropriação vivenciado por diversas populações originárias que habitavam este lugar no passado colonial, e que legou ao presente um campo marcado por conflitos e violências de diversas ordens.

Apesar disso, o processo de ocupação e colonização do território do Cuyabá e Mato Grosso foi interpretado por abordagens que tinham como foco a conquista e/ou os mecanismos jurídicos que legitimaram a dominação portuguesa (ROSA; JESUS, 2003), e pouco sobre as relações sociais de propriedade e os impactos de gerados por um novo tipo de propriedade (CONGOST, 2007).

Somando-se a isto, a historiografia nos últimos 20 anos está passando por um giro digital que impactou o saber/fazer historiográfico (LUCCHESI; MAYNARD, 2019). Nas palavras de Gerhen Zaagsma "enquanto as humanidades parecem old-fashioned, chatas e em contínua busca por justificação ou valorização, as humanidades digitais nos conjuram imagens de territórios inexplorados" (ZAAGSMA, 2013, p. 3). Assim, esta

comunicação pretende problematizar o uso de uma ferramenta digital desenvolvida por uma cooperativa de universidades europeias, chamada Transkribus. O processo de digitalização e transcrição de documentos administrativos do Mato Grosso Colonial pode permitir o treinamento da inteligência artificial para realizar uma transcrição automática das cartas de sesmaria emitidas para esta capitania. O que permitirá criar um banco de dados que estabeleça conexões que não estavam evidenciadas em análises qualitativas.

Referências Bibliográficas

BARROZO, João Carlos. A questão agrária em Mato Grosso. In: RODRIGUES, Cândido; NETO, Vitale Joanoni (Org.). Nova História do Mato Grosso Contemporâneo. Cuiabá: EdUFMT, 2018. P. 197-228.

CONGOST, Rosa. Tierra, Leyes, Historia: estúdios sobre "La Gran Obra de la Propiedad". Barcelona: Editorial Crítica, 2007.

LUCCHESI, Anita ; MAYNARD, Dilton. Novas Tecnologias. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Dias de Oliveira. Dicionário de ensino de História. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2019.

ROSA, Carlos Alberto; JESUS, Nauk Maria de (Org.). A terra da Conquista: história de Mato Grosso colonial. Cuiabá: Adriana, 2003.

ZAAGSMA, Gerben. On digital history. BMGN - Low Countries Historical Review, v.128, n.4, p. 3-29, 2013.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Entre o local e o global: mobilização e recrutamento militar nos territórios ibero-americanos na segunda metade do século XVIII

Giovane Albino Silva
Doutora, Professora Adjunta da Universidade de Pernambuco (UPE)
giovanealb@hotmail.com

A presente comunicação propõe discutir, em perspectiva conectada e global, as dinâmicas de mobilização e recrutamento militar que se efetivaram no contexto dos Império Ibéricos durante a segunda metade do século XVIII. Por todo o território colonial, as guerras promoveram impactos na formação social e administrativa dos territórios ibero-americanos. Em momento de conflitos, observa-se o surgimento de formas de governo e modos de mobilizar recursos materiais e humanos que interferem de diferentes maneiras e proporções a administração das vilas e cidades coloniais. Nesse sentido, propomos investigar de que modo partes dos impérios espanhol e português se estruturaram face às imposições e demandas que as guerras geraram nas sociedades e na (re)elaboração das estruturas militares. Serão aqui tomadas, em especial, a análise comparativa das tropas regulares e pagas nas capitanias de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro, mas também de cidades e vilas dos vice-reinados da América espanhola. O estudo aqui proposto será realizado a partir da conjuntura bélica promovida pela Guerra dos Sete Anos (1756-63), que ao envolver boa parte das monarquias europeias reacendeu intrigas e inimizades nos territórios coloniais, em especial nas terras americanas, exibindo, também, aspectos dos contextos locais que se entrelaçaram às disputas globais e resultaram no aumento expressivo do contingenciamento de pessoas destacadas para o envolvimento das guerras.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

A administração dos quintos do ouro no início do século XVI na América portuguesa: análise e discussão dos dois primeiros Regimentos das Terras Minerais do Brasil (1603 e 1618)

Pollyanna Precioso Neves
Doutora, Universidade Federal de Ouro Preto
preciosopollyanna@gmail.com

O presente trabalho é parte integrante de uma tese de doutorado, que teve por objetivo analisar as legislações que buscavam regulamentar a administração fiscal da cobrança dos quintos do ouro e da atividade mineradora, entre os anos de 1603 e 1817. O direito real à argentaria em Portugal tratou da prerrogativa que o rei tinha de cobrar em seus domínios a quinta parte de toda riqueza mineral e metalífera extraída. E os quintos, que eram a base da cobrança sobre os metais, manifestos em um privilégio real, ao serem pagos in natura, estimulavam a produção e faziam da atividade mineradora um foco importante nas atenções da Coroa portuguesa. Fruto de diversos interesses, as legislações podem ser uma das formas de analisar os tons da relação entre Metrópole e Colônia, pois também na elaboração desses textos normativos podemos observar o local do poder real e sua existência legítima. Portanto, pretende-se aqui, analisar o Primeiro Regimento das Terras Minerais do Brasil, datado de 18 de agosto de 1603, e o Segundo, de 08 de agosto de 1618, indicando os modelos de administração propostos, bem como as formas de estímulos para promover os descobrimentos de metais e pedras preciosas, manifestos no privilégio de descobridor. Ainda que não tenha havido exploração em abundância no período, ambos regimentos marcam uma reordenação da política colonial para a mineração, que até aquele momento se caracterizava por um relativo

vazio administrativo em relação a essa atividade. Os regimentos nos revelam também a influência dos descobrimentos de prata na América espanhola e nos remetem à figura do sétimo governador-geral do Brasil, Dom Francisco de Souza.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Tensiones en la Provincia del Paraguay tras la finalización de la Revolución Comunera (1735-1747)

Herib Caballero Campos
Doutor, Universidad Nacional de Canindeyu
historiadorpy@gmail.com

Esta ponencia da cuenta sobre el proceso de "pacificación" implementado por los gobernadores José Martín de Echauri y Rafael de la Moneda, en la provincia del Paraguay tras la finalización de la Revolución Comunera (1721-1735). La represión a sangre y fuego a los líderes comuneros, el alejamiento de los integrantes de la elite capitular asuncena y el incremento de la influencia de los misioneros jesuitas en la provincia civil, crearon un escenario bastante particular, para lo cual se trabajará con fuentes del Cabildo, así como con las disposiciones de los gobernadores que mediante diversas estrategias fueron debilitando a la elite capitular tradicional, dando espacio dicha situación a nuevos actores que fueron ocupando lugares de privilegios en la Provincia, dicho conjuntos documentales serán contrastados con las actas capitulares de dicho periodo.

El resultado de esta investigación forma parte de un proyecto de más largo aliento que pretende analizar las tensiones entre el gobierno y la sociedad en el Paraguay a lo largo de todo el siglo XVIII, el período estudiado de post Revolución de los Comuneros cuenta hasta la fecha con pocas investigaciones que analizan aspectos que tienen que ver más con el aspecto económico o el político.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Telhas de barro, tachos de cobre: engenhos de açúcar e riqueza no termo de São Cristóvão, Capitania de Sergipe, Estado do Brasil (1750-1808)

Anderson Pereira Dos Santos
Doutor, SENAI/SE e SEMED/AJU
andersonpereira.s@hotmail.com

Os bens de raiz constituíram os principais ativos das fortunas inventariadas no termo da Cidade de Sergipe, na Capitania de Sergipe, Estado do Brasil, em preço e valor. Os engenhos existentes no termo da Cidade de Sergipe entre 1750 e 1808 chegaram ao total de 96. Isso evidencia a grande produção de açúcar branco e mascavo, e, sobretudo, o domínio do açúcar como principal produto de exportação e de geração de riqueza. Assim, o objetivo geral foi analisar em suas características e valores os engenhos de açúcar deixados pelos moradores do termo da Cidade de Sergipe, em seus inventários post-mortem, entre 1750 a 1808. Os principais aportes teóricos foram a teoria social de Max Weber, Irving Fischer, Pierre Bourdieu e Stuart B. Schwartz. Utilizaram-se os métodos de pesquisa prosopográfico e o quantitativo. A principal técnica de coleta de dados foi o levantamento documental, e para codificar e interpretar os dados utilizou-se a análise de conteúdo, em adaptação e auxiliada pelo SPSS 20.0. A guisa de conclusão, podemos dizer que os engenhos de fazer açúcar no termo de São Cristóvão, Capitania de Sergipe, a maioria era de pequeno porte, localizados às margens de rios, e com mais de um dono. Os engenhos corresponderam a 4,8% dos bens de raiz dos afortunados. Ter engenho para muitos desses indivíduos, mais do que um bem de alto valor monetário, era uma forma de ascender socialmente.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

O Juiz e a Princesa: estratégias de articulação e consolidação política do território da vila de Campanha 1798-1806

Edna Mara Ferreira da Silva
Mestre, Instituto Histórico e Geográfico de Campanha
ednamara.ferreira@gmail.com

Campanha da Princesa foi o nome dado a uma das últimas vilas mineiras criadas no século XVIII, em alusão direta a monarquia portuguesa. Dessa forma o estabelecimento da vila de Campanha configurou-se como recurso de organização administrativa, mas também serviu como elemento poderoso de reafirmação da soberania portuguesa, endossado pelo Senado da Câmara da vila que passa a destinar um terço de seus rendimentos a um donativo a princesa Dona Carlota Joaquina. A essa doação segue um curioso ato, o da doação da posse do senhorio da vila à referida princesa do Brasil. O papel de destaque nessa articulação para a doação do senhorio da vila foi do juiz de fora José Joaquim Carneiro de Miranda e Costa responsável por erigir a nova vila e por criar o cargo de juiz de fora em Campanha, no ano de 1798, momento da elevação do arraial. Permaneceu no ofício até aproximadamente a segunda década do século XIX. A carreira do juiz de fora da Campanha da Princesa se mistura com a história do próprio local e com o estabelecimento dos limites desta vila. Em face as transformações geopolíticas e rearranjos econômicos que atingem o Brasil no inicio do século XIX, buscamos o sentido dessa reminiscência senhorial e seu contexto para a vila da Campanha da Princesa. Essa comunicação se propõe a investigar, além da trajetória do juiz, o auto de posse do senhorio da vila e doação da terça parte do rendimento de seus bens para a Princesa do Brasil. Para essa comunicação utilizaremos principalmente as fontes disponíveis no

Arquivo Histórico Ultramarino, no Arquivo Público Mineiro, e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Viúvas, administração pública e redes de relacionamentos no Grão-Pará (1778-1788)

Elisabeth Oliveira Dias
Graduada, Universidade do Estado do Pará
diasbeth2019@gmail.com

Este trabalho tem como objetivo abordar os principais aspectos da vida de mulheres viúvas no Pará, entre 1778 e 1788. A partir disso, é apresentado as particularidades de sua condição enquanto mulher e viúva, bem como suas possibilidades de independência social e financeira. Para construção do debate a respeito do cenário político, administrativo e social o qual essas mulheres se encontravam, serão utilizados autores como Manuel Hespanha (2006), Ana Castro (2021) e Nizza da Silva (1995). Para melhor compreender os aspectos jurídicos da mulher em sua condição de viúvez, bem como localizar o seu papel de atuação dentro da sociedade paraense logo após o fim da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, busca-se observar quais redes de relacionamento estas mulheres participavam. Este estudo inicial se utiliza da materialidade de fontes governamentais, se atentando para estrutura do documento, seus objetivos sociais e seus recursos linguísticos, sem esquecer de suas intencionalidades, onde associado a revisão bibliográfica, nota-se a presença de viúvas buscando seus espaços na sociedade belenense.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

A CÂMARA DO RECIFE E AS ELEIÇÕES PARA OS CORPOS DE ORDENANÇAS (1750-1780)

Letícia Serrano Marinho de Araújo
Mestranda, UFPE
leticia.serrano@ufpe.br

O objetivo dessa comunicação é apresentar os resultados parciais de uma pesquisa acerca da realização de eleições na Câmara do Recife para os cargos mais altos dos Corpos de Ordenanças, entre 1750 e 1780, considerando as dinâmicas sociais e redes de interesse que envolviam as nomeações. Compostos através do recrutamento obrigatório da população masculina, os Corpos de Ordenanças se constituíram como uma das forças militares do Império português. Eram liderados pelos capitães-mores, sargentos-mores e capitães de companhia, sendo esses comandantes inicialmente eleitos pelas câmaras municipais. A partir do Alvará Régio de 1709, no lugar de eleger diretamente os oficiais, a Câmara passa a ter que elaborar uma lista tríplice, que deveria ser utilizada pelo comandante das armas local – em território ultramarino, o governador e capitão-general das capitanias – para a escolha dos futuros chefes das tropas. Devido ao grande prestígio das altas patentes, a atribuição dos cargos das Ordenanças era rodeada de conflitos entre os vereadores e governadores em exercício. No Recife, a Câmara municipal procurou garantir os seus interesses nas eleições das Ordenanças, já que contava com a participação de muitos dos seus vereadores no comando das tropas, e ainda contribuía com a concessão das patentes em outras localidades, a exemplo das freguesias do Cabo e de Ipojuca. Por outro lado, os governadores da capitania também buscaram exercer o seu poder na nomeação dos cargos, chegando a desconsiderar as eleições realizadas

pelos camarários em alguns momentos, como relatam os vereadores de Olinda, Goiana e Recife ao longo de todo o século XVIII. O livro de registros e as atas da Câmara do Recife, em conjunto com a documentação de missivas presente no Arquivo Histórico Ultramarino, permitem investigar o funcionamento e os conflitos que circundavam esse processo. Direcionando o olhar para o período em que essas dinâmicas estão mais documentadas, pretende-se compreender e caracterizar a realização dessas eleições, buscando desnudar as estratégias de vereadores e governadores na disposição de seus interesses no momento da nomeação das altas patentes. Além disso, a pesquisa apresentada também se propõe a investigar a inserção de capitães-mores, sargentos-mores e capitães de companhia nas dinâmicas das redes familiares e clientelares, de forma a tentar contribuir com um uma narrativa que possa trazer à tona novos aspectos do funcionamento da sociedade que se desenvolveu no Recife colonial.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

A câmara da Paraíba entre três governos: jurisdição e poder local no pós-guerra holandesa (1654-1676)

Lucas Guedes Pereira Arnaud Arroxelas
Mestrando, PGH/UFRPE
lucas.guedes.1997@gmail.com

O presente estudo procura analisar as relações tecidas pela câmara da Paraíba com os poderes de Pernambuco, o governador da Paraíba e o governador-geral do Estado do Brasil. Com isso, objetivamos compreender como a referida municipalidade se inseria nos quadros administrativos das capitanias do Norte no pós-guerra holandesa, bem como as ações e estratégias adotadas pelos oficiais camarários no que toca à configuração jurisdicional daquele espaço. Para isso, utilizaremos documentos encontrados na coleção Luísa da Fonseca e nas seções Paraíba e Pernambuco dos avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino, bem como nos Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Nosso recorte vai de 1654, ano em que o domínio lusitano na Paraíba é restaurado, até o ano de 1676, quando termina a circulação do plano de reforma, proposta responsável por significativas alterações na dimensão jurisdicional da capitania. Inicialmente, abordaremos as relações entre a edilidade e os poderes de Pernambuco, com os quais, apesar de grande aproximação social e econômica entre as duas capitanias, ocorreram tensões e disputas. Observamos, no interior dessa conjuntura do post bellum, ações no sentido de frear a influência dos poderes sediados em Pernambuco sobre a Paraíba. Em seguida, trataremos do modo como a instituição camarária se portou com o governador da Paraíba, observando as variações dessa relação ao longo do tempo e de acordo com os sujeitos que ocuparam aquele posto. Tais mudanças, que vão da colaboração à

tentativa de assassinato, deram-se especialmente devido à naturalidade do funcionário régio, da postura adotada por ele e do grau de vínculo que sua atuação manteve com os interesses da açucarocracia. Por fim, investigaremos as interações entre a municipalidade da Paraíba e o Governo geral do Estado do Brasil. Estas, através da mobilização de jurisdições e laços institucionais, mostram-se essenciais para entender aquelas outras duas relações, bem como as ações dos camarários frente a elas. Compreendemos que os recursos ao governador-geral e a submissão a ele serviram como estratégias para alcançar uma maior força jurisdicional no interior da capitania e para evitar a sujeição aos poderes de Pernambuco. Desse modo, a partir do exame dessas relações, poderemos compreender o lugar administrativo e jurisdicional da capitania da Paraíba e, em especial, da sua câmara durante o post bellum, assim como o modo com que os camarários procuraram agir diante da situação encontrada e das ações dos demais poderes.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Governar a fronteira com os portugueses: administração e governo do Rio Grande de São Pedro sob domínio espanhol (1763 - 1776)

Luísa Caiaffo Valdez
Doutoranda, Universidade Federal do Rio Grande do Sul
lucaiaffo@gmail.com

O domínio espanhol sobre o Rio Grande de São Pedro significou a sua integração aos domínios do rei Católico na América e, assim, sua vinculação à administração coordenada desde Buenos Aires. Realidade consequência da ocupação espanhola em abril de 1763, a vila portuguesa e seus arredores (região da atual cidade de Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul, Brasil) passou então por processo de consolidação do aparelho burocrático-administrativo castelhano, o qual esteve vigente até o retorno do local a domínio português, em abril de 1776. Sendo o Rio Grande de São Pedro deste período analisado pela historiografia pelo ponto de vista do conflito bélico luso-espanhol na região, sem perder de vista este contexto, este trabalho busca expor o modo que este governo espanhol esteve organizado no local durante este período. Para isto, considera-se o governo organizado no Rio Grande de São Pedro entre 1763 e 1776 como consequência das políticas gerais da coroa espanhola no Rio da Prata e, principalmente, se busca discutir o modo como sua estruturação esteve inserida na política de fronteiras coordenada por Buenos Aires nos anos imediatamente prévios à criação do vice-reino do Rio da Prata.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

A capitania da Bahia e a emergência das ideias liberais(Séculos XVIII-XIX): nas trilhas da crise do Antigo Sistema colonial

Avanete Pereira Sousa
Doutora, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
avanete@uol.com.br

A noção de crise do Antigo Sistema Colonial parte da premissa do esgotamento dos mecanismos que sustentavam as práticas mercantilistas, monopolistas e de dominação das metrópoles sobre amplo território colonial conquistado e explorado ao longo dos séculos XVI-XVIII. Os argumentos dessa tese são amplamente discutidos em obras de consagrados e reconhecidos autores. No que se refere à América portuguesa, apesar dos avanços de estudos monográficos e datados em conjunturas específicas, sobretudo no período que abrange o final do século XVIII e princípio do XIX, ainda permanece aberta a questão de se identificar e de se compreender o comportamento, as reações, a assimilação e a vivência dos diversos atores sociais presentes e atuantes nas instâncias de poder. Ou seja, a aproximação da análise histórica enfocando as atitudes, as expressões, as representações, os discursos e as práticas políticas podem revelar diferentes direções e modos de se pensar e se refletir sobre a crise do Antigo Sistema Colonial, por exemplo: Qual o grau de recepção, entre a elite local, dos ideários liberais que apregoavam, dentre outras coisas, a não regulamentação econômica? Lançar luzes sobre essas questões tomando como referência as relações sociais políticas e econômicas implícitas à capitania da Bahia, sobretudo à cidade de Salvador é, pois, o objetivo desta comunicação.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Nem tudo vinha pelo mar: a importância das tartarugas na rede de abastecimento portuguesa, do interior da Amazônia a Belém do Pará (séc. XVII-XVIII)

Mariana A. Boscariol
Doutora, Investigadora no CHAM – Centro de Humanidades, NOVA FCSH-UAc
marianaboscariol@fcsh.unl.pt

Tanto pelas dificuldades de acesso como pela posição periférica em relação a Salvador e Lisboa, os portugueses enfrentaram grandes dificuldades na manutenção da sua presença na região Amazônica. Desse modo, com escassos suprimentos vindos da Europa e pouca ou nenhuma indústria local, para além de culturas nativas, o consumo de animais aquáticos se tornou uma das principais fontes de subsistência dos europeus na Amazônia no período moderno. Dentre as diferentes espécies de animais que eram consumidas nessa região, uma das mais importantes eram as tartarugas. Além de servirem como alimento, também eram delas extraídas gorduras amplamente utilizadas na iluminação. Considerando o seu grande valor, o controle e acesso às tartarugas eram, assim, considerados não só estratégicos como imperativos. A importância do consumo destes animais era ainda mais visível em zonas mais afastas dos principais portos da costa, onde os europeus estavam mais isolados e em menor número, e onde dependiam inteiramente do conhecimento, experiência e força indígenas para sobreviver. Do interior, considerando a sua abundância e a menor presença de europeus, muitos desses animais eram encaminhados para abastecer Belém e outros núcleos de concentração de portugueses. A partir dessa questão, busco analisar a evolução do consumo, exploração e circulação de tartarugas do interior da Amazônia a Belém. Tendo como enfoque o Rio Negro, uma região de disputas fronteiriças com espanhóis e grupos indígenas

resistentes, as fontes a serem analisadas encontram-se disponíveis no Projeto Resgate Barão de Rio Branco (Rio Negro - Amazonas). A concepção das tartarugas como um recurso entrava em conflito com a visão de mundo dos indígenas e a sua relação com a natureza, resultando num choque entre a procura e forma como eram exploradas pelos europeus e as práticas de pesca e consumo locais. Com enfoque na História Ambiental e Econômica, esse estudo pretende contribuir para diversificar o nosso conhecimento sobre a interação e intercâmbio dos europeus com as populações indígenas do Brasil no período moderno e entender melhor a relação homem-natureza e a relevância dos recursos naturais na região dentro desse contexto; bem como identificar aspectos sobre como a presença europeia interferiu nas dinâmicas e práticas locais, bem como o contrário.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

A REORGANIZAÇÃO TERRITORIAL E ECONÔMICA DE SERGIPE DEL REY SOB O GOVERNO DA DINASTIA DE BRAGANÇA (SÉCULOS XVII E XVIII)

Luís Siqueira
Doutor, Prefeitura Municpal de Aracaju/Itaporanga D'Ajuda
siqueira_luis@hotmail.com

Esta comunicação, resultante da pesquisa para tese de doutorado, objetiva evidenciar informações e dados que divergem com os apresentados pela historiografia tradicional sergipana acerca do passado local, no período que compreende a segunda metade do século XVII e a primeira do seguinte. Condições como subordinação de Sergipe del Rey às elites econômicas e políticas da capitania da Bahia, desorganização administrativa, falta de leis regulamentando as relações econômicas, administrativas, sociais e militares apresentados e conformados pelos historiadores sergipanos, não aparecem na documentação pesquisada. Utilizando-se do referencial apresentado por Fernando Antônio Novais e baseando-se em documentos provenientes de arquivos portugueses e brasileiros, a pesquisa evidenciou que após a reconquista da colônia brasileira capitaneada pela dinastia de Bragança, a partir de 1648, houve um plano de restruturação do território sergipano no qual este passou a estar vinculado ao Estado do Brasil de modo singular. Nessa perspectiva, os governantes portugueses admitiram Sergipe del Rey como capitania real e estabeleceram um plano estratégico para impulsionar a busca por metais precisos, dinamizar as relações comerciais entre capitanias vizinhas e demais da colônia brasileira. Como resultado, pode-se comprovar que o plano estabelecido pela Coroa portuguesa com a inclusão da capitania sergipana

teve como objetivo maior estabelecer as bases da colonização e garantir sucesso na exploração colonial.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Poder e conhecimento na fronteira: uma análise da trajetória governativa e produção cartográfica de José Custódio de Sá e Faria no Rio Grande de São Pedro (segunda metade do século XVIII)

Mariana Pereira Gama
Mestranda, UFRGS
mpr.gama@gmail.com

Partindo dos pressupostos da categoria de monarquia pluricontinental, este trabalho propõe-se a observar a prática governativa de José Custódio de Sá e Faria, um engenheiro militar, na capitania subordinada do Rio Grande de São Pedro durante a segunda metade do século XVIII. Levando em conta o caráter relacional entre poder e conhecimento, associação pela qual "os 'indivíduos' se transformam em 'centros de produção e transmissão' tanto de poder, quanto de saberes, de conhecimento" (GOUVÊA et al., 2004), bem como o papel mediador que os governadores poderiam assumir na apropriação de diferentes concepções territoriais, objetiva-se tratar dos critérios de nomeação do governante subalterno, dos instrumentos normativos que orientavam a governação e das técnicas administrativas e de transferência de conhecimento postas em prática por Sá e Faria, a fim de analisar as intersecções entre a atuação administrativa e técnica em um território de fronteira. Nesse sentido, a partir da documentação administrativa e da produção cartográfica do governador, considerando a comunicação como um elemento central para a integração imperial e para a gestão territorial, busca-se compreender em que medida a habilidade cartográfica e o engajamento com o conhecimento geográfico durante a ocupação do cargo contribuíram para a elaboração de uma "cultura visual institucional" (MOURA, 2021) – política

mobilizada pelas instituições metropolitanas durante o século XVIII visando o reconhecimento e apropriação dos sertões e territórios fronteiriços.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Trajetórias administrativas dos vice-reis do Estado do Brasil sediados no Rio de Janeiro (1778-1801)

Mônica da Silva Ribeiro
Doutora, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ
monicaribeiro81@gmail.com

O presente trabalho tem como intuito analisar as trajetórias administrativas de dois vice-reis do Estado do Brasil sediados no Rio de Janeiro (1778-1801), buscando, nesse contexto, perceber a importância da capitania fluminense, por meio de uma análise de seu desenvolvimento socioeconômico e das mudanças político-administrativas sofridas pela cidade, uma vez que essa área havia se tornado um local estratégico fundamental para a concretização dos objetivos da Coroa portuguesa no Atlântico Sul, especialmente com a transferência da capital da Bahia para o Rio de Janeiro (que ocorreu no ano de 1763). A partir das transformações implementadas na administração do Estado do Brasil durante esse período, podemos também notar e analisar as mudanças ocorridas no Império luso de uma forma mais alargada.

Nessa perspectiva, os vice-reis a serem analisados são: Luís de Vasconcelos e Sousa, Conde de Figueiró (1778-1790), e José Luís de Castro, Conde de Resende (1790-1801). A escolha por essas duas gestões se deu pelo fato de que ocorreram majoritariamente ainda no século XVIII (o governo do Conde de Resende se encerra em outubro de 1801), durante o início do reinado de D. Maria I (1777-1816), período marcado pela chamada Viradeira, com a demissão e o exílio do Marquês de Pombal, e a posterior elevação de novos secretários de Estado.

O recorte temporal foi definido a partir de transformações fundamentais que ocorreram no Império português e no Estado do Brasil. O marco inicial é o ano de 1778, ano que se inaugura a administração de Luís de Vasconcelos e Sousa, primeiro vice-reinado depois da ascensão de D. Maria I. Essa gestão também foi a primeira a começar após a extinção do Estado do Grão-Pará e Rio Negro e do Estado do Maranhão e Piauí, e sua incorporação ao Estado do Brasil (1775).

O marco final é 1801, por ter sido o ano em que se encerra o vice-reinado de José Luís de Castro, e também quando se inicia o século XIX. Vale destacar também que, a partir de 1799, D. João se tornou oficialmente regente do reino, em decorrência da doença de sua mãe, D. Maria I.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Levantes e Deserções militares na Amazônia Pombalina: Poder, Sociedade e Tropas Militares na Capitania de São José do Rio Negro (1750-1780)

Rafael Ale Rocha
Doutor, Universidade Federal do Amazonas
rafaelalerocha@ufam.edu.br

Com esta comunicação pretendemos analisar os levantes e as deserções organizadas pelos praças da tropa paga (tropa de 1ª linha ou tropa regular) da capitania de São José do Rio Negro entre os anos de 1757 e 1780. A escolha da baliza cronológica envolve a primeira grande deserção praticada pelos soldados, em 1757, e o início da preparação das expedições demarcatórias de limites, ocorrida a partir da década de 1780, que reuniram as Partidas ou Comissões de Portugal e Espanha para definir os limites dos dois impérios coloniais na Amazônia. A criação da capitania de São José do Rio Negro, pela Carta Régia de 3 de Março de 1755, relacionava-se às reformas adotadas pela administração pombalina ao Estado do Grão-Pará e Maranhão que visavam, dentre outras questões, garantir a execução do Tratado de Madri, assinado pelas duas Coroas ibéricas em 1750 Essas reformas envolviam, o incentivo aos casamentos entre indígenas e portugueses, a liberdade dos índios, a retirada do poder missionários sobre os aldeamentos, a elevação destes em vilas, a criação de uma companhia de comércio e, dentre outras, o conhecido Diretório dos Índios. Com a revogação do Tratado de Madri, em 1761, e a promulgação do Tratado de Santo Ildefonso, em 1777, as expedições demarcatórias envolvendo as duas partidas iniciaram na década de 1780. Tendo e mente este contexto de indefinição de fronteiras imperiais, e com base em documentação publicada e manuscrita (depositada no Arquivo Histórico Ultramarino), pretendemos

entender a formação da tropa regular na capitania do Rio Negro, as motivações e as estratégias adotadas pelos soldados da tropa regular. Uma pesquisa preliminar indica que esses movimentos, semelhantes em alguns pontos com as motivações dos levantes e deserções ocorridos em regiões fronteiriças como no sul do Brasil, diferiam das demais capitanias do Estado (especialmente do Pará) – marcadas pela busca de reorganização familiar –, pois visavam, não raro, uma rebelião seguida de fuga aparentemente (no plano do discurso) irreversível às fronteiras espanholas.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

O cargo de governador-geral do Estado do Brasil no período da união de coroas (1580-1640)

Sergio Moreta Pedraz
Doutorando, Universidad de Salamanca
sergiomoreta@usal.es

No trabalho seguinte tentaremos realizar um projecto original e inovador que tentará investigar o papel dos governadores na América portuguesa (Brasil) na altura em que pertencia à Monarquia Hispânica (1580-1640). Será feita uma tentativa de analisar a importância destes governadores gerais de um ponto de vista pessoal, político e social e a sua circulação no espaço atlântico ocupado, ou seja, entre a Península Ibérica e a América Portuguesa. Por outro lado, estudaremos as repercussões que estes governadores tiveram no desenvolvimento político que se verificou no território durante o período da monarquia hispânica em todas as suas facetas: Finanças, Justiça e Guerra.

É importante investigar o papel desempenhado neste processo pela principal figura política enviada para a América portuguesa para governar o território. O cargo de governador-geral foi fundamental, pois foi ele o elo de ligação entre Madrid/Lisboa e os territórios coloniais, uma vez que foi ele o responsável pela combinação das orientações políticas e estratégias militares que emanavam do centro político, bem como pela direcção, qualificação e mesmo o envolvimento no projecto reformista que estava a ser tentado. Estamos, portanto, a falar do principal agente imperial da Monarquia na América portuguesa.

Queremos saber que influência tiveram sobre o desenvolvimento político que teve lugar no território colonial nesse período. Vamos investigar qual foi o papel dos governadores neste desenvolvimento, seguindo as trajectórias políticas destes personagens e investigando as acções destes povos na implementação das reformas políticas que se tentaram implementar no Brasil.

Em suma, procuraremos identificar o papel desta figura política no seio de uma rede burocrática que estava a sofrer extensas mudanças neste período.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

As viagens de correição e a manutenção dos territórios coloniais portugueses no período do Diretório Pombalino na Comarca do Pará

Stephanie Lopes do Vale
Doutoranda, Universidade Federal do Pará e SEDUC-AM
stephanielopes.989@gmail.com

A configuração de um império pluricontinental português, no decorrer da Época Moderna, guarda a existência de territórios de poder negociados, assim como instrumentos de controle e de vigilância, dos povos colonizados através de agentes coloniais que exerceram formas de mando nos variados níveis de autoridade e status político-econômico. No cotidiano da atuação de governadores, ouvidores, provedores e demais agentes que, estabelecendo-se nas capitanias, conviviam com elites locais e com a população vitimada pelas muitas formas de exploração. A Justiça Régia, numa sociedade de Antigo Regime, cumpria o papel de continuidade e de manutenção das relações estabelecidas, reconduzindo, dessa forma, as partes conflitantes para serem uma sociedade naturalmente desigual. A Ouvidoria do Pará se defrontava com aspectos sociais conflitantes das elites locais, dos religiosos de várias ordens, da diocese e das populações de etnias indígenas distintas, além de mestiços e indígenas cristianizados com largo contato com os portugueses, em meio às mudanças em implementação das Leis de Liberdade, do Diretórios dos Índios e do Tratado de Madri da segunda metade do século XVIII. A presença de magistrados do rei na Comarca do Pará era parte da governabilidade portuguesa, e os cargos da Justiça do Rei eram fundamentais à demarcação da presença da Coroa portuguesa em seus territórios. As práticas dos bacharéis do rei eram importantes aspectos da implementação e do exercício da Justiça

régia como espaço para a negociação da constituição do caráter pluricontinental do império ultramarino lusitano. Ouvidores deveriam percorrer o espaço da Comarca estabelecendo e vistoriando vilas, além de assegurarem a permanência de um dos símbolos da Coroa: a Câmara. Olhos e ouvidos do rei, Ouvidores Gerais, nas viagens de correição pelos rios da Amazônia, instruíram povos habitantes da vilas "recém criadas", avaliaram as atuações de Diretores e exprimiram opiniões sobre os sacerdotes dessas localidades. Nesse sentido, destacam-se as ponderações sobre o que era considerado o bom exercício, e como o trato desses atores sociais com os povos indígenas aparece nas documentações produzidas por esses magistrados do rei. A manutenção desse espaço como território português passava pela permanência desses indígenas tutelados, e sua insatisfação passou a ser observado por bacharéis formados em Direito na Universidade de Coimbra. Com efeito, notamos que os agentes da colonização não passam incólumes às experiências vividas nas colônias, e suas ponderações não estavam endurecidas pelas normativas da formação universitária e os manuais do direito. Investigar as dimensões conjunturais da implementação da Justiça destaca as nuanses dessa convivência colonial nas trajetórias das autoridades coloniais.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

SERTÃO DO MACACU: UM "SERTÃO ATLÂNTICO" NA CAPITANIA DO RIO DE JANEIRO – SÉCULO XVIII

Vinicius Maia Cardoso
Doutor, UNIVERSO
maia-vinicius@hotmail.com

A presente proposta de comunicação, se origina em minha tese de doutoramento intitulada, "Pouco conhecido, montuoso e emboscado": poder e economia no Sertão do Macacu - 1786 a 1790" e tem por objetivo apresentar dinâmicas presentes nos processos de conquista e ocupação desse Sertão, área de exploração aurífera tardia na capitania do Rio de Janeiro no século XVIII. Serão enfocadas relações sociais, políticas e inserções na economia, num conjunto de relações construídas a partir da apropriação dos conceitos de Império atlântico luso, monarquia pluricontinental e "sertão atlântico." Esse contexto de conquista e ocupação será abordado a partir da configuração de uma periodização em duas fases: a primeira, de 1763 a 1778, quando o Sertão do Macacu foi visto como "área proibida" e buscado seu "esvaziamento"e, já numa segunda fase, de 1779 a 1790, durante a gestão do vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa, quando esse Sertão foi objeto de uma nova política, com sua caracterização como espaço viável à sua ocupação, esta devidamente controlada pelo Estado. O principal conjunto de fontes que sustenta a proposta trata-se da "Correspondência e documentos relativos às novas minas de Macacu" (1786 a 1790), pertencente à Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. As fontes apresentam vários aspectos do cotidiano do Sertão do Macacu, onde se evidenciam relações sociais vividas por diferentes agentes: autoridades civis e militares envolvidas na ocupação, tropeiros, indígenas remeiros indígenas, negros

escravizados e tantos outros. Também se apresentam movimentos de entrada de gêneros adquiridos para a ocupação, relações com redes de abastecimento (gado, produtos agrícolas, ferramentas e utensílios), perfazendo um conjunto de atividades econômicas em seu interior, as quais se deram através de necessário uso de redes fluviais entendidas na pesquisa enquanto linhas de conexão e integração ao império atlântico português, conformando a proposição da conceituação de "sertão atlântico" para o Sertão do Macacu.

IX Encontro Internacional de História Colonial

EIHC

DIMENSÕES GLOBAIS E LOCAIS DOS IMPÉRIOS COLONIAIS: REDES, CIRCULAÇÃO E DINÂMICAS (SÉCULOS XV-XIX)

Índios, africanos e mestiçados na Ibero-América: dinâmicas de mestiçagens, mobilidades e protagonismos (séc. XVI-XIX)

24

David Barbuda (UFMG) &
Moisés Peixoto (UFRRJ)

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Santos Pardos na Ibero-América: as hagiografias de San Martín de Porres e São Gonçalo Garcia (Séc. XVII e XVIII)

Anderson José Machado de Oliveira
Doutor, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
anderson.oliveira@unirio.br

A comunicação tem como propósito refletir sobre duas narrativas hagiográficas produzidas entre o último quartel do século XVII e primeira metade do século XVIII, respectivamente nas cidades de Lima e do Recife por dois religiosos mendicantes - Frei Bernardo do Medina, da Ordem de São Domingos, e Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, da Ordem de São Francisco. O objeto da reflexão é o discurso hagiográfico como meio de intervenção social, produzindo e reforçando a construção de termos classificatórios relacionados aos processos de mestiçagens na Ibero-América. Intenciona-se compreender como a missionação católica nas Américas, embora atuando em contextos diversos, esteve conectada na construção de um discurso de naturalização da diferença, produzindo e recriando hierarquias sociais.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

(Re)visitando as dinâmicas da escravidão, do pequeno comércio e das mestiçagens em Vila Rica (primeira metade do século XVIII)

Antônio Gabriel Ferreira e Barros
Mestrando, Universidade Federal de Minas Gerais
antoniogfbarros@hotmail.com

Desde que os grandes modelos explicativos da história do Brasil começaram a ser colocados em cheque a partir da segunda metade do século XX, o pequeno comércio vem sendo alvo de estudos historiográficos, sobretudo, a partir dos anos 1980. Enquanto objeto, muitos estudos investigaram as tradicionais "negras de tabuleiro" e suas formas de ação e resistência à colonização. Essas pesquisas foram importantes para que a História voltasse a atenção à importância da produção para abastecimento interno nas Minas, mas, principalmente, dos aspectos da mobilidade, das agências e da notoriedade de escravas e forras na sociedade mineira setecentista. Apesar de ser um campo explorado sob diferentes perspectivas, o estudo do pequeno comércio parece não ter sido esgotado, quando feita uma revisão documental e metodológica sobre a historiografia que se debruçou sobre o tema. Nesse sentido, na presente comunicação pretende-se fazer uma discussão a partir de uma pesquisa, em desenvolvimento, sobre as dinâmicas do pequeno comércio de alimentos e bebidas nos espaços de mineração em Vila Rica, na primeira metade do século XVIII. O esforço parte da intenção de analisar a documentação que outrora fora lida a partir das perspectivas de raça, classe e cor, em detrimento de categorias que eram empregadas com maior frequência no mundo ibero-americano. Em contraposição, no exame das fontes, propõe-se utilizar das categorias históricas de qualidades, nações e condições jurídicas. Além disso, pretende-se fazer

uma releitura com novas perguntas à documentação, a partir dos conceitos de universo cultural, dos espaços públicos de sociabilidades e das dinâmicas de mestiçagens. Portanto, busca-se compreender para além das práticas e formas de combate, a complexidade das relações de escravistas, redes de sociabilidades e misturas, biológicas e culturais, em torno do dinâmico pequeno comércio nas áreas de mineração.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Irmandade do Rosário no Serro do Frio (Minas Gerais, século XVIII): devoção, dinâmicas de mestiçagens e mobilidade social

Ariel Lucas Silva
Doutorando, Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
silva.ariellucas@gmail.com

Bem no início do século XVIII, já se formava um povoado estrategicamente localizado no caminho que ligava a nova área mineradora à Salvador. A Vila do Príncipe do Serro do Frio nasceu no cerne de um processo que se constituía de dinâmicas internas e globais já muito bem articuladas. Desde o começo, a população local era biológica e culturalmente diversa. Ali, mobilidade e mestiçagens se associavam intimamente com escravidão, alforrias, dinamismo econômico, cultural e político. Em paralelo a um vigoroso regime de escravidão, muito precocemente instalado na região, as alforrias geraram grupos de libertos e de descendentes livres, que desempenharam papel primordial na constituição daquele universo cultural, mantendo tradições e conhecimentos antigos, operando adaptações e fusões, produzindo o "novo", em dimensões históricas. A organização de irmandades religiosas foi uma das maneiras de desempenhar este papel e possibilitar seus protagonismos. Uma das primeiras irmandades organizadas no Serro foi a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, antes de 1716. Enquanto as outras só admitiam "particulares estado de pessoas", as irmandades do Rosário recebiam "todos os estados & condições de pessoas, homés, molheres, grãdes, pequenos, pobres, ricos, velhos, moços, livres, escravos, eclesiásticos e seculares, e tambem os defuntos". Composta por gente "de qualquer qualidade", a Irmandade do Rosário do Serro admitia livres, escravos ou libertos, desde que pudessem

“dar suas esmollas a tempo satisfatorio” e fossem as mulheres “honestas, e os homens de bom procedimento, e bom trato”. O objetivo desta comunicação é analisar como os irmãos do Rosário da Vila do Príncipe experimentaram mobilidade social e transitaram por mundos distintos, em torno dessa associação, se articulando e se impondo historicamente. A documentação produzida pela Irmandade, associada aos registros de batismos e óbitos de cativos e forros da Vila, demonstra que as relações entre os diferentes se apresentam muito mais complexas e interessantes quando nos distanciamos das polarizações senhor x escravo, branco x preto, puro x mestiço. Procissões, festas, enterros e outras atividades levadas pelos irmãos acabaram envolvendo muito mais pessoas. Além do que, a integração nos quadros da vida associativa acompanhava a transição para a liberdade e colocava os irmãos do Rosário escravos em uma situação privilegiada para negociação junto aos seus senhores e mesmo no trato social. Palavras-chave: Irmandade do Rosário; Devoção; Dinâmicas de mestiçagens; Mobilidade social.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

evisitando a fronteira sul: os regimes de territorialidade indígenas

Clara Correia Lima Felix
Mestranda, PPGH UFRGS
clarafelix84@gmail.com

O objetivo deste trabalho é discutir o conceito de regimes territoriais que perpassam a ocupação indígena guarani-missioneira no contexto das definições de fronteira na segunda metade do século XVIII. Portanto o recorte temporal do trabalho tem três definidores importantes:o Tratado de Madri, de 1750, o Tratado de Santo Ildefonso de 1777 e a criação do vice-reinado do Rio da Prata, em 1776. Partir-se-á do princípio de que a fronteira na região é multifacetada, isto é, ao invés de partir de uma divisão rígida entre impérios e ocupações indígenas, partiremos do pressuposto de que a fronteira é um espaço dinâmico de interações. Assim, para além de instituir a partilha de território entre portugueses, espanhóis e guaranis missioneiros, trataremos de repensar a fronteira em termos das múltiplas territorialidades indígenas na região. Para tanto, deve-se levar em conta não só os agrupamentos guaranis em sistema de reduções, mas também as outras formas de ocupação do espaço por grupos não reduzidos. Esses modos de pensar o território na região partirão da análise das interações entre guaranis-missioneiros, os povos não reduzidos e os europeus, tendo os guarani na centralidade da investigação, considerando seu pon to de vista para pensar a ocupação e circulação no espaço fronteiriço. Nesse contexto, buscaremos pensar a ideia de fronteira: uma a partir da fronteira geográfica e outra numa ideia de alteridade - a fronteira entre o eu e o outro. A partir do estabelecimento dessa ideia polissêmica de fronteira, nossa proposta é reformular a questão da alteridade em termos étnicos e territoriais.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Religiosidades mestiças: práticas e rituais afro-indígenas nos sertões da América portuguesa (século XVIII).

David Barbuda
Doutor, UFMG
barbuda.david@gmail.com

A presente comunicação visa analisar a trajetória do profeta itinerante João José de Deus, preso e enviado aos cárceres do Santo Ofício, em Lisboa, para ser julgado pela inquisição por práticas religiosas contrárias à fé católica. Acusado de diversos crimes como blasfêmia e heresia, João de Deus pregava um catolicismo mestiço que unia elementos culturais afro-indígenas, sendo aceito e propagado pelas massas, consolidando-o como uma figura de destaque nos sertões das capitanias de Minas Gerais, Bahia e Sergipe del-Rey. A trajetória do profeta João de Deus, em conjunto com outros casos semelhantes, descortina muito as relações estabelecidas entre índios, negros e mestiçados nos recônditos da América Portuguesa. Possibilita, ainda, a compreensão do universo cultural em que esses agentes estavam inseridos, além das múltiplas trocas de experiência entre eles.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Famílias mestiçadas em contextos escravistas. Perspectivas comparativas entre a Península Ibérica dos séculos XVI-XVII e as Minas Gerais do século XVIII

Eduardo Corona Pérez
Doutor, Universidad de Sevilla
ecorona@us.es

Neste trabalho propõe-se um estudo comparado em torno da constituição e composição das famílias mestiçadas na Península Ibérica dos séculos XVI-XVII e nas Minas Gerais do século XVIII. O andaime metodológico e conceitual é construído sobre três pilares. O primeiro deles fundamenta-se na compreensão das dinâmicas de mestiçagens como processos complexos e multifatoriais de misturas biológicas e culturais, e não apenas como produtos resultantes da desigualdade e da dependência jurídica. Em segundo lugar, na ampliação do conceito de família, geralmente reduzido ao modelo tridentino, que tem ocultado outras formas de organização familiar. E, finalmente, no paradigma epistemológico da história comparada. A relação de dois espaços tão distantes, aliás, em duas temporalidades distintas, mas constituídos como duas das mais importantes áreas urbanas e escravistas de seus respectivos tempos, permite a aproximação ao desenvolvimento das dinâmicas de mestiçagens e sua influência nos processos de formação de famílias mestiçadas em contextos marcados pela escravidão. Porque essas, apesar das especificidades locais ou regionais, foram enquadradas em processos globais. A análise da documentação cartorial e eclesiástica de ambos os espaços permite reconstruir histórias individuais e familiares. Dessa forma, é possível perceber o papel que as dinâmicas de mestiçagens desenvolveram em diferentes espaços de sociabilidade - tráficos e mercados de escravos, moradias e espaços públicos - e as relações neles

produzidos entre escravos e forros de diversas origens, seus senhores e o restante da sociedade na conformação dessas famílias.

- FONSECA, Jorge (2010). Escravos e Senhoras na Lisboa Quinhentista. Lisboa: Edições Colibrí.

- PAIVA, Eduardo França (2022). "Por meu trabalho, serviço e indústria". Histórias de africanos, crioulos e mestiçados nas Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte: Autêntica.

- PAIVA, Eduardo França (2015). Dar nome ao novo. Uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho). Belo Horizonte: Autêntica.

- PÉREZ GARCÍA, Rafael M. (2018). "Esclavitud y dinámicas de mestizajes en Andalucía occidental. Siglos XV-XVII", in R. M. Pérez García, M. F. Fernández Chaves y J. L. Belmonte Postigo (coords.): Los negocios de la esclavitud. Tratantes y mercados de esclavos en el Atlántico Ibérico, siglos XV-XVIII. Sevilla: Editorial Universidad de Sevilla, 237-262.

- PÉREZ GARCÍA, Rafael M., FERNÁNDEZ CHAVES, Manuel F., & PAIVA, Eduardo F.: Tratas, esclavitudes y mestizajes. Una historia conectada, siglos XV-XVIII, Sevilla: Editorial Universidad de Sevilla.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Discutindo as mestiçagens nas Minas Gerais do século XVIII por meio dos registros de coartação e de alforria

Eduardo França Paiva
Doutor, Universidade Federal de Minas Gerais
ef.paiva@uol.com.br

Os registros de coartação e de alforria, inscritos em documentos nomeados como "cartas", "escrituras" ou "papéis", são fontes importantíssimas dos processos de libertação de escravos. Em áreas mais urbanizadas, como as Minas Gerais do Setecentos, essas tipologias foram muito acionadas e estiveram intimamente relacionadas com a constituição de enorme população liberta, que quase sempre pagou pela mudança de condição jurídica, seja de uma só vez ou em parcelas negociadas, como no caso das coartações. Muitos desses forros e, principalmente, forras – pois elas formaram a maioria – eram mestiçados, isto é, pessoas identificadas ou que se identificavam com "qualidades" como mestiço, pardo, mulato e cabra. Mas, para além dos aspectos demográfico e de origem dessas gentes, o que esses documentos guardam sem, contudo, explicitarem, é que sua existência em número relevante esteve diretamente relacionada às dinâmicas de mestiçagens. Elas foram imprescindíveis para a conformação daquela sociedade escravista e mestiçada, para a formação de núcleos familiares formais e matrifocais entre escravos e também entre forros e não brancos nascidos livres, para a participação deles na forte economia regional, a partir do que conseguiram pagar suas alforrias. Além disto, elas fomentaram a mobilidade social, a ascensão socioeconômica dessa gente, a integração de significativa parte dela às camadas médias urbanas, possibilitando a consolidação e a diversificação de suas manifestações culturais e, ainda,

permitindo que muitos ex-escravos se transformassem em senhores e senhoras, que, muitas vezes, repetiram as próprias trajetórias e libertaram seus cativos. Os registros de coartação e de alforria, sobretudo quando associados a outros como testamentos e inventários post-mortem, acabam "revelando" estes aspectos. Todo esse conjunto diversificado de fontes possui extrema relevância. No passado, garantiu liberdade a muitos antigos escravos e a seus descendentes. No presente, permite ao historiador compreender a complexidade histórica que o produziu e o dotou de sentido.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Tráfico e batismos de Africanos adultos no sertão do São Francisco e Rio de Contas (1721-1746)

Gabriela Amorim Nogueira Silva
Doutoranda, Universidade Federal da Bahia
gabriela.silva@enova.educacao.ba.gov.br

A presença de africanos adultos batizados na Freguesia de Santo Antônio do Urubu e Rio de Contas é reveladora das conexões atlânticas que envolveram não apenas as margens, mas também o interior, os sertões territoriais. Àquela altura, início do século XVIII, com as descobertas das minas de ouro, o processo de povoamento e interiorização da América portuguesa intensificou-se. O presente texto analisou registros paroquiais de batizados de africanos adultos, realizados na Freguesia de Santo Antônio do Urubu e Rio de Contas, no período de 1721 a 1746. O cruzamento dessas informações as dos inventários e passaportes, que registraram senhores e africanos escravizados, ampliou a compreensão sobre dinâmicas globais do tráfico mercantil que conectou os sertões da América portuguesa aos portos comerciais da Bahia e da África, identificando africanos de diversas origens étnicas e culturais e os seus senhores escravistas no movimento que conectou a África com os sertões do São Francisco e Rio de Contas, circuito do tráfico atlântico que se estendeu aos currais de gado, fazendas e minas dos sertões.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

A ideologia da mestiçagem no Chile no século XIX

Horacio Gutiérrez
Doutor, Universidade de São Paulo - Departamento de História
horaciog@usp.br

O pensamento racial chileno criou tipos nacionais mestiços representativos da chilenidade nos séculos XIX e XX. Os mais conhecidos são o roto, de origem urbana, e o huaso, de origem rural, ambos nascidos do contato entre espanhóis e indígenas. O presente trabalho reconstrói a trajetória do huaso no ensaio do século XIX, e seu embate simbólico com o roto, até o primeiro ser transformado em emblema nacional chileno no século seguinte. A figura do huaso foi analisada por diversos autores de renome como Jotabeche e Zorobabel Rodríguez, desenvolvendo interpretações sobre seu caráter e miscigenação. Os ensaístas também permitem analisar diversas categorias de raça, gênero e classe social que estão presentes em seus ensaios e que estariam na base da construção posterior da identidade chilena.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Senhoras mestiças descendentes de forros. O que nos dizem as fontes cartoriais sobre as mestiçagens. Século XVIII e XIX.

Isnara Pereira Ivo
Doutora, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
naraivo@gmail.com

As fontes cartoriais, especialmente aquelas que compõem o Tabelionato de Notas, tais como cartas de alforrias, procurações, escrituras, testamentos, inventários, registros de compra e venda de terras e de escravos, são registros valiosos para compreensão das formas de ser e de viver. Nos interiores da Capitania da Bahia, as trajetórias de mobilidade social daqueles oriundos do mundo da escravidão permitem conhecer outras formas de resistência para além das rebeliões, fugas e violências. As conformações sociais, que emergem da documentação, nos revelam ações e dinâmicas, por vezes, muito distantes, do que pode ser compreendido sob uma perspectiva reducionista. Dinâmicas sociais, marcadas por relações de estima, consideração, confiança, gratidão e amizade, inserem-se nas tramas cotidianas tecidas pelos que representam o mundo dos senhores e dos escravos. Concubinatos, casamentos, comércio ambulante e outras ações foram algumas das alternativas de mobilidade social para essas partes dos interiores do Brasil. O investimento do pecúlio das(os) forras(os) em escravos compõe um conjunto de ações relacionadas aos degraus íngremes a serem percorridos, durante toda uma vida, com vistas à ampliação da sua liberdade, dos seus familiares e à afirmação da condição de não escravo pela demonstração de posses e poder. A partir das trajetórias das mestiças Josepha Gonçalves da Costa e Faustina Gonçalves da Costa, filha e neta de preta forra, respectivamente, analisa-se como a formação das famílias mestiças dos sertões

ampliaram suas estratégias de mobilidades sociais. Aumento do poder econômico, dilatação dos mecanismos de estima e respeito, reconhecimento político mediante ocupações dos postos da administração pública local, foram, ao longo do tempo, partes dos estratagemas aplicados para obtenção de privilégios e riquezas.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

SEMICABOCLOS: PISTAS SOBRE O LÉXICO DAS MESTIÇAGENS NA CAPITANIA DE GOIÁS.

Jason Hugo de Paula
Doutor, Instituto Federal de Goias
jason.paula@ifg.edu.br

O léxico das mestiçagens teve emprego vasto e dinâmico na Capitania de Goiás, pois, sempre que se recorre à fontes inéditas ou mesmo às já conhecidas, indícios das variadas formas utilizadas no passado para a classificação e hierarquização da população são encontrados. Nas fontes eclesiásticas, por exemplo, os momentos de recebimento dos sacramentos (batismo, casamento etc.) dos fieis eram registrados em livros especificamente dedicados àquela finalidade e, já há algum tempo, esses códices pertencentes aos arquivos de igrejas vem sendo utilizados por vários especialistas interessados tanto no estudo da composição/construção daquela sociedade pretérita quanto no estudo linguístico ou do emprego de determinados termos presentes nessa documentação. A utilização do trabalho escravo (africano, indígena, mestiço) e a mineração influenciaram na diversidade populacional que transitou pela Capitania de Goiás nessa época, resultando apenas para a Freguesia de Santa Luzia, comarca de Vila Boa, em mais de uma dezena de vocábulos cuja finalidade era identificar e, quase que concomitantemente, atribuir àquelas pessoas uma "qualidade", "um lugar" naquele tecido social marcado por traços do Antigo Regime e pelas novas relações construídas. Dessa forma, com o objetivo de avançar no conhecimento do léxico das mestiçagens na América Portuguesa, proponho uma análise do vocábulo semicaboclo presente na documentação eclesiástica da Freguesia de Santa Luzia, buscando resgatar na construção

desse termo tanto o indício da mescla do índio com o branco quanto o de uma construção baseada em prováveis traços identitários e fisionômicos observados e registrados nos assentos pelo escriba (vigário) e/ou seus "informantes".

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

AS DINÂMICAS DE MESTIÇAGENS DO MUNDO DO TRABALHO NA CAPITANIA DO ESPÍRITO SANTO: O PAPEL SOCIAL DO ÍNDIO E DO MAMELUCO

Juliana Sabino Simonato
Doutora, Universidade Federal do Espírito Santo
juliana.simonato@ufes.br

A comunicação tem como objetivo discutir a condição (escravo, aldeado, forro ou livre) e a qualidade de indivíduos, índio e/ou mameluco, como um traço marcante da colonização na Capitania do Espírito Santo. Nesse sentido, procuramos demonstrar de que maneira a Capitania integrou-se à dinâmica social e econômica das terras ocupadas na conquista. Procuramos ratificar como as relações das dinâmicas internas de produção do açúcar estiveram associadas ao comércio de escravos intercapitanias e, concomitantemente, ao sistema econômico mercantil moderno. Dessa forma, fizemos uso das concepções de economia-mundo, empregadas nas análises dos historiadores Wallerstein (1979) e Gruzinski (2014), que escreveram, em diferentes momentos, influenciados por correntes historiográficas distintas.

A proposta desta comunicação, pois, é pensar como a Capitania do Espírito Santo inseriu-se no contexto global, descrito pelos dois historiadores acima mencionados, refletindo sobre as dinâmicas desse processo da conquista e considerando as particularidades locais, no âmbito de um contexto macro. Ao mesmo tempo, sem nos atermos às delimitações territoriais que eram, naquela conjuntura, extremamente frágeis, fazemos algumas comparações com outras capitanias, ao pensarmos a fluidez

das fronteiras entre as donatarias e o funcionamento da dinâmica interna, como algo próprio do processo da conquista. Em virtude disso, nesta comunicação, propomos pensar e expor o papel que exerceu a escravidão e/ou o trabalho compulsório do índio e do mameluco, à luz da legislação da época, na Capitania do Espírito Santo, no contexto de atividades produtivas do universo colonial Ibero-americano em formação.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Feitiçaria, religiosidade e cotidiano social feminino em Minas Gerais (1713-1808) :diálogos possíveis

Letícia Maia Dias
Doutoranda, Universidade Federal de Minas Gerais
leticiamaiadias@hotmail.com

A feitiçaria configurava-se como um delito Mixti Fori, isto é, que transgredia a jurisdição civil, eclesiástica e inquisitorial. Nesse sentido, as mulheres acusadas de feitiçaria ocupavam um lugar duplamente marginal: por serem mulheres e por incorrerem num delito que subvertia concomitantemente a moral cristã e as normativas da ordem social, pois ao manifestarem tais práticas, demonstravam dominar não apenas os conhecimentos mágicos, mas as redes de estratégia, sociabilidade, resistência e poder que mobilizavam, ultrapassando as fronteiras de sua posição social. Posto isso, a pesquisa em questão tem como objeto central investigar as mulheres acusadas pelo Tribunal do Santo Ofício de desenvolver práticas mágicas ligadas à adivinhação, cura, proteção, sortilégios, pacto diabólico, e a esfera das afetividades. Assim, buscamos dar voz a personagens que durante muito tempo estiveram anônimas, mulheres reais, que ao serem denunciadas por feitiçaria, tiveram aspectos de suas vidas evidenciados. Ao considerarmos a feitiçaria como um fenômeno que adquiria os contornos específicos da sociedade na qual se apresentava, entendemos a incidência das mulheres neste delito um importante parâmetro de análise da religiosidade e do cotidiano sociocultural feminino entre 1713 e 1808 na capitania mineira. Nesse contexto, consideramos a feitiçaria feminina um fenômeno histórico construído social e culturalmente por mulheres que se relacionavam diretamente ao contexto da escravidão e das dinâmicas

de mestiçagens, visto que é expressivo o número de mulheres escravas e alforriadas mencionadas na documentação. Logo, essa pesquisa nos propicia acessar e interpretar alguns eventos das trajetórias individuais das mulheres acusadas por feitiçaria e, sobretudo, evidenciar ações,mentalidades,sentimentos,estratégias,comportamentos, hábitos, poderes e relações, que expressavam no cotidiano, mostrando que, apesar de serem individuais, tais trajetórias apresentavam similitudes partilhadas no coletivo. Portanto, buscamos compreender as singularidades da religiosidade e do cotidiano sociocultural feminino por meio das trajetórias das mulheres acusadas de feitiçaria em Minas Gerais, demonstrando que a sociedade colonial mineira do período mencionado, embora revelasse um espaço formal de vigilância e rigor patriarcal, por outro lado, perante particularidades relacionadas à escravidão, as dinâmicas de mestiçagens e a intensa circularidade cultural, oportunizaram as mulheres arquitetar, resistir, subverter e consolidar um cenário alternativo, no qual criaram e articularam relações de sociabilidade, religiosidade e poder próprias, manifestando sua agência histórica.

Palavras-chave: Mestiçagens, Feitiçaria, Religiosidade, Cotidiano Social-Feminino.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

"Mundos fragmentados" e memórias de vidas: os inventários post-mortem como fonte paras os estudos das sociedades mestiçadas e as dinâmicas de mestiçagens nos sertões do Brasil (séc. XVI – XIX)

Ocerlan Ferreira Santos
Doutorando, UESB/SEC-BA
2023m0026@uesb.edu.br

Os inventários post-mortem costumam ser classificados pela historiografia como fonte serial/quantitativa, como peça jurídica fria, na qual estão inscritos dados sobre objetos e coisas, bem como nomes dos agentes envolvidos: inventariado(a), inventariante, viúvo(a), herdeiros(as), tutores, advogados, órfãos, avaliadores, credores, devedores e, por vezes, os juízes, escrivães. Mas, os estudos têm demonstrado que "muito além da aparente frieza de seus números" (GUEDES e GODOY, 2016, p. 181), é possível chegar ao mais fundo, na fronteira entre o que é dito - memória oficial - e o "não-dito" - esquecimento deliberado-, desvelando assim os fragmentos da vida cotidiana, arquivos das memórias coletivas e registros das experiências humanas, sobretudo, quando se referem às gentes, consideradas pelos coevos, como de menor "qualidade". Nesse sentido, este estudo buscou refletir sobre o uso dos inventários post-mortem como fonte para o estudo sobre as sociedades mestiçadas e as dinâmicas de mestiçagens nos sertões do Brasil entre os séculos XVI e XIX. Para tal, tomou como base a perspectiva da história comparativa e conectada propostas por Sanjay (1997), Gruzinski (2014), Paiva (2015), dentre outros. Por meio de uma análise hermenêutica do corpus documental (fontes primárias e estudos que utilizaram inventários como "testemunho") evidenciou-se uma sociedade ao molde da congênere europeia, mas matizada pelos diferentes povos aqui

misturados conforme se percebeu na infinidade de termos e expressões usadas para se referir às gentes, a saber: carijós, negros, tapuias, negros da terra, caboclos, tapanhunos, índios forros, cabra, crioulo, pardo, entre outros. Vocabulário utilizado pelos coetâneos para identificar, classificava e hierarquizar indivíduos e grupos sociais objetivando limitar o acesso a lugares sociais de prestígios. Por meio da análise dos inventários e de dispositivos, comumente a ele anexado (termos de declarações, notificações, petições, procurações, certidões, mandados, precatórias e despachos), foi possível recompor e reconectar as memórias sobre os escravos e demais agentes históricos, seus valores morais e éticos; modo de vida; relações interpessoais e sociais, sexuais, de gênero, de parentesco e comerciais. Como também, arranjos famílias entre indivíduos de condições e "qualidades" diferentes; o imaginário mítico-religioso; a arte de cura; os modos de governar, de produzir, de trabalhar; formas de pensar e de sentir das multidões de agentes anônimos. Em suma, os inventários podem ser tomados com fontes com as quais é possível recompor e reconectar as experiências humanas, os arquivos da memória coletiva, que configuram imagens que são resultados e que articulam e conectam o locus e o Orbis dos períodos históricos em que foram produzidos.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Irmandades de negros em Pernambuco e Sevilha: Histórias Comparadas e Histórias Conectadas da escravidão negra no mundo Ibero-americano (séculos XIII-XVIII)

Petros José da Rocha Brandão
Doutorando, UFMG
petrosjbrandao@gmail.com

A presente comunicação consiste no esforço inicial para a realização de uma análise comparada e conectada da história da escravidão negra e das irmandades católicas no mundo Ibero-americano, partindo das localidades de Recife, principal povoação da Capitania de Pernambuco, e de Sevilha na região da Andaluzia no sul da Espanha. As irmandades comparadas são a de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Recife e de Los Angelos de Sevilha, mais conhecida como Confradia de los Negritos. A comparação consiste em ser duas agremiações religiosas que são dedicadas à população negra (livre, liberta ou escrava) e que existiram no mundo católico ibérico. Com influência da grande presença de africanos e de seus descendentes em ambas as cidades, e com um processo contínuo de incorporação dessas populações em devoções católicas, a comparação dessas duas instituições pode ajudar a compreender as dinâmicas escravistas e religiosas dessa população em duas importantes cidades portuárias do século XVIII. Desse modo, o presente trabalho consiste em um exercício inicial para a realização de comparações e de analises de conexões entre diferentes partes do mundo numa perspectiva de mundialização da escravidão e do catolicismo.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

O Liberto Antônio Africano e o resgate de seu filho Rogério da escravidão: estratégias e contradições no seio do escravismo

Ricardo Alexandre Santos de Sousa
Doutorando, Professor adjunto da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
ricardo.sousa@uesb.edu.br

No ano de 1856, na Imperial Villa da Victória, que deu origem à atual cidade de Vitória da Conquista no sudoeste baiano, um homem liberto conhecido como Antônio Africano recorria ao órfão José, filho de Luiz Fernandez com a proposta de resgatar seu filho Rogério de dez anos de idade que se encontrava em escravidão. Segundo a documentação o menino em questão era "criollo" do dito órfão José.

No resgate da criança o citado Antônio Africano oferecia 10 vacas e um menino de doze anos de idade, identificado com Themoteo africano que, certamente era seu escravo e passaria ao novo senhor que assim deveria libertar o seu filho.

Curiosamente a documentação que se encontra no arquivo do Centro Regional de Memória e História (CEREMH – UESB) no campus de Vitória da Conquista, o dito Antônio Africano afirma que o resgate de seu filho se daria não somente devido "ao parentesco que com elle tem" como "especialmente devido ao decidido amor à liberdade" (CEREMH, cx 10, 1856).

O documento trás em si várias nuances do sistema escravista as quais não podem ser explicadas num tipo de análise macro da Escravidão Atlântica, com base em certas leis

hegemônicas e generalistas que se ocupam somente do caráter dicotômico da relação senhor/escravo.

O problema da análise macro não é propriamente a sua inverdade, já que o sistema escravista realmente se baseava num pressuposto do poder do senhor sobre o escravo, sua propriedade legal. Entretanto, há nuances naquele sistema que escapam ao modelo generalista.

Conforme o tão repetido registro do Frei Vicente Salvador (1627), resgatado por Sérgio Buarque de Holanda "verdadeiramente nesta terra andam as coisas trocadas, porque toda ela não é república, sendo-a cada casa" (HOLANDA, 2002, p. 81). Assim, diante da característica heterogênea do processo colonizador, onde a autoridade local experimentava grande autonomia, faz-se necessário descer às minúcias da documentação para observar as nuances que escapam facilmente a uma análise macro.

Nesse aspecto o documento trás indagações bastante frutíferas com o fato de Antônio Africano ao ser liberto prosperar a ponto de vir em busca do resgate de seu filho, o qual reconhece o laço de parentesco e afetividade, aspecto trabalhado de forma bastante competente no que se refere às famílias escravas nos escritos do saudoso Manolo Florentino (FLORENTINO e GOES, 1997).

Por fim, vale dizer que o presente trabalho segue a máxima de Marc Bloch que ao definir o bom historiador compara-o ao ogro da lenda que "onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça" (BLOCH, 2001, p. 54).

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Indígenas em Minas Gerais: mobilidade, trabalho e produção agrária mercantil (1798-1845)

Romilda Oliveira Alves
Doutoranda, Universidade Federal de Minas Gerais
romildahis@yahoo.com.br

A presente comunicação analisa as experiências históricas dos diferentes grupos indígenas de Minas Gerais, sobretudo sua contribuição fundamental na conquista de novos territórios e na dinamização da produção mercantil de alimentos. O interesse é investigar as intensas disputas entre agentes do Estado e moradores locais pelos serviços das populações nativas, bem como os incentivos materiais que atraíam o interesse delas em se inserir em formas de organização de trabalho compulsório. Interessa-nos observar se o mundo do trabalho oferecia mais autonomia para os índios, garantindo-lhes maior liberdade de circulação para além das fronteiras de Minas Gerais. O recorte temporal da pesquisa se inicia com a revogação da Carta Régia de 1798 que extinguiu o Diretório dos Índios e se estende até o ano 1845 com a publicação do Regulamento das Missões, que procurou legislar sobre os índios do Império, sobretudo os aldeados. A delimitação espacial da pesquisa abarca os territórios banhados pelas Bacias Hidrográficas dos Rios Paraíba do Sul, Pomba, Doce, Pardo, Jequitinhonha, Mucuri e São Mateus, onde concentravam a maior parte das populações indígenas de Minas Gerais. A proposta de investigação utiliza os pressupostos metodológicos da Nova História Indígena para analisar as fontes históricas que se constituem de projetos e legislações indigenistas, requerimentos, relatórios, correspondências de missionários e administradores de índios. Neste sentido, o interesse é demonstrar que o trabalho compulsório dos índios

foi amplamente utilizado em diversos serviços públicos e particulares, principalmente em atividades ligadas à abertura de caminhos, expedições militares, extrativismo e agricultura. Por fim, procura-se reafirmar que os mundos do trabalho ampliaram as possibilidades de contato entre indígenas e não indígenas, sobretudo funcionavam como espaços de conflitos, negociações, circulação de técnicas e mercadorias.

Palavras-chave: Mobilidade indígena, Trabalho indígena, Produção mercantil de alimentos, Extrativismo.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

O acesso ao sacerdócio na Companhia de Jesus: discussões em torno da questão mestiça e indígena no Peru colonial na segunda metade do século XVI

Wilson Carlos da Silva
Doutorando, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro- UNIRIO
wilson91.hist@hotmail.com

Este trabalho terá como objetivo colocar em perspectiva três documentos que abordaram sobre a aceitação ou não de indivíduos de origem indígena e mestiça ao sacerdócio na Companhia de Jesus, no vice-reino do Peru. Destaca-se que os mestiços são compreendidos como indivíduos que eram fruto da união entre mulheres índias e homens advindos da Espanha, os conquistadores. Os documentos que utilizaremos são o tratado do padre José de Acosta, De Procuranda Indorum Salute, redigido em 1576, as atas da Terceira Congregação Provincial de Lima, de 1582 e o Catálogo da Província do Peru, de 1583. Buscaremos apresentar como essa discussão gerou ambiguidades no seio da Companhia de Jesus, uma vez que a questão mestiça era um problema para a Ordem desde a sua instalação na América andina, em inícios da segunda metade do século XVI, questão com a qual os inacianos tinham contato pela primeira vez e precisavam encontrar uma forma de lidar com a mesma. Vale dizer que esta questão implicava em pensar a própria atuação dos jesuítas no local, ou seja, a sua tarefa missionária, já que por um lado se cogitava em aceitar indivíduos mestiços e nativos em razão de sua facilidade com os idiomas locais. Por outro lado, se pensava em restringir o acesso desses sujeitos, pois isso gerava um problema em razão da ideologia da pureza de sangue, por exemplo, que foi ressignificada no continente americano. Essa ressignificação implicava em considerar a restrição ao sacerdócio associada ao fato de os nativos serem

considerados neófitos na fé. Dessa forma, discutiremos como os documentos abordaram a questão, perscrutando como a questão mestiça apareceu nas fontes selecionadas, sendo que teoricamente o único grupo situado no continente americano que poderia ascender ao sacerdócio eram os criollos, filhos de pais e mães espanhóis radicados na América. Contudo, este grupo também foi alvo de discussões relacionadas ao seu acesso ao sacramento da ordem. Assim sendo, destaca-se que por mais que houvesse a restrição ao grupo mestiço, o Catálogo da Companhia de Jesus de 1583 apresentou homens dessa origem em suas fileiras.

IX Encontro Internacional de História Colonial

EIHC

DIMENSÕES GLOBAIS E LOCAIS DOS IMPÉRIOS COLONIAIS: REDES, CIRCULAÇÃO E DINÂMICAS (SÉCULOS XV-XIX)

Fronteiras e relações transfronteiriças nos mundos coloniais

25

Alírio Carvalho Cardoso (UFMA)
& Carlos Augusto Bastos (UFPA)

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Cotidiana transgressão: fronteira, contrabando e escravidão no Rio da Prata colonial

Alana Thaís Basso
Doutoranda, UFF - Universidade Federal Fluminense
alanatbasso@gmail.com

O Rio da Prata colonial era um espaço fronteiriço entre as possessões imperiais portuguesas e espanholas no sul da América do Sul. Ali, o contrabando era uma transgressão cotidiana feita por pessoas de todas as camadas sociais, que contavam com o acesso às mais altas autoridades (que podiam ignorá-lo, tomar parte nele, abrandar a fiscalização e a repressão), à infraestrutura local (os portos oficiais e clandestinos, os receptores da carga) e à ambiguidade legal (ordens reais que pouco forneciam soluções concretas e leis que muitas vezes se contradiziam).

Produtos como cachaça, tabaco, açúcar, tecidos, além de seres humanos escravizados, podiam permanecer na região platina para consumo local ou serem enviados para o Alto Peru, onde abasteciam a economia mineradora de Potosí. Em retorno, os comerciantes tinham acesso à prata, que proporcionava o enriquecimento e o reinvestimento na compra de cativos e de produtos que faziam o comércio girar. Além disso, os portos platinos serviam como canal de comércio com o Atlântico, escoando a prata, couros, gado, vinhos, erva mate e outros bens nos ciclos mercantis mundo afora.

Analisando as dinâmicas transimperiais do Rio da Prata, especialmente os fluxos econômicos legais e ilegais de prata, escravizados e mercadorias, o objetivo desse trabalho é pontuar como se dá a formação da fronteira nessa região ao longo do período colonial. Busco refletir de que forma o comércio ilegal moldou o desenvolvimento

econômico e político local; de que maneira essa região se inseriu na economia Atlântica; e como o Rio da Prata foi fundamental para a manutenção da escravidão no continente americano. Fazer essas perguntas não pressupõe uma singularidade dessa região, mas sim destacar que o que acontecia nesse pedaço do planeta, distante dos centros de decisão e nas franjas imperiais, é parte de um todo: a história do desenvolvimento do capitalismo na Idade Moderna.

A pesquisa se baseia no uso de diferentes tipos de fontes, como documentos administrativos, comisos (apreensões de contrabando) e relatos de observadores e viajantes, em uma perspectiva global de história. Acredito que o comércio ilegal, especialmente de metais preciosos e de cativos, servia como uma política de financiamento entre impérios europeus na região, que utilizavam a fronteira como travessia e como oportunidade, não como limite. Assim, definir a fronteira do Rio da Prata a partir do tráfico de escravizados e do contrabando possibilita compreender sua inserção nos circuitos mercantis do interior da América, do Atlântico Sul e, por fim, seu papel na expansão da economia-mundo capitalista.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

TRÂNSITOS E PRESENÇAS: O PROTAGONISMO PAYAGUÁ ATRAVÉS DE NEGOCIAÇÕES NA FRONTEIRA OESTE NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII

Aline Campos de Melo Martins
Mestranda, UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso
aline.academico.hist@gmail.com

Frente aos movimentos de colonização da América, é perceptível que os povos indígenas foram sujeitos de intensa participação nos cenários cujo estavam inseridos no dia a dia, aliando-se ou rebelando-se conforme seus interesses e objetivos diante da nova realidade que vinha ao seu encontro. Identificá-los para além das interpretações que os consideram blocos estáticos no tempo, ou seja, peças secundárias e carentes de aspirações próprias, é desconstruir a maneira com que lidamos com a sua existência e resistência na História do Brasil. Isso, por sua vez, não quer dizer desconsiderar que esses indivíduos estivessem inseridos dentro de uma logística violenta e colonizadora, mas sim argumentar que mesmo diante dessa realidade colonial não estiveram anulados ou impossibilitados de protagonizarem e agirem frente à ordem colonial do século XVIII, conforme nos chama atenção autores da denominada "Nova História Indígena".

Entre os povos indígenas que transitaram nas regiões geográficas denominadas chaco-pantanal durante as décadas de 1720 a 1750, notamos que a presença identitária dos povos denominados Payaguá - os quais dividiam–se em sub-grupos, entre os mais conhecidos: os Payaguá-Sarigué, na região do alto paraguai, e os Payaguá-Agaces, localizados nas adjacências de Assunção. Tais grupos indígenas, com suas fronteiras

étnicas bem delimitadas frente ao outro, destacaram-se nas relações fronteiriças do século XVIII, transitando e movimentando entre os aparelhos administrativos das coroas ibéricas, sem tampouco despir a sua postura autônoma. Dentro do recorte crono espacial realizado, as ações sócio-político-cultural desses povos não se limitam às narrativas oficiais dos administradores coloniais ibéricos, as quais sobreviveram ao tempo devido às suas intencionalidades coloniais e políticas.

Ao nos depararmos com as documentações oficiais trabalhadas - correspondências trocadas entre a Coroa Portuguesa e os administradores coloniais entre os anos de 1720 e 1750, presentes no Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate) e no Volume 1 e 2 de Coletânea de Documentos Raros do Período Colonial (1727-1746) (MORGADO, 2007). - os Payaguá são despidos de sua individualidade e suas possíveis aspirações são reduzidas à ações desconexas e puramente bravias e selvagens. Tendo em vista essas questões metodológicas que perpassam o trabalho com fontes coloniais, sobretudo a necessidade de extrair do não-dito o protagonismo desses povos, buscaremos propor uma comunicação que possibilite remontar as agências dos povos Payaguá através de empreendimentos bélicos nas monções que abasteciam as recém conquistadas minas do Cuyabá, e sobretudo através das negociações advindas dos saques realizados.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Plantar a fronteira nos limites hispano-portugueses: as plantas nos projetos de ocupação da fronteira amazônica da Audiência de Quito (1770-1800).

Carlos Augusto Bastos
Doutor, UFPA
castrobastos@hotmail.com

O contexto da década de 1770 foi marcado pelo acirramento das disputas de soberania imperial nos limites ibéricos da América do Sul, o que incluía as zonas amazônicas. No caso específico das áreas limítrofes da Audiência de Quito com a América lusa, foram recorrentes as denúncias por parte dos espanhóis sobre os avanços territoriais promovidos pelos portugueses, o que deu margem para a formulação de diferentes projetos visando efetivar a ocupação da fronteira. Durante as demarcações luso-espanholas dos limites territoriais, entre os anos de 1780-1790, a formulação de projetos para a fronteira prosseguiu, objetivando não somente a defesa militar da área, mas também o aproveitamento de seus recursos naturais, a exemplo das plantas do ambiente amazônico. O cultivo de canela, tabaco e cacau, assim como a exploração da salsaparrilha e da quina, eram atividades vistas como capazes de contribuir para a colonização das zonas amazônicas, integrando-as economicamente a mercados locais e no ultramar. Nesta comunicação, serão analisados alguns desses planejamentos, formulados por autoridades políticas e militares de governações amazônicas da Audiência de Quito, em que a exploração de plantas da floresta foi abordada como um vetor importante para a territorialização da fronteira luso-espanhola nas décadas finais do século XVIII.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Defesa e militarização no Império Ultramarino Português – segunda metade do século XVIII

Christiane Figueiredo Pagano de Mello
Doutora, professora associada UNIRIO
christianemello@hotmail.com

A finalidade desta exposição é refletir sobre as experiências de defesa e militarização no Império Ultramarino Português. O contexto espacial delimitado compreende duas áreas: o Norte e o Centro-Sul da América Portuguesa. Mais especificamente, as zonas de fronteira, lugares onde a necessidade de prevenir-se é constante, onde os vassalos deveriam estar atentos e preparados para não deixarem margem a que o agressor os surpreenda. Essas regiões fronteiriças, pelo menos idealmente, deveriam dispor de uma eficaz estrutura defensiva para garantir a posse do território. Pretendemos fazer uma breve analise comparativa a fim de obter uma compreensão mais ampla sobre a política militar utilizada pela Coroa Lusitana nas suas possessões ultramarina, na segunda metade do século XVIII. Devemos lembra que, a partir do período pombalino (l750-1777) se passa a reforçar o princípio da interdependência entre os domínios portugueses da América, no que se referia ao encargo da defesa do território. No projeto militar pombalino a forma de batalha e de pensar a guerra foram modificadas: não se tratava mais de um sentimento de defesa local dos governos das capitanias, criando suas guarnições, debaixo das impressões do momento. Tratava-se de organizar um exército debaixo das mesmas leis, da mesma direção e da mesma disciplina. Devemos considerar ainda que, diante das crescentes tensões vividas na Europa, resultantes da Guerra dos Sete Anos (1756-1763), momento em que as competições coloniais, foram então levadas

ao clímax, fazia-se indispensável aumentar a capacidade defensiva tanto no Reino de Portugal, como, também, no Estado do Brasil, sua principal terra colonial. Nesse contexto, o primeiro-ministro de D. José, Marques de Pombal, lança um ambicioso programa de reformas militares: reparação de fortificações, melhoria do exército regular e reforma das milícias. Sob essa perspectiva, o trabalho analisa o processo de incorporação das duas áreas em estudo - Norte e Centro-Sul da América Portuguesa - na nova lógica militar implantada em Portugal a partir de 1750, bem como os seus efeitos nos grupos armados das elites locais.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Guerras justas, resgates e a definição das fronteiras ibéricas no oeste amazônico antes do Tratado de Madri

Fernanda Aires Bombardi
Doutoranda, USP/IFPA
fernandaairesbombardi@yahoo.com.br

Desde a separação das coroas ibéricas, ocorrida em 1640, Portugal e Espanha passaram a disputar os domínios do Alto e Médio Amazonas. A expansão espanhola em direção leste estava eminentemente atrelada à atuação dos jesuítas vinculados à Audiência de Quito e responsáveis pelas missões de Maynas. A portuguesa, em contrapartida, se dava a partir do entrelaçamento de interesses entre a atuação dos religiosos carmelitas e dos poderes e instituições locais do Estado do Maranhão e Grão-Pará, tais como moradores e administradores régios. Essa imbricação permitiu que as três políticas oficiais e recrutamento de mão de obra indígena – descimentos, resgates e guerras justas – fossem construídas de maneira articulada e, muitas vezes, acionadas conjuntamente para permitir o avanço dos territórios coloniais portugueses sobre os territórios indígenas e sobre as áreas de ocupação espanhola. Com base na investigação da documentação presente em arquivos paraenses, equatorianos, portugueses e espanhóis, o objetivo deste trabalho é compreender como se processou essa correlação entre as três políticas lusas e como ela contribuiu para a (re)definição das zonas de influência de Portugal e Espanha sobre o Médio e Alto Amazonas em finais do século XVII e primeira metade do século XVIII.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

O arbítrio dos juízes para além das fronteiras sertanejas: A justiça no sertão de Pernambuco nos finais do século dezoito.

Juliane Tavares Monteiro
Mestranda, UFRPE
julianetavaresmp@gmail.com

Nosso trabalho aborda noções elaboradas acerca dos espaços jurisdicionais não centrais, como o sertão colonial, sob a ótica do direito e do universo jurídico da Modernidade, durante os finais do século XVIII. É de nosso interesse discutir a ideia de que os centros de justiça no período estudado, podem ser traduzidos através da figura do juiz, como sujeito e detentor da principal virtude para o período: justiça. Partindo desta ideia, nosso objetivo se traduz em refletir a importância dos juízes ordinários inerente a constituições das fronteiras territoriais pernambucanas e baianas. Contemplamos a ideia de que a constituição da divisão do território de Pernambuco também se estruturou através de relações judiciais. Sugerimos para o século dezoito, uma justiça largamente ordinária nos sertões, que por vezes tendia a se adaptar às necessidades que o espaço reservou. O sertão de Pernambuco recebeu apenas no início do século dezenove a instituição de comarcas, tendo se assentado anteriormente a justiça de juízes ordinários e vintenário. Mesmo que lido como espaço descentralizado e isolado, o sertão não se afastou da presença judicial, captando à sua maneira, sua justiça. Através destas considerações buscamos aprofundar discussões quanto as ações de sujeitos que circularam e atuaram neste espaço, visto como longínquo ao que era lido como centro. Para tanto, sustentamos nossa análise através de leituras que tratam o direito, a cosmovisão e a teologia moral,

os casos e as circunstâncias, os juízes, o julgado e o arbítrio, além da análise de documentos administrativos e pertencentes ao âmbito da justiça.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

GERTRUDE BELL: CORRESPONDÊNCIAS DO ENCONTRO COLONIAL

Leticia Gabriela Silvério
Mestranda, Universidade Federal de São Paulo
leticia.silverio@unifesp.br

OBJETIVO

A apresentação busca realizar um debate sobre o protagonismo de agentes coloniais (viajantes) como interlocutores e efetivadores do Império em seus domínios coloniais. Seja por sua ação política ou militar, portanto efetiva, seja pela retratação e representação das populações e territórios coloniais, portanto ilusório, esses agentes foram os personagens centrais para a criação de uma rede de comunicação entre o Império, e de sua consolidação no discurso e na prática. Pretende-se, com a apresentação, expor e ampliar o debate aqui levantado.

RESUMO

Gertrude Margaret Lowthian Bell (1886-1926) foi uma viajante e historiadora inglesa, autora de livros sobre seus estudos e experiências em suas viagens ao território do Médio Oriente. No entanto, não apenas livros foram os documentos escritos deixados pela exploradora, mas também um vasto corpus documental composto por diários e cartas pessoais, sendo as últimas escritas majoritariamente à seus familiares para lhes compartilhar suas aventuras e pensamentos sobre a população e as políticas dos territórios pelos quais passava. Suas explorações e trabalhos no Médio Oriente começaram a ganhar muita importância, devido a seu pioneirismo em relação à interação com algumas populações nativas e territórios ainda não contactados por

nenhuma outra exploradora ou explorador europeu. Gertrude, portanto, acaba sendo contratada pelo Império Britânico e passa a atuar como sua Agente, se tornando a figura responsável pelo mapeamento das fronteiras contemporâneas do território do Médio Oriente, tendo como seu grande projeto as fronteiras do atual Iraque.

A apresentação se propõe a expor e debater a análise de seus escritos pessoais, com foco em suas cartas, no qual a personagem de Gertrude demonstra, em diversos momentos, as formas de comunicação e presença do Império Britânico nos seus territórios coloniais. Busca-se aqui entender e apresentar a personificação do Império Britânico em seus agentes coloniais, que quando presentes em territórios além mar, se tornam os personagens centrais da consolidação colonial, seja por ações efetivas dentro das colônias, seja pelo delineamento das representações que serão atribuídas aos povos nativos e seus territórios. As cartas de Gertrude Bell se mostram um importante documento para a análise do processo de comunicação entre o Império, tendo como personagem central esses agentes imperiais que se deslocavam e levavam em si a própria figura do Império e de sua Majestade, assim como, em conjunto, para uma análise da narrativa e representações elaboradas sobre as possessões coloniais.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

UM RIO OCEÂNICO: O ATLÂNTICO E A FRONTEIRA ESCRAVISTA-MERCANTIL NO RIO GRANDE, C. 1765-1810

Luigi Bastos do Nascimento Pintaude
Mestrando, Universidade Federal Fluminense
luigi.bpintaude@gmail.com

Neste trabalho se investigam as transformações socioeconômicas nas unidades produtivas na província de São Pedro do Rio Grande entre os anos de 1764 e 1811. Com este objetivo, nos servimos de inventários post-mortem de proprietários escravistas para produzir uma serialização de preços de pessoas escravizadas, como uma forma de avaliar criticamente a interdependência entre a produção agrária da província de Rio Grande de São Pedro e o mercado atlântico. O argumento desenvolvido baseia-se em uma apreensão da metodologia exposta por Sereni (1966) para indicar a conexão econômica do circuito de produção do charque e trigo com as praças mercantis do Rio de Janeiro, importante importador dos itens, e Amsterdã, através da cadeia mercantil do açúcar, da qual o charque fazia parte como forma de alimentação das pessoas escravizadas que produziam o açúcar (OSÓRIO, 1999; MENZ, 2006). A conexão, em duplo sentido - exportação de commodities e importação de pessoas escravizadas –, atrelava as dinâmicas locais da província aos ritmos de acumulação nas praças europeias sob o empuxo da industrialização e massificação do consumo das commodities, produzindo uma nova geografia de acumulação (MINTZ, 2003; PARRON, 2022).

Adicionalmente, procuramos explicitar à dinâmica da concentração da propriedade escravista como forma de caracterizar tal avanço enquanto uma relação de

enriquecimento através da formação do capital escravista-mercantil (PIRES e COSTA, 2000). Tal forma de capital, realizada através do mercado foi intensamente ativada durante o final do século XVIII e início do XIX, durante o chamado "renascimento agrícola" de modo a constituir as condições para uma nova fase da escravização, altamente concentrada e baseada em propriedades de grande porte, a chamada Segunda Escravidão (ALDEN, 1987; TOMICH, 2011).

Por fim, investigamos a intensificação das relações de exploração, para melhor compreender as condições de realização do valor do capital escravista-mercantil na situação do aprofundamento e alargamento das fronteiras de commodity do charque e do trigo, enquanto consumo agravamento das relações de violência na região (MOORE, 2000). Assim, correlacionamos o avanço da fronteira, contestada militarmente e solidificada a partir da instalação de propriedades agrária escravistas, com as exportações e com o índice de pessoas escravizadas feridas e enfermas, como forma de verificar a exploração, considerando a violência intrínseca nas relações escravistas (CASTRO, 1980; TOMICH, 2011; FLORENTINO, 1997).

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Sob a égide da justiça: Uma análise dos processos de concessões de sesmarias na territorialização da capitania de Mato Grosso (1748-1796)

Otávio Henrique Gomes do Nascimento
Mestrando, Universidade Federal do Rio Grande do Norte
otaviohistoriaufrn@gmail.com

O presente trabalho teve como foco de investigação a compreensão da formação territorial da capitania de Mato Grosso, de 1748 a 1796, a partir das políticas sesmariais instauradas pela Coroa portuguesa, com base no arcabouço jurisprudencial do Direito do período moderno. Nesse sentido, a partir dos processos de concessões de sesmarias instauradas efetivamente com o primeiro governador da capitania, D. Antônio Rolim de Moura, visto que a condição jurisdicional do território de Mato Grosso estava subordinada à capitania de São Paulo até 1748, que em certa medida significou o marco temporal fundamental na instituição de sua autonomia, possibilitou um maior controle fundiário, e, portanto, culminou em uma relativa reorganização espacial. Além disso, a capitania estava dentro de um contexto de intensas disputas pela delimitação fronteiriça no Extremo Oeste da América portuguesa, evidenciados também por diversos tratados diplomáticos, como o Tratado de Limites em 1746, e posteriormente pelo Tratado de Madri em 1750, onde ambos representavam tentativas das Coroas espanhola e portuguesa na delimitação concreta de seus espaços coloniais. Para tanto, a capitania de Mato Grosso, dentro deste contexto geopolítico, foi fundamental na instauração da autoridade portuguesa na questão limítrofe entre as possessões espanholas. Diante disto, a partir da fundação dos principais polos políticos administrativo da capitania, Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1727) e Vila Bela da Santíssima Trindade

(1752), foi analisada uma série de processos de concessões de sesmarias disponibilizados pelo Arquivo Público de Mato Grosso (APMT), com cerca de 698 documento digitalizados, onde se evidenciou articulações retóricas, em que fundamentalmente estavam incorporadas em uma lógica discursiva do uso de elementos jurídicos como instrumentos de defesa de interesses próprios em contraponto a outros indivíduos que desejavam a mesma sesmaria. No que concerne na análise processual destes casos, foi necessária a reflexão acerca do eixo norteador do sistema sesmarial como instrumento de favorecimento da concessão, e o principal aspecto disto foi o elemento do cultivo como fio condutor da mercê. Tal aspecto foi essencial no entrelaçamento jurídico nas relações possessórias da terra na América portuguesa. Portanto, esta pesquisa visa compreender, sob a ótica do Direito do período moderno, os processos da territorialização da capitania de Mato Grosso dentro de um contexto de disputa fronteiriça, mas sobretudo nas relações litigiosas internas da capitania, que com base da utilização de elementos como o Direito Natural e o utis possidetis, conseguiram moldar uma racionalização da posse da terra, que em certa medida pode jogar luz a um novo debate sobre a formação da capitania.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Jardins coloniais em áreas de fronteiras e itinerários indígenas: o horto botânico do Grão-Pará (XVIII)

Rafael Rogério Nascimento dos Santos
Doutorando, Unifesspa ~ Ufpa
rafaelsantos@unifesspa.edu.br

A partir de 1760, com o intuito de elaborar um inventário dos produtos naturais de todo o império ultramarino português, a administração lusitana começou a engendrar uma rede institucional e uma comunidade científica que serviria para o cultivo de espécies vegetais e a aclimatação de plantas exóticas. Atrelado a isso, ocorreu a consolidação de uma comunidade cientifica que ultrapassou o espaço metropolitano, encontrando ambientes propícios nas colônias ultramarinas (como em Belém e no Rio de Janeiro) para a criação de infraestrutura essencial para o desenvolvimento dos estudos locais em história natural, assim como contou com uma rede de indivíduos que colaborava com as coletas, a preparação de coleções e a sistematização de dados para os estudos envolvendo o mundo natural.

No caso da capitania do Grão-Pará, ocorreu uma intensa transformação do espaço. A Coroa investiu na expansão geográfica, comércio e agricultura, articulando conhecimentos e práticas científicas. Em Belém, especialmente entre as décadas de 1760 e 1780, foram inaugurados o Arsenal da Marinha; o Hospital Real; o Palácio do Governo; a nova catedral da Sé; os Quartéis dos Soldados; e, no final do século XVIII, foi criado o Jardim Botânico do Grão-Pará, o Jardim de São José.

Uma questão fundamental acerca do jardim paraense era sua localização estratégica, pois ficava na entrada do Vale Amazônico e próximo do complexo agrícola na Guiana Francesa, em Caiena, o jardim La Gabriele, o qual possuía especiarias asiáticas bastante cobiçadas pelos portugueses.

A historiografia tem atribuído a formação do Jardim Botânico paraense e a obtenção da primeira coleção de vegetais exóticos ao papel dos agricultores franceses que estavam exilados no Pará, fugidos das revoltas de escravos que estavam ocorrendo. D. Francisco Coutinho tinha estabelecido uma rede de espiões que contava com a participação desses sujeitos, que traziam não somente informações, mas também os próprios vegetais cultivados na colônia francesa.

Contudo, a documentação nos fornece ricos detalhes de itinerários de outros sujeitos na história da constituição dos jardins de São José. Os indígenas Valentim Mendes, Antônio da Silva, Cipriano Gomes e Ventura de Souza foram agentes no trânsito de espécies extremamente requisitadas pelo império português. Seus conhecimentos foram necessários para a execução da missão de espionagem, elaborada por Francisco de S. Coutinho, que colaborou para tornar exitosa a experiência de implantação do Jardim Botânico de São José, resultando na obtenção documentada de uma das primeiras coleções de vegetais do jardim.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Mobilidade, sociabilidade e identidade na fronteira: Charqueadores no extremo sul da América no colonial tardio - Pelotas – Rio Grande do Sul

Stéfani Hollmann
Doutoranda, CITCEM/FLUP
stefanihollmann@hotmail.com

Novas zonas ao sul do Brasil junto à fronteira com a América Espanhola, foram ocupadas por indivíduos que buscavam mobilidade social no final do século XVIII. Além de povoar zonas até então inóspitas, foram responsáveis por investimentos e viabilizar novas economias nestas regiões. Neste contexto, junto às margens do Rio São Gonçalo e Arroio Pelotas, foram instaladas as primeiras charqueadas em Pelotas. Responsáveis por abastecer o mercado interno brasileiro com charque, os charqueadores desta região foram os principais responsáveis por suprir a demanda por carne que viria a servir de alimento para os escravizados nas principais zonas agrárias exportadoras da América Portuguesa. Através desta conjuntura, pretende-se apresentar a forma com que a primeira geração de charqueadores de Pelotas foi responsável pelo aumento da produção de carne a uma escala comercial, a partir da escolha da região próxima a Banda Oriental para seu desenvolvimento econômico. Ainda, compreender de que maneira a localização geográfica de Pelotas e das unidades charqueadoras colaboraram para o desenvolvimento socioeconômico destes estancieiros brasileiros. Aspectos que capacitaram a inserção da capitania nas rotas comerciais luso-brasileiras e transatlânticas e tornando estes mercados dependentes da sua produção de carne e couro. Por fim, entender a maneira que estes indivíduos se inseriram e colaboraram com o principal ramo do comércio no setecentos, o tráfico de escravizados, a partir da produção contínua

e em larga escala de charque. Através da análise de redes, buscar-se-á identificar as trajetórias dos primeiros charqueadores que se estabeleceram em Pelotas. Estratégias estas que facilitaram a mobilidade dos indivíduos dentro dos locais e grupos através dos quais se articulavam social e economicamente. Isto é possível através da análise de documentação paroquial, como registros de batismo e matrimoniais, que viabilizam verificar as redes familiares, sanguíneas ou não, que definiam nesta zona de contato, recém povoada, com a qual tinham pouca familiaridade quando chegaram a Capitania do Rio Grande de São Pedro.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

O vermelho das matas: História ambiental, extração de pau-brasil e comércio de corantes na primeira modernidade

Thiago Alves Dias
Doutor, Professor de História Moderna - Universidade de Pernambuco
thiago.dias@upe.br

Por meio das perspectivas da História ambiental e suas tratativas em torno das interações humanas entre sistemas naturais e sociais, essa comunicação visa apresentar parte de minhas pesquisas sobre as práticas e instituições mercantis relacionadas ao comércio de pau-brasil extraído das matas do Brasil e destinadas ao mercado de corantes em Portugal e restante da Europa, no século XVIII, enfocando as questões ambientais. A partir da documentação alfandegária da Casa da Índia, demonstramos as dimensões e escalas mercantis, seus contratos, negociações e instituições que modularam estes processos de extração e comércio, focando nas práticas extrativistas nas áreas litorâneas do Estado do Brasil, no despacho de madeiras no porto de Recife até a posterior reexportação via Lisboa para o mercado de corantes no norte da Europa durante o século XVIII.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

As humanidades digitais e a História das estruturas fundiárias no Mato Grosso Colonial

Thiago Pereira da Silva Magela
Doutor, UNEMAT
thiago.magela@unemat.br

"A questão agrária em Mato Grosso, desde as Leis de Terras do Império, em 1850, e da Lei de Terras do Estado de Mato Grosso, em 1892, está associada aos latifúndios, sesmarias, coronelismo, grilagem, conflitos, violência, fraudes cartoriais" (BARROZO, 2017, p. 197). A afirmação de João Barrozo está conectada ao multissecular processo de expropriação vivenciado por diversas populações originárias que habitavam este lugar no passado colonial, e que legou ao presente um campo marcado por conflitos e violências de diversas ordens.

Apesar disso, o processo de ocupação e colonização do território do Cuyabá e Mato Grosso foi interpretado por abordagens que tinham como foco a conquista e/ou os mecanismos jurídicos que legitimaram a dominação portuguesa (ROSA; JESUS, 2003), e pouco sobre as relações sociais de propriedade e os impactos de gerados por um novo tipo de propriedade (CONGOST, 2007).

Somando-se a isto, a historiografia nos últimos 20 anos está passando por um giro digital que impactou o saber/fazer historiográfico (LUCCHESI; MAYNARD, 2019). Nas palavras de Gerhen Zaagsma "enquanto as humanidades parecem old-fashioned, chatas e em contínua busca por justificação ou valorização, as humanidades digitais nos conjuram imagens de territórios inexplorados" (ZAAGSMA, 2013, p. 3). Assim, esta

comunicação pretende problematizar o uso de uma ferramenta digital desenvolvida por uma cooperativa de universidades europeias, chamada Transkribus. O processo de digitalização e transcrição de documentos administrativos do Mato Grosso Colonial pode permitir o treinamento da inteligência artificial para realizar uma transcrição automática das cartas de sesmaria emitidas para esta capitania. O que permitirá criar um banco de dados que estabeleça conexões que não estavam evidenciadas em análises qualitativas.

Referências Bibliográficas

BARROZO, João Carlos. A questão agrária em Mato Grosso. In: RODRIGUES, Cândido; NETO, Vitale Joanoni (Org.). Nova História do Mato Grosso Contemporâneo. Cuiabá: EdUFMT, 2018. P. 197-228.

CONGOST, Rosa. Tierra, Leyes, Historia: estúdios sobre "La Gran Obra de la Propiedad". Barcelona: Editorial Crítica, 2007.

LUCCHESI, Anita ; MAYNARD, Dilton. Novas Tecnologias. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Dias de Oliveira. Dicionário de ensino de História. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2019.

ROSA, Carlos Alberto; JESUS, Nauk Maria de (Org.). A terra da Conquista: história de Mato Grosso colonial. Cuiabá: Adriana, 2003.

ZAAGSMA, Gerben. On digital history. BMGN - Low Countries Historical Review, v.128, n.4, p. 3-29, 2013.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Caminho fluvial, mobilidade e território: tensões e disputas em uma fronteira colonial dos reinos ibéricos (1760-1770).

Vanice Siqueira de Melo
Doutora, UFOPA
vanicesmelo@gmail.com

Em 1750, Portugal e Espanha assinaram o Tratado de Madri, importante instrumento jurídico que direcionava os limites territoriais desses reinos no continente americano. Uma área contemplada por esse tratado foi a região amazônica e a outra foi a região central da América do Sul. Os rios Guaporé, Madeira e Mamoré foram usados como referenciais para delimitar os territórios dos reinos ibéricos. Assim, as terras localizadas na margem oriental desses rios pertenciam ao reino lusitano enquanto àquelas situadas na margem oposta seriam da Espanha. Apesar o referido tratado, essa região foi caracterizada por constantes tensões militares, principalmente a do Guaporé. Ainda nessa conjuntura, insere-se a "criação" de um caminho fluvial português que conectava o Estado do Grão-Pará e Maranhão (que corresponde, em parte, a atual Amazônia) à capitania do Mato Grosso, Estado do Brasil. Este caminho fluvial era formado pelos rios Guaporé, Madeira e Mamoré e possuía diversas finalidades. Nesse sentido, essa proposta de comunicação pretende discutir de que maneira esse caminho fluvial era atingido pelas tensões bélicas existentes entre os reinos ibéricos na década de 1760. Trata-se de pensar que esses conflitos eram caracterizados pelas disputas por território, mobilidade e caminho fluvial.

IX Encontro Internacional de História Colonial

IX EIHC

DIMENSÕES GLOBAIS E LOCAIS DOS IMPÉRIOS COLONIAIS: REDES, CIRCULAÇÃO E DINÂMICAS (SÉCULOS XV-XIX)

Gente negra, escravidão e sociedades afro-atlânticas: histórias e vivências entre a África e o Brasil - séculos XVI-XIX

26

Gian Carlo de Melo Silva
(UFAL/UFRPE)

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

SOBRE QUEM É SENHOR E QUEM DEIXA DE SER ESCRAVO: tamanho de posses cativas e possibilidades da alforria na antiga Comarca do Rio das Mortes – Minas Gerais, primeira metade do século XIX

Bruno Martins de Castro
Doutorando, SEE/MG e UFRJ
brunomartinsdecastro@gmail.com

A presente proposta de comunicação tem por intuito analisar e discutir o perfil socioeconômico dos senhores escravistas do termo de São João del-Rei, sede administrativa da comarca do Rio das Mortes, província de Minas Gerais, entre as décadas de 1830 e 1860, dando especial destaque ao padrão de posse cativa desses proprietários e às possibilidades da liberdade para seus escravos. Por meio da identificação desses senhores, enquanto manumissores nos livros cartoriais do 1º e 2º ofício de notas, e do cruzamento com seus testamentos e inventários post mortem, buscou-se verificar a modalidade das alforrias mais praticadas e a periodicidade com que esses proprietários alforriavam seus escravos, seja durante a vida, seja como disposição de suas últimas vontades. Ainda que uma conjunção de fatores, por exemplo, de ordem econômica, demográfica, política, familiar e religiosa tenha influenciado na decisão dos proprietários em alforriar seus escravos, por meio do estabelecimento de uma tipologia no padrão de posse (pequenas, médias e grandes escravarias), pudemos identificar, em termos absolutos e proporcionais, em quais senzalas as alforrias sanjoanenses eram mais frequentes. A hipótese levantada para justificar a ocorrência de um maior ou menor número de liberdades nos diferentes tamanhos de posse reside, principalmente, na interpretação das alforrias enquanto um poderoso dispositivo

senhorial no governo dos escravos e na natureza relacional cotidiana estabelecida entre estes e seus proprietários.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

"ESCRAVA PARA TODO O SERVIÇO": EXPERIÊNCIAS DE GANHADEIRAS NA BAHIA COLONIAL.

Daniele Santos de Souza
Doutora, IFBA (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia)
daresouza@gmail.com

Na segunda-feira do dia 17 de fevereiro de 1631, a Câmara da Cidade da Bahia, como Salvador era conhecida à época, definiu medidas para disciplinar o trabalho de rua das mulheres pretas escravizadas e libertas. De acordo com a postura, "nenhuma mulher preta poderia vender qualquer coisa sem licença da Câmara, sob pena de seis mil réis". Outra determinação, lançada na mesma data, estabelecia que "nenhuma pessoa poderá mandar seus escravos vender peixes miúdos em pratos", sob pena de valor idêntico. No período colonial, as mulheres africanas e suas descendentes envolvidas no pequeno comércio eram denominadas como ganhadeiras, vendeiras, quitandeiras ou simplesmente "negras de tabuleiro" e seu trabalho era fundamental para o abastecimento de alimentos nas vilas e cidades. Estas mulheres, em sua maioria escravizadas de origem africana, marcaram a paisagem das ruas, praças e terreiros da Cidade da Bahia desde, pelo menos, as primeiras décadas do século XVII. Mercadejar alimentos exigia boa comunicação, organização, planejamento e trato comercial, obrigando senhores, em prol do lucro, a cederem às suas escravas ganhadeiras autonomia em seu trabalho, em arranjos de moradia e na formação de redes de solidariedade. O comércio de alimentos para subsistência, embora feito em pequena escala, garantia uma lucratividade considerável tanto para aquelas que vendiam em barracas e quitandas quanto para as vendedoras de cesto e caixa, que perambulavam

pelas ruas e ladeiras da cidade. Por isso, muitos proprietários de escravos investiram neste negócio, pondo suas cativas ao ganho, mediante o pagamento de um valor semanal pré-fixado. Luzia da Conceição, falecida em 1772, por exemplo, de acordo com seu inventário post-mortem, possuía cinco africanas ganhadoras: Elena, Benedita, Ana e Ângela do gentio da Costa respectivamente (certamente Costa da Mina) e Maria Angola. Porém, o labor do ganho não se restringia a comercialização de alimentos. Muitas cativas prestavam serviços a terceiros como lavadeira, engomadeira, costureira e rendeira, tendo que pagar também semanalmente uma quantia a seus senhores. A faina de uma ganhadeira muitas vezes consistia em uma dupla jornada, combinando o trabalho doméstico, de portas adentro, com o ganho de rua, de portas à fora. A exemplo de Ana do gentio da Costa, escrava de João Batista da Silva, descrita no inventário de seu senhor como "vendendeira e do serviço da casa" (sic.). Com base na análise de inventários post-mortem, registros paroquiais, bem como posturas, cartas, relatórios e ofícios da Câmara este artigo discute como a escravidão e a liberdade atravessaram a experiência de ganhadeiras africanas e suas descendentes na Cidade da Bahia no período colonial.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

A TRAJETÓRIA DE VIDA DO PADRE VICENTE FERREIRA PIRES: ENTRE A BAHIA, O DAOMÉ E BENGUELA

Pedro Guilherme Brasilia Paixão Silva
Mestrando, Universidade Federal da Bahia
pedroguilherme.uefs@gmail.com

Nesta proposta de comunicação, pretendo discutir a trajetória de vida do padre luso-brasileiro Vicente Ferreira Pires. Este vigário, apesar do desprezo de alguns de seus contemporâneos, apresenta uma extraordinária circulação pelo Atlântico. Em 1797, a coroa portuguesa selecionou Vicente Pires e seu colega também padre, Cipriano Pires Sardinha, para acompanharem uma embaixada daomeana no retorno a seu reino, com objetivos comerciais e religiosos. Durante aquele ano, Vicente pôde observar diretamente vários aspectos do reino do Daomé – cultura, organização sociopolítica, vegetação etc – , que resultou no seu relato de viagem intitulado "Viagem de África em o Reino de Daomé" (1800). Seis anos mais tarde, talvez devido à sua já conhecida experiência no continente africano, Vicente era vigário na freguesia e cidade de São Filipe de Benguela. Portanto, por ser um personagem que estava transitando entre a Bahia e duas regiões africanas, investigo os principais fatores que o levaram a se tornar um transeunte atlântico. Mais especificamente, busco compreender o que o levou a Benguela, principalmente após ter adoecido – doença que lhe deixou debilitado – em sua viagem pelo Daomé.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

NOS TRÂNSITOS DO IMPÉRIO ULTRAMARINO: COMÉRCIO DE HOMENS E MULHERES ESCRAVIZADOS DO TERMO DE MONTE ALTO, ALTO SERTÃO DA BAHIA (1810 A 1850).

Rosângela Figueiredo Miranda
Doutora, Instituto Federal Baiano (IFBAIANO) - Campus Guanambi - BA.
rosamirandagbi@gmail.com

A pesquisa objetiva discutir dimensões da vida socioeconômica da pequena localidade, conhecida por Monte Alto, ao longo do século XIX. A partir de evidências em inventários disponíveis no Arquivo Público de Caetité (APMC), percebeu-se que a posse da terra e o escravismo mobilizaram, no alto sertão baiano, redes de relações comerciais e sociais com a presença de indivíduos oriundos de diversos lugares do mundo, sobretudo, africanos, portugueses e seus descendentes, com múltiplas conexões entre o global e o local. Identificou-se, em inventários de diferentes proprietários, a forte presença de escravizados procedente do comércio transatlântico. Os inventários e as correspondências mostraram, ainda, que esses senhores oscilavam em suas atividades rentáveis entre o comércio agroexportador e os diversos setores da economia interna, promovendo, assim, acumulação de riquezas, com a compra e venda de cativos. Belchior Pereira Guedes (1827) era um daqueles senhores que contavam com 172 escravos disseminados por suas fazendas, a do Brejo da Carnaíba e a Fazenda do Hospício. Um monte-mor estimado em Rs. 45:710$382, sendo Rs. 11:730$000 referentes a escravos e demais valores distribuídos entre outros bens. Na relação nominativa das escravarias, constaram informações preciosas sobre a naturalidade dos cativos, oriundos de vários lugares da África, assim como suas "nações"– Uçá, Angola, Benguela, Congo, Nagô,

Mina, Samthomé (São Tomé), Jeje, entre outras – e que, ao chegarem aqui, formaram extensas relações de vínculos com crioulos, mulatos, cabras e livres, o que proporcionou mesclas biológicas e culturais nos diversos espaços ocupados.

Palavras-chave: Alto Sertão – Atlântico – Escravidão.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

"Guerra aos vadios": cultura e sociabilidade negra em Maceió (1880-1890)

Danilo Luiz Marques
Doutor, UFAL
danilo.marques@ichca.ufal.br

Esta pesquisa pretende contribuir para o debate da história social da escravidão e do pós-abolição em Alagoas, atento aos processos de emancipação e às lutas por liberdade e cidadania anteriores e posteriores ao 13 de maio de 1888. Será dado destaque ao papel que pessoas escravizadas, libertas e "livres de cor" desempenharam na conjuntura de desestabilização da instituição escrava, através de suas trajetórias individuais e/ou coletivas. Objetiva-se aprofundar as discussões sobre os significados da liberdade, abolicionismos e lutas por direitos e conquistas de lugares sociais antes e depois da assinatura da Lei Áurea.

Na década da abolição, a cidade de Maceió estava repleta de "territórios negros", a exemplo de regiões com nomes advindos de expressões bantas como Mutange e Cambona, além de Bebedouro, Levada e Ipioca. A pobreza e a miséria eram grandes, a sociedade escravista, em crise, acentuava suas tendências à discriminação e a marginalização da população liberta.

No que tange à questão da racialização no Brasil, a atmosfera era tensa, e isso não mudaria imediatamente após a abolição. O anúncio do 13 de maio deixou muitos membros das camadas abastadas em polvorosos e trouxe incertezas acerca das consequências sociais que viriam. Estavam preocupados com a preservação da propriedade e da condição senhorial. Assim, tinha-se como principal intento fazer

transbordar para a sociedade no pós-abolição as regras sociais que balizavam o mundo escravista.

Nessa perspectiva, o fim da escravidão não simbolizou para a população negra o acesso direto à cidadania, tiveram de implementar outras lutas, sobremaneira acerca da repressão às suas práticas religiosas e culturais, como no episódio do Quebra de Xangô, em 1912, quando uma liga civil armada invadiu terreiros em Maceió e espancou seus praticantes, chegando a assassinar a yalorixá Tia Marcelina.

A grande quantidade de "indivíduos de cor" e tidos como desocupados, era "cada vez mais comum no cenário urbano das cidades brasileiras ao longo do século XIX e início do século XX" . Em busca da sobrevivência, a maioria desses sujeitos históricos passavam seu tempo em longas conversas nas ruas, jogando, bebendo, e também mendigando. Esses homens e mulheres foram vistos pelas elites locais como "perniciosos", vagabundos e desordeiros.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

A cidadania e liberdade nos termos constitucionais: a tessitura da crítica à condição do lugar do negro no século XIX no periódico "O Homem de Côr" (1833)

Maria Isabela da Silva Gomes
Mestranda, Programa de Pós-Graduação em História (PPGH - Unesp Franca)
maria.isabela@unesp.br

No limiar do século XIX, no recorte historiográfico conturbado pelas disputas políticas do primeiro império e das regências – em meio a uma sociedade contratual –, a imprensa periódica, já presente na América portuguesa regularmente desde o século XVII, por meio das publicações portuguesas e de outros países da Europa, passa a ser produzida no Brasil em 1808 e se consolida a partir de 1821. Como um importante mecanismo de participação política, a imprensa também foi um espaço de embates simbólicos e produção de referenciais. Portanto, a cidade do Rio de Janeiro no início do século XIX foi o palco mediador e proliferador da opinião pública que visibilizou também a população livre e liberta acerca de seus direitos e deveres como cidadãos. O objetivo deste trabalho, dessa forma, consiste na investigação de como se teceu a crítica à condição do lugar do negro no século XIX a partir da análise dos principais argumentos manejados por letrados que publicaram críticas e elaboraram projetos políticos destinados a garantir a cidadania, nos termos da Constituição de 1824, de negros e mestiços libertos e livres na sociedade oitocentista fluminense, especificamente, nas declarações contidas nas 5 edições do periódico denominado "O Homem de Côr" (1833), com publicação entre 14 de setembro à 4 de novembro de 1833. Versa-se aqui a respeito das inquietações voltadas ao entrelaçamento entre cor, prestígio e cidadania na sociedade fluminense; as restrições políticas e de acesso a determinados cargos públicos,

e como nas tipografias, local de produção gráfica de jornais, folhetos, revistas e livros e de venda, também criava-se redes de sociabilidades entre redatores, escritores e leitores. Logo, a discussão e disseminação política e cultural das pluralidades do saber mostram-se relevantes, criando, assim, significações nos espaços urbanos. É possível notar o afloramento do discurso de autoidentificação pela cor, além do questionamento das dificuldades impostas pelo Estado na ocupação de negros livres em posições estratégicas, tanto nas patentes superiores da Guarda Nacional como em outros postos públicos. Para contemplar essa temática, é crucial demarcar como no Rio de Janeiro, berço do Império e capital do Brasil, as próprias tipografias eram agentes históricos e representavam tanto um espaço de liberdade, reflexão e narração dos "fatos" e das "verdades", como também um local de coerção, manipulação e reflexo de interesses distintos à cidadania e liberdade abordadas nos termos constitucionais da imprensa.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Sobas e Jagas "rebeldes e inimigos da Coroa": resistências ao projeto de conquista português em Kisama e Cassange (XVII e XVIII)

Flávia Maria de Carvalho
Doutora, Universidade Federal de Alagoas
flavia.carvalho@ichca.ufal.br

Entre os séculos XVII e XVIII os territórios de Kisama, ao sul do rio Kwanza, e de Cassange, ao norte do rio Kwango, foram palco de muitas batalhas onde os portugueses tentavam subjugar as chefias da região. Essas lideranças locais (chamadas sobas e jagas pelos portugueses) articularam estratégias defensivas que garantiram a autonomia desses territórios até as últimas décadas dos séculos XVII e XIX. Fontes dos séculos XVII e XVIII descrevem os sobas de Kisama como rebeldes e ferozes inimigos dos portugueses, responsáveis por cortar a comunicação terrestre entre Luanda e Benguela. Os sobas mantiveram sua independência até as primeiras décadas do século XX quando finalmente caíram sob o domínio colonial. Já o Jaga de Cassange foi citado em uma série de correspondências com os então governadores de Luanda, onde reafirmava o controle da importante feira localizada em seus domínios. O protagonismo das lideranças de Kisama e de Cassange são pontos importantes da História de Angola e que merecem destaque nos episódios das resistências dos povos centro-africanos. Kisama foi um obstáculo ao avanço português na África Centro Ocidental, devendo ser considerado uma das mais importantes áreas de resistência e insubordinação à dominação portuguesa. Cassange por sua vez foi um importante local de venda de escravizados destinados ao mercado atlântico, cujas lideranças jagas merecem ser analisadas na historiografia africana que se propõem ao estudo desses protagonistas.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Angola/Congo no Fim do Mundo Atlântico

Roquinaldo Ferreira
Doutor, Universidade da Pensilvânia
roquinaldo@gmail.com

Essa apresentação tem como foco o fim do tráfico de escravizados no Congo/Angola em meados do século. A análise se centra na pariticipação dos africanos escravizados no processo de supressão do tráfico. Antes, no entanto, é feita uma análise minuciosa da evolução do abolicionismo em escala atlântica, incorporando Angola, Brazil, Cuba e EUA.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Vicente Ferreira Guedes, "um mestre de campo mulato e acafuzado" nos meandros da sociedade escravista do Maranhão Colonial

Marinelma Costa Meireles
Doutora, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), Campus Barreirinhas
marinelma.meireles@ifma.edu.br

No ano de 1782, o "mulato" Vicente Ferreira Guedes recebeu carta-patente de mestre de campo da Infantaria Auxiliar de Santo António de Alcântara, capitania do Maranhão. A sua nomeação gerou descontentamentos a ponto de os oficiais desse destacamento representarem ao reino, contestando o referido ato. Para os seus desafetos, seria ele um escravizado que, fugido de Pernambuco, de onde era natural, teria circulado por diversas plagas até ser preso em Aldeias Altas, no Maranhão. Sabe-se, contudo, que na primeira capitania fora soldado voluntário do Regimento da Infantaria e Ajudante no Terço dos Homens Pardos e que segunda, ocupara os postos de capitão da Primeira Companhia de Pedestres Auxiliares de São Luís em 1776 e de advogado da Junta de Justiça em 1777. Esta comunicação discute a trajetória de Vicente Ferreira Guedes, relacionada ao cenário da sociedade escravista do Maranhão Colonial, quando se avultava entre a população local o número de escravizados e entre aqueles classificados como "mulatos" se evidenciava significativo número de libertos. É possível que fosse essa a realidade de Vicente, cujas condição social e habilidades militares, entretanto, não suplantaram as restrições associadas à sua origem e à cor da pele. Para compreender os meandros desse processo, serão feitas abordagens qualitativa e descritivo-analítica e os procedimentos técnicos envolverão pesquisas bibliográfica e microanalítica das fontes,

visando alcançar as experiências de resistência de Vicente Ferreira Guedes nas suas relações com o mundo circundante.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

História social de uma língua africana na diáspora. A língua geral de mina (línguas gbe) em Minas Gerais no século XVIII

Ivana Stolze Lima
Doutora, Fundação Casa de Rui Barbosa
ivanastolze@gmail.com

A partir da análise dos manuscritos da Obra nova de língua geral de mina, de Antonio da Costa Peixoto (Ouro Preto, 1731 e 1741), investigo seu potencial como uma representação africana acerca da escravização vivida na terra do branco. Dialogando com a rica historiografia sobre a área mineradora, e com os estudos sobre o tráfico e a diáspora mina, discuto a experiência feminina em distintos aspectos (a sexualidade, a atuação no pequeno comércio, a relação com a cultura escrita), bem como, mais amplamente, uma representação mina ali contida sobre a violência da escravização.

A Obra nova de língua geral de mina constitui um registro muito raro de uma língua africana falada no Brasil. Estudos linguísticos importantes vêm sendo feitos sobre esse documento, como o já clássico estudo de Yeda Pessoa de Castro e a recente tese de doutorado de Wellington Silva (USP). A chamada língua mina é identificada a línguas do grupo gbe, um contínuo linguístico de diferentes povos de área setentrional que se estende da fronteira de Gana com o Togo, até a fronteira do Benim com a Nigéria. Os estudos linguísticos apontam que particularmente um dos subgrupos gbe, que inclui o fon e gun constituem a base da língua geral de mina registrada por Peixoto.

No entanto, no campo da historiografia, essa importante obra ainda carece de um estudo mais sistemático. Há duas edições impressas dessa obra, feitas em 1944 e 1945 pela

Agência Geral das Colônias, em Lisboa. A análise do manuscrito aponta que houve omissões importantes nas referidas edições.

Elaborada por um homem leigo, que foi escrivão e juiz da vintena no termo de Vila Rica, a obra diferencia-se muito da vertente de registros linguísticos elaborada por jesuítas e outros missionários que visavam a doutrinação católica dos africanos. O seu sentido pragmático de constituir uma tradução de termos, frases e diálogos da língua mina para o português, que fosse de alguma forma consistente com a percepção africana, e que servisse à comunicação entre falantes de português e de línguas gbe, abriu espaço para tratar de temas tradicionalmente silenciados pelos jesuítas e demais missionários, como o corpo, as negociações afetivas e sexuais, aspectos diversos do cotidiano, bem como a violência da escravidão e da perseguição aos escravizados fugitivos. A hierarquia social é também tematizada na obra. Desenvolvo a hipótese de Olabiyi Yai de que registros linguísticos ocidentais sobre línguas africanas (e por extensão, as línguas de povos originários), ainda que produzidos no bojo do colonialismo e escravização, sempre contaram com coautores anônimos, informantes que deixam marcas e suas visões de mundo. Nesse sentido, embora escrito pela mão de Antonio da Costa Peixoto, o documento traz uma voz africana, a qual procurarei evidenciar.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Consciência Antiescravista: A Santidade e a Dissidência Jesuíta no Recôncavo da Bahia do s. XVI

Anna More
Doutora, Universidade de Brasília
anna1more1@gmail.com

O presente trabalho relacionará duas manifestações antiescravistas do final do s. XVI, no Recôncavo da Bahia: o movimento de Santidade de Jaguaripe e os debates internos no Collegio Jesuíta da Bahia. Apesar dos dois movimentos terem acontecido no mesmo espaço e período, não é comum investigá-los em conjunto devido as diferenças notáveis entre eles. Os participantes do movimento religioso referido como santidade foram indígenas e negros escravizados ou libertos. Reunidos pelo líder religioso Antônio, misturaram ritos cristãos com cosmovisão e símbolos tupis. Vários depoimentos mencionam que a santidade visou inverter as relações escravistas: os brancos seriam os escravos e os escravizados libertos. No mesmo período, dois Jesuítas associados com o Collegio da Bahia, Miguel García e Gonçalo Leite, declararam ilegítimos a escravidão dos africanos e recusaram confessar os donos. Depois de várias tentativas de chamar a atenção dos superiores, mesmo recorrendo à cúpula da ordem, os dois foram castigados e exíliados.

Por meio de uma leitura dos documentos relacionados com os dois casos referidos, este trabalho visa comparar a expressão de consciência antiescravista deles. Nas cartas de Miguel García, faz-se referência explícita à consciência, sendo no caso individual e, portanto, um desafio à Mesa da Consciência, cujas decisões são referidas nas respostas

dos superiores. No caso de santidade, a consciência se expressa de forma simbólica e material. Nos documentos relevantes do processo de depoimentos, buscar-se-á os elementos simbólicos africanos em relação aos estudos recentes sobre a cultura da costa da Guiné, principal origem dos africanos cativos e levados à Bahia nesse período. Mesmo com possíveis relações entre os participantes, as duas expressões de consciência se dividem radicalmente em expressão e visão da sociedade futura. O trabalho pretende mostrar que, mesmo sendo movimentos radicados na Bahia, as expressões de consciência são alimentadas por debates transatlânticos.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

PRETOS, PARDOS, FULAS E SEMI-BRANCOS: REFLEXÕES SOBRE CLASSIFICAÇÕES DE COR DA POLÍCIA A PARTIR DOS PASSAPORTES (PROVÍNCIA DE ALAGOAS - 1842-1850)

Fabianne Nayra Santos Alves
Doutoranda, UFRPE
fabianne.nayra@hotmail.com

Sabe-se que a instituição policial exerceu o controle social de diversas formas e em diferentes esferas no Império do Brasil. Seus agentes deveriam estar atentos às atividades do cotidiano e prontos para prender, vigiar, inspecionar e/ou julgar o que saísse das normas estipuladas nos códigos de conduta. A emissão de passaportes e legitimações, documentos de porte obrigatório a quem estivesse ou fosse colocado em trânsito no território nacional, era um outro serviço realizado pelas Secretarias de Polícia na Côrte e nas Províncias. Esse documento, ainda que tenha seguido um modelo fixo, determinado por regulamento do ano de 1841, mostrou particularidades bastante interessantes. As formas como vários dos sujeitos, livres ou escravizados, eram descritos pelas autoridades policiais em suas características físicas nos chamou a atenção. Por exemplo, Mariana, africana de nação Angola que estava sendo enviada para o Rio Grande do Sul, possuía "cor natural" aos olhos de Antonio Luis Dantas de Barros Leite, Chefe de Polícia no ano de 1842. Já para Francisco Joaquim Gomes Ribeiro, chefe de polícia em 1843, Carolina, também natural de Angola e que estava sendo enviada para o Rio de Janeiro, possuía "cor fula, aliás preta". Registros engenhosos como esses se repetem, mas também existem os padrões nas classificações. Em vista disso, a partir da leitura de cerca de 1.280, passaportes emitidos entre os anos de 1842 e 1850, buscamos compreender a

dinâmica dessa operação identificando, no procedimento policial de expedição de passaportes, elementos que possam auxiliar na compreensão do processo de hierarquização com base em critérios fenotípicos dos diversos sujeitos em circulação pelo país naquele contexto que era de discussão e disputa da construção da nacionalidade e cidadania brasileiras.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

A TRIBUTAÇÃO SOBRE OS ESCRAVIZADOS NO PORTO DO RECIFE E SUAS CONEXÕES NO IMPÉRIO PORTUGUÊS (1699-1750)

Luanna Maria Ventura Dos Santos Oliveira
Doutora, PNPD/CAPES/UFRPE
luannaventura@gmail.com

Nesta comunicação discutiremos como incidia a tributação sobre os escravizados nas instituições fiscais existentes no Pernambuco da primeira metade do século XVIII, Provedoria da Fazenda Real e Alfândega de Pernambuco, sem dissociá-la das formas tributárias aplicadas em outros espaços da América portuguesa e do Império. Demonstramos como a alfândega de Pernambuco foi administrada pela Provedoria da Fazenda e consequentemente pelo Provedor que atuava como juiz da Alfândega, o que a diferenciava, em termos de funcionamento, de outras capitanias. Defendemos a existência de um sistema fiscal moldável às conjunturas políticas e econômicas vividas pela Coroa portuguesa, bem como às realidades e experiências impostas ao escravismo no Novo Mundo. Havia um pluralismo jurídico que permitia a coexistência de diversas leis, ordens e alíquotas, próprias da lógica administrativa do Antigo Regime. Sem uma lógica única e padronizada, que só será implementada na segunda metade do século XVIII, em cada circunstância buscou-se encontrar uma forma de se realizar o "comércio das almas" sua tributação. Nesse período, o centro do império, em relação à tributação dos escravizados, situava-se na Bahia, onde atuavam os principais agentes de controle e fiscalização sobre esse comércio no Estado do Brasil. Tais mecanismos e aparatos fiscais serviram, portanto, como parâmetro de funcionamento para a alfândega de Pernambuco.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

O Recife dos Angolas: experiências sociais entre a escravidão e a liberdade (c. 1790 – c. 1822)

Filipe Matheus Marinho de Melo
Doutorando, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
filipemarinhoo@gmail.com

Não é novidade para a historiografia especializada no comércio negreiro que Pernambuco ocupou o nada invejável posto de terceiro porto mais importante de desembarque de africanos da América portuguesa e que a maior parte daqueles africanos escravizados tinham suas origens nos portos da África Centro-Ocidental. Segundo David Eltis e David Richardson (2010, p. 264), baseados nas estimativas do banco de dados Slave Voyages, entre os anos de 1561 e 1851, dos 854 mil africanos que desembarcaram em Pernambuco, 752 mil foram da África Centro-Ocidental. Ou seja, cerca de 88%. No entanto, as experiências sociais dessas pessoas na historiografia da escravidão no Pernambuco colonial, quando não tratadas apenas como números do tráfico, foram vislumbradas especialmente sob as diversas formas de atuação dentro das irmandades negras, em particular na análise dos cargos, nas negociações e conflitos das Mesas Regedoras e nas posições de Reis e Rainhas do Congo. Portanto, o objetivo deste trabalho é o de apontar que, para além da inserção em irmandades, os africanos centro-ocidentais, especialmente os de nação angola, souberam (re)construir suas vidas no Recife, tecendo laços afetivos e redes de solidariedades, inserção no mundo do trabalho e conquista da liberdade, mesmo dentro de situações de reescravização. Além disso, tenta-se mostrar como o guarda-chuva identitário "angola" fragmentou-se na virada dos séculos XVIII para o XIX, dando espaço a termos como quiçamã, cassange, rebolo,

angola-quiçamã, angola-cabinda, dentre outros. Para a realização deste trabalho, ainda em andamento, o cotejamento de fontes diversas foi necessário para explorar tal universo. Trata-se de um conjunto de livros de batismo e casamento, para se ter uma noção das redes construídas entre aqueles homens e mulheres; inventários post-mortem de proprietários, pois, em uma parcela deles há a indicação dos ofícios executados por aqueles africanos no cotidiano; o testamento de uma mulher, Maria Rodrigues, onde podemos vislumbrar seus desejos e conquistas e, por fim, o caso do africano Caetano que lutou contra as armadilhas de seu antigo proprietário para manter sua liberdade.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Africanas Livres em Alagoas no XIX: trabalho compulsório e vida tutelada

Natalia Santos Freitas
Doutoranda, Universidade Federal Rural de Pernambuco
natalia.freitas@ifal.edu.br

Esta comunicação resulta do esforço em aprimorar o olhar sobre a natureza das experiências quotidianas de africanos/as livres apreendido/as no contexto de proibição ao tráfico atlântico, sobretudo a partir da Lei de 07 de novembro de 1831. O referido grupo social esteve subsumido ao regime compulsório de catorze anos em serviços tutelados a arrematantes particulares ou destinado/as a cumpri-los estabelecimentos públicos. A documentação primária coletada encontra-se no Arquivo Público de Alagoas (APA). Selecionamos uma relação nominal (1850) de africano/as livres sob a curadoria de João Camillo d'Araújo; Termos de arrematação de serviços; Um livro de salários, referentes aos anos de 1853-1854 e cartas de libertação aos indivíduos de boa obediência e qualidade morigerada no cumprimento dos deveres. Além dessas fontes, apresentaremos uma lista recentemente descoberta no Jornal do Penedo. Nela, constam nome, idade, estado civil e local de moradia de 35 africanas e africanos livres. São rastros sobre as arrematações tuteladas na cidade do Penedo em 1875. Vale destacar que a urbe foi importante entreposto ao comércio interprovincial de população escravizada. O material encontra-se disponível no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN). Orientada por análises encontradas em autores/as como Beatriz G. Mamigonian, Isabel Reis e Henrique Espada Lima, acessaremos fragmentos de trajetórias onde o regime de tutela e trabalho obrigatório atuaram como impeditivos à plena liberdade. O tratamento jurídico e social conferido aos/às africanos/as livres

demonstra o assentimento da Nação com a manutenção do regime escravista. As reflexões ora apresentadas fazem parte das elaborações iniciais de nossa tese de doutorado.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

(Des)Regramento feminino na freguesia de São josé - a longa trajetória de Sancha Baptista no Recife (1855-1872)

Raphaela Ferreira Gonçalves
Doutoranda, UFPE
raphaela.ferreira@ufpe.br

"No início da Era Moderna na Europa o sexo feminino era visto como o sexo desregrado por excelência" (DAVIS, 1928, p. 107). Essa noção de desordem feminina, que chegou no Brasil através de seus conquistadores, se estende até hoje no tocante às mulheres, não surpreendendo quem defenda que "recatada e do lar" sejam por excelência suas melhores qualidades. Com enfoque particular no século XIX, na trajetória de Sancha Baptista, que viveu na freguesia de São José entre os anos de 1855 e 1872, nossa análise abordará de que forma essa liberta, ou quase isso, deu provas de suas regras mesmo considerada uma "desrgrada". Após receber liberdade sob a condição de servir pelo espaço de doze anos ao senhor Joaquim de Deos Baptista, ela foi obrigada a deixar a cidade do Rio de Janeiro para morar em Recife. Conforme publicado no Diário do Rio de Janeiro, ela se deslocou apenas com Joaquim, deixando para trás seus parceiros de cativeiro, com os quais tinha fugido pouco tempo antes – Fernando, de nação monjolo, Catharina, de nação Angola, Júlia e Maria crioula. Na populosa São José, ela viveu por aproximadamente uma década, sofreu violência senhorial e não esperou que a condição fosse cumprida sob o jugo de castigos nada moderados. Vivendo em uma localidade central recifense, a socialização acontecia por entre becos e pátios, com escravos, libertos,

gente livre, de todas as cores, condições e qualidades (SILVA, 2014, p. 29). Certamente, a história de Sancha se repetia em outros sobrados, com outras mulheres, mas a sua se torna fonte de pesquisa por ter sido registrada num processo civil de liberdade, datado de 1861. Essa apresentação tem a função de contribuir com a proposta do Simpósio e agregar à pesquisa em História Social da escravidão a historicização da experiência de Sancha Baptista (THOMPSON, E. P., 1981). Ela nos serve de chave para conhecermos jornadas pela liberdade que impuseram à sociedade oitocentista regras muito específicas: "onde houve escravidão, houve resistência" (REIS; GOMES, 1996. p. 9).

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Matriz africana, matizes seridoenses: presença negra no Sertão do Seridó à época colonial

Sebastião Genicarlos dos Santos
Doutorando, Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)
sebastiaosantos710@gmail.com

O espaço sertanejo denominado Seridó é situado no limiar das capitanias do Rio Grande e Paraíba. Ali a efetiva colonização portuguesa, impulsionada pelo assentamento de fazendas de gado, se fez sentir na passagem do século XVII ao XVIII, mediante o arrefecimento da chamada Guerra dos Bárbaros, e se consolida na década de 1720, quando a resistência indígena deixa de ser uma ameaça em potencial e o "desbravamento do lugar" possibilita a chegada das primeiras famílias de colonizadores, que seriam a elite social, política e econômica. Antes disso, somente "vaqueiros desacompanhados, foragidos da justiça, caboclos mansos e negros cativos" compunham as feições coloniais seridoenses. Nota-se, dessa forma, que a presença de população de matriz africana é constante na região desde a sua gênese, porém a literatura regional procedeu a um apagamento dessa presença, ou apenas deu tímidos indícios de sua existência. Assim, na esteira de uma renovação historiográfica desencadeada na década de 1980 e potencializada dos anos 2000 em diante, no presente trabalho, entendendo o Seridó como parte do grande complexo internacional chamado de Mudo Atlântico, tomamos a população de ascendência africana como principal objeto de análise para, a partir de documentação paroquial e cartorária, e num constante diálogo com a historiografia, abordar aspectos ainda carentes de investigação, como a procedência dos africanos chegados à região, as redes de interação envolvendo negros

cativos, livres e libertos, possibilidades da obtenção de alforria e mobilidade social, entre outros aspectos. Para tanto, temos como inspiração fundamental as acepções thompsonianas de agência e de experiência.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Escravidão e liberdade: trajetórias de africanos alforriados e seus descendentes em Minas Gerais - Século XIX

Vanda Lúcia Praxedes
Doutora, Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG - Unidade Divinópolis
valupraxedes@gmail.com

Este trabalho é parte de uma pesquisa mais ampla intitulada "A história do negro em Minas Gerais: da Colônia à atualidade - Trajetórias de percursos de negros antes e pós-abolição e TEVE o objetivo de conhecer a história e trajetórias de descendentes de africanos, herdeiros da Fazenda Mata Cavalo, zona rural da cidade de Morro do Pilar, Minas Gerais, Brasil. Quarenta e três escravos alforriados em 1883 e seus descendentes se tornaram herdeiros dessa fazenda deixada por D. Constança Fortunata de Abreu e Lima.

Em função dessa herança, os descendentes dos alforriados da Fazenda Mata Cavalo enfrentaram ameaças, ações judiciais, conflitos e assassinatos que culminou com a perda suas terras e a dispersão das diversas famílias e a perda de vínculos sociais e culturais do grupo.

Por se tratar de um estudo histórico na "longa duração" foram utilizadas diversas fontes documentais e métodos de pesquisa possível para poder recontar e reescrever a história dos sujeitos sociais envolvidos nessa trama histórica, aliando fontes documentais primárias às narrativas de diversas gerações de descendentes de ex-escravizados. Partindo dos documentos cartoriais e processos crime e cível e de questões e interrogações do tempo presente, aliada a uma escuta que visou dar voz e protagonismos

a esses sujeitos, foi possível compreender o complexo processo social, as interações, as disputas e conflitos entre grupos sociais, as práticas sociais instituídas e instituíntes, engendradas pelos diversos sujeitos, especialmente, a partir das primeiras décadas pós-abolição da escravidão no Brasil.

Como consequencia da perda das terras o destino dos descendentes dos Pereira de Abreu da Fazenda Mata Cavalo foi a dispersão. E sua consequência mais imediata foi a perda de sua organização enquanto comunidade de libertos, território de negros, que permitia a esse extenso grupo vivenciar, rememorar e conservar coletivamente os seus costumes, os ritos, suas tradições, seus patrimônios culturais, e os saberes de seus ancestrais africanos. Esses sujeitos sociais, enquanto grupo, tiveram uma inserção paradoxal na socidade e sua cidadania estilhaçada.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Os jingas: um estudo sobre os herdeiros de Njinga Mbandi no interior angolano (1740-1830)

Aline Emanuelle De Biase Albuquerque
Doutoranda, IFSertãoPE e UFPE
alinedebiase@gmail.com

Este trabalho trata da resistência do povo e dos soberanos do Ndongo e da Matamba em meio à expansão portuguesa e à escravização de pessoas no interior angolano. Após a morte da famosa rainha Njinga Mbandi no século XVII, seu território e seu povo passam a ser referenciados nas fontes portuguesas como "reino de Jinga", "Estados da Jinga" ou "jingas". Ao longo dos séculos XVIII e XIX, os soberanos jingas, em sua maioria mulheres, lutaram e desafiaram os portugueses na vizinhança de seu principal enclave político e comercial no sertão, o presídio de Ambaca. Neste trabalho, analisaremos a etnia jinga a fim de observar os conflitos e as dificuldades impostas por eles no interior angolano. O recorte adotado vai desde 1744, quando os portugueses decretaram guerra a rainha jinga D. Ana II, até 1830, período em que o rei Ndala Kamana foi destituído de seu poder. A partir do diálogo com a historiografia e com fontes do Arquivo Histórico Ultramarino e do Arquivo de Angola, destacaremos a atuação política, comercial e as estratégias de resistência desse povo originado nas lutas de Njinga.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Um estudo sobre a Presença de Africanos em Alagoas no período colonial

Gian Carlo de Melo Silva
Doutor, Universidade Federal de Alagoas
gian.silva@ichca.ufal.br

A compreensão da presença negra no passado colonial é algo crucial para entendermos como estes homens e mulheres chegaram ao território colonial. O estudo da história social da escravidão nos permite entender quais os espaços foram ocupados pelos escravizados que chegaram a partir do século XVI Capitania de Pernambuco e acabaram se espalhando em direção ao sul da região, local que ficou conhecido como Alagoas, e passou por diversas fases políticas até sua emancipação em 1817. Neste estudo tentamos abarcar as principais origens indicadas para estes escravizados, buscando entender sua lógica de distribuição e permanência em vários locais da Capitania, chegando até Penedo, nas margens do Rio São Francisco. Nosso olhar começa pela historiografia local, dialogando com história da diáspora e da escravidão, sempre compreendendo o espaço entre as margens atlânticas como espaços conectados e que se complementaram durante séculos. As fontes usadas são compostas por um acervo oriundo de uma coleta realizada entre final do século XIX e início do XX, pelo então Major Bonifácio da Silveira, que transcreveu e publicou em duas colunas no jornal Diário das Alagoas, os documentos que tratavam da história de Alagoas ao longo de vários séculos e com temáticas ligadas a escravidão. São fontes cartorárias, cartas, denúncias, testamentos e inventários, que juntos nos fornecem um panorama da presença de africanos a partir da região no entorno de Porto Calvo até Penedo. Buscamos ainda identificar as rotas de distribuição de escravizados, que eram desembarcados na Praça do Recife e enviados para o sul da

Capitania, seja por cabotagem ou por terra. Até o momento foram identificados mais de 200 documentos referentes á temática da escravidão, neles existem informações que nos auxiliam a entender quais funções eram exercidas, os preços dos cativos e sua presença nas vilas e propriedades de Alagoas.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

Caminhos do comércio interno de escravizados no período colonial e as propriedades beneditinas do Rio São Francisco.

Luana Teixeira
Doutora, Universidade Federal de Alagoas
profluateixeira@gmail.com

Essa apresentação faz parte do projeto "Escravidão e pós-abolição em Alagoas: origens e trânsitos da população negra escravizada". Um de seus objetivos é levantar informações acerca das rotas do comércio interno no período de vigência do tráfico transatlântico analisando os caminhos pelos quais os africanos chegaram em Alagoas. Sendo parte da comarca de Pernambuco até 1817, o principal porto de chegada ao Brasil de pessoas escravizadas que iam para a região durante a legalidade do tráfico teria sido aquele do Recife. Por consequência, segundo os estudos sobre os fluxos internacionais, haveria a predominância de africanos embarcados nos portos da África Central, como Luanda. A pesquisa, no entanto, vem investigando a possibilidade do estabelecimento de algumas redes de comércio interno de escravizados ligados à Bahia, cujas principais redes estavam conectadas à África Ocidental. A hipótese em investigação propõe que a rota baiana de escravizados para região ocorria, principalmente, através da relação daquela praça comercial com o Rio São Francisco e com a cidade do Penedo, que davam abertura para o interior do território. Nessa comunicação será discutida a presença de fazendas pertencentes ao Mosteiro de São Bento da Bahia nas Ilhas do Rio São Francisco (focando principalmente fins do século XVIII e início do XIX) e a possibilidade de elas terem sido um caminho de entrada de africanos escravizados na comarca de Alagoas. As fazendas dos beneditinos no Rio São Francisco são um tema ainda muito pouco

explorado pela bibliografia, embora tenham sido propriedades extremamente longevas, que permaneceram produtivas e nas mãos da Ordem por mais de três séculos. Deste modo, ao mesmo tempo que a pesquisa busca investigar a possível influência dessas fazendas nos fluxos internos de escravizados na região, propõe-se a levantar dados para compreender a importância de sua existência na história do Baixo São Francisco.

IX Encontro Internacional de História Colonial
EIHC
São Cristóvão, Sergipe
17 a 20 de outubro de 2023

As cenas da liberdade através da Sociedade Libertadora Alagoana

Vanieire dos Santos Oliveira Ramos
Mestranda, Secretaria de Estado da Educação de Alagoas
profvanieire.historia@gmail.com

A segunda metade do século XIX no Brasil foi marcada pelo aumento de instituições destinadas ao combate da escravidão. Muitas vezes intituladas como emancipacionistas e/ou abolicionistas, essas organizações foram responsáveis por denunciar as mazelas do cativeiro, como também buscar promover ações em prol da libertação dos cativos. Em Alagoas, na década de 1880, começa a aumentar o número de grupos abolicionistas e ou/ abolicionistas, como a Sociedade Libertadora Alagoana, instituição que agiu fortemente na luta contra a escravidão na Província Alagoana. Formada por intelectuais, profissionais liberais e artistas, a Sociedade realizou festas, bazares em prol de arrecadar fundos para comprar a alforria de escravizados. Partindo, deste contexto, a presente comunicação tem o objetivo de apresentar a atuação da Libertadora Alagoana na promoção do movimento abolicionista em Alagoas.